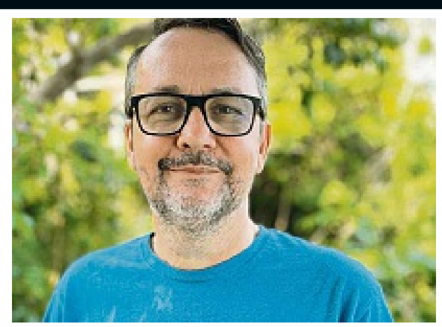
Conjuntura
Pesquisa da CNC aponta que um quinto dos brasileiros está ‘superendividado’, diz Izis Ferreira A4



Sabesp
Equatorial vai recorrer a empréstimo-ponte para financiar compra dos 15% das ações da companhia B5



Bem-estar social
Municípios da Amazônia registram os piores Índices de Progresso Social do país, diz Veríssimo A2

Quarta-feira, 3 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6035 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Em dia tenso, dólar bate em R$ 5,70, após declarações de Lula sobre câmbio e BC

Mercados Moeda sobe 0,22% e fecha em R$ 5,6652, maior nível desde janeiro de 2022; presidente atribui avanço da divisa à especulação e critica Campos Neto

De Brasília e São Paulo

O mercado brasileiro teve ontem mais um dia de volatilidade, em reação a declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o comportamento do dólar e do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. A moeda chegou a ser negociada a R$ 5,70 pela manhã, fechando em alta de 0,22%, cotada a R$ 5,6652, a maior desde 10 de janeiro de 2022.

Em entrevista à Rádio Sociedade, da Bahia, Lula disse que a alta do dólar preocupa e atribuiu o movimento à especulação. “Há um jogo de interesse especulativo contra o real nesse país. Não é normal o que está acontecendo”, afirmou ele, acrescentando que deverá ter uma reunião nesta quarta-feira para discutir o que fazer para lidar com a subida da moeda. As declarações de Lula pressionaram o câmbio, pelo receio de uma intervenção do governo no mercado.

Questionado a respeito, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou rumores de que a equipe econômica poderia propor uma mudança no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre transações com a moeda americana. Hoje, Haddad se reunirá com o presidente para apresentar propostas para tentar cumprir o arcabouço fiscal até 2026. Lula tem indicado que o ajuste pelo lado das despesas não é prioridade.

O presidente também criticou Campos Neto, afirmando que vê um “viés político” em sua atuação. Ao participar de evento do Banco Central Europeu (BCE), em Portugal, Campos Neto negou que as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) tenham sido políticas e disse que é necessário separar a “narrativa” do trabalho técnico que o BC precisa fazer. Ressaltou que a instituição fez, em 2022 — durante o governo de Jair Bolsonaro, que o indicou para o cargo —, a maior alta de juros em ano eleitoral na história de qualquer país emergente.

O aumento do dólar tem suscitado a discussão sobre a conveniência de o BC atuar no câmbio, para deter a escalada da moeda americana. Para o ex-diretor de política monetária do BC Reinaldo le Grazie, seria “perigoso” vender dólares das reservas para se contrapor ao enfraquecimento do real se a política macroeconômica seguir desequilibrada, com o atual ritmo de expansão fiscal. **Páginas A10, C1, C2 e C3**

Haddad vai apresentar medidas de ajuste fiscal

Jéssica Sant’Ana, Murillo Camarotto, Lu Aiko Otta e Gabriela Pereira
De Brasília

Em meio a incertezas sobre as contas públicas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reúne hoje com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar propostas de ajuste fiscal. Haddad evitou, porém, falar em data para anúncio de medidas e reforçou que a palavra final caberá a Lula. O encontro ocorre num momento em que especialistas apontam o esgotamento da estratégia de ajuste pelo lado das receitas, defendendo iniciativas pelo lado das despesas. Segundo Haddad, a equipe econômica está há 60 dias trabalhando na agenda de revisão de gastos. No entanto, quem esperar sinais contundentes e definitivos de compromisso do governo com cortes de despesas poderá se decepcionar. **Páginas A2 e A10**

Presidente quer desonerar carne na cesta básica

Fabio Murakawa, Jéssica Sant’Ana, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem a inclusão de alguns tipos de carne na cesta básica desonerada da reforma tributária. “A carne chique pode pagar um impostozinho. O frango, o músculo, o acém, o coxão mole, tudo isso (...) eu acho que a gente precisa colocar na cesta básica, sim, sem pagar imposto”, disse em entrevista a uma rádio, na Bahia. Conforme a proposta original do governo, proteínas animais estariam incluídas na chamada cesta básica estendida e pagariam 40% da alíquota padrão do futuro IVA a ser adotado com a reforma tributária. **Página A12**

Transição energética



LEO PINHEIRO/VALOR

A Engie, empresa de energia franco-belga, tem R$ 20 bilhões comprometidos em investimentos de geração solar, eólica e linhas de transmissão no Brasil, seu principal mercado fora da Europa. “Estamos no Brasil há 28 anos, somos investidores de longo prazo. Acreditamos que o país tenha a oportunidade de acelerar o desenvolvimento em renováveis. Um projeto no Brasil é equivalente a dez projetos na Europa em termos de capacidade”, disse ao ‘Valor’ a CEO global da empresa, Catherine MacGregor. Página B3

Na Americanas, fraude incluía ‘copia e cola’

Adriana Mattos
De São Paulo

Troca de mensagens entre executivos da Americanas e funcionários da empresa mostra que havia na companhia um sistema de produção de contratos de verba de propaganda cooperada (VPC) falsos, com assinaturas forjadas dos fornecedores — recortadas digitalmente de contratos verdadeiros, já arquivados na empresa, e inseridas em novos contratos fraudulentos. A transcrição das mensagens embasa o pedido de medidas cautelares feito pela Polícia Federal à Justiça na semana passada, ao qual o **Valor** teve acesso.

A falsificação era chamada internamente de “arrecadação complementar” e teria iniciado em 2012, com o conhecimento da diretoria da época. A “fabricação” dessas verbas era feita para melhorar os resultados das empresas do grupo. **Página B1**

Na França, esforço para barrar a extrema direita

Agências internacionais

Os adversários do Reunião Nacional (RN) intensificaram esforços para evitar a vitória do partido de extrema direita, comandado por Marine Le Pen, nas eleições para o Parlamento francês. Mais de 200 candidatos da esquerda e do centro que ficaram em terceiro lugar desistiram de participar do 2º turno, no próximo domingo, para evitar uma dispersão dos votos anti-RN e impedir que os nomes de extrema direita obtenham a maioria. **Página A13**

ANPD suspende política da Meta para treinar IA

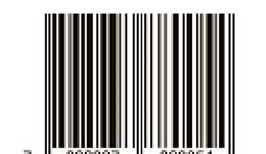
Rafael Bitencourt e Mariana Assis
De Brasília

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) emitiu uma “medida preventiva” determinando a imediata suspensão do uso indiscriminado de dados pessoais para treinar sistemas de inteligência artificial (IA) generativa pela Meta — dona de Facebook, WhatsApp e Instagram. Para o órgão, os procedimentos previstos na nova política de privacidade da empresa impõem “risco iminente de dano grave e irreparável ou de difícil reparação aos direitos fundamentais” dos usuários. Em caso de descumprimento, a empresa está sujeita a multa diária de R$ 50 mil.

Em entrevista ao **Valor**, a diretora da ANPD, Miriam Wimmer, afirmou que a fiscalização das plataformas vai se estender também a outras “big techs”. Procurada, a Meta disse estar desapontada com a decisão do órgão e que a considera um “retrocesso” na regulação dos serviços digitais no país. **Página B6**

Indicadores

Ibovespa	2/jul/24	0,06 % R$ 20,1 bi
Selic (meta)	2/jul/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	2/jul/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	2/jul/24	5,6671/5,6677
Dólar comercial (mercado)	2/jul/24	5,6646/5,6652
Dólar turismo (mercado)	2/jul/24	5,7159/5,8959
Euro comercial (BC)	2/jul/24	6,0831/6,0860
Euro comercial (mercado)	2/jul/24	6,0869/6,0875
Euro turismo (mercado)	2/jul/24	6,1663/6,3463



INÊS 249

Ajuste fiscal de Lula poderá ter “bondades”



Lu Aiko Otta

Um leque de medidas destinadas a ajustar as contas públicas no período de 2024 a 2026 deverá ser levado hoje pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Esta é a pauta da reunião, o que não impede que a escalada do dólar seja discutida.

No fiscal, quem espera sinais contundentes e definitivos de compromisso do atual governo com cortes de despesas poderá se decepcionar.

Na noite de segunda-feira, o ministro avisou que levaria um “diagnóstico geral das questões a serem enfrentadas” e que as medidas exigirão um “tempo de maturação”, até que o presidente esteja seguro de que as pessoas que precisam ser protegidas o serão.

A julgar pelo que está em discussão nos escalões técnicos, é possível até que os holofotes sejam dirigidos a políticas públicas novas, em vez de focar em cortes no Orçamento.

Há “bondades” em elaboração. Se tudo correr como o planejado, servirão para equilibrar a equação na qual está, de um lado, a necessidade do ajuste fiscal e, de outro, o custo político elevado que essas medidas podem ter.

A ideia é redirecionar recursos de programas que não estão dando o retorno esperado para financiar medidas novas. E, no processo, pegar um pedaço do dinheiro para reforçar o ajuste fiscal.

Essa combinação de “bondade” com “maldade” é um tipo de proposta que poderá ser levada hoje a Lula. São cirurgias delicadas no Orçamento que, ao menos neste momento, evitarão choques com grupos de pressão mais organizados.

Em outra frente, comenta-se nos bastidores que a Casa Civil tem cobrado dos ministérios um trabalho mais intenso de revisão de gastos. Neste ano, a expectativa é economizar R$ 7,2 bilhões em Previdência e R$ 2 bilhões no Proagro, com combate a irregularidades. Há pressão para novas rodadas que permitam elevar as economias a partir de 2025.

Outra frente, já conhecida, é a eliminação de gastos tributários. Na visão da Fazenda, não deve ser abandonada, apesar do revés que foi a devolução, pelo Congresso Nacional, da medida provisória que alterava regras para uso de créditos do PIS/Cofins.

As medidas mais duras que Lula descartou nas últimas semanas, como a ruptura do vínculo entre o salário mínimo e os benefícios previdenciários e assistenciais e a revisão dos pisos de despesas com saúde e educação, não saíram totalmente do radar. Simulações seguem em elaboração. Porém, é provável que fiquem na gaveta pelo menos até as eleições.

Com base nesse panorama, Haddad disse ter um “bom prognóstico” sobre a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. A depender das decisões de Lula, há condições de elaborar uma proposta compatível com o déficit zero, que é a meta fiscal estabelecida para o ano que vem.

O ministro da Fazenda disse acreditar que, à medida que o cenário para as contas públicas ficar mais claro, as turbulências que têm levado o dólar às alturas arrefecerão. Avaliou ontem que é preciso melhorar a comunicação sobre o arcabouço e sobre o Banco Central para superar o atual período de tensão.

Lula eleva os riscos de fracassar nas urnas, ao não eliminar rapidamente as dúvidas que pairam sobre o rumo das contas públicas e sobre a autonomia do Banco Central. Este foi o recado repetido à exaustão pelos “pais” do Real, nas celebrações de 30 anos do plano, completados esta semana: a população não aceita dirigentes que colocam a inflação baixa sob risco. O dólar caro já causa estragos nos supermercados.

Calamidades

Não bastassem as dificuldades em equilibrar o Orçamento, surge no horizonte outra fonte de pressão: as calamidades.

“O presidente Lula sempre prioriza e acompanha diretamente a parte social”, disse à coluna o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, em conversa via aplicativo de mensagens, ao falar sobre a elaboração do PLOA 2025.

“São grandes os desafios por causa do crescimento muito acima do esperado sobre calamidades e emergências: Rio Grande do Sul e Sul do Brasil, incêndios no Pantanal, secas/enchentes na Amazônia e Nordeste”, listou. “E enchentes no Sudeste! Novo normal climático demanda mais recursos do que antes eram previstos!”

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que não faltarão recursos para combater os incêndios no Pantanal e informou que poderá ser feito um crédito extraordinário ao orçamento. Ela visitou Mato Grosso do Sul ao lado da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O socorro ao Rio Grande do Sul, por sua vez, já soma R$ 39,1 bilhões, segundo dados do Ministério do Planejamento.

Não se questiona se os gaúchos e o pantaneiros precisam de ajuda federal, e não há dúvidas de que políticas públicas precisam responder à crise climática.

Porém, há no governo atenção para que haja critério, controle e proporcionalidade na liberação desses recursos. Os créditos extraordinários não afetam o cumprimento da meta fiscal nem o limite de despesas do arcabouço. Mas são gastos.

Precisamos falar sobre calamidades.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Ambiente Indicador desenvolvido por pesquisadores de Harvard Business School apresenta pela primeira vez o progresso social dos municípios brasileiros

Amazônia tem as dez cidades com os piores índices socioambientais

Daniela Chiaretti
De Brasília

A pequena Gavião Peixoto, cidade de 4.815 habitantes em São Paulo, é o lugar com os melhores indicadores socioambientais do Brasil. Em segundo lugar no ranking dos melhores municípios para se viver no país vem Brasília, que também figura como a melhor capital. Todas as dez piores cidades brasileiras em saúde, educação, segurança, meio ambiente, direitos humanos, em um total de 57 indicadores, estão na Amazônia.

Estes resultados fazem parte do primeiro Índice de Progresso Social, IPS, aplicado a todos 5.570 municípios brasileiros. É a primeira vez que se adota o IPS para todo o território de um país.

O IPS Brasil é a primeira aplicação da metodologia internacional Social Progress Imperative, desenvolvida em 2013 por pesquisadores da Harvard Business School, o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Fundação Avina. O IPS Global analisa o desempenho dos países em termos de avanços sociais. Fornece dados para 170 países, revelando os progressos sociais em escala internacional.

É um índice mais abrangente que o IDH, o índice de Desenvolvimento Humano que mede renda, educação e saúde. O cálculo do IPS, na versão 2024, mede 57 indicadores.

O IPS Brasil revela a realidade socioambiental de todos os municípios brasileiros, a partir de dados públicos. Foi desenvolvido por pesquisadores do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, o Imazon, com colaboração da Avina, da Anattá Pesquisa e Desenvolvimento, do Centro de Empreendedorismo da Amazônia e o Social Progress Imperative.

“O IPS revela um panorama multidimensional sobre a performance de municípios e Estados em atender as necessidades básicas da população”, diz Adalberto Veríssimo, cofundador do Imazon e coordenador da iniciativa. “É uma ferramenta de gestão territorial baseada em dados públicos que identifica a qualidade de suas moradias, se têm alimentação e segurança, se sofrem de obesidade, se possuem internet e banda larga, se são tratadas igualmente, independentemente de gênero, raça ou orientação.”

O IPS Brasil 2024 atingiu uma nota igual a 63,47. Trata-se da média de todos os indicadores, distribuídos em 12 componentes, em todos os municípios. Seis componentes apresentam um índice médio inferior a 65, considerado baixo; direitos individuais, acesso à educação superior, inclusão social, liberdades individuais, saúde e bem-estar e segurança pessoal.

Os componentes que se destacam, por outro lado, todos com pontuação superior a 65, são moradia (87), água e saneamento (77), nutrição e cuidados médicos básico, acesso ao conhecimento básico, qualidade do meio ambiente e acesso à informação e comunicação.

“O IDH é importante, foi uma inovação, mas mede essencialmente saúde, educação e renda. Ocorreu uma corrida pela busca de novos índices multidimensionais. Essa corrida ainda não acabou”, continua. “O IPS olha para a questão social e ambiental com uma lente mais ampla”, explica Veríssimo.

Em 2014, Veríssimo decidiu adotar a metodologia para os municípios da Amazônia. Agora quis ampliar para todo o país e ver como a Amazônia se insere nos desafios brasileiros.

Uma das facetas do IPS é que ele permite comparar o PIB per capita de cada cidade com a vertente de quais municípios usam melhor seus recursos financeiros para oferecer qualidade de vida para seus habitantes. É o primeiro índice nacional que permite fazer essa avaliação.

“O IPS não tem indicadores econômicos. Há uma justificativa para isso: não que a economia não seja importante para o social. O crescimento econômico é importante, mas não é tudo”, diz Veríssimo. “O que a gente mostra é que existem lugares países, Estados e municípios que podem ter o mesmo desempenho econômico, mas ter resultados sociais muito diferentes.”

Ele continua: “Existem municípios em que o PIB acompanha o IPS e existem municípios em que o IPS vai para uma direção, e o PIB, para outra”.

Há muitos exemplos. Mato Grosso, por exemplo, Estado de PIB e economia fortes, ao ser comparado com Sergipe, perde na soma de todos os indicadores de seus municípios. “Sergipe performa melhor, apesar de ser um Estado mais pobre. O PIB não explica isso”, continua.

> IPS Brasil produziu 57 mapas para cada município, de acordo com o indicador



DIVULGAÇÃO

Adalberto Veríssimo: "Crescimento econômico é importante, mas não é tudo"

O IPS Brasil produziu 57 mapas para cada município, de acordo com o indicador.

A cidade de Gavião Peixoto, que tem o melhor desempenho do país no IPS, registra um PIB per capita menor que Vitória do Xingu, no Pará, cidade da área de influência da hidrelétrica de Belo Monte. Gavião Peixoto teve nota 74 no IPS, e Vitória do Xingu, 47. “O PIB per capita não explica completamente o progresso social”, continua Veríssimo.

O Piauí, que é um Estado mais pobre, tem desempenho socioambiental similar a Rondônia, Estado com PIB agropecuário muito maior. “O Piauí tem feito um esforço enorme de gestão social, de investimentos, de melhoria nas escolas. Isso aparece no resultado”, segue o pesquisador.

Na segurança pública, o Rio de Janeiro tem dados piores, mas não está sozinho. O litoral do Nordeste tem notas muito ruins, desde o sul da Bahia, região importante para o turismo nacional. A Amazônia tem notas ruins, mas a situação de Mato Grosso também é preocupante.

Neste quesito foram medidos homicídios por 100 mil habitantes, feminicídio, acidentes fatais de trânsito e homicídios de jovens.

O mapa de água e saneamento mostra que a Amazônia vai mal e no Sul do Brasil os resultados são muito melhores. “Esse é um resultado intuitivo”, diz.

No caso de moradia, o IPS não mede a população em situação de rua. “É uma métrica de quem tem teto, seja quem aluga, seja quem tem residência própria, e qual é a qualidade dessa residência. Se tem acesso a energia elétrica, se tem acesso a água, se as paredes e pisos são de alvenaria”, explica. “O que se vê é que o Brasil tem melhorado, e esse é um mapa mais positivo.”

“Fomos olhar os 35 municípios da área de influência da ferrovia Carajás no Maranhão”, conta. “Olhamos no IPS municípios que desempenhavam bem em educação e saúde. Tem uma cidade na baixada maranhense, região muito pobre, Arari, com uma nota muito boa de educação. A história por trás é a de gestão local, de uma equipe que trabalhou para reduzir distorções entre idade e série, reduzir abandono escolar, qualificar melhor os professores, a sala de aula, a merenda. Não era uma nota à toa. Tinha uma história por trás.”

“O IPS pode se tornar uma ferramenta para que um Estado possa aprender com o outro, um município com o vizinho.”

Produção de petróleo cresce 3,6% em maio

Kariny Leal
Do Rio

A produção brasileira de petróleo registrou aumento de 3,6% na base anual em maio, atingindo o 3,318 milhões de barris por dia (bbl/d), segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP). Em comparação a abril, o aumento foi de 3,9%.

A produção total do país, que soma petróleo e gás natural, foi de 4,234 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), de acordo com a ANP.

A produção de gás natural em maio atingiu os 145,63 milhões de metros cúbicos por dia e também registrou aumento: de 0,8% em relação a maio de 2023 e de 6,6% ante abril deste ano.

Segundo a ANP, a produção de petróleo e gás no pré-sal foi de 3,314 milhões de barris de óleo equivalente por dia, representando 78,3% da produção total do país no mês de maio.

Esse número representa um aumento de 5% em relação ao mês anterior e de 3,7% na comparação com igual período do ano passado. Foram produzidos 2,599 milhões de bbl/d de petróleo e 113,73 milhões de m^3/d de gás natural por meio de 145 poços.

Em maio, os campos marítimos produziram 97,5% do petróleo e 86,2% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 88,88% do total produzido. A produção teve origem em 6.549 poços, sendo 504 marítimos e 6.045 terrestres.

O aproveitamento de gás natural no mês foi de 97,6%. Foram disponibilizados ao mercado 46,75 milhões de m^3/d e a queima foi de 3,55 milhões de m^3/d. Houve queda de 9,5% na queima, em relação ao mês anterior, e de 14,2% na comparação com maio de 2023.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Contas públicas Tesouro calcula 'perda provável' de R$ 140 bilhões; governo e Senado tentam elaborar proposta de renegociação

Governos regionais reduzem pagamento e dívidas crescem

Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A União tinha R$ 758 bilhões a receber de Estados e municípios ao fim de 2023, alta de 8,5% em relação ao ano anterior. Relatório Contábil do Tesouro Nacional que será divulgado nesta quarta-feira (3) aponta que, ao longo dos últimos anos, os entes têm reduzido o pagamento de suas dívidas. Assim, o montante que o governo federal tem a receber está aumentando com as correções monetárias.

Segundo o Tesouro, de todo o valor que a União tem a receber dos entes subnacionais, os chamados "haveres financeiros", há ainda uma perda provável de R$ 138,6 bilhões, resultando no valor líquido a receber de R$ 619,3 bilhões.

"Consequentemente, ante o não recebimento parcial desses financiamentos, a apropriação de encargos aumenta, ensejando a atualização dos saldos devedores desses entes perante a União", explicou o Tesouro no relatório.

O governo trabalha junto ao Senado na elaboração de uma nova proposta de renegociação de dívidas dos Estados com a União — os governadores alegam que o modelo atual de correção da dívida é inviável do ponto de vista fiscal.

Os haveres financeiros da União perante os Estados, o Distrito Federal e os municípios decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas dos entes, bem como incluem pendências jurídicas de dívidas administradas pelo Tesouro e avais honrados.

Na contabilidade pública, eles são divididos pela Fazenda com base nas legislações que estabelecem as condições.

Os contratos de dívida que com base na lei 9.496/1997, que corresponde ao maior montante de todo o saldo devedor, são atualizados pelo Coeficiente de Atualização Monetária (CAM), que corresponde ao menor índice do mês entre a variação acumulada do IPCA + 4% ao ano e a variação acumulada da taxa Selic.

Somente com base nessa lei, as dívidas dos Estados somam R$ 591 bilhões. Lideram nesse âmbito: São Paulo (R$ 278 bilhões), Minas Gerais (R$ 93 bilhões), Rio de Janeiro (R$ 89 bilhões) e Rio Grande do Sul (R$ 65 bilhões).

Ao fim do ano passado, 52% do saldo total de empréstimos e financiamentos concedidos pela União se referia às dívidas dos entes subnacionais.

Os dados do Tesouro apontam que, nos últimos cinco anos, os valores recebidos pela União dos entes só foram maiores do que as atualizações monetárias em dois deles, o que resultou no aumento do estoque. No ano passado, por exemplo, a atualização dos montantes a receber totalizou R$ 50 bilhões, enquanto a União recebeu somente R$ 16 bilhões dos entes subnacionais.

Na avaliação de Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, uma nova proposta para repactuação da dívida dos Estados com a União deve ser analisada com cautela, já que nem todos os entes têm dificuldade de pagamento.


GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

"Entes com dificuldade não fizeram e seguem sem fazer a lição de casa"
Felipe Salto

"Os entes que estão com dificuldades são aqueles que não fizeram e seguem sem fazer a lição de casa devida. Aí voltam com pedidos de renegociação. É preciso separar o joio do trigo", ponderou Salto. Ele analisa que há entes que de fato estão quebrados, enquanto alguns estão precisando fazer mais dívidas, mas esbarram nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O economista ainda completa que é preciso avançar com uma repactuação federativa em que os endividados e que não fizeram ajuste fiscal assumam compromissos reais e sejam cobrados por isso.

"É preciso envolver também o Supremo Tribunal Federal [STF] nessa história, vale dizer, para que não venha a posteriori interromper os efeitos dos programas acordados, como no regime de recuperação fiscal, ou vamos seguir enxugando gelo", pontuou. De acordo com o Tesouro, somente em 2016, 16 Estados obtiveram, junto ao STF, mandados de segurança que lhes permitiam efetuar os pagamentos devidos com condições mais favoráveis.

Proposta não evolui em encontro de Pacheco com governadores

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Uma reunião entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e governadores sobre o projeto da renegociação da dívida dos Estados terminou na terça-feira sem conclusão, com a sinalização de que a apresentação da proposta poderia ser adiada mais uma vez. Na noite desta terça-feira, 2, Pacheco se reuniu com representantes do governo federal e do Congresso. O encontro não havia terminado até a conclusão desta edição.

No início da tarde, o presidente do Senado se reuniu com os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul. Antes de protocolar o texto, no entanto, o parlamentar decidiu voltar a se reunir com representantes do governo federal. Assim, na noite de ontem, ele recebeu na residência oficial o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

No encontro anterior, com os governadores, estiveram presentes os governadores Tarcísio de Freitas (SP), Cláudio Castro (RJ), Romeu Zema (MG), Ronaldo Caiado (GO) e Eduardo Leite (RS). A reunião durou cerca de duas horas.

Há consenso entre os governadores de que, com as condicionantes, os Estados precisam chegar a um indexador da dívida de IPCA + 1%. Atualmente a correção já é feita pelo mesmo índice, mas somada a 4% de juros.

Um dos principais pontos de divergência no momento envolve os termos para a possibilidade de que investimentos em áreas como educação, infraestrutura e segurança pública sejam usados para abater parte dos juros da dívida dos Estados.

Os governadores querem incluir a possibilidade de que gastos com custeio nessas áreas também possam ser considerados, por exemplo. Outra ideia em discussão seria levar em conta investimentos feitos de forma retroativa, algo que enfrenta resistência na Fazenda.

Mesmo se não houver entendimento, a expectativa até o início da noite era que Pacheco ao menos apresentasse um texto nesta semana para que as negociações possam continuar com a matéria já em tramitação.

"A correção da dívida tem penalizado muito esses Estados, que representam boa parte da economia brasileira, minando a capacidade desses Estados fazerem investimentos, principalmente em infraestrutura. Então, nós precisamos encontrar uma forma de reduzir essa taxa, que hoje é de IPCA + 4%", disse Zema após a reunião.

"As medidas que estão sendo propostas são muito boas, mas temo que não possam ser viabilizadas. Por exemplo, uma compensação aos Estados que investem em educação, é preciso considerar o que já é feito, e não o que é feito a mais", acrescentou em outro momento.

Aliados de Pacheco garantem que o texto vai direto ao plenário, mas pessoas próximas aos governadores presentes já consideraram que pode ser preciso antes passar por comissões para novas negociações.

Conjuntura Parcela da população que compromete mais de 50% da renda com dívidas tem ligeira alta e chega a 20,8%, aponta pesquisa

Grupo de 'muito endividados' cresce e é maior desde outubro

Alessandra Saraiva
Do Rio

A parcela dos brasileiros que se consideram muito endividados atingiu em maio o maior nível em sete meses. É o que mostra recorte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgado ao **Valor**.

No recorte, a fatia dos muito endividados subiu para 17,8% em maio, ante 17,2% em abril, o que representa o maior patamar desde outubro de 2023 (18,1%). Além disso, após dois meses sem subir, voltou a avançar parcela que representa os que têm mais de 50% da renda comprometida com dívidas, os chamados "superendividados" — incluídos entre os que se declaram "muito endividados" na Peic. No recorte, essa fatia avançou de 20,7% para 20,8% entre abril e maio, a maior desde fevereiro (21,1%), segundo a economista Izis Ferreira, responsável pelo estudo.

O levantamento da CNC não costuma ter grandes saltos percentuais entre um mês e outro. É uma pesquisa que não tem desvio-padrão alto. Por isso, mudanças em tópicos relevantes, como sentimento de endividamento, são acompanhados com atenção por analistas. Para Ferreira, o cenário reflete maior impulso dos brasileiros, ao longo deste ano, em acessar diferentes tipos de crédito, a juros mais favoráveis ante os mesmos meses do ano passado.

Especialistas ouvidos pelo **Valor** se dividem ao avaliar aumento do número de muito endividados como perigoso para indicadores de endividamento e inadimplência nos próximos meses. Embora o mercado de trabalho continue aquecido, o que favorece a renda e a capacidade de pagamento, há outro fator importante a considerar: os juros. Para o analista, a evolução dos muito endividados dependerá da trajetória da taxa básica de juros. Caso a Selic volte subir em 2025, isso deve estimular o mercado a elevar os juros e, com isso, o custo de crédito. Nesse cenário, o serviço da dívida dos "superendividados" pode ficar mais caro e difícil de pagar, dando impulso ao aumento da inadimplência.

O avanço dos grupos de muito endividados e de superendividados ocorreu em meio a contexto em que a inadimplência, no âmbito das famílias, se mostra relativamente controlada. Na Peic de maio da CNC, a fatia de endividados com débitos em atraso se manteve em 28,6% entre abril e maio, sendo menor que a observada em maio do ano passado (29,1%).


GABRIEL REIS/VALOR
Izis Ferreira: "As pessoas continuam a ter dívida em cartão de crédito; e pegaram ainda mais crédito, de longo prazo"

O Banco Central divulgou Relatório de Crédito, em 26 de junho, no qual informou que a inadimplência média das operações de crédito entre as famílias foi de 3,7% em maio, estável ante abril.

Tanto na ótica da CNC quanto na do BC o patamar médio de endividamento das famílias mostrou leve alta. No âmbito da CNC, a parcela que se declarara endividada subiu de 78,5% para 78,8% entre abril e maio. Na ótica do BC, para endividamento das famílias, o dado de abril — o mais recente — ficou em 47,9%, alta de 0,01 ponto percentual ante mês anterior. Além disso, no caso do levantamento do BC, a parcela de renda das famílias comprometida com dívidas ficou em 26,6% em abril. Além de superior à de março (26,2%), foi a maior desde outubro do ano passado (27%).

"O que temos aqui é o uso mais frequente de crédito de longo prazo, como consignado e financiamentos imobiliário e automotivo, além de outras modalidades de dívida", diz Ferreira.

A economista da CNC admite que os juros de qualquer tipo de financiamento, de maneira geral, continuam elevados. Mas nota que estão mais convidativos do que no primeiro semestre do ano passado. Ela lembra que o BC iniciou trajetória de corte da Selic em agosto do ano passado e que existe defasagem no impacto do corte da taxa em relação aos juros praticados no mercado. Com a Selic mais baixa, os bancos e financeiras ofereceram consignado e financiamento imobiliários a taxas mais convidativas ao longo de 2024, explica Ferreira — o que despertou interesse dos tomadores de crédito, já endividados com outras obrigações.

Essa combinação ajudou a elevar endividamento das famílias, analisou ela, e impulsionou o sentimento de "muito endividado" do brasileiro, explicou.

"As concessões de crédito estão crescendo mais para pessoa física do que para pessoa jurídica", comenta. "As pessoas não deixaram outras modalidades de dívida, continuam a ter dívida em cartão de crédito; e pegaram ainda mais crédito, de longo prazo." A economista não classifica a situação como preocupante no momento.

> "O cenário pode azedar se os juros ficarem altos ou voltarem a subir"
> *Felipe Salto*

Mas frisa que esse perfil de muito endividado deve ser monitorado. "Mas poderíamos estar em condições melhores? A resposta é sim."

Rodolfo Margato, vice-presidente de Pesquisa Econômica da XP Investimentos, concorda. "Se aumenta o endividamento, isso favorece o chamado superendividamento", frisa.

Margato também ressalta a importância das mudanças na trajetória dos juros para a evolução do endividamento e do superendividamento. "Do ponto de vista de planejamento ou de necessidade de muitas famílias que não são poupadoras e, portanto, precisam contrair dívida, essas mudanças [nos juros] num período relativamente curto geralmente causam piora em termos de previsibilidade, de planejamento financeiro, individual ou familiar", diz.

O especialista da XP também cita os dados do BC sobre endividamento das famílias como mais uma razão para se acompanhar com cuidado a evolução dos chamados superendividados nos próximos meses. Para ele, mesmo com melhora ante iguais períodos no passado, as famílias ainda contam com nível elevado de endividamento. "E o custo dessa dívida tende a ser mais alto do que a gente imaginava há alguns meses, por causa da interrupção do ciclo", reitera, referindo-se à recente parada do BC no corte da Selic.

Outro aspecto mencionado por Margato é o fato de que a percepção de risco do mercado também afeta a oferta e o patamar de juros de empréstimos às famílias. Recentemente, houve bastante ruído na comunicação entre mercado, governo e BC sobre os juros. Não é só o ciclo da taxa Selic que ajuda a elevar custo de crédito, argumenta. "É também a percepção de risco, maior ou menor, que é embutida nas taxas de juros dos ofertantes do mercado de crédito."

Ao ser questionado se o cenário poderia conduzir à piora na inadimplência no médio e longo prazos, Margato é cauteloso. Lembra que o mercado de trabalho, com boa oferta de emprego e aumento em renda — e, com isso, maior folga no orçamento —, oferece um bom esteio para capacidade de pagamento das famílias. Para ele, o mais provável é a acomodação de indicadores de crédito, como concessões e inadimplência, do que deterioração aguda ou continuidade de melhora observada entre o terceiro trimestre de 2023 e o segundo trimestre de 2024.

Ele admite que o panorama atual favorece o aumento da parcela de muito endividados e superendividados nos próximos meses.

Raquel Borges de Sá, chefe de economia e head de conteúdo na Rico, também prevê "freada", em alguns meses, na melhora dos níveis de endividamento. "É um cenário de bastante cautela", afirma. Ela pondera que, além da situação dos juros, outro aspecto importante para entender o desenrolar do superendividamento no país é a pouca educação financeira do brasileiro. Sá observa que não é incomum um endividado tomar empréstimo sem perceber o custo da dívida no longo prazo. Isso porque há pouco conhecimento sobre o impacto de juros no serviço de dívida. Ela acrescenta que o BC tem montado iniciativas para se elevar a educação financeira.

Beto Saadia, diretor de investimentos da Nomos, acrescenta que, além de estratégias de educação financeira pelo BC, o governo tem estado atento à evolução do endividamento e do superendividamento. A União tem montado estratégias de negociação de dívidas, como o programa Desenrola; e também decisões via Conselho Monetário Nacional (CMN), lembra, de como o juro acumulado no cartão de crédito não pode exceder o valor do principal da dívida.

O cartão de crédito, aliás, é outro grande fator para o avanço do total de muito endividados, concorda Saadia. Na Peic de maio, da CNC, foi lembrado por 86,9% dos endividados como modalidade de crédito mais usada. "Impressiona os números, quando se compara a utilização do cartão de crédito do brasileiro com outros países, o brasileiro chega a dedicar quase 40% do consumo dele no cartão de crédito", nota.

Mas, para Saadia, endividamento e inadimplência não devem disparar e isso se deve a uma mudança no mercado de crédito no país. Os bancos estão, neste ano, mais restritivos na oferta de crédito do que no passado e direcionando as linhas para tomadores com menos risco de inadimplência. "Os bancos estão cada vez mais inteligentes na liberação do crédito", diz.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, também não acredita em perigo para a inadimplência no futuro. Mas concorda que a evolução desse quadro dependerá da trajetória da Selic. "A inadimplência não deve ter grandes mexidas, até porque o Desenrola colaborou para uma boa renegociação. E ampla também. Mas claro que o cenário pode azedar se os juros ficarem altos ou voltarem a subir, o que não se deve descartar, ainda que eu não acredite."

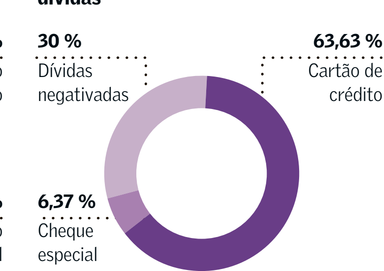
Vilões do endividamento

Devedores apontam principais causas de "superendividamento"

Fatia no total de causas de 'superendividamento' em empréstimos

7,86 % Ambos os empréstimos
32,39 % Empréstimo consignado
59,74 % Empréstimo pessoal

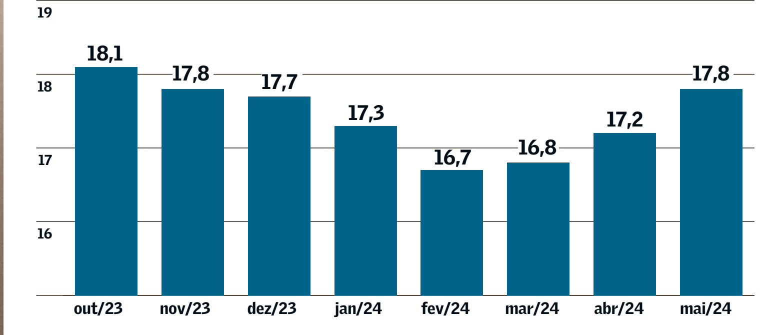
Fatia no total de causas de "superendividamento" em "outras dívidas"



Fonte: Associação Nacional de Assistência aos Superendividados (Anas).

Total de muito endividados dispara

Fatia cresce e registra maior patamar desde outubro de 2023 - em %



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Superendividamento atinge todas as classes sociais

Do Rio

Os superendividamento não é prerrogativa dos mais pobres, Pessoas nessa condição podem ser encontrados em todas as faixas de renda, afirma Sérgio Gradovski, presidente da Associação Nacional de Assistência aos Superendividados (Anas).

Gradovski informou que a associação fez um pesquisa sobre o tema, em junho, com universo de 2.396 pessoas.

No levantamento, o perfil do superendividado — com mais 50% da renda comprometida com pagamento de dívidas — foi mapeado principalmente como autônomo; servidor público; e aposentado/pensionista.

Do total de superendividados na pesquisa a maioria (68,48%) tem renda mensal média entre R$ 3 mil e R$ 5 mil. Mas também foram encontrados casos em faixas de renda mais elevadas. Cerca de 17% ganhavam entre R$ 5 mil e R$ 10 mil e 13,69% tinham renda superior à R$ 10 mil mensais.

No entendimento de Gradovski, juros altos e oferta irresponsável de crédito, de alguns bancos e financeiras (para tomadores sem capacidade de pagamento), são algumas das razões para o superendividado". A pouca educação financeira do brasileiro também contribuiu para o cenário.

"O que fazemos [para ajudar o superendividado] é encaminhar um plano de pagamento, limitando o percentual [de renda para quitar dívidas], por meio de pagamento via câmara de arbitragem, antes de judicialização", disse.

Planos de pagamento são fundamentais para lidar com a situação, concordou Renata Watanabe, diretora de risco da DM, grupo de serviços financeiros especializado em gestão de crédito. "A partir da renda, é preciso analisar o quanto de crédito se pode pagar mensalmente, para assim fazer aquisições mais conscientes — sem comprometer gastos essenciais, com luz, água, internet etc.", disse.

Watanabe também sugere que as famílias criem reservas financeiras. "Para que, numa emergência, ainda haja condições de arcar com custos do dia a dia e quitar dívidas", afirmou. *(AS)*

Lula defende PEC de segurança de Lewandowski

Fabio Murakawa e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na terça-feira a ideia do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, de criar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para definir políticas nacionais para a segurança pública. Ele previu resistência de governadores ao plano, mas afirmou que os Estados sozinhos já não dão mais conta de cuidar do setor. A segurança é, de acordo com pesquisas, a área mais mal avaliada do governo.

"Lewandowski está certo [de propor uma PEC para a Segurança Pública]. Em 10 a 15 dias, vou chamar Lewandowski e todos os ministros que foram governadores de Estado para que a gente possa fazer uma proposta de segurança pública sabendo que a gente vai enfrentar a recusa de muitos governadores", disse Lula em entrevista à Rádio Sociedade, de Salvador. "Muitos reclamam da segurança, mas não querem abrir mão do controle da polícia. Não queremos ter ingerência. O que queremos saber é se é necessário o governo federal participar não só com repasse de dinheiro."

Nos bastidores, a percepção no Ministério da Justiça é que, com a fala do presidente, a discussão muda de patamar. Na semana passada, houve uma reunião entre técnicos da Justiça e da Casa Civil para debater o texto. Lula já está a par do tema e tem interesse em levá-lo adiante, segundo fontes. A nova reunião anunciada pelo presidente deve ser marcada na semana que vem, quando Lewandowski retorna de viagem de Portugal.

Fontes na pasta acreditam que o tema tem tido "aderência" no Congresso, mesmo entre parlamentares de oposição. O fato de o senador Marcos do Val (Podemos-ES) ter apresentado uma PEC pela constitucionalização do SUSP na semana passada é um sinal disso.

O governo tem dialogado informalmente com governadores sobre a proposta, mas ainda não houve conversas "com o texto na mão". As resistências até o momento, segundo relatos, partem de governadores da direita, fundadas em argumentos de suas bases de que a proposta representaria interferência da União em atribuições dos Estados. Mas, na avaliação de Lewandowski, isso não deve impedir o governo de avançar com a ideia em uma área em que Lula é mal avaliado pela população.

Vender é muito bom, mas **entregar 11 prédios no ano é melhor ainda**

Em 2024, entregaremos 11 novos prédios.
Até junho, já entregamos cinco e, no segundo semestre, serão mais seis.

Já entregues neste ano



Sorocaba
Campolim
Entregue em janeiro



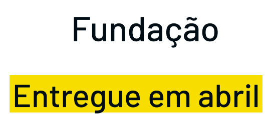
Santo André
Vila Lea / Bairro Jardim
Entregue em fevereiro



Atibaia
Alvinópolis
Entregue em março



São Caetano
Fundação


Entregue em abril



Campinas
Guanabara
Entregue em junho

Mais 6 entregas em 2024

Para o segundo semestre, serão mais seis prédios entregues.

1. **Santo André** – Vila Bastos
2. **São José dos Campos** – Vila Ema
3. **Santo André** – Campestre
4. **São Paulo** – Ipiranga / Nova Klabin
5. **Sorocaba** – Campolim
6. **Campinas** – Novo Cambuí / Norte-Sul



Aponte a câmera
do celular e saiba mais
construtorapatriani.com.br

Fale com a gente:
Ligue **4000-1556** - WhatsApp **11 97673-1715**

PATRIANI

Você ainda vai morar num PATRIANI

INÊS 249

Diplomacia Brasil tem desafio de evitar que tensões geopolíticas contaminem os debates e prejudiquem andamento de prioridades estabelecidas pelo governo

Negociadores do G20 se reúnem no Rio para alinhar documento final



Paula Martini
De Rio

À frente da presidência rotativa do G20, grupo de maiores economias do planeta, o Brasil tem o desafio de evitar que tensões geopolíticas internacionais contaminem os debates e prejudiquem o andamento das prioridades estabelecidas pelo governo ao assumir a liderança sobre as 19 grandes economias, além de União Europeia e União Africana.

Os sherpas, negociadores que representam os chefes de Estado no G20, se reúnem no Rio a partir desta quarta (3) para discutir o documento final que o bloco vai emitir em novembro, após a cúpula de líderes das potências, que será realizada nos dias 18 e 19 de novembro no Rio. A ideia é chegar até lá com uma posição comum no papel, inclusive sobre questões geopolíticas que envolvem o acirramento de guerras e conflitos internacionais.

Nesta que é a terceira e penúltima reunião dos negociadores antes do encontro dos chefes de Estado, porém, os sherpas têm de garantir que o grupo está conseguindo, ou vai conseguir, produzir os resultados propostos pelo Brasil quando assumiu a presidência do grupo, em 2023, com foco nas forças-tarefa voltadas para uma aliança global contra a fome e de mobilização contra as mudanças climáticas.

O objetivo é trabalhar para uma declaração consensual dentro de um bloco diverso, que reúne potências como Estados Unidos, Rússia, Japão e países em desenvolvimento. Fontes a par das negociações avaliam que o diálogo pode ficar comprometido após a última reunião do G7, mês passado, na Itália. Na ocasião, o grupo formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido decidiu usar bilhões de dólares congelados nos bancos ocidentais para ajudar a Ucrânia.

"Essa decisão mostra uma união do bloco ocidental para tentar apoiar a Ucrânia de uma maneira muito concreta e isso vai ter algum tipo de reação da Rússia", disse ao **Valor** uma fonte envolvida na condução da agenda brasileira.

O interlocutor comparou o cenário atual ao da primeira reunião de chanceleres do G20, em fevereiro, também no Rio, pautada pelos conflitos no Oriente Médio e na Ucrânia. Ele também destacou o temor de uma nova guerra na fronteira entre o Líbano e Israel. "Então, nesse sentido, o ambiente fica pior", observou.

Se no encontro de chanceleres o Brasil optou por não propor um comunicado conjunto, para não prejudicar as negociações entre os países, os sherpas têm a missão oposta: conduzir o processo diplomático de forma que as negociações deem origem a um comunicado comum dos chefes de Estado, a ser conhecido em novembro.

"Daqui para a cúpula de líderes, queremos ter uma posição comum no papel, inclusive sobre essas questões geopolíticas complexas", afirmou a fonte a par do andamento das negociações da diplomacia brasileira.

Até sexta-feira (5) os sherpas de 21 países e blocos econômicos que compõem o G20, além dos representantes de oito países convidados e de 12 organizações internacionais se reúnem no Hotel Nacional, em São Conrado, zona sul do Rio.

Na quinta (4), os negociadores recebem a portas fechadas os representantes dos grupos de engajamento da sociedade civil, num momento inédito proposto pela presidência brasileira. A ideia é que os grupos apresentem as recomendações com antecedência, para que elas tenham mais chances de serem discutidas e contempladas nas decisões dos líderes.

Na sexta, os sherpas se debruçam sobre a discussão do documento final, também em reunião restrita, para que o texto comece a ser escrito em setembro, após o período de férias no hemisfério Norte. Também na sexta, o embaixador Maurício Lyrio, sherpa do G20 no Brasil, apresenta os resultados do encontro aos jornalistas.

Depois da reunião de sherpas, o Rio ainda sedia outros dois eventos importantes para as ambições do Brasil no G20. No dia 24, a reunião ministerial da Força-Tarefa de Combate à Fome vai marcar o lançamento da Aliança Global Contra a Fome. O evento no galpão da Ação da Cidadania, organização fundada pelo sociólogo Betinho, deve contar com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e autoridades internacionais.

Nos dias 25 e 26, os ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G20 se reúnem na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio, após participarem de cúpulas em São Paulo e Washington. De acordo com a embaixadora Tatiana Rosito, coordenadora da trilha de finanças do G20, a taxação dos "super-ricos" será um dos principais temas em pauta. "Também vamos discutir a transição climática justa, a infraestrutura resiliente e a reforma de infraestrutura financeira internacional", disse ao **Valor**.

Para o presidente do comitê municipal organizador do G20, Lucas Padilha, o segundo semestre marca nova etapa do fórum: "O primeiro semestre foi dedicado a estabelecer as prioridades e agora estamos em um momento máximo de negociações até o terceiro momento, que será a realização da cúpula".

WENDERSON ARAUJO/VALOR



Taxação de super-ricos estará no foco da reunião de ministros *Tatiana Rosito*

Para ganhar força, grupos entregam proposta comum

Victoria Netto
Do Rio

Um conjunto de recomendações confluentes entre dois grupos de engajamento do G20 — o dos "Think Tanks" (T20) e o da Sociedade Civil (C20) — deu origem a uma declaração que será entregue à parte das cartas oficiais nesta quarta-feira (3), quando os negociadores do fórum econômico receberão as recomendações dos grupos.

As propostas, antecipadas ao **Valor**, versam sobre a reforma da arquitetura financeira global, transição energética justa e transformação digital inclusiva. O objetivo da entrega é aumentar as chances de que as sugestões ganhem força junto à trilha de sherpas, neste ano sob a presidência rotativa do Brasil.

A "Declaração do Diálogo de Convergências", construída por 35 entidades, reforça os pontos em comum dos comunicados dos grupos, chamados de "communiqué". A preparação do documento contou com três forças-tarefa e três grupos de trabalho integrantes do T20 e do C20.

"A declaração não concorre [com as cartas oficiais] é parte da tentativa de conectar os dois grupos de engajamento em algumas agendas em que encontramos convergência ao longo desses últimos meses. A nossa intenção é aumentar o impacto disso junto aos líderes", explica Ana Garcia, pesquisadora do Brics Policy Center e colíder da força-tarefa do T20 que trata da reforma da arquitetura de financiamento internacional.

No âmbito das reformas, a declaração defende reforma da política de empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) por meio de um limite máximo para a taxa de juro dos Direitos de Saque Especiais (DSE), com o intuito de proteger os países do aumento dos custos dos empréstimos em caso de dificuldades financeiras.

O grupo também advoga pela análise de sustentabilidade da dívida. "O FMI tem feito um movimento cíclico de cobrar mais dos mais endividados. Precisamos da limitação das taxas de juros", afirma Garcia.

Além disso, as entidades recomendam que o G20 acelere a reforma do "Quadro Comum para o Tratamento da Dívida", adotado durante a pandemia para tratar o problema das dívidas insustentáveis que muitos países enfrentam em razão da covid-19.

Quanto à tributação internacional, as organizações defendem que a ONU seja o organismo responsável tanto pela arrecadação relacionada a multinacionais quanto a oriunda da taxação de bilionários.

Hoje, o órgão que arbitra a questão fiscal é a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio de acordo vinculante com o G20. "Mas entendemos que a OCDE não é o melhor espaço para a discussão da taxação, porque é um certo clube dos ricos, é uma organização internacional que reúne um grupo significativo de países, mas não o mundo todo", ressalta Garcia.

A declaração conjunta também sugere a vinculação da agenda de transição energética justa a aspectos sociais, com planos que garantam o acesso à energia limpa a preços acessíveis a comunidades originárias e empobrecidas.

"Ter um olhar social é o que pedimos aos países do G20", afirma Maiara Folly, diretora-executiva da Plataforma CIPÓ e colíder da força-tarefa do T20 que foca na ação climática sustentável e transições energéticas.

Ela observa que hoje há uma resistência ao avanço da agenda de descarbonização não só por parte de alguns setores econômicos, como o de combustíveis fósseis e agricultura, mas também por parte de parcela da população.

Outro aspecto-chave da declaração para um processo de descarbonização a nível global é a ênfase na cooperação internacional, para que os países em desenvolvimento também sejam capazes de produzir tecnologias.

"Da forma como as cadeias produtivas estão organizadas, os países em desenvolvimento costumam ser meramente exportadores de commodities e importadores de produtos de maior valor agregado. Do nosso ponto de vista, para que o mundo em desenvolvimento consiga se beneficiar dessas oportunidades atreladas à transição, ele também precisa ter condições de acessar tecnologias", afirma Folly.

Os dois grupos também recomendam a criação de um órgão permanente de ação climática dedicado a monitorar a implementação dos compromissos relacionados com o clima dos grupos de trabalho e grupos de engajamento do G20.

No âmbito digital, pedem que o G20 promova o desenvolvimento de Infraestruturas Públicas Digitais por meio de processos mais democráticos e de uma participação pública significativa. As entidades também recomendam o alinhamento do desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para mitigar os impactos ambientais e melhorar as condições da cadeia de abastecimento de IA, incluindo as partes interessadas na avaliação contínua dos riscos através de auditorias externas e acesso a dados.

Somente 57% dos municípios têm Fundo do Idoso

Alex Jorge Braga
De São Paulo

Criado em 20 de janeiro de 2010, o Fundo do Idoso não é uma realidade efetiva em 43% dos municípios brasileiros. Apenas 436 das 5.579 cidades do país receberam recursos em 2021 por meio desta política, diz levantamento da Nexo Investimento Social.

Administrados pelo Conselho dos Direitos do Idoso correspondente a uma das três esferas da administração pública, estes fundos têm por objetivo captar recursos para serem investidos em ações que promovam o bem-estar e a qualidade de vida da população com mais de 60 anos, sobretudo para idosos em situação de vulnerabilidade social e econômica.

De acordo com a professora associada da Fundação Dom Cabral (FDC) e coordenadora do FDC Longevidade, Michelle Queiroz Coelho, o país está vivendo uma intensa transição demográfica, em que a parcela de idosos superará gradativamente a de crianças e adolescentes. Diante deste cenário, a especialista afirma que estamos vivendo uma "janela promissora" para criação e ampliação desta política em todo o território nacional.

"Ainda temos um percentual de idosos menor que o de crianças e adolescentes na maioria dos estados. Então, dá tempo de correr atrás e termos um movimento massivo de fundos no país, antes que a transição etária da maioria da população se concretize, o que pode tornar tudo mais difícil".

Os recursos do Fundo do Idoso vêm de doações de pessoas físicas e jurídicas, e, também, de multas e penalidades aplicadas a infratores da legislação que protege essa parcela da população.

Ao fazer a versão completa do Imposto de Renda, as pessoas físicas podem destinar até 6% dele para projetos aprovados para esse fundo. Neste caso, pode-se optar pela doação aos fundos controlados pelos Conselhos de Direito da Pessoa Idosa diretamente em sua declaração de ajuste anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Na doação, o contribuinte especifica se os recursos irão para o fundo nacional ou para um dos fundos estaduais ou municipais.

Já no caso de pessoas jurídicas, cada município determina se a doação pode ser direcionada a uma organização ou a um projeto de preferência, obrigatoriamente com aprovação prévia via um edital, ou se ela é definida posteriormente pelo próprio conselho, sem interferência do doador. Em ambas as situações, porém, o capital doado sempre será depositado na conta específica do fundo e depois repassado para a organização beneficiada.

Segundo Michelle, este é um dos motivos para o sucesso da arrecadação dos fundos: a possibilidade ou não de os doadores direcionarem a doação para iniciativas de sua preferência.

Ao analisar todo o processo, a pesquisadora ressalta que é fundamental a celeridade na liberação dos recursos doados para execução das políticas públicas. Infelizmente, existem fundos no Brasil que chegam a demorar de seis meses a um ano para liberar recursos para as organizações, o que pode acarretar em perda de credibilidade junto aos doadores, além da descontinuidade de atendimentos para a população idosa, por exemplo.

Esses recursos podem ser destinados para casas de acolhimento, centros de convivência, programas de capacitação e inclusão social, além de outras iniciativas que visem garantir o envelhecimento digno e saudável da população.

O estudo também aponta que a distribuição dos valores via Fundo do Idoso é desigual no território nacional. O Sudeste concentrou 56% do montante e recebeu recursos em 204 fundos, enquanto o Norte arrecadou somente 2% dos aportes em dez fundos. Os Estados do Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima não receberam nada desse mecanismo.

Entre os municípios e Estados que constituíram um conselho do idoso, somente 14% efetivaram o recebimento de recursos. Na visão de Michelle, esse fato indica problemas no processo de criação e regulamentação dos fundos, e, também, dos desafios para estruturação e qualificação para a captação de recursos.

O Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte é o terceiro que mais recebeu doações no país. De acordo com a Subsecretária de Direitos de Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Luana de Araújo Cunha, já foram apoiados 122 projetos desde o ano de 2017. Para este ano, a estimativa é arrecadar cerca de R$ 65 milhões.

De acordo com a subsecretária, o regional centro-sul da capital mineira é o que mais recebe recursos, o que, em sua visão, é uma questão. "O ideal é que tivéssemos mais aportes nos regionais com maior índice de vulnerabilidade. Para mudar um pouco esse cenário, estamos analisando junto ao Conselho Municipal do Idoso iniciativas para levar mais recursos para as áreas mais pobres."

Os dez mais

Fundos do Idoso com maiores doações, em R$

Fundo Municipal do Idoso de Barretos	53.769.892
Fundo Municipal do Idoso de Porto Alegre	16.479.925
Fundo Municipal do Idoso de Belo Horizonte	12.829.734
Fundo Municipal do Idoso de Curitiba	11.163.598
Fundo Municipal do Idoso de Fortaleza	9.165.988
Fundo Estadual do Idoso de São Paulo	8.033.260
Fundo Municipal do Idoso de Campina Grande do Sul	6.532.534
Fundo Estadual do Idoso do Paraná	5.242.219
Fundo Municipal do Idoso de São Lourenço do Sul	3.675.582
Fundo Municipal do Idoso de Jaraguá do Sul	2.620.748

Escala: 0 – 60.000.000

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL SERÃO OS MOTORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O combate à fome, à pobreza e à desigualdade é uma das prioridades do governo brasileiro na presidência do G20.

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), como um dos coordenadores do T20, grupo de think tanks dos países membros do G20, acredita que o desenvolvimento econômico é o caminho para superar a desigualdade e a pobreza.

Nos próximos anos, seus grandes motores serão a Transição Energética e a Transformação Digital, que podem acelerar o progresso na direção de economias resilientes e mais sustentáveis, gerando emprego e renda.

O CEBRI considera que o setor privado terá papel fundamental nos investimentos em energia renovável e infraestrutura sustentável.

Para atrair esse capital, políticas públicas devem criar um ambiente de negócios seguro — regulamentação favorável, financiamento de longo prazo e taxas de juros mais baixas. Os bancos multilaterais também serão essenciais para mitigar riscos e alavancar recursos.

Mercados de carbono bem regulados e transparentes são instrumentos vitais de financiamento da transição energética, pois não só incentivam a redução das emissões de gases de efeito estufa, por meio de compensações financeiras, como mobilizam capital privado para investimentos em sustentabilidade.

A Inteligência Artificial (IA) é outra oportunidade para os países em desenvolvimento, e o engajamento do G20 é importante para que, com iniciativas estratégicas e adoção de padrões globais, a IA seja direcionada ao bem-estar, ao progresso global e ao enfrentamento dos impactos econômicos e sociais.


Assista ao vídeo da CEO Julia Dias Leite

A revolução da IA tem o potencial de impulsionar transformações sociais e um aumento significativo da produtividade econômica. Para que seja bem-sucedida, requer fortes investimentos numa infraestrutura digital confiável e compromisso político com governança ética e inovadora.

Investir em capital humano é essencial para essa revolução, com educação, treinamento e parcerias com a indústria e instituições de ensino. A alfabetização digital deve estar no currículo escolar, com a capacitação de educadores. Programas de requalificação precisam ser incentivados, sobretudo para aqueles trabalhadores em postos que podem ser informatizados.

A partir dessa visão, o CEBRI espera colaborar com o debate público para que a presidência brasileira no G20 traga resultados concretos aos desafios da agenda global.



INÊS 249

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01	-0,55
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	jun/24	mai/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice jun/24	Número índice mai/24	Número índice dez/23	Número índice jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana jun/24 0,40%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
		No prazo legal		
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio 2024	Janeiro-maio 2023	Var. %	maio 2024	maio 2023	Var. %
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mai/23 Valor	mai/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

Governo Presidente diz que o Executivo planeja fazer 'alguma coisa' sobre esse quadro; Haddad nega que Fazenda poderia propor uma mudança no IOF sobre o câmbio

'Há uma especulação, um jogo de interesse contra o real', afirma Lula

Fabio Murakawa e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na terça-feira (2) que a alta do dólar o preocupa, mas atribuiu o movimento à "especulação" contra o real. Nos últimos dias, o câmbio tem sido pressionado pela incerteza de agentes do mercado financeiro com a política fiscal, principalmente por causa de declarações de Lula indicando baixa probabilidade de avanço em uma agenda de corte de despesas. Na terça-feira, a moeda americana fechou em R$ 5,66.

"Obviamente que me preocupa essa subida do dólar. Há uma especulação, há um jogo de interesse especulativo contra o real nesse país. Não é normal o que está acontecendo", disse Lula em entrevista à Rádio Sociedade, durante visita à Bahia.

Segundo o presidente, o governo planeja fazer "alguma coisa" sobre esse cenário, mas não revelou qual seria a sua ideia. Questionado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou rumores de que a equipe econômica poderia propor uma mudança no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre o câmbio. Haddad afirmou que é preciso melhorar a comunicação do governo, especialmente sobre a autonomia do Banco Central (BC) e sobre a "rigidez" do arcabouço fiscal para melhorar a percepção dos agentes econômicos sobre o país.

Na entrevista, Lula também defendeu que a depreciação do real não seria compatível com os indicadores da economia. "Se você pegar os dados da economia, você vai perceber que o PIB está crescendo mais que previsão do mercado, desemprego está caindo mais que previsão do mercado, renda da massa salarial está crescendo mais, os acordos salariais estão com ganhos reais", citou Lula. "Não tem nenhuma razão para as pessoas terem medo, ficarem assustadas", completou.

O mau humor do mercado, no entanto, tem relação com as sinalizações de Lula sobre a agenda de gastos públicos em entrevistas recentes. Em uma das declarações mais fortes, o presidente afirmou que a questão em debate era se a redução de despesas era necessária ou o ajuste poderia ser feito com aumento de receitas.

Ao voltar a esse tema ontem, Lula disse que "ninguém nesse país cuidou mais dos gastos públicos" do que ele. Mas voltou a reforçar que não fará ajuste fiscal prejudicando os pobres. "O que eu não posso é aceitar ideia de acabar com benefício de pobre."

O presidente lembrou que, durante esse governo, foi aprovado o novo marco fiscal e uma reforma tributária. "O que a gente não pode abrir mão é melhorar a vida do povo brasileiro. Se alguém estiver aplicando mal o dinheiro, a gente para. Porque também não vamos jogar dinheiro fora", afirmou, ao se referir à agenda de revisão de gastos, que deve ser tema de uma reunião do presidente com a equipe econômica nesta quarta-feira (*ver nesta página*).

Em outra frente que também tem levado estresse ao mercado, Lula voltou ontem a criticar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a quem acusou de ter viés político. "Definitivamente, eu acho que ele tem um viés político, e eu não posso fazer nada, eu tenho que esperar ele terminar o mandato e indicar alguém." Em 2022, porém, Campos Neto promoveu uma forte elevação da Selic, no ano em que Jair Bolsonaro, que o indicou ao cargo, concorreu à reeleição.

Lula voltou a citar a experiência em seus dois primeiros mandatos, quando não havia a previsão de mandatos fixos para a diretoria da autoridade monetária. Segundo o petista, o chefe do BC na época, Henrique Meirelles, tinha total autonomia para tomar decisões.

"Minha visão sobre Banco Central não é teórica, é de um presidente com oito anos que teve Banco Central com total autonomia. Alguém pode falar que o [Henrique] Meirelles não teve autonomia? O FHC trocou três presidentes do BC, e é normal", completou.

Desde o início do mandato, Lula tem feito críticas ao BC, primeiro por não reduzir mais rapidamente a taxa de juros no início do ano passado e, agora, por causa da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de interromper o ciclo de afrouxamento a manter a Selic em 10,5% ao ano. A decisão foi tomada por fatores como cenário externo, desancoragem das expectativas da inflação e incerteza fiscal.

"No meu primeiro mandato, a indústria batia no governo em toda a reunião do Copom. Mas eu acho que a gente precisa manter o BC funcionando de forma correta, com autonomia. Para que o presidente do BC não fique vulnerável às pressões políticas. Se você é um presidente democrata, você faz isso sem nenhum problema. Quando você é autoritário, você permite que o mercado se apodere de uma instituição que deveria ser do Estado", frisou o presidente. *(Colaborou Gabriela Pereira)*

Ver também página C1

RICARDO STUCKERT/PR



Lula: "Não tem nenhuma razão para as pessoas ficarem assustadas"

Presidente diz não temer etarismo

De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na terça-feira (3) que não tem receio de sofrer etarismo numa eventual tentativa de reeleição em 2026, mas deixou aberta a porta para o partido procurar um "candidato jovem, que possa ganhar as eleições".

A fala ocorre em meio a questionamentos que o presidente dos EUA, Joe Biden, vem sofrendo ao tentar a reeleição aos 81 anos, idade que Lula completará em outubro de 2026.

"Não tenho receio [de sofrer etarismo, como Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, candidato à reeleição]", disse Lula em entrevista à Rádio Sociedade, em Salvador, onde cumpria agenda.

Lula ponderou que só será candidato em 2026 se "não aparecer ninguém para derrotar o fascismo".

"Eu só seria uma candidatura nova se não aparecer ninguém para derrotar o fascismo. Essa gente que está propagando mentira, ódio, fascismo. Se não, nós temos que procurar um candidato jovem, que possa ganhar as eleições e trabalhar", afirmou Lula.

Apesar das declarações, Lula falou em seguida que "se sente um menino" do ponto de vista de saúde e que tem "muita energia".

Ele voltou a dizer que o ex-presidente Jair Bolsonaro, seu adversário nas eleições de 2018, não tinha "nenhum compromisso com nenhuma verdade".

Sobre eventual retorno de Bolsonaro ao poder, Lula disse não acreditar. "[Bolsonaro] perdeu as eleições e não volta mais, porque esse povo vai ter que aprender a gostar da democracia, vai ter que aprender a conviver de forma civilizada, educada, um respeitar o outro. Eu sonho que é possível fazer isso."

Questionado se Biden tem condições de ser candidato à reeleição nos Estados Unidos, Lula falou que somente o presidente americano pode responder a essa questão.

"Ele tem que tomar uma de decisão: se eu estou bem, eu vou pro embate, se eu não estou bem, eu vou parar". Lula disse ainda que Donald Trump — adversário de Biden — é "agressivo" e "mentiroso".

Na entrevista, o presidente voltou defender o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que é apontado como pivô de alguns conflitos na Esplanada dos Ministérios.

"No nosso governo não tem projeto pessoal. Quem tiver projeto pessoal, vai levar para o Rui. E vai discutir um projeto que seja factível para o país, e não para um ministro", disse. "É nesse aspecto que a Casa Civil me dá muita tranquilidade. Porque eu sei da seriedade das pessoas que estão lá", completou.

Lula reforçou que é importante que Rui Costa seja "duro". "Muita gente fala que esse Rui Costa é muito duro, mas é importante que ele seja assim. Pouca gente conhece o Brasil como o Rui Costa. As coisas só chegam a mim quando estão resolvidas. Ou quando são boas notícias", relatou o presidente.

Lula já havia feito afagos a Rui Costa na segunda-feira, dizendo que ele e a secretária-executiva da pasta, Miriam Belchior, formam uma dupla "quase imbatível". "Eles não deixam nada escapar. Nenhum ministro conta uma mentira para mim que o Rui e a Miriam não desmintam."

Rui Costa sofre críticas por ser da ala política do governo que defende mais investimento público, principalmente no PAC, enquanto a ala econômica tenta acomodar as despesas dentro do limite de crescimento do novo arcabouço fiscal.

Já houve embates diretos entre Costa e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a meta de déficit zero, considerada "austera" por alguns integrantes da Esplanada. *(FM e JS)*

Ao alimentar alta do dólar, Lula piora cenário econômico

Análise

Sergio Lamucci
São Paulo

Na série de entrevistas concedidas nas últimas semanas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem conseguido aumentar incertezas sobre as contas públicas e levantar dúvidas sobre a política monetária a partir de 2025. A alta do dólar reflete em grande parte o fato de que Lula deixa claro que controlar gastos não é a prioridade de seu governo, além das indicações de que quer como substituto de Roberto Campos Neto no Banco Central (BC) alguém alinhado à sua visão sobre o nível dos juros. A disparada da moeda americana piora as perspectivas para a inflação, o que só dificulta a vida do BC. As expectativas para o IPCA de 2024 e 2025 têm subido seguidamente, distanciando-se da meta perseguida pela autoridade monetária, de 3%. Isso adia a possibilidade de retomada de cortes da Selic, o que obviamente afetará o ritmo da atividade econômica.

Nesse cenário, Lula ofusca boas notícias da economia brasileira, especialmente no mercado de trabalho. Na semana passada, a taxa de desemprego nos três meses encerrados em maio ficou em 7,1%, a menor para o período desde 2014. A massa de rendimentos, por sua vez, cresceu 9% em relação ao mesmo intervalo do ano passado, já descontada a inflação.

O foco na economia, porém, recai sobre o comportamento do câmbio. O dólar já sobe quase 17% neste ano, chegando ontem a bater em R$ 5,70. Em vez de contribuir para tornar o cenário menos indefinido, Lula tem sido uma grande fonte de incertezas, e num momento em que o ambiente externo é desfavorável aos países emergentes. Os juros nos EUA vão ficar mais tempo em níveis elevados, caindo mais tarde e menos do que se imaginava no começo do ano.

As dúvidas sobre o quadro fiscal se ampliaram especialmente a partir de 15 de abril, quando houve o afrouxamento das metas de resultado primário (que excluem os gastos com juros) de 2025 e dos anos seguintes. A mudança aumentou as dúvidas em relação ao novo arcabouço fiscal, que depende de elevações significativas e contínuas da receita para ficar em pé. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, acenaram com medidas de ajuste fiscal pelo lado da despesa, mas Lula tem indicado que não pretende seguir esse caminho nas várias entrevistas que passou a conceder nas últimas semanas.

Além disso, o presidente passou a bombardear Campos Neto e o nível da Selic. Ao centrar fogo na autoridade monetária e em sua autonomia, Lula indica que quer um presidente do BC domesticado em 2025. Isso vai tornar mais difícil a vida de quem substituir Campos Neto, seja o atual diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, seja um outro nome. Lula sugere que o próximo presidente do BC assumirá com a missão de reduzir a Selic, o que afeta a credibilidade de quem assumir o comando da instituição em janeiro de 2025. Se o câmbio permanecer desvalorizado e as expectativas de inflação seguirem desancoradas, o trabalho do BC será mais árduo.

Em mais uma entrevista concedida nesta terça-feira, Lula atribuiu a alta do dólar à especulação, afirmando que o governo precisa fazer alguma coisa a respeito. O que o presidente pode fazer para aliviar o problema é parar de gerar incertezas, que têm alimentado o avanço da moeda americana. Lula só tem complicado a tarefa de Haddad e Tebet de promover o ajuste das contas públicas e o trabalho do BC de manter a inflação sob controle.

Além da disparada do dólar, Lula também tem colaborado para o aumento dos juros reais (descontada a inflação) de longo prazo. As taxas dos títulos corrigidos pelo IPCA que vencem em 2045 e 2050 fecharam ontem na casa de 6,65% ao ano. No fim de 2023, estavam abaixo de 5,5%. É um nível muito elevado, que, se mantido por muito tempo, exigirá um enorme esforço fiscal para controlar a dinâmica da dívida pública. Lula, em resumo, tem contribuído ativamente para piorar as perspectivas para a inflação, a atividade econômica e as contas públicas.

Haddad leva propostas para garantir meta fiscal

Jéssica Sant'Ana, Murillo Camarotto e Gabriela Pereira
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá uma reunião nesta quarta-feira (3) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar propostas para garantir o cumprimento do arcabouço fiscal até 2026. Ele, contudo, evitou falar em data para anúncio das medidas e reforçou que a decisão final sobre quais caminhos serão adotados cabe ao presidente da República.

A fala vem em meio a cobranças do mercado financeiro por medidas de corte de gastos, já que o ajuste fiscal vem sendo feito há um ano e meio apenas pelo lado das receitas. Pela ótica das despesas, o governo tem ampliado os gastos, desde a PEC da Transição, e feito apenas revisões cadastrais de benefícios.

Segundo Haddad, a equipe econômica está há 60 dias trabalhando na agenda de revisão de gastos, apesar de ainda não ter apresentado nada de concreto. "O presidente está mobilizando Planejamento, MGI [Ministério da Gestão], Casa Civil e Fazenda não só para elaboração do Orçamento de 2025 como para execução orçamentária de 2024."

Outra desconfiança do mercado é em relação ao que o governo fará no terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano, que sairá dia 22 de julho. O **Valor** apurou que a equipe econômica estima que um eventual bloqueio mais contingenciamento deve chegar a, no máximo, R$ 10 bilhões. Os números ainda estão sendo revisados pelas áreas técnicas e podem mudar.

Técnicos veem como possível ter que fazer um bloqueio (devido ao risco de descumprimento do limite de gastos) e um contingenciamento (devido ao risco de descumprir a banda da meta) ao mesmo tempo — o que, se confirmado, seria inédito neste governo. O efeito prático para os ministérios atingidos seria o mesmo: o congelamento das verbas, até que a situação do Orçamento melhore e a situação possa ser revertida.

O valor estimado preliminarmente, porém, é muito menor do que o esperado pelo mercado, que aponta a necessidade de um congelamento total de gastos de até R$ 40 bilhões.

Na segunda-feira (1º), Haddad afirmou que o congelamento de gastos "vai ser do tamanho necessário para que nossas metas sejam atingidas, tanto ponto de vista da despesa, que tem um teto, quanto do ponto de vista da receita, para que nós nos aproximemos, dentro da banda, da meta de 2024".

> Equipe econômica está há 60 dias trabalhando na agenda de revisão de gastos

A meta para este ano é de um déficit zero, mas há um intervalo de tolerância que permite ao governo um rombo de até R$ 28,8 bilhões. É com esse número que a equipe trabalha para verificar a necessidade de contingenciamento. Já o bloqueio acontece quando há risco de descumprir o limite de despesas previsto para o ano, de acordo com as novas regras do arcabouço fiscal.

O **Valor** também apurou que o Ministério da Fazenda não considera essencial que o Tribunal de Contas da União (TCU) responda neste momento a consulta pública sobre o limite máximo de contingenciamento de gastos que pode ser feito no ano, já que o valor que será anunciado no terceiro relatório bimestral ficará bem abaixo das projeções.

Há uma divergência entre os ministérios da Fazenda e do Planejamento se um dispositivo incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 é suficiente para dar segurança jurídica à interpretação que o limite máximo permitido de contingenciamento neste ano é de R$ 25,9 bilhões, de forma a garantir um crescimento mínimo real de 0,6% dos gastos.

Técnicos argumentam que o percentual de 0,6% é orçamentário, não valendo para a execução financeira em si. Com isso, o contingenciamento máximo de despesas poderia atingir até R$ 56 bilhões.

A área técnica do TCU, ao analisar o pedido, entendeu que a limitação pretendida pela Fazenda pode configurar infração à Lei de Responsabilidade Fiscal e à lei de finanças públicas, sendo passível de punição dos agentes públicos responsáveis. Os ministros da Corte podem ou não acompanhar as conclusões dos auditores.

A consulta chegou a constar para julgamento na sessão plenária da Corte de Contas do dia 19 de junho, mas foi retirada de pauta. A avaliação entre ministros é que o tema é sensível politicamente.

Livro Primeiro volume de trilogia é dedicado à elite dos servidores públicos e seus 'penduricalhos'

Carazza estuda a 'casta' dos privilegiados

Lucas Ferraz
De São Paulo



ANA PAULA PAIVA/VALOR

Debate realizado nesta terça-feira na Fundação Dom Cabral: Gabriela Lotta, Élida Graziane, Bruno Carazza, autor de "O país dos privilégios", Arminio Fraga, e a mediadora Renata Lo Prete

O economista Bruno Carazza lançou nesta terça-feira (2), na sede da Fundação Dom Cabral em São Paulo, o primeiro volume de "O país dos privilégios" (Companhia das Letras), obra em que analisa a criação e a manutenção dos privilégios no Brasil. O primeiro volume, sobre os "novos e velhos donos do poder", é dedicado aos servidores públicos da cúpula dos três Poderes.

Colunista do **Valor** e comentarista econômico do "Jornal da Globo", Carazza participou de um debate na terça-feira na Fundação Dom Cabral, onde leciona, que foi mediado pela jornalista Renata Lo Prete, apresentadora da TV Globo, e teve ainda a participação do economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso, da pesquisadora da Fundação Getulio Vargas (FGV) Gabriela Lotta e da procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo Élida Graziane.

"O objetivo do livro é mostrar as potencialidades que o Brasil não aproveita, como o Estado não cumpre o seu papel, com políticas públicas que não dão certo, com baixo crescimento e a baixa competitividade. A chave de tudo isso está nos privilégios", afirmou o autor. Ele claramente se inspirou — como admite — num clássico brasileiro, "Os donos do poder", livro publicado no final da década de 1950 pelo jurista e sociólogo Raymundo Faoro sobre o patrimonialismo da monarquia portuguesa e como ele sobreviveu no Brasil moderno.

A obra é dividida em três volumes, como Carazza brincou, em razão do grande número de privilégios no Brasil. O segundo volume da trilogia, dedicado aos benefícios do mundo privado, deve ser lançado no segundo semestre do ano que vem, enquanto o terceiro e último, sobre os privilegiados do andar de cima da sociedade, deve sair só em 2026.

"Ao contrário do que as pessoas pensam, a estrutura do Estado brasileiro não é grande no número de servidores. Mas o Estado pesa porque algumas categorias pressionam e têm grande sucesso nesse lobby", disse Carazza.

Um exemplo presente no primeiro volume dessas "castas", como citado pelos debatedores, está nos privilégios destinados aos magistrados e aos membros do Ministério Público, cujos integrantes costumam ter salários muito superiores ao teto estipulado pela Constituição — que deveria seguir como guia o rendimento mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R$ 44 mil.

> "A organização do Estado passa a ser um fim em si mesmo"
> *Gabriela Lotta*

"Há uma captura do Estado [pelo grande número de privilégios]. A visão panorâmica trazida pelo livro é impressionante e chama atenção o poder do lobby. Não há arquitetura que impeça o efeito escada", disse Arminio Fraga, para quem a reforma administrativa do Estado, meta perseguida por muitos e defendida pelos presentes, é uma tarefa para os políticos, não para os tecnocratas.

A pesquisadora Gabriela Lotta, que estuda o funcionalismo brasileiro, chamou a atenção que as desigualdades e privilégios expostos no livro refletem, de certa maneira, a realidade da desigualdade no país, sobretudo em relação à gênero e raça.

"A organização do Estado brasileiro passa a ser um fim em si mesmo. Os privilégios vão corroendo o sistema e acabam até mesmo com a legitimidade dos servidores para servir o público", afirmou a procuradora Élida Graziane, que citou entre os tantos privilégios debatidos no livro a estrutura previdenciária dos militares, muito mais benéfica e rentável que a dos civis.

Bruno Carazza fará um segundo lançamento de "O país dos privilégios" em São Paulo nesta quarta-feira (3), com debate com a jornalista Mônica Waldvogel, a partir das 19h, na Livraria da Travessa (rua dos Pinheiros, 513).

> "A visão trazida é impressionante, e chama atenção o poder do lobby"
> *Arminio Fraga*

INÊS 249

Entre discurso e prática, o labirinto da economia



Fernando Exman

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atropelou as discussões que vinham sendo conduzidas, com relativa discrição dentro do governo, para a formatação de um novo discurso sobre o desempenho da economia. A estratégia estava em gestação, quando Lula avançou o sinal e acelerou. A imprudência gerou novo acidente no mercado de câmbio, em um momento em que seria melhor dar algum sinal na política fiscal.

Além de parecer disposto a manter uma permanente rixa com o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, Lula está insatisfeito com a forma com que auxiliares têm defendido os resultados obtidos em seu terceiro mandato. Acha que a percepção do brasileiro sobre a qualidade de vida está impactando negativamente a sua popularidade, a despeito de indicadores positivos observados há meses, e portanto há que contar "uma história melhor" para a população.

Esse não é um desafio exclusivo do petista. O presidente americano, Joe Biden, enfrenta um semelhante. Em campanha à reeleição, Biden tem mencionado o reaquecimento da economia e a criação de milhões de empregos durante seu mandato. Cita dados públicos, conhecidos e verdadeiros. Mas ainda assim, seu adversário, o ex-presidente Donald Trump, tem conseguido encontrar espaço para criticar a forma como ele tem lidado com as questões econômicas.

Recentes pesquisas mostram que parte considerável do eleitorado americano espera estar melhor financeiramente em um novo governo do republicano. Lá como cá, a inflação é um tema crucial: o alto custo de vida tem perturbado eleitores e tornou-se um tema amplamente explorado pela oposição.

É exatamente este o problema que tem atormentado Lula. Ele também cita indicadores públicos, conhecidos e verdadeiros. Mas se questiona como não chega à ponta da população a percepção de que está melhor viver no Brasil hoje. Decidiu reagir.

Para usar as palavras escritas no mais recente Relatório de Inflação pelo Banco Central, alvo prioritário do presidente, depois de crescer 2,9% em 2023 o Produto Interno Bruto (PIB) surpreendeu no primeiro trimestre de 2024 e apresentou expansão robusta e acima da esperada. Também ocorreram altas expressivas do consumo da família e dos investimentos, o que ensejou a revisão do PIB do ano de 1,9% para 2,3%.

O mercado de trabalho está cada vez mais aquecido. A taxa de desocupação recua, à medida que a geração líquida de empregos sobe. Os rendimentos reais seguem em uma trajetória de crescimento, assim como a média salarial de admissão e a dos reajustes salariais coletados de convenções coletivas de trabalho.

Isso não se traduz, contudo, na percepção do brasileiro. Afinal, o custo de vida segue alto.

Segundo a mais recente pesquisa do Datafolha, divulgada no dia 19 de junho, 27% dos entrevistados viram melhora na situação da economia. Houve piora para 42% e estabilidade para 29%. No levantamento realizado em março, 28% viam melhora nos meses anteriores, ante 41% que viam piora e 30% apontando para um quadro estável. Os níveis são similares.

"As expectativas sobre a economia pessoal e nacional também mudaram pouco desde março. Há 40% que esperam que a situação econômica brasileira irá melhorar nos próximos meses (em março, 39%), e 28% preveem piora (eram 27%). Uma parcela de 27% avalia que a conjuntura econômica do país ficará estável (no último levantamento, 32%), e 5% não têm opinião sobre o tema (eram 2%)", apontou o instituto.

Índices de confiança empresarial e do consumidor também estão estáveis. Como mostrou o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, a confiança empresarial apurada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) mostra-se estacionada há três meses, apesar de ter potencial de avançar. Já o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do FGV Ibre subiu 1,9 ponto em junho, para 91,1 pontos, após queda mais expressiva no mês anterior. Em médias móveis trimestrais, o índice estabiliza em 91,2 pontos.

Lula parece acreditar que é capaz de reverter esse quadro escalando o tom do discurso. O caso mais evidente se deu nessa terça-feira (2) em uma entrevista à "Rádio Sociedade", durante visita à Bahia. Segundo o presidente, o governo tem que fazer alguma coisa sobre essa "especulação" que tem provocado a alta do dólar. Mas não revelou qual o seu plano. O problema é que as declarações acabaram elevando a pressão sobre o mercado de câmbio e ainda aumentaram as expectativas sobre a reunião que ele conduzirá sobre temas econômicos nesta quarta-feira.

Uma ala do governo esperava essa oportunidade para discutir formas de reduzir despesas, sem ter que dividir as atenções com expectativas sobre possíveis medidas cambiais. É o mesmo grupo que aponta maior urgência na implementação de medidas concretas no âmbito da política fiscal, por saber que o Executivo precisa recuperar a credibilidade no mercado e no Congresso, em vez de desviar o foco para uma estratégia mais voltada a pesquisas de opinião. Lembram que não existe presidente forte com uma equipe econômica fraca.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Assunto deve ser tratado no projeto de lei que trata das regras de funcionamento da CBS e do IBS, tema de um dos grupos da Câmara

Lula defende inclusão de carnes na cesta desonerada

Fabio Murakawa, Jéssica Sant'Ana, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu na terça-feira (2) a inclusão de carnes na cesta básica desonerada da reforma tributária. Pela proposta oficial do próprio governo, as proteínas animais estariam na chamada cesta básica estendida, com alíquota de 40% da padrão. A declaração de Lula foi dada em um dia de reuniões entre deputados dos grupos de trabalho da regulamentação da reforma.

"Sou favorável [à inclusão da carne na cesta básica na reforma tributária]. Tem vários tipos de carne. A carne chique pode pagar um impostozinho. O frango, o músculo, o acém, o coxão mole, tudo isso pode ser evitado [de pagar tributo]. Eu acho que a gente precisa colocar a carne na cesta básica, sim, sem pagar imposto", defendeu o presidente entrevista à Rádio Sociedade, durante visita à Bahia.

O assunto deve ser tratado no projeto de lei que trata das regras de funcionamento da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tema de um dos grupos da Câmara. O outro colegiado trata do texto que institui o Comitê Gestor do IBS.

Nessa segunda frente, um dos temas tratados foi a definição sobre as regras de um ressarcimento de R$ 3,8 bilhões pagos pelos Estados à União para financiar o funcionamento do órgão, afirmaram os parlamentares.

O entendimento, até o início da noite de terça-feira, era de uma decisão favorável ao governo federal. Os deputados foram convencidos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, diante do impacto fiscal da medida, que pode ter efeitos já a partir de 2027.

O texto determina que o governo federal desembolsará R$ 3,8 bilhões para financiar a criação e funcionamento do comitê-gestor durante o período de transição da reforma tributária. O IBS é um imposto estadual/municipal, mas a União bancaria a criação do comitê enquanto o novo imposto não está em funcionamento — e depois seria ressarcida por esse empréstimo.

O repasse do governo federal começará em R$ 600 milhões em 2025 e chegará a R$ 1,2 bilhão em 2028. A partir de junho de 2029, os Estados e municípios começarão a devolver o dinheiro, num parcelamento que demorará dez anos. Mas defendem que o reajuste das parcelas ocorra pela inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Já o governo federal quer corrigir os valores pela taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Na reunião da terça-feira, segundo deputados do GT, Haddad pediu que essa proposta seja aprovada porque uma devolução menor de dinheiro causará impacto no resultado primário do governo federal, que já vive um quadro de dificuldades nas contas.


VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS
Benevides: deputado fez ponderação favorável ao pedido do ministro da Fazenda

"O ministro falou que, se fizer diferente [pelo IPCA], terá impacto primário. E trazer impacto primário, agora, para ele não é adequado. Pondero aos Estados que não vamos insistir nesta questão, é pouca coisa, inclusive pelos valores repartidos", afirmou o deputado Mauro Benevides (PDT-CE) durante audiência pública com representantes dos governadores.

Os deputados também informaram que vão determinar que os julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) sobre a CBS e do comitê-gestor sobre o IBS sejam vinculados a jurisprudência firmada pelo fórum de harmonização.

De acordo com eles, o projeto de lei não previa isso, o que poderia causar divergências de aplicação do IBS e da CBS no futuro, apesar de os dois impostos terem a mesma legislação.

Uma empresa poderia ser cobrada pelo imposto no âmbito federal, por exemplo, mas ficar isenta no julgamento em âmbito estadual, o que causaria insegurança jurídica.

"Vamos fortalecer o comitê de harmonização para que o IBS e CBS, que hoje nascem irmãos, não se tornem primos distantes", afirmou o deputado Pedro Campos (PSB-SP).

Revisão da Lei de Zoneamento é aprovada

Lilian Venturini e Lucas Ferraz
De São Paulo

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou na terça-feira (2) em segundo turno, por 41 votos a 12, a nova revisão da Lei de Zoneamento da capital. A proposta altera regras para construção de obras e os tipos de atividades permitidas em cada bairro. Os vereadores votaram outros cinco projetos que alteram leis urbanísticas, entre eles o que prevê a criação do Parque do Bixiga.

Um projeto de revisão da Lei de Zoneamento já havia sido aprovado em dezembro de 2023, mas voltou para a Câmara porque a versão sancionada pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB) tinha inconsistências.

Os vereadores contrários afirmam que as alterações fragilizam áreas de proteção ambiental e deixarão a capital mais vulnerável a eventos climáticos extremos. O projeto também trata da carta geotécnica, um instrumento que examina as condições do solo e do subsolo para orientar obras. Com a aprovação, as Zonas Eixo de Estruturação Urbana (ZEUs) localizadas em áreas de terra mole e solo compressível da planície aluvial e nas cabeceiras de drenagem poderão ter construções, se o responsável pelo empreendimento apresentar soluções para o rebaixamento do lençol freático.

"Algo assim jamais poderia ser votado dessa maneira, num pacotão, sem debate com a sociedade. Certamente a votação vai ser contestada judicialmente", afirmou o arquiteto e urbanista Nabil Bonduki, relator do Plano Diretor na cidade em 2002 e 2014.

A gestão atual diz que é necessário atualizar as normas. O texto já havia sido aprovado em primeira votação, em junho, e agora segue para sanção.

Vereadores também encerraram a análise do projeto da Operação Urbana Consorciada Faria Lima, que prevê investimentos na região de Paraisópolis, e o da Operação Urbana Água Espraiada. Outros dois projetos de Nunes também seguem para sanção. Eles propõem mudanças no Plano de Intervenção Urbana (PIU) Arco Jurubatuba, na região sul, e no PIU Setor Central, que prevê obras em bairros como Liberdade.

Teve votação unânime o projeto de criação do Parque do Bixiga. A nova área ficará no terreno de 11 mil metros quadrados do bairro Bela Vista, que por décadas foi alvo de embates entre o dramaturgo José Celso Martinez, fundador do Teatro Oficina, e o apresentador Silvio Santos.

Elaboração do Orçamento 2025 está atrasada

Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo está atrasado com o processo de elaboração do Orçamento de 2025. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) deveria ter enviado até o dia 28 de junho os referenciais monetários que os ministérios terão para gastar no ano que vem, mas até terça-feira as pastas ainda não haviam recebido os números, segundo relatos colhidos pelo **Valor** com diferentes ministros e secretários-executivos.

É a partir desse referencial monetário que os ministérios sabem qual é o valor disponível para as despesas discricionárias, ou seja, custeio da máquina pública e investimento. Depois, as pastas verificam se os valores previstos atendem as demandas ou se há insuficiência. Nesse último caso, abre-se uma negociação com o Ministério do Planejamento e Orçamento para possível aumento desse limite. A decisão também passa pela Junta de Execução Orçamentária (JEO), formada pela Casa Civil, Planejamento, Fazenda e Gestão.

O atraso, segundo uma fonte, dá-se devido a dificuldades em se projetar as receitas para o próximo ano, em especial as medidas extras de arrecadação que serão necessárias para buscar o déficit zero também em 2025. Por exemplo, até o momento, o governo ainda não sabe quanto arrecadará no ano que vem com o retorno do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Há, ainda, dificuldades em fazer outras projeções.

> Planejamento confirma atraso, mas diz que prazos podem ser alterados de ofício

A previsão inicial da equipe econômica era de uma necessidade de R$ 50 bilhões em receitas extras, partindo da base de 2024, para conseguir entregar no dia 31 de agosto um orçamento com receitas e despesas equilibradas. Por isso, muitas das medidas adotadas neste ano vão continuar previstas para o próximo. Também há a possibilidade de adoção de novas ações.

Em nota enviada ao **Valor**, o Ministério do Planejamento e Orçamento confirmou o atraso, mas afirmou que os prazos previstos na portaria SOF nº 114, de 26 de abril de 2024, podem ser alterados de ofício. É essa a portaria que traz as datas com os marcos para a elaboração do Orçamento.

"Esclarecemos que algumas diretrizes de elaboração do Ploa-2025 encontram-se em estágio de validação superior, o que levou à necessidade de postergação da divulgação dos referenciais monetários dos órgãos do Poder Executivo, bem como da captação de suas propostas orçamentárias. Destacamos que os órgãos serão informados em breve a respeito do novo cronograma", disse a pasta comandada por Simone Tebet.

Outro desafio na elaboração da proposta orçamentária de 2025 é a questão dos gastos. O governo ainda discute internamente o cardápio de medidas que poderão ser implementadas. Na terça-feira (2), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que apresentaria nesta quarta-feira ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva propostas para garantir o cumprimento do arcabouço fiscal até 2026.

A equipe econômica vem sendo cobrada pelo mercado financeiro e por especialistas para dar andamento à agenda de corte de gastos, algo que ainda não aconteceu neste governo. O principal entrave, contudo, é Lula e a ala política, que já descartaram mexer nos pisos de saúde e educação e nas vinculações de aposentadorias à política de valorização do salário mínimo, rubricas que têm colocado em xeque a manutenção do arcabouço a partir de 2027.

Em relação à elaboração do Orçamento em si, Haddad disse na segunda-feira que o processo está começando com um "bom prognóstico" em relação ao "equilíbrio das receitas e despesas". Ele, porém, não deu mais detalhes.

O **Valor** apurou que já há uma apreensão entre secretários-executivos de alguns ministérios em relação ao referencial monetário para 2025. Eles temem que nem todas as políticas públicas planejadas caibam dentro dos limites orçamentários. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025 precisa ser enviado até o dia 31 de agosto ao Congresso Nacional.

Navegação Ataques no Mar Vermelho aumentam os custos e pressionam os lucros em época crítica para o comércio global

Escalada no frete marítimo pressiona exportadores chineses

Chan Ho-him, Joe Leahy e Oliver Telling
Financial Times, de Hong Kong, Pequim e Londres

Na Golden Arts Gifts & Decor, uma fabricante de árvores de Natal do sul da China, o clima não é nada festivo. Com os custos do frete aumentando em razão dos ataques ao transporte marítimo no Mar Vermelho pelo grupo militante houthi do Iêmen, o gerente Richard Chan diz que este ano caminha para ser um dos piores para o setor em mais de duas décadas.

"Não estamos falando em ter lucro este ano. Só precisamos sobreviver", diz Chan. "A crise no Mar Vermelho tem sido uma grande dor de cabeça."

A fabricante, que tem o Walmart como cliente e exporta cerca de 80% de seus produtos para os EUA e Europa, diz que os ataques atrasaram os embarques. Como resultado, seus clientes solicitaram que os pedidos fossem enviados até um mês antes do normal.

Os desafios enfrentados pela fábrica de Chan espalham-se pela China, onde os fabricantes afirmam estar tendo problemas para cumprir prazos reduzidos, uma vez que os compradores americanos e europeus exigiram que os pedidos fossem antecipados para garantir a entrega a tempo para o pico das vendas de fim de ano.

O custo médio do transporte de um contêiner de 40 pés entre a Ásia e o norte da Europa em curto prazo atingiu US$ 6.855 no fim de junho, alta de mais de 110% em dois meses e de cerca de cinco vezes comparado ao igual período de 2023, segundo a Xeneta, que monitora o mercado de fretes.

"Importadores do mundo todo, inclusive dos EUA, estão nervosos devido às incertezas e perturbações que estão ocorrendo com a crise no Mar Vermelho", diz Simon Heaney, gerente sênior de pesquisa de contêineres da consultoria Drewry. "Ela parece estar se prolongando e não há um fim à vista."

Cerca de 19% dos clientes dos EUA e 26% dos clientes europeus consultados pela Drewry em maio disseram que estavam adiantando os cronogramas de envio por temerem interrupções na cadeia de abastecimento, diz Heaney.

Alguns temem que os aumentos tarifários planejados pelos EUA possam elevar ainda mais os custos dos fretes e portanto os exportadores estão correndo para antecipar os embarques antes da implementação das taxas, diz Thomas Eisenblätter, vice-presidente-executivo de frete marítimo global da transportadora Forto, com sede em Berlim. Os produtos visados pelos EUA incluem materiais relacionados a veículos elétricos, peças de baterias e células solares.

Com os ataques houthis — iniciados em resposta à guerra de Israel na Faixa de Gaza, após os ataques do Hamas em 7 de outubro — entrando em seu nono mês, os navios estão seguindo por rotas mais longas para evitar o Mar Vermelho. Nas últimas semanas, grandes armadores acrescentaram embarcações e lançaram novos serviços a partir da China. Mas esses esforços não aliviaram totalmente a pressão sobre os fabricantes chineses.

Michael Lu, presidente da fabricante chinesa de caixas para presentes, que exporta para clientes como a Marks and Spencer e tem uma fábrica em Dongguan, diz que em alguns casos está pagando 40% mais do que no ano passado para embarcar produtos para o Ocidente. Nem todos esses custos podem ser repassados aos clientes.

A fábrica começou a operar nos fins de semana para atender a demanda de clientes ocidentais por remessas duas semanas antes do planejado. A companhia teve que "recalcular e reavaliar nossos cronogramas de produção", diz Lu.

Danny Lau, da Associação das Pequenas e Médias Empresas de Hong Kong, que inclui exportadores com fábricas na China, diz que muitos fabricantes foram "prejudicados" pelos prazos apertados.

"O pagamento de horas extras na China poderá ser de 1,5 a 2 vezes maior" diz Lau. "Será uma surpresa se os fabricantes conseguirem lucrar alguma coisa este ano."

Anny Cheung, diretora da Wah Lung Toys de Hong Kong, com fábricas na China, diz que os custos mais altos do frete e os prazos de entrega mais longos também "deverão elevar os preços dos produtos importados e a possíveis atrasos na disponibilização de produtos nos EUA e Europa" este ano.

Mas a capacidade das transportadoras de lucrar com os preços altos no mercado à vista é limitada, pois os custos de muitas cargas estão vinculados a acordos de longo prazo. Isso, combinado com o aumento da capacidade na indústria naval e os custos mais altos associados às rotas de exportação mais longas, limitou o aumento potencial dos lucros em transportadoras como a Maersk e a CMA CGM.

Algumas empresas de transporte marítimo estão quebrando contratos de longo prazo para aproveitar as altas taxas no mercado à vista, segundo uma fonte do setor.

Com a perspectiva de imposição de novas tarifas pelos EUA, enquanto Joe Biden e Donald Trump promovem uma retórica protecionista, não está claro quanto tempo o "ciclo vicioso" vai durar, diz Heaney da Drewry.

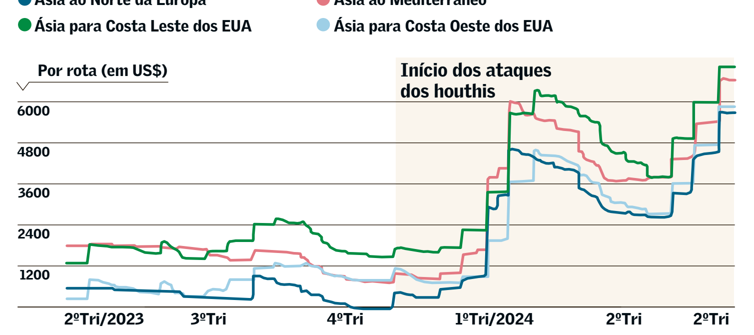
Chan, da Golden Arts & Decor, diz que a companhia teve que contrair empréstimos para comprar novas máquinas e acelerar a produção para cumprir os prazos mais curtos. Mas isso pressionou os lucros no momento em que ela reduz os preços para manter os compradores americanos e europeus, muitos dos quais tentam obter produtos fora da China. "As coisas estão muito difíceis", diz ele.

"Não estamos falando em ter lucro este ano. Só sobreviver" *Richard Chan*

Ataques no Mar Vermelho desviam navios

Custo médio de envio de contêiner de 40 pés em curto prazo

● Ásia ao Norte da Europa ● Ásia ao Mediterrâneo ● Ásia para Costa Leste dos EUA ● Ásia para Costa Oeste dos EUA



Fonte: Xeneta

Partidos de esquerda e de centro na França formam aliança contra o RN

Agências internacionais



CYRIL MARCILHACY/BLOOMBERG

"Se precisarmos iremos a outros [partidos] por uma nova maioria" *Marine Le Pen*

Os partidos de esquerda e de centro da França retiraram ontem centenas de candidatos das eleições deste domingo, numa tentativa coordenada de impedir que o Reunião Nacional (RN), de extrema direita, chegue ao poder.

Segundo levantamento do jornal francês "Le Monde", cerca de 218 candidatos que deveriam disputar o segundo turno desistiram, com seus partidos buscando evitar a divisão do voto anti-RN e diminuir a probabilidade da extrema direita alcançar a maioria absoluta na Assembleia Nacional.

O número de desistências representa mais de dois terços das disputas com três candidatos após a votação no primeiro turno no domingo passado.

"Uma maioria absoluta parece muito improvável, mas precisaremos realizar uma pesquisa para ter certeza", disse Mathieu Gallard, pesquisador do Ipsos. Mas ele acrescentou que ainda é "muito, muito provável" que o RN conquiste o maior número de cadeiras.

Num esforço para construir uma "frente republicana" contra o RN, todos os 130 candidatos classificados em terceiro da Nova Frente Popular (NFP) de esquerda se retiraram da disputa do segundo turno, assim como quase todos os candidatos da aliança centrista Juntos, do Presidente Emmanuel Macron — cerca de 82.

Após essas desistências, ainda sobraram 91 distritos com três candidatos, o que aumenta a probabilidade de nenhum grupo obter a maioria de 298 cadeiras.

"O jogo não acabou. Precisamos mobilizar todas as nossas forças", disse a prefeita de Paris, a socialista Anne Hidalgo, à TV France 2.

O RN, sob a liderança do presidente do partido, Jordan Bardella, obteve o maior número de votos no primeiro turno das eleições legislativas antecipadas de 30 de junho, mas não o suficiente para reivindicar uma vitória geral que permitiria a formação do primeiro governo de extrema direita da França desde a Segunda Guerra Mundial.

A "Frente Republicana" já funcionou em outras ocasiões, como em 2002, quando eleitores de todos os matizes políticos se uniram em torno de Jacques Chirac para derrotar o pai de Le Pen, Jean-Marie, em uma eleição presidencial.

"A Frente Republicana da qual falamos muito voltou a se unir", disse o ex-presidente socialista François Hollande à TV France 2. "Mesmo que isso signifique perder assentos, a esquerda deveria se orgulhar de estar no caminho da extrema direita."

Mas não existe uma certeza de que hoje em dia os eleitores estejam dispostos a seguir a orientação de líderes políticos sobre o que fazer com seus votos, ao mesmo tempo em que os esforços de Le Pen para suavizar a imagem de seu partido reduziram seu nível de rejeição entre milhões de eleitores.

Uma pesquisa do instituto Ifop mostrou que uma pequena maioria dos que votaram nos conservadores tradicionais no primeiro turno apoiaria o candidato de esquerda mais bem posicionado para derrotar um concorrente do RN no segundo turno — a não ser que esse candidato fosse da França Insubmissa (LFI), o partido de extrema esquerda liderado por Jean-Luc Mélenchon.

"Os eleitores franceses vão fazer uma escolha moral para se opor em ao RN", previu Martial Foucault, professor da Sciences Po Paris, "mas ao fazê-lo vão construir uma França que é ingovernável".

A relação final das disputas para domingo provavelmente será publicada hoje, mas o número de desistências pretendidas é um golpe para Le Pen, mesmo que ainda restem cerca de 95 disputas com três candidatos. Havia também cinco segundo turnos de quatro vias, que o "Le Monde" disse terem sido reduzidos a apenas um.

A análise da Bloomberg da contagem do diário francês cruzada com os resultados do primeiro turno mostra que as desistências ocorreram principalmente em locais onde o RN estava em melhor posição para vencer.

De acordo com a análise do jornal "Le Grand Continent", que também leva em conta as pesquisas sobre como os eleitores mudam seu apoio entre o primeiro e o segundo turno, o RN poderia obter entre 225 e 262 assentos.

Num sinal de que Le Pen está começando a considerar a possibilidade de não obter a maioria absoluta na Assembleia Nacional de 577 cadeiras, ela disse ontem que o seu partido iria contatar outros legisladores para tentar formar uma maioria.

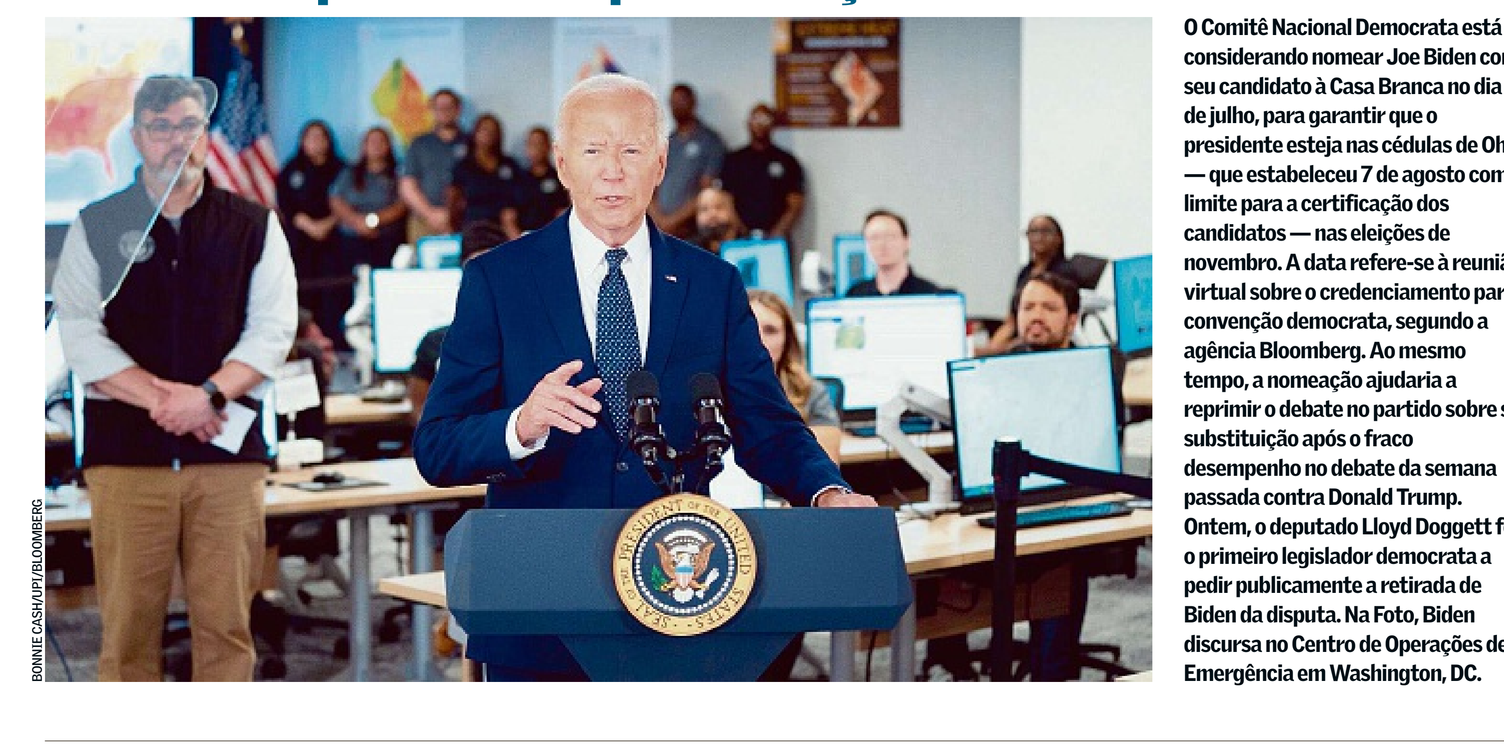
"Não podemos aceitar entrar no governo se não pudermos agir", disse Le Pen numa entrevista à emissora pública France Inter. "Seria a pior traição aos nossos eleitores". No entanto, "se tivermos, digamos, 270 legisladores, precisamos de mais 19, iremos a outros e perguntaremos se estão prontos para participar conosco numa nova maioria", acrescentou.

Os mercados financeiros têm sido abalados pela incerteza em torno da votação e pelo risco de um governo de extrema direita aumentar os gastos e entrar em conflito com a União Europeia (UE) por causa dos déficits fiscais. O prêmio de risco dos bônus soberanos da França de 10 anos em relação aos títulos alemães chegou a subir ao maior nível desde 2012. Mas o stress diminuiu desde o primeiro turno, reduzindo o spread para ao redor de 71 pontos-base.

O RN e seus aliados dominaram o primeiro turno de votação há dois dias, obtendo 33,2% dos votos. A aliança de esquerda NFP obteve 28%, enquanto a coligação centrista Juntos de Macron obteve 20,8%.

O RN é hostil à ideia de ampliar ainda mais a integração da UE e pretende cortar seu financiamento. Grupos de defesa dos direitos humanos levantaram preocupações sobre como sua plataforma de "preferência nacional" e políticas contra migrantes se aplicariam a minorias étnicas, enquanto economistas questionam se existe uma previsão de financiamento concreta para os planos de gastos pesados do partido.

Democratas podem antecipar nomeação de Biden



BONNIE CASH/UPI/BLOOMBERG

O Comitê Nacional Democrata está considerando nomear Joe Biden como seu candidato à Casa Branca no dia 21 de julho, para garantir que o presidente esteja nas cédulas de Ohio — que estabeleceu 7 de agosto como limite para a certificação dos candidatos — nas eleições de novembro. A data refere-se à reunião virtual sobre o credenciamento para a convenção democrata, segundo a agência Bloomberg. Ao mesmo tempo, a nomeação ajudaria a reprimir o debate no partido sobre sua substituição após o fraco desempenho no debate da semana passada contra Donald Trump. Ontem, o deputado Lloyd Doggett foi o primeiro legislador democrata a pedir publicamente a retirada de Biden da disputa. Na Foto, Biden discursa no Centro de Operações de Emergência em Washington, DC.

Decisão da Suprema Corte minou a democracia dos EUA

Análise

Financial Times

Há poucas semanas, um júri de Manhattan considerou o ex-presidente Donald Trump culpado de 34 crimes graves. A decisão ratificou uma ideia que é o alicerce da democracia americana: ninguém, nem mesmo um ex-presidente, está acima da lei. A decisão de segunda-feira da Suprema Corte em Trump vs Estados Unidos parece minar esse princípio.

Em uma decisão de 6 a 3 relativa às reivindicações de imunidade de Trump nas alegações de que ele tentou anular o resultado das eleições de 2020, o tribunal ampliou radicalmente a noção de imunidade de presidencial. Afirmou que um presidente não pode ser processado criminalmente por exercer deveres "constitucionais essenciais", como comandar as Forças Armadas, e que ele tem "imunidade presumida" por atos "oficiais".

A opinião da maioria, redigida pelo presidente da Suprema Corte, o juiz John Roberts, sugere que o "oficial" pode se aplicar a tudo que o presidente faz com as agências sob sua jurisdição. Um presidente, afirma a corte, não tem imunidade em atos "não oficiais".

Os tribunais inferiores terão agora que traçar os limites entre o que são atos oficiais e não oficiais. A decisão da Suprema Corte quase certamente adia qualquer julgamento sobre o caso de interferência nas eleições para além do pleito de novembro. Os eleitores ficam então privados de saber o resultado, e Trump poderá anular o caso se for reeleito. A corte também alterou para sempre o sistema dos EUA — de uma maneira que não só o regresso de Trump, mas também outros futuros presidentes poderão tirar partido.

Em outra época, essa decisão poderia ser vista menos como um prenúncio perigoso e mais como um assunto para discussões acaloradas. Desde o caso Nixon vs Fitzgerald de 1972, a corte deixou claro que um presidente está imune à responsabilidade civil por decisões tomadas no cargo. A corte agora ampliou esse princípio, argumentando que um presidente "enérgico e independente" não deve ser dissuadido de tomar medidas necessárias devido a preocupações com possíveis processos criminais após o fim do mandato.

A conduta criminosa parecia improvável para a maioria dos presidentes anteriores, que, apesar das suas falhas, procuraram ocupar o "lugar de liderança moral" que Franklin Delano Roosevelt afirmou ser o cerne do cargo. Mas observamos agora até que ponto um ocupante da Casa Branca pode corroer as normas democráticas. O primeiro mandato de Trump foi caracterizado por um desrespeito pelo Estado de Direito e pelo sistema eleitoral, evidenciados por dois julgamentos de impeachment e pelos diversos processos criminais contra ele e sua antiga equipe.

Um segundo mandado promete ser ainda mais incendiário. Trump prometeu ser um "ditador" em seu primeiro dia no cargo e praticamente prometeu exercer os imensos poderes do cargo para punir inimigos políticos. Ao ampliar a imunidade presidencial, a Suprema Corte na verdade concedeu carta branca a Trump — e a todos os futuros presidentes.

Com os tribunais agora incapacitados de responsabilizar um presidente pela maioria das ações tomadas no cargo, a decisão transfere a responsabilidade para o Senado e a Câmara dos Deputados. Mas, como mostram os impeachments fracassados de Trump, a atual legislatura polarizada dos EUA revelou-se mal equipada para conter um demagogo. Ao priorizar uma Presidência "enérgica" em detrimento de uma Presidência responsável, os juízes conservadores da corte destruíram um pilar fundamental do sistema americano.

Curta

Menos inflação na Europa

A inflação na zona euro desacelerou para 2,5% ao ano em junho, mas as autoridades monetárias continuam preocupadas com os fortes aumentos nos preços dos serviços que compensaram parcialmente o crescimento mais fraco dos custos da energia e dos alimentos frescos. O resultado de junho marcou uma desaceleração em relação aos 2,6% de maio. A chamada inflação núcleo, que exclui os preços de energia e alimentos, manteve-se inalterada em 2,9% ao ano em junho.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Lula cria embaraços em série para BC conter inflação

Desde o dia 18 de junho, o presidente Lula passou a investir diariamente contra o Banco Central (BC), a figura de seu presidente e os rumos da política monetária. Lula pode ter opinião sobre tudo, mas não pode ignorar que, como líder da nação, suas palavras têm peso e consequências. Os efeitos das invectivas de Lula sobre o BC foram um aumento ininterrupto da valorização do dólar ante o real, que no ano atingiu até ontem 16,65%, perto de uma maxidesvalorização. O presidente subiu de tom aos poucos e ontem, diante da escalada do dólar, disse que o governo "precisa fazer alguma coisa" e que fará uma reunião sobre o assunto hoje — à revelia do BC, entenda-se. Em seguida, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teve de desmentir que haverá mudanças no IOF no câmbio.

Há vários erros que o Planalto está cometendo, alguns mais graves que outros. O presidente não se conforma com o fato de Roberto Campos Neto, que dirige o BC, ter sido indicado por Bolsonaro. Mas tem de aceitar e respeitar a lei, que concedeu autonomia à autoridade monetária e mandatos não coincidentes com os do presidente da República, especialmente para preservar o BC das interferências e subserviência políticas — exatamente o que se tenta fazer no momento. Lula foi além e prestou um desserviço ao identificar a política monetária técnica liderada por Campos Neto, que tem derrubado a inflação, como um complô inspirado por um inimigo político para sabotar a política econômica de seu governo. Não há quaisquer sinais disso.

O presidente da República foi tornando mais explícitas suas críticas, ampliando seus efeitos nefastos sobre dólar e juros. Em 27 de junho, declarou à rádio O Tempo que a taxa Selic de 10,5% ao ano é "irreal para uma inflação de 4%". E emendou: "Isso vai melhorar quando puder indicar o presidente, que vai ao Senado, para construirmos uma nova filosofia". Na sexta, afirmou que "não precisamos ter política de juros altos neste governo. A taxa Selic a 10,5% está exagerada". O que Lula está deixando muito claro é que vai nomear um substituto de Campos Neto que reduza a taxa de juros e que siga a "nova filosofia", que de nova nada tem, escrita no Palácio do Planalto.

Nos discursos de improviso do presidente, um equívoco não vem sozinho, mas arrasta muitos outros que compõem um cenário intranquilo. Lula põe um sinal de igualdade entre realizar ajuste fiscal, para deter a gastança que seu governo realiza, com cortar benefícios dos pobres. Ou identifica cobranças de adequação das contas públicas, para que seja possível cumprir metas fiscais que sua própria gestão traçou, com "prestar contas a ricaços" ou a banqueiros e especuladores, pessoas às quais considera que o BC dedica atenção exclusiva.

No pacote dos discursos, há a rejeição da autonomia do BC, ao ajuste de contas que reduza os gastos previdenciários, à desvinculação dos benefícios da correção real do salário mínimo, e à política monetária. Essas ideias não são as respostas que investidores domésticos e internacionais esperam para o cenário que traçam hoje. A queda da Selic teve de ser interrompida porque a inflação voltou a se distanciar da meta. Os 10,5% atuais, contra os quais se insurge o presidente, terão que perdurar por um bom tempo para que o BC leve a inflação a 3%, que é o seu mandato. A opinião de mais de uma centena de consultores e analistas no boletim Focus prevê 4% de inflação para este ano e 3,87% para o próximo, e que o governo não cumprirá as metas de resultado fiscal em nenhum dos anos de seu mandato.

A taxa de câmbio reflete todos esses fatores domésticos, mas sua tendência principal tem componente preponderante externo. Taxas de juros altas nos EUA, prolongadas por mais tempo que o previsto, fortaleceram o dólar, assim como agora as incertezas sobre as eleições americanas. A maré de apreciação do dólar prevalece há meses, mas atinge os países com intensidades diferentes. Entre as moedas emergentes relevantes, o real foi a que mais se desvalorizou no primeiro semestre do ano. As declarações de Lula pesaram: parecem confirmar as piores suspeitas dos investidores sobre a deterioração da situação fiscal e da política monetária futura.

O presidente Lula tumultua artificialmente um cenário que não é de crise. Os números da economia são vigorosos, especialmente os do emprego e da renda. O crescimento será possivelmente maior que o previsto e a arrecadação bate recordes. No que se refere à ameaça cambial, o país tem US$ 355 bilhões em reservas (dados de 2023), mais que suficientes para enfrentar grandes turbulências. O que obscurece esses dados são o déficit fiscal e a resistência da inflação, que o BC tenta corretamente debelar, sob queixas de Lula.

"O que o mercado está precificando hoje não está sincronizado com a realidade", disse ontem Campos Neto em Portugal, ao revelar que está confiante em que a inflação futura será menor do que as expectativas. O presidente Lula cria embaraços desnecessários para que o BC continue reduzindo a inflação, o que necessariamente põe algum freio na economia até que o objetivo seja atingido. A impaciência do presidente e seus erros de visão aumentam desnecessariamente o dólar, a inflação, os juros — e a conta será paga por todos os brasileiros.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



PPPs ambientais podem resolver necessidades governamentais, empresariais e sociais. Por **Sergio Volk**

Parceria público privada para o Plano Amazônia

Um antigo provérbio chinês diz: "A melhor época para plantar uma árvore foi há 20 anos. A segunda melhor época é agora".

Para evitar eventos catastróficos, é crucial tomar medidas para combater a mudança climática, proteger a biodiversidade, reduzir a poluição e adotar práticas sustentáveis em todos os setores. Isso envolve a conscientização e ações individuais, bem como a cooperação global para implementar políticas e acordos internacionais voltados para a sustentabilidade ambiental.

A ciência, a pesquisa e a inovação desempenham um papel fundamental na busca de soluções para os desafios ambientais. À medida que avançamos, é importante que cada um de nós assuma a responsabilidade de cuidar do nosso planeta e trabalhar coletivamente para evitar catástrofes e construir um futuro sustentável.

Vamos nos ater apenas a questão do aquecimento global e da absorção de CO_2.

O CO_2 é liberado na atmosfera principalmente por atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) para produção de energia, transporte e indústria. Além disso, o desmatamento e a degradação das florestas também contribuem para o aumento dos níveis de CO_2, pois as árvores absorvem dióxido de carbono durante a fotossíntese.

Fotossíntese é o processo pelo qual as plantas, algas e algumas bactérias utilizam a energia da luz solar para converter dióxido de carbono e água em glicose e oxigênio. É uma reação química fundamental para a vida na Terra, pois é responsável pela produção de oxigênio e pelo armazenamento de energia na forma de glicose.

Essa glicose é usada como fonte de energia pelas plantas para o crescimento, reprodução e outras atividades metabólicas. Portanto a absorção de CO_2 se dá no crescimento da árvore e praticamente estaciona após seu ciclo de desenvolvimento.

Existem várias espécies de árvores que são conhecidas por absorverem e armazenarem grandes quantidades de dióxido de carbono da atmosfera. Sequoias e carvalhos, por exemplo, são consideradas as árvores que mais absorvem CO_2. Elas podem armazenar grandes quantidades de carbono em sua biomassa. É importante notar que a quantidade de CO_2 absorvida pelas árvores varia de acordo com a idade, tamanho, condições de crescimento e localização geográfica.

No Brasil temos vários biomas, como, a Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Pampa, Campos Sulinos e Manguezal. Esses biomas brasileiros são de grande importância para a biodiversidade global, contribuindo para a regulação do clima, conservação de espécies e serviços ecossistêmicos essenciais. A Amazônia, além de ser o maior bioma, possui espécies de árvores absorvem maior quantidade de CO_2.

O manejo florestal sustentável é uma abordagem de gestão das florestas que visa equilibrar as necessidades ambientais, sociais e econômicas para garantir que os benefícios das florestas sejam disponíveis tanto para as gerações atuais quanto futuras. Esse conceito é crucial para a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças climáticas e o desenvolvimento econômico das comunidades dependentes das florestas.

DOMINGOS PEIXOTO/AGÊNCIA O GLOBO



O projeto de Manejo Florestal Sustentável depende da orquestração e integração de quatro atores fundamentais: uma empresa como integradora, os viveiristas, os receptores e os patrocinadores. Cada um desses atores desempenha um papel vital no ciclo de 15 anos de manejo florestal, assegurando que os benefícios econômicos, ambientais e sociais sejam plenamente realizados. A seguir, detalhamos o papel de cada ator e a importância da empresa como integradora para garantir o sucesso do projeto.

Os viveiristas são responsáveis pelo desenvolvimento das mudas, desde a identificação das espécies nativas até o plantio final.

Os receptores são proprietários de terras que cedem o direito de uso de suas propriedades para o projeto e manejam as florestas plantadas ao longo dos 15 anos.

Os patrocinadores são empresas que financiam o projeto, obtendo benefícios econômicos, de imagem e créditos de carbono.

A empresa integradora do projeto, coordena todos os aspectos do processo e assegura que os objetivos sejam alcançados de maneira eficiente e sustentável, utilizando inteligência de dados implementando a tecnologia RFID (Radio Frequency Identification) para a rastreabilidade completa das árvores, garantindo transparência e controle e utilizando câmeras hiperespectrais para monitorar o sequestro de carbono e a saúde das florestas.

O projeto a ser empregado seria o governo (União e Estados), povos originários e ribeirinhos disponibilizarem áreas degradadas, para as empresas e indivíduos levantarem sua pegada ecológica.

Portanto faz-se necessário uma parceria do governo com as corporações privadas de maneira que se trabalhe em prol da redução dos gases de efeito estufa e de objetivos sociais. Seriam Parcerias público-privadas (PPPs) para realização conjunta de projetos de interesse da população.

As vantagens deste modelo de parceria consistem em um ciclo virtuoso em que:

1. O empresário não precisa investir na compra de uma área de plantio e ter em contrapartida o benefício do crédito de carbono;

2. A comunidade se beneficia na venda da coleta de sementes e no fruto do plantio de vegetação de seu interesse como as palmeiras de açaí, castanheiras etc.;

3. O plantio geolocalizado facilita a auditoria, a certificação e principalmente evita o "greenwashing" e desestimula a grilagem;

4. A integradora garante a rastreabilidade por 15 anos garantindo a medição da absorção do carbono e agregando valor ao produto que é a madeira.

Outro ponto muito importante é que as empresas ou os indivíduos ao zerarem a pegada estão internalizando as externalidades.

Resumidamente as PPPs voltadas ao meio ambiente podem resolver as necessidades governamentais, empresariais e sociais.

Para não ficar somente com a parte ambiental (E) este modelo inclui também a parte social (S) e de governança (G) atendendo assim os três pilares do ESG ("Environmental, Social and Governance", que significa "Ambiental, Social e Governança").

Sergio Volk é economista, cursou doutorado em economia pela EPGE-FGV/RJ, mestre pela PUC-SP em Contabilidade, Finanças e Auditoria, atualmente participa do Conselho Fiscal do IBEF-SP, professor no MBA da FEI e VP da smart ESG.

INÊS 249

Meta contínua é um avanço

Ricardo Barboza e Bráulio Borges



Na semana passada, foi publicado o decreto 12.079/2024, que estabelece uma nova sistemática para o regime de metas para a inflação no Brasil, com base em uma meta contínua.

Trata-se de um avanço institucional. Entre os cerca de 40 países que adotam o regime de metas no mundo, apenas Brasil e Turquia perseguiam metas para cada ano calendário. A maioria dos países adota metas de médio prazo, compatíveis com o horizonte relevante da política monetária.

O horizonte relevante da política monetária é o tempo que leva para que as mudanças na taxa de juros impactem a inflação de forma mais intensa. No Brasil, o efeito máximo de um choque monetário na inflação historicamente ocorreu entre quatro e nove trimestres à frente, de acordo com 13 modelos já publicados pelo Banco Central (média de seis trimestres, sendo quatro trimestres no modelo mais atualizado do último Relatório Trimestral de Inflação).

Para a inflação de serviços, que é mais sensível às mudanças monetárias e que é acompanhada de perto pelo Banco Central, o efeito máximo leva ainda mais tempo: entre oito e 11 trimestres após o aumento da taxa básica de juros.

Portanto, faz todo sentido que a política monetária no Brasil considere um horizonte compatível com as defasagens estimadas dos seus mecanismos de transmissão. E vale frisar, este horizonte não é fixo, pelo contrário, depende da natureza e da magnitude dos choques que afetam a economia.

Embora o Banco Central do Brasil já considerasse, na prática, o horizonte relevante prospectivo em suas decisões, o formato anterior gerava ruídos. Sempre havia questionamentos quando o BC abandonava a meta do ano corrente para focar na meta do ano seguinte. Por exemplo, em março de 2020, o Copom comunicou que estava mirando "principalmente" a inflação de 2021, o que alguns analistas interpretaram como um abandono precoce da meta de 2020.

O novo desenho evita esses questionamentos e traz outros benefícios importantes. O principal é a maior flexibilidade para o Banco Central acomodar choques, especialmente de oferta, que são relevantes e frequentes no Brasil, e que podem fazer a inflação desviar da meta no curto prazo.

Às vezes, essa flexibilidade é interpretada como uma justificativa para uma postura excessivamente acomodatícia (ou "dovish") do Banco Central, o que poderia gerar perda de credibilidade e desancoragem das expectativas de inflação. Não se trata disso. Flexibilidade diante de choques é crucial para um Banco Central com mais de um objetivo, como o brasileiro, que desde 2021 tem um duplo mandato, desenho especialmente importante para navegar em conjunturas de atividade fraca e elevada ociosidade dos fatores de produção, como esteve presente no Brasil entre 2016 e 2021.

Além disso, é importante frisar que o novo arranjo de meta contínua está sendo implementado em um contexto de autonomia formal do Banco Central, em que eventuais pressões por políticas excessivamente acomodatícias não deveriam gerar repercussões práticas.

Novo desenho evita ruídos e traz maior flexibilidade para o Banco Central acomodar choques

Outro benefício do novo regime é a potencial redução da volatilidade da taxa de juros. Com metas anuais, o nosso regime às vezes tinha dois (ou mais) objetivos de inflação, que podiam ser conflitantes, resultando em uma trajetória de juros mais volátil. Agora, o Banco Central mirará na meta continuamente, em cada decisão, considerando seu horizonte relevante de forma institucionalizada. Na prática, isso demandará a divulgação de projeções de inflação para além dos anos corrente e seguinte nos comunicados e decisões do Copom — e não apenas no Relatório Trimestral de Inflação.

Agora, se a inflação acumulada em 12 meses sair do intervalo de tolerância ao redor da meta por seis meses consecutivos, o Banco Central deverá divulgar publicamente as razões do desvio por meio de nota no Relatório de Política Monetária (novo nome do Relatório Trimestral de Inflação) e de carta aberta ao Ministro da Fazenda. Isso mantém a accountability necessária ao regime de metas de inflação e reforça o controle sobre a dinâmica inflacionária, pois todos os desvios duradouros (acima de seis meses) devem ser justificados — e não apenas os desvios entre janeiro e dezembro.

A justificativa diante de qualquer desvio em relação ao intervalo de tolerância da meta deverá conter: (i) descrição detalhada das causas do descumprimento da meta; (ii) medidas necessárias para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos; e (iii) prazo esperado para que as medidas produzam efeito. O BC precisará emitir nova comunicação caso as medidas não surtam o efeito desejado no prazo estipulado, divulgando uma nova previsão para o retorno da inflação à meta.

Por fim, a nova sistemática impede que mudanças na meta de inflação sejam feitas com um intervalo mínimo inferior a 36 meses — o que traz previsibilidade. Se havia alguma dúvida de que a meta poderia ser elevada, essa dúvida caiu por terra na semana passada. Agora vamos ver se as expectativas de inflação de prazo mais longo, hoje desancoradas, vão reagir a essa notícia e se aproximar novamente dos 3%.

Além disso, o decreto reforça que existe uma meta e um intervalo de tolerância ao seu redor. Não se trata, portanto, de um intervalo como alvo, entre 1,5% e 4,5%. A meta é de 3%, com uma margem de 1,5 ponto percentual para cima e para baixo, destinada não apenas a acomodar imprevistos de curto prazo, mas também a reconhecer as diversas incertezas (de modelo, de parâmetros, de cenários) que cercam a condução da política monetária. Afinal, em torno das projeções pontuais de inflação que nós economistas produzimos, incluindo as projeções oficiais do Banco Central, existem amplos intervalos de confiança.

Em suma, estamos diante de um mais avanço institucional. A meta de inflação contínua vem se juntar ao duplo mandato, à autonomia formal da autoridade monetária, ao fim das reuniões fechadas com participantes do mercado financeiro, à maior transparência do Banco Central e à melhoria dos comunicados do Copom. Seja bem-vinda.

Ricardo Barboza é pesquisador associado da FGV IBRE, professor do IBMEC e Mestre pela PUC-Rio. **Bráulio Borges** é pesquisador associado da FGV IBRE, economista-sênior da LCA Consultores e Mestre pela USP. As opiniões aqui expressas são estritamente pessoais.

Uma falha trágica: é praticamente impossível agir na escala necessária. Por **Martin Wolf**

Mudança climática é falha de mercado



No cerne das tentativas para interromper as mudanças climáticas, há duas ideias: descarbonizar a eletricidade e eletrificar a economia. Então, como isso está indo? Mal, é a resposta.

Se a situação mudará a tempo? Não, na trajetória atual. Ainda pior, a política, sempre difícil, tornou-se ainda mais complicada: as pessoas simplesmente não querem pagar pelo preço de descarbonizar a economia.

Um fato desanimador: em 2023, a produção de eletricidade gerada por combustíveis fósseis foi a maior na história. A participação da eletricidade produzida dessa maneira em relação ao total, na verdade, caiu, de 67%, em 2015 (data do célebre Acordo de Paris sobre o clima), para 61%, em 2023. Nesses oito anos, contudo, a produção total de eletricidade no mundo saltou 23%. Como resultado, embora a geração de fontes não fósseis (incluindo a nuclear) tenha aumentado impressionantes 44%, a de combustíveis fósseis cresceu 12%. Infelizmente, a atmosfera reage às emissões, não às boas intenções: estamos correndo para a frente, mas indo para trás.

A explicação para esse aumento explosivo na geração de eletricidade é o desejo de pessoas e empresas em países emergentes e em desenvolvimento de gozar dos estilos de vida dos países de alta renda, de uso intensivo de energia. Como estes últimos não têm intenção de abrir mão desse estilo de vida, como podem reclamar dos outros? Sim, existe um movimento, politicamente irrelevante, de "decrescimento". No entanto, interromper o crescimento, mesmo que fosse politicamente aceitável (o que não é!), não eliminaria a demanda por eletricidade. Isso exigiria reverter o crescimento dos últimos 150 anos, em vez de apenas interrompê-lo.

A única solução é uma descarbonização mais rápida e, portanto, um maior investimento em eletricidade gerada por fontes renováveis e nucleares — na verdade, por qualquer fonte que não queime combustíveis fósseis. Precisamos admitir, entretanto, que até agora, apesar de muito discurso, as emissões não vêm diminuindo e, dessa forma, tanto os estoques de gases causadores do efeito estufa na atmosfera quanto as temperaturas mundiais vêm aumentando.

É provável que daqui a 100 anos, as pessoas lembrarão de nossa era como a que legamos, de forma consciente, um clima desestabilizado. O mercado não corrigirá essa falha de mercado. Fragmentação política e populismo tornam inconcebível que surja a coragem para corrigi-la

Uma resposta a isso muito mais perigosa (por ser muito mais potente politicamente) que a dos defensores do decrescimento vem de seu movimento oposto — o dos nacionalistas e defensores do livre mercado. Essa resposta é: "Quem se importa? Deixem a economia dos combustíveis fósseis se desenvolver".

Há um importante contraponto a esse ponto de vista em um artigo recente de pesquisadores do Instituto Potsdam de Pesquisas sobre o Impacto Climático (PIK, na sigla em alemão). O documento constata que "a economia mundial está comprometida a [ter] uma redução de renda de 19%" até 2050, dentro de uma faixa provável de queda entre 11% e 29%, dadas as incertezas, em relação ao que teria ocorrido sem as mudanças climáticas. A palavra "comprometida" aqui descreve apenas o impacto das emissões passadas e cenários futuros "socioeconomicamente plausíveis", ou "se os negócios continuarem como sempre".

O estudo também assevera que os custos para suavizar isso, limitando o aumento da temperatura a 2°C são apenas um sexto dos custos que seriam provocados pelas prováveis mudanças climáticas. Acrescenta que as maiores perdas serão sofridas pelos países mais pobres em "latitudes mais baixas" (o Sul Global de hoje), que não são responsáveis pela armadilha na qual se encontram.

Não é preciso acreditar em análises tão específicas como essas. Mas é preciso acreditar na física, não particularmente complicada, do aquecimento mundial e na maluquice de conduzir experimentos irreversíveis de longo prazo no único planeta habitável que temos. Além disso, agora está claro que as previsões passadas sobre o aquecimento mundial provaram estar corretas em grande medida. Persistir no ceticismo, é imoral e estúpido. Mesmo um fanático do livre mercado não pode negar que externalidades ambientais são uma forma de falha de mercado. O clima é a maior externalidade de todas. Também cria o maior problema possível de ação coletiva, um problema que afeta não apenas toda a humanidade, mas que também tem enormes consequências distributivas intergeracionais e dentro da própria geração.

Até recentemente, eu ainda esperava que pudéssemos ter sorte: as forças do mercado (somadas ao investimento maciço da China) poderiam conduzir o mundo rumo às fontes renováveis com a rapidez suficiente. Isso não parece mais plausível, porque o ritmo da mudança rumo às fontes renováveis precisa ser incrivelmente acelerado (sem contar os muitos outros investimentos necessários). Em seu livro "The price is wrong: Why capitalism won't save the planet", Brett Christophers argumenta que o fato de o preço da eletricidade gerada pelas fontes renováveis estar em queda não torna essas fontes um investimento atraente para os investidores: o que importa são os lucros, não os custos marginais. Caso Christophers esteja certo, será necessária alguma combinação de altos impostos sobre a emissão de carbono, de subsídios de longo prazo e de mudanças na estrutura dos mercados de eletricidade.

Isso não é tudo. Como Nicholas Stern e Joseph Stiglitz argumentam no artigo "Climate Change and Growth", um dos problemas mais importantes nesse front é que os mercados de capital não conseguem dar um preço para o futuro de forma apropriada. Portanto, os retornos que os investidores de hoje buscam implicam que o bem-estar dos seres humanos futuros é quase irrelevante. Isso só faz sentido quando se pode presumir que o futuro estará bem. Mas e se as decisões sendo tomadas pelos investidores garantirem que não estará? Então, as instituições — os governos, evidentemente — precisam influenciar, ou mesmo derrubar, essas decisões. Isso dá muita força ao argumento de que se deve influenciar (ou determinar) os custos de capital. Isso é particularmente importante para países emergentes e em desenvolvimento, onde os custos de capital são punitivos. Um importante artigo recente do centro de estudos Bruegel, "The Economic Case for Climate Finance at Scale", apresenta um argumento convincente a favor de financiar um processo acelerado para que esses países deixem de depender do carvão.

Daqui a 100 anos, as pessoas provavelmente lembrarão de nossa era como aquela em que legamos, de forma consciente, um clima desestabilizado. O mercado não corrigirá essa falha de mercado mundial. E a fragmentação política de hoje e o populismo nacional tornam quase inconcebível que venha a surgir a coragem necessária para corrigi-la. Falamos muito. Mas descobrimos que é praticamente impossível agir na escala necessária. Essa é uma falha trágica. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do Financial Times.

Frase do dia

"Autonomia do Banco Central e rigidez do arcabouço fiscal. É isso que vai tranquilizar as pessoas"

De Fernando Haddad, ministro da Fazenda, ao defender uma melhor comunicação do governo diante da desvalorização do real

Cartas de Leitores

Lula e o BC

Lula bate no presidente do BC. Toda a dor é porque Campos Neto não foi indicado por Lula, mas o próximo presidente vai conviver com o presidente indicado por Lula. Então é do jogo. Se o presidente do BC é independente, de que adianta essa implicância? O exemplo que Lula deveria dar é fazer um governo poupando gastos, não sendo esse governo perdulário que está levando o país ao caos. Alguém acredita que o indicado por Lula para presidir o BC será independente? Basta ver como agem todos os indicados. Sim, meu mestre. É disso que se trata. Ninguém dá um passo sem a benção do rei. Por isso o Brasil continua sem um estadista, mas sobra populista demagogo.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Plano Real

Não há como negar o fato de que o Plano Real, no seu trigésimo aniversário, constituiu a boia salva-vidas da, à época, quase náufraga economia brasileira. A sua colocação em vigor, no entanto, encontrou uma feroz oposição por parte de políticos de vários matizes. O espectro ia de Lula, já manda-chuva do Partido dos Trabalhadores, passando por figura de menor expressão, à época exercendo o cargo de secretária Estadual de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, Dilma Rousseff, até o então meio desconhecido deputado Jair Bolsonaro que, embandeirado como representante da comunidade militar, bradou que as medidas prejudicariam a remuneração de seus supostos representados.

As argumentações empregadas por esta amostragem de figuras públicas — futuros presidentes eleitos em várias ocasiões e sob várias circunstâncias — visando a detonar a implantação dos novos conceitos, dizem muito a respeito da estatura dos políticos brasileiros, incapazes, naquele momento, como ainda hoje, de enxergar além de suas ambições particulares e constatar, por exemplo, que a ameaça inflacionária levaria certamente a um debacle econômico de consequências imprevisíveis.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Lula e Milei

Javier Milei assumiu a Argentina desacreditada, destroçada, asfixiada, endividada, inflacionada e o caixa zerado. Mas, mesmo com o Legislativo mais atrapalhando que ajudando, com sobriedade, organiza a economia e reduz gastos. Está botando a Argentina nos trilhos.

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o Brasil com a inflação controlada, caixa com dinheiro e a economia tranquila. Mas, ao contrário de Milei, destroça, desacredita, bagunça a economia com orgia de gastos comprometendo o equilíbrio fiscal e elevando a dívida pública. Está botando o Brasil no buraco.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Saúde Custo maior de estilo de vida saudável, em oposição a alimentos ultraprocesssados, e rotina estressante são alguns dos desafios para brasileiro priorizar mudança de hábitos

Brasil vive contraste entre avanço de mercado fitness e da obesidade

Rafael Vazquez
De São Paulo

O universo da saúde física no Brasil, hoje, conta duas histórias que caminham paralelamente e forma contraditória. De um lado, o mercado fitness cresce com a proliferação de academias de ginástica e produtos com selos saudáveis junto com um notável aumento de pessoas em parques e locais públicos praticando atividades esportivas. Do outro, dados oficiais mostrando crescimento contínuo das taxas de sobrepeso e obesidade entre brasileiros — tanto em adultos quanto em crianças e adolescentes.

Segundo levantamento da Ponto Map, agência de análise e inteligência de dados, o mercado de bem-estar no Brasil movimentou US$ 95,5 bilhões (R$ 489 bilhões) em 2022, de acordo com dados do Global Welness Institute e do Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo o 12º maior do mundo e com projeção de que em 2027 vai para US$ 127 bilhões. Contudo, quando analisado em relação ao PIB do Brasil, a projeção de crescimento é praticamente zero (*ver quadro ao lado*).

Segundo os especialistas ouvidos pelo **Valor**, é um dos indícios de que o engajamento real do brasileiro com a saúde física permanece dentro de uma bolha que, apesar de ter ganhado exposição com as redes sociais, é furada por períodos apenas temporários.

"Há, de fato, um crescimento importante desse mercado e da adesão das pessoas às práticas esportivas, mas ainda é uma parte pequena da nossa população que aderiu de verdade e consegue ter uma alimentação saudável, por exemplo", observa a CEO da Ponto Map, Giovanna Massulo. "É um mercado com grande potencial de crescimento justamente porque ainda é uma parcela pequena da população que consegue aderir."

O levantamento da Ponto Map detectou que nas discussões sobre saúde física nas redes sociais, o estilo de vida fitness é o que gera mais engajamento, notado em 64,7% das manifestações mapeadas, seguido por alimentação de qualidade (22,3%) e prática de esporte (9%). Mas, quando comparado a outros temas macro que movimentam os debates, a saúde física atrai somente 5,39% dos usuários, ficando em oitavo lugar e atrás de assuntos diversos como meio ambiente, manifestações culturais, segurança e religião.

Massulo aponta que, apesar do crescimento expressivo do mercado fitness no país, há várias razões que explicam por que a população, no geral, está mais propensa a ter problemas de saúde por causa da obesidade do que a desfrutar dos benefícios de um estilo de vida saudável. "Uma delas é a questão da acessibilidade. Os alimentos ultraprocesssados têm um custo melhor, enquanto a alimentação natural, com alimentos frescos, tem um custo maior. A maioria das famílias brasileiras acaba optando pelos ultraprocessados", diz.

Além disso, ela destaca a dificuldade da grande maioria das pessoas de inserir a prática esportiva e a alimentação saudável na rotina. "É complicado quando a pessoa tem que trabalhar, às vezes conciliando com estudos. Sem falar que nas grandes cidades se perde muito tempo em trânsito".

Ainda assim, os dados apurados pela Ponto Map sinalizam que ao menos a preocupação com a saúde física, estimulados ou não pela prioridade com a estética, engaja todas as gerações de adultos no país, principalmente a chamada geração Y ou millenials, com idade entre 27 e 42 anos.

A endocrinologista e metabologista Thais Mussi reforça que, mesmo que influenciadores propaguem estilos de vida saudáveis na internet para milhões de seguidores, a realidade coletiva não é alterada porque, não raramente, as dietas recomendadas são pouco efetivas e não correspondem à realidade da rotina da imensa maioria dos brasileiros.

"É tentador seguir modismos justamente pelo fato de que os índices de sobrepeso estão aumentando. Mas a busca por soluções milagrosas e rápidas não aborda a mudança sustentável e vira uma sucessão de erros. A pessoa fica acima do peso, de repente começa a consumir coisas que prometem resultado rápido e se frustram. Depois, desistem e futuramente, quando voltam a se sentir mal, recorrem novamente a outro milagre, e a situação só vai piorando", alerta.

> "Busca por soluções milagrosas e rápidas não aborda a mudança sustentável e vira sucessão de erros"
> *Thais Mussi*

A endocrinologista, autora do livro recém-lançado "Além da Balança" (Editora Savi), critica ainda o excesso de produtos industrializados que tentam se enquadrar com fitness no mercado. "É um número crescente do marketing em cima do fitness, em cima de dietas, mas sem de fato promover uma mudança no estilo de vida que leve à transformação. São produtos que não atacam causas como o estresse, a ansiedade, a falta de tempo", explica. "Gera um consumo crescente sem resultados efetivos. É cachorro correndo atrás do rabo."

Mussi também aponta que outra razão de não ver o estilo de vida fitness propagado nas redes sociais trazer resultados coletivos na vida real é a diferença nas rotinas dos influenciadores e dos influenciados. "Não cabe se comparar a pessoas que podem ficar quatro horas diárias fazendo atividades físicas se a sua realidade não permite. Não adianta querer replicar o estilo de vida de pessoas que não têm coerência com a sua rotina", orienta.

Na mesma linha, o diretor do serviço de medicina do exercício e do esporte do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), Samir Daher, explica que são quatro elementos conjuntos que precisam ser seguidos para que, coletivamente, os riscos gerados pelo excesso de peso na população sejam mitigados. "Saúde física, saúde mental, sono e hábitos alimentares", diz. "Se um deles está muito alterado, há grandes chances de os outros também estarem."

Segundo Daher, esses quatro elementos precisam estar equilibrados para que haja uma adesão permanente a um estilo de vida saudável. "Percebemos aqui no atendimento que muita gente adere à prática esportiva ou mudança alimentar no ímpeto, mas a manutenção acaba se dissipando. Aproximadamente 35% dos pacientes continuam, mas 65% desistem no meio do caminho" revela, acrescentando que a falta de entendimento sobre a comunhão entre os quatro elementos é a chave do sucesso.

O médico critica a falta de políticas públicas que chamem a atenção para combater o problema, que está se agravando continuamente desde o início do século atual. De acordo com dados da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), do Ministério da Saúde, a proporção de adultos no Brasil com sobrepeso ou obesidade saltou de 11,8%, em 2006, para 24,3%, em 2022.

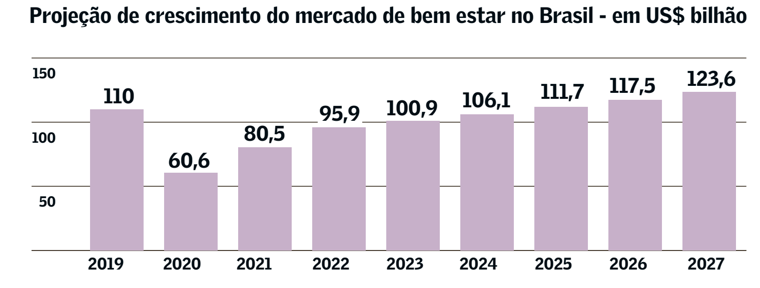
Outro estudo do pesquisador Eduardo Nilson, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), projeta que, com base nas tendências atuais, quase metade dos adultos brasileiros (48%) terá obesidade até 2044, e mais 27% terão sobrepeso — assim, dentro de 20 anos, três quartos dos adultos terão obesidade ou sobrepeso — a projeção foi apresentada na semana passada no Congresso Internacional sobre Obesidade, em São Paulo.

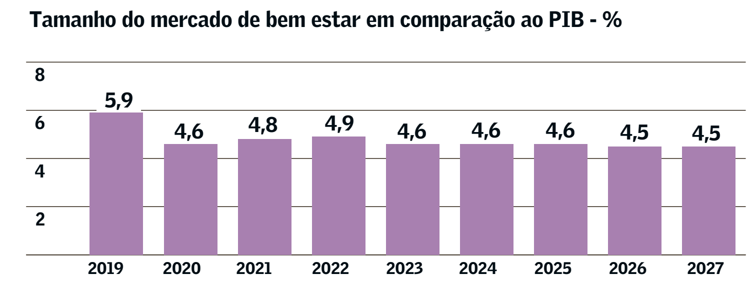
Se o cenário se concretizar, as consequências mais óbvias serão o aumento de ocorrências como doenças cardiovasculares, diabetes e doenças renais crônicas, por exemplo. Estimativa de especialistas em saúde pública da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) já aponta que, no grau em que está avançando, a taxa de sobrepeso e obesidade no país deve gerar um custo de aproximadamente US$ 20,1 bilhões (R$ 105,4 bilhões) para a economia brasileira como um todo, juntando os custos diretos de tratamentos para o SUS e a queda de produtividade em decorrência das doenças.

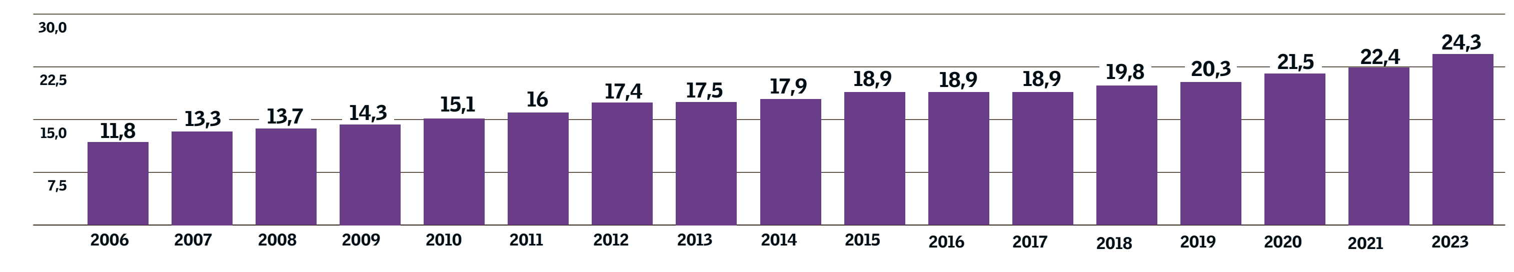
"Estamos com políticas públicas insuficientes para atacar esse problema", diz Daher, do HSPE. Ele cita o programa Academia da Saúde, lançado pelo governo federal em 2011, como uma boa iniciativa, mas aponta a dificuldade de manutenção do programa e o baixo impacto como falhas. "Precisamos de campanhas educativas permanentes que engajem mais a população."

Outra sugestão do médico especializado em medicina esportiva é conectar os hospitais com os locais onde pacientes podem realizar atividade para permitir um acompanhamento dos resultados de emagrecimento dos pacientes. "Estamos levando uma proposta para o governo do Estado para credenciar locais junto ao sistema de saúde para encaminhar os pacientes. Porque a gente diagnostica e orienta o que precisa fazer, mas não temos acompanhamento para saber se a pessoa está seguindo. É uma dificuldade que o sistema tem de se conectar com o mercado fitness".

Contraste
Atividade física ganha espaço na vida social, mas não reverte aumento da obesidade







R$ 9,4 bilhões é o cálculo do custo direto da obesidade sobre o SUS entre 2021 e 2030

R$ 105,4 bilhões é o custo indireto para a economia devido aos efeitos sobre a produtividade

Fontes: Global Welness Institute, FMI, Ponto Map, Pesquisa Vigilância de Fatores de Risco de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) do Ministério da Saúde e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)


LEO RODRIGUES/VALOR

Giovanna Massulo: "É um mercado com grande potencial de crescimento; uma parcela pequena da população consegue aderir"

Gerações engajadas com saúde física
Millennials puxam admiração por vida saudável nas redes - em %

25% Não identificada
5% Geração X (43 a 59 anos)
2,8% Prateada (mais de 60)
43% Geração Y (27 a 42 anos)
24% Geração Z (19 a 26 anos)

Fonte: Ponto Map

Finanças
É 'perigoso' vender dólar sem ajustar a economia, diz Reinaldo Le Grazie
C3

Tecnologia
Lombardi, presidente da Elea Digital, fecha compra de dois centros de dados da DXC Technology B4



Luxo
Richemont muda presidentes das marcas Cartier e Van Cleef & Arpels B7

Agronegócio
Ações da Agrogalaxy sobem 24% após empréstimo da Aqua Capital B8

Varejo Assinatura de indústrias era reproduzida em acordos falsos; Unilever, P&G e Philips foram alvo

O suposto esquema do 'copia e cola' das verbas fraudadas na Americanas

Adriana Mattos
De São Paulo

Em 9 de março de 2019, Maria Christina Nascimento, com 35 anos de Americanas, e na empresa desde 1984, diz a Paula Faria, do suporte comercial, que precisava urgentemente resolver um problema nas autorizações fictícias de verba de propaganda cooperada (VPC) da indústria.

"Colgate e Multilaser estão com 2 assinaturas cada um e idênticas. E na mesmíssima posição da linha e no mesmo enquadramento", dizia Nascimento, que era chefe de Faria no departamento, em mensagem de Whatsapp. O mesmo se repetia na nota da L'Oreal.

Faria rebatia dizendo que isso se repetia porque era sempre a mesma pessoa que costumava assinar os contratos entre os fornecedores da Lojas Americanas, mas Nascimento queria uma solução rápida.

"Embora seja a mesma pessoa, ela não ia colocar a assinatura exatamente igual na linha destinada a assinatura. Me ajuda!! Preciso sanar isso hj ", pedia a chefe.

Pelo sistema de fraude, as assinaturas dos executivos dos fornecedores eram recortadas digitalmente de contratos verdadeiros, arquivados na empresa, e aplicados nos contratos falsificados.

A questão é que as assinaturas reproduzidas ficavam, naturalmente, idênticas nos falsos acordos. E isso poderia levantar suspeita dos auditores, que checavam os contratos por amostragem.

As mensagens estão em pedido de medida cautelar da Polícia Federal enviado à Justiça na semana passada e obtida pelo **Valor**. No dia 27, a PF pôs na rua a "Operação Disclosure" com 15 mandados envolvendo ex-diretores da rede.

Segundo investigações do Ministério Público Federal (MPF) e da PF, havia um sistema de produção de contratos de verbas falsas em série na operação on-line da B2W (Submarino, Shoptime, Americanas.com), e na Lojas Americanas, e com aval da alta diretoria da época.

O delator Marcelo Nunes disse ao MPF que, em 2021, foram R$ 1,4 bilhão em verba de propaganda cooperada, para receita líquida anual de R$ 27 bilhões. Nunes não relata se tudo se tratava de fraudes.

A falsificação era chamada internamente de "arrecadação complementar" e teria iniciado em 2012, pelos dados preliminares das autoridades. O ex-CEO da empresa, Miguel Gutierrez, hoje morando em Madrid, na Espanha, chega a citar essa data em um e-mail de 2017, entre ele e Carlos Padilha, então diretor financeiro da Lojas Americanas. Ambos são investigados pelas autoridades.

A fabricação de verbas seria feita para melhorar os resultados do grupo. Os registros fraudulentos entravam como créditos. No caso da Lojas Americanas, eles reduziam o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e, logo, melhoravam o lucro bruto. Já na B2W, também melhoravam o CMV e reduziam as despesas de marketing.

Na prática, como a verba não existia, os documentos eram criados apenas para eventual pedido de comprovação pela auditoria.

Além dessa questão das assinaturas, ainda havia outra dor-de-cabeça entre os supostos articuladores das fraudes. Existiam contratos fraudados "bons e maus".

Numa troca de mensagens de 2019, Nascimento dizia que as falsificações de Multilaser e L'Oréal estavam "boas", ou sejam bem-feitas, mas havia contratos falsos "mais ou menos", dizia.

"Se eles pegarem as boas, acho que dá", dizia Nascimento, ao comentar a hipótese de a documentação receber a aprovação da auditora da KPMG, Carla Bellangero, responsável pela conta na época.

Bellangero esteve na CPI da Americanas, em agosto de 2023, e apresentou indícios de que teria sido enganada pela rede. A KPMG foi auditoria da varejista de 2016 a outubro de 2019, quando foi trocada pela PwC logo após o prazo mínimo obrigatório, determinado em regra sobre rotatividade de auditores para empresas abertas.

Em outro diálogo, de 23 de fevereiro de 2018, Nascimento pede a Faria uma correção das verbas falsas. Diz que na Garoto, empresa de chocolates, havia três autorizações de verbas assinadas, mas a "capa" da carta tinha data errada, frente à data do documento interno. Faria disse que iria resolver o problema.

Apenas dois dias antes, em 21 de fevereiro de 2018, Bellangero, da KPMG, esteve com Flávia Carneiro, então superintendente de controladoria na Lojas Americanas, segundo mensagem de Whatsapp.

"Carla ainda está aqui", dizia Carneiro a Nascimento no aplicativo. "Dureza. Melhor enviar hj", pedia, sobre as cartas falsificadas de 2018.

Flávia Carneiro fechou, em janeiro de 2024, termo de declaração junto ao MPF, tornando-se delatora, e entregou documentos e mensagens às autoridades, que basearam a investigação.

No processo de falsificação, eram alterados datas e valores, mas não dados cadastrais de indústrias.

Christina Nascimento está sendo investigada por associação criminosa, uso de informação privilegiada e manipulação de mercado, e está na lista dos 14 ex-diretores alvo de busca e apreensão da PF, no último dia 27. Paula Faria não aparece na lista. Há ex-empregados que ainda não foram alvo de ações da PF e podem entrar num grupo que teria sido coagido a participar, segundo suspeitas do MPF. A investigação ainda está em andamento.

São 27 companhias alvo das supostas fraudes da varejista em diferentes anos, segundo citações de autoridades e dos delatores, na medida cautelar da PF. Há todo tipo de companhia, mas há um número maior de grandes grupos.

"Isso ajuda a gerar muitos contratos, porque é natural que uma multinacional tenha grande verba de propaganda. E quanto mais contratos, mais difícil para o auditor identificar qualquer erro", diz um superintendente que negociou contratos com a Americanas

Entre as 27 empresas estão Unilever, Colgate, L'Oreal, J&J, Mondelez, Coty, Hasbro, BIC, Oi, Tramontina e mais 18 apenas em algumas semanas de 2016, 2017 e 2019, segundo emails e mensagens de celular (*veja tabela ao lado*).

Em 2016, sete empresas, como Philips, Sony, Black & Decker, foram citadas em mensagens para elaboração de verbas falsas.

As verbas cooperadas são uma ferramenta amplamente utilizada no varejo, e há uma variação delas, o que pode facilitar fraudes.

Na Americanas, havia três tipos: atrelada a metas de compra da loja para a indústria, atrelada a algum crédito negociado com o fornecedor e atrelada a redução de preços em promoções. A indústria bancava parte da oferta. "Cada contrato de VPC é um contrato, eles nunca são iguais, e talvez por isso, falsificá-lo com as condições que a empresa queria era tão fácil", diz um segundo fornecedor ouvido.

Ainda de acordo com a PF, o delator, Marcelo Nunes, disse que existia processos de checagem das informações pela KPMG junto aos fornecedores, por amostragem. A área comercial da Americanas, então, entrava em contato com os fabricantes para que eles confirmassem as informações das verbas.

Nunes não dá detalhes de como isso era feito, mas afirmou que os fornecedores não sabiam do esquema, e estavam sendo enganados. O suporte comercial da Americanas pegava declarações dos fabricantes confirmando as verbas totais, reais e fictícias, e enviava aos auditores.

"Como são muito valores que entram e saem, não é fácil perceber que se está sendo enganado", afirma a superintendente de uma fábrica ouvida. "E como as indústrias ganharam muito dinheiro com a Americanas, que pagava sempre tabela cheia pelos produtos, a relação comercial era boa, e ninguém queria criar problema", diz.

O passo a passo da fraude envolvia poucas pessoas. Os valores falsificados eram registrados num arquivo Excel, verba por verba, de forma manual, pelo suporte comercial. O arquivo era chamado de versão 1, 2, 3 a depender de quantas existiam. Já a lista verdadeira era a "versão 0".

Depois, isso era encaminhado ao centro de serviços (CSC), que inseria os dados no sistema, sem checar qualquer comprovante. A área de tecnologia da informação, por sua vez, liberava o acesso ao sistema a um grupo seleto de pessoas, que fazia parte das fraudes.

Com base em mensagens coletadas, diretores falam por Whatsapp que Gutierrez, CEO da empresa, recebia todas as versões do arquivo. O ex-presidente nega conhecimento das fraudes.

De acordo com um terceiro fabricante, não há expectativa no mercado de qualquer reação legal contra a Americanas porque, no plano de recuperação judicial da rede, credores colaboradores que apoiaram o plano se comprometeram a não litigar contra a empresa.

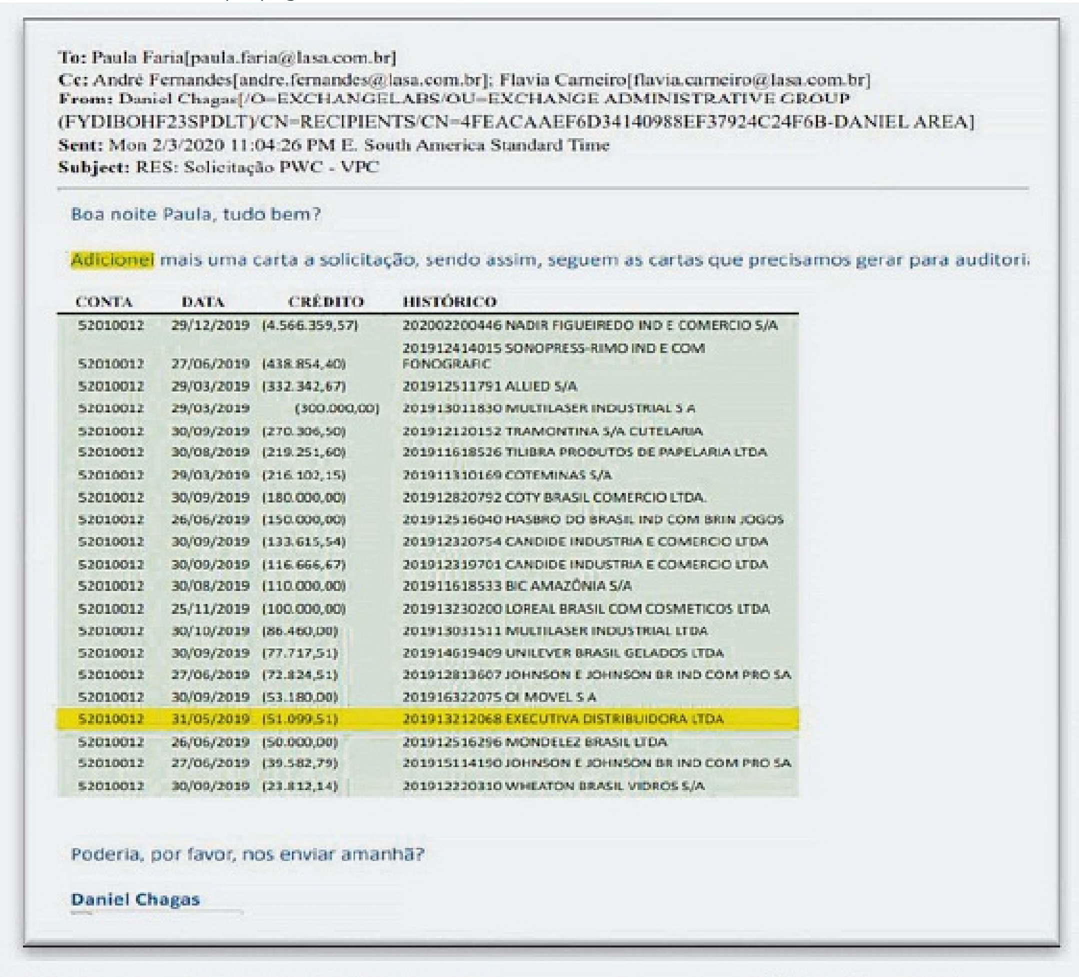
Pelo acordado, não cabe litígio também contra os acionistas de referência, Beto Sicupira, Marcel Telles e Jorge Paulo Lemann. Eles não tiveram seus nomes citados na medida cautelar da PF, e o MPF afirma que o conselho de administração (que inclui os sócios ou indicados por eles) teriam sido enganados.

Procuradas, as empresas citadas Oi, Candide, Philips, Colgate não se manifestaram. A Nadir Figueiredo desconhece os fatos e os documentos relatados e diz que, se a geração de dados falsos foi feita, ocorreu sem o seu aval. A Nestlé, dona da Garoto, diz que não tem informações para se manifestar.

A Allied informa que não tem conhecimento dos fatos, que as bonificações são algo comum e que o valor mencionado na lista de verbas (arte ao lado) foi liberado. A Unilever não comenta investigações em andamento. O restante das empresas não se manifestou até o fechamento desta edição. Paula Faria e Christina Nascimento não foram localizadas.

Realidade Ou Ficção?

Área comercial enviava à controladoria da rede, regularmente, lista de nomes de empresas com contratos de verbas de propaganda falsificadas e reais, em listas e anexos



To: Paula Faria[paula.faria@lasa.com.br]
Cc: André Fernandes[andre.fernandes@lasa.com.br]; Flavia Carneiro[flavia.carneiro@lasa.com.br]
From: Daniel Chagas[/O=EXCHANGELABS/OU=EXCHANGE ADMINISTRATIVE GROUP (FYDIBOHF23SPDLT)/CN=RECIPIENTS/CN=4FEACAAEF6D34140988EF37924C24F6B-DANIEL AREA]
Sent: Mon 2/3/2020 11:04:26 PM E. South America Standard Time
Subject: RES: Solicitação PWC - VPC

Boa noite Paula, tudo bem?

Adicionei mais uma carta a solicitação, sendo assim, seguem as cartas que precisamos gerar para auditori

CONTA	DATA	CRÉDITO	HISTÓRICO
52010012	29/12/2019	(4.566.359,57)	202002200446 NADIR FIGUEIREDO IND E COMERCIO S/A
52010012	27/06/2019	(438.854,40)	201912414015 SONOPRESS-RIMO IND E COM FONOGRAFIC
52010012	29/03/2019	(332.342,67)	201912511791 ALLIED S/A
52010012	29/03/2019	(300.000,00)	201913011830 MULTILASER INDUSTRIAL S A
52010012	30/09/2019	(270.306,50)	201912120152 TRAMONTINA S/A CUTELARIA
52010012	30/08/2019	(219.251,60)	201911618526 TILIBRA PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA
52010012	29/03/2019	(216.102,15)	201911310169 COTEMINAS S/A
52010012	30/09/2019	(180.000,00)	201912820792 COTY BRASIL COMERCIO LTDA.
52010012	26/06/2019	(150.000,00)	201912516040 HASBRO DO BRASIL IND COM BRIN JOGOS
52010012	30/09/2019	(133.615,54)	201912320754 CANDIDE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
52010012	30/09/2019	(116.666,67)	201912319701 CANDIDE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
52010012	30/08/2019	(110.000,00)	201911618533 BIC AMAZÔNIA S/A
52010012	25/11/2019	(100.000,00)	201913230200 LOREAL BRASIL COM COSMETICOS LTDA
52010012	30/10/2019	(86.460,00)	201913031511 MULTILASER INDUSTRIAL LTDA
52010012	30/09/2019	(77.717,51)	201914619409 UNILEVER BRASIL GELADOS LTDA
52010012	27/06/2019	(72.824,51)	201912813607 JOHNSON E JOHNSON BR IND COM PRO SA
52010012	30/09/2019	(53.180,00)	201916322075 OI MOVEL S A
52010012	31/05/2019	(51.099,51)	201913212068 EXECUTIVA DISTRIBUIDORA LTDA
52010012	26/06/2019	(50.000,00)	201912516296 MONDELEZ BRASIL LTDA
52010012	27/06/2019	(39.582,79)	201915114150 JOHNSON E JOHNSON BR IND COM PRO SA
52010012	30/09/2019	(23.812,14)	201912220310 WHEATON BRASIL VIDROS S/A

Poderia, por favor, nos enviar amanhã?

Daniel Chagas

DOC 26 – Email 03/02/2020 PAULA FARIA para a colaboradora FLÁVIA CARNEIRO solicitando as cartas "que precisamos gerar para auditoria"

Fonte: Medida Cautelar da PF

Em meio à crise, rede anuncia integração de site

Felipe Laurance
De São Paulo

Para fortalecer seu canal digital, a Americanas decidiu que vai integrar os sites e aplicativos da Shoptime e da Submarino. Em mais um capítulo da crise desencadeada após a revelação da fraude contábil, a rede vai unificar suas principais marcas de comércio eletrônico e usar apenas a marca Americanas como referência. A estratégia foi publicada pelo jornalista Lauro Jardim, do "O Globo", e confirmada pela companhia.

A rede anunciou ontem que os acionistas de referência — Beto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles — e afiliados devem ficar com 49,2% . Antes, esse bloco tinha cerca de 30,1% do negócio. Os credores da varejista ficarão com 47,6% da companhia, enquanto os demais acionistas ficarão com 3,2%, segundo a atual projeção.

O número considera o montante de R$ 12,1 bilhões que foi subscrito até o momento no exercício do direito de preferência do aumento de capital. A quantia não considera os valores relativos às ações subscritas pelos acionistas de referência e destaca que ainda há pela frente o processo de subscrição de sobras.

Os acionistas da varejista que está em recuperação judicial desde janeiro do ano passado aprovaram em assembleia geral extraordinária, em maio, um aumento de capital a R$ 1,30 por papel.

No dia anterior da fraude vir à tona, as ações da empresa foram negociadas na casa de R$ 12. Ontem, fecharam cotadas a R$ 0,39, de acordo com o **Valor Data**.

Na segunda-feira (1º), o comitê independente que apura as circunstâncias a respeito da fraude contábil da rede concluiu os trabalhos de apuração do caso. Ao longo de um ano e meio de apuração, a equipe de investigação do comitê revisou aproximadamente 1,2 milhão de documentos únicos; realizou cerca de 250 entrevistas com funcionários, ex-funcionários e terceiros; processou mais de 74 terabytes de dados; preservou dados estruturados de cerca de 11 sistemas corporativos; e preservou cerca de 2.300 fontes corporativas de dados não-estruturados de aproximadamente 360 custodiantes.

Os resultados da investigação estão sendo compilados e serão apresentados ao conselho de administração da companhia nas próximas semanas.

O comitê independente ressaltou, contudo, que a sua atuação não serviu de base para o trabalho da Polícia Federal, que deflagrou na semana passada a Operação Desclosure. Segundo o comitê, os resultados não se confundem com as conclusões de autoridades públicas, de colaboradores e ex-colaboradores da companhia, dos auditores externos da companhia, e da própria Americanas.

R$ 0,39
foi o fechamento das ações ontem

Ver mais na página B2



INÊS 249

Investigação Relatório aponta que a ex-diretora da Americanas transferiu bens para familiares

Saicali tentou blindar patrimônio, diz MPF

Isadora Peron e Camila Zarur
De Brasília e do Rio

O Ministério Público Federal (MPF) apontou que a ex-diretora da Americanas Anna Saicali realizou "manobras de blindagem patrimonial" para tentar proteger os seus bens durante o curso das investigações sobre a fraude contábil da empresa.

A ex-diretora é apontada pela Polícia Federal (PF) como uma das participantes do esquema, ao lado de Miguel Gutierrez, ex-CEO da Americanas. Na semana passada, ela foi alvo da Operação Disclosure. Saicali, que estava em Portugal, decidiu retornar ao Brasil na segunda-feira (1º), após ter o pedido de prisão revogado.

Ao pedir a prisão da ex-diretora, o MPF afirmou que ela era "peça fundamental da engrenagem, concorrendo para os fechamentos fictícios de resultados das empresas".

O órgão disse ainda que a Polícia Federal identificou que ela vinha "empreendendo manobras de blindagem patrimonial utilizando-se da empresa Taboca Ventures Participações" e que "direcionou grande parte de seu patrimônio, em especial imóveis, para a citada empresa deixando como remanescente apenas um bem imóvel ao qual gravou como bem de família".

"Estando o patrimônio adquirido vinculado aos fictícios lucros propiciados pela fraude contábil, é inexorável conectar sua aquisição com o proveito escuso dos ganhos indevidos. Deste modo, para além dos delitos contra o mercado de capitais, apresenta-se, em tese, a prática de lavagem de dinheiro por parte da requerida", escreveu a MPF.

Segundo um relatório da Polícia Federal, a empresa foi aberta em 2018 e tinha como sócio também o filho da ex-diretora, Antonio Saicali. Em janeiro de 2023, antes da Americanas anunciar que havia encontrado "inconsistências contábeis" em seu balanço, ela teria doado todas as suas quotas para o filho, ficando com apenas uma única quota (0,1% da sociedade).

A investigação também apontou que permaneceu no nome de Anna Saicali um único imóvel, localizado no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, que teve sua matrícula gravada como bem de família no mesmo mês da divulgação do fato relevante pela empresa, ressaltando o fato de que, nesse caso, o apartamento não poderia ser penhorado.

VINICIUS LOURES / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Saicali ficou com apenas um imóvel em seu nome, no Leblon, como "bem de família", o que o impede de ser penhorado

Para a PF, a "significativa movimentação no patrimônio" da ex-diretora naquele mês "não parece ser mera coincidência já que tudo está a indicar que ela tinha pleno conhecimento da fraude".

2023
a ex-diretora doou seus bens para o filho

Assim como Anna Saicali, o ex-CEO Miguel Gutierrez também tentou blindar o seu patrimônio após deixar a empresa. De acordo com a Polícia Federal, o executivo tentou lavar dinheiro e ocultar seus bens para evitar que fosse ligado às suspeitas de fraude na empresa.

O plano de Gutierrez para fazer a blindagem patrimonial foi detalhado por ele próprio em anotações feitas em um iPad apreendido pela Polícia Federal e que serviu de base para os investigadores descobrirem as movimentações suspeitas. O ex-CEO transferiu bens e imóveis para familiares, além de ter feito remessas de valores aos mesmos parentes e a offshores sediadas em paraísos fiscais.

Para desvincular o patrimônio de seu nome, Gutierrez também passou a titularidade dos bens para seus familiares. Entre os beneficiados dessa movimentação estavam a esposa do executivo e seu filho, mostra a investigação.

"Miguel Gutierrez planejou e está executando seu 'desafio', visando uma possível blindagem patrimonial através de transferências de capitais, bens móveis e imóveis. É importante ressaltar que Miguel também aparenta desvincular suas empresas de si, transferindo as mesmas para familiares e/ou outras empresas sediadas no exterior", disse a PF em relatório sobre o caso.

No M&A do sorriso, coreana compra Implacil



Pipe

Implante

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

Uma das maiores companhias globais de implantes dentários, a coreana Osstem Implant fechou a compra da brasileira Implacil de Bortoli. A transação, de US$ 89 milhões — equivalente a R$ 500 milhões na cotação atual — foi assessorada pela PwC, do lado da compradora, e Itaú BBA, do lado dos vendedores.

A meta dos coreanos é tornar a Implacil, atualmente a terceira maior do país, em líder do segmento. "Temos uma linha de produtos e soluções mais extensa, que vamos agregar nessa receita local", afirmou Kevin Lee, coCEO da Osstem, ao Pipeline, site de negócios do **Valor**.

A Osstem fabrica desde cadeiras de dentistas, passando por equipamentos de imagens aos implantes dentários, e oferece uma série de treinamentos para profissionais da área.

As companhias têm origens parecidas, fundadas por grupos de dentistas. No caso da Osstem, a listagem em bolsa trouxe uma base mais diversificada de investidores. No Brasil, a Implacil era a única das top três que não tinha sido capitalizada por fundos estrangeiros, tendo operado ao longo de 42 anos com capital proprietário da família fundadora e geração de caixa do negócio.

A Osstem tem filiais em 36 países, 15 centros de pesquisa e exporta para 93 países, mas o Brasil foi o primeiro mercado em que fez uma aquisição.

"Nossa estratégia é, normalmente, de crescimento orgânico com nossas próprias marcas, nunca tínhamos feito aquisição ou joint venture. Mas o Brasil é um mercado enorme, num país enorme, com competidores fortes", afirma Lee. "Não queríamos desistir desse mercado e vimos valor no legado construído pela Implacil", completa.

O coCEO diz que preço é importante para manter a companhia competitiva nesse mercado e que a forma que a Osstem tem encontrado para isso é investir em tecnologia. O grupo coreano chegou a bater a liderança em vendas de implantes em 2022, mas na média oscila entre terceiro e quarto lugar no ranking mundial. Voltar ao topo e se manter lá é uma meta traçada para 2026, com um empurrãozinho da América Latina. A Implacil pode ser a marca para a região, segundo o executivo, mas essa expansão vem num segundo momento — a Osstem já tem alguma atuação em países vizinhos, mas pouco representativa.

"A empresa é forte em São Paulo e queremos crescer além do Estado"
Kevin Lee

"Temos que andar antes de correr. A empresa é forte em São Paulo e queremos crescer além do Estado, onde a presença ainda não é significativa. O foco agora vai ser nacional e depois passamos para o regional", diz. O grupo tem crescido também na América do Norte e China e tenta engatar novas marcas na Europa.

No Brasil, a Osstem vai manter as duas fábricas da Implacil, em São Paulo e Tamboré, e pode avaliar novos pontos de produção. A pandemia deu um salto na busca por tratamentos estéticos, fazendo a receita da Implacil crescer, em média, 50% ao ano desde 2020. O novo dono vai manter a gestão atual da agora subsidiária brasileira.

"Temos, no Brasil, 55 milhões de pessoas que precisam de algum tipo de prótese dental, seja parcial ou até total, segundo Ministério da Saúde. Com a preocupação de saúde e de estética, estamos falando de uma terceira dentição", diz Aluizio Canto, CEO da Implacil. "Em 2023, foram cerca de quatro milhões de implantes colocados no país, num universo de necessidade muito maior, o que mostra o espaço que temos para crescer."

A Implacil tem cerca de 14% do mercado brasileiro e a Osstem, cerca de 11% do mercado global.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Curta

Recorde em embalagens

As expedições de papelão ondulado pela indústria instalada no país seguiram em trajetória crescente e bateram novo recorde em maio, segundo boletim estatístico da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel). Naquele mês, o Índice Brasileiro de Papelão Ondulado subiu 2,8% na comparação anual, para 157,2 pontos, com 353,015 mil toneladas de caixas, chapas e acessórios. É o maior volume para os meses de maio desde o início da série histórica, em 2005, "a despeito do desastre ambiental no Rio Grande do Sul, que causou graves impactos negativos para a população e economia da região, muitos deles ainda não totalmente compreendidos", diz a entidade. Considerando-se os dados livres de influência sazonal, o índice subiu 1% no mês, com a expedição de 352,838 mil toneladas, o segundo maior volume da série histórica, atrás apenas de fevereiro de 2021.

A verdadeira força da liderança

Gestão



Carlo Pereira

Como CEO do Pacto Global, frequentemente me vejo refletindo sobre a natureza da liderança e os desafios emocionais que ela apresenta. Recentemente, uma antiga parábola ressurgiu em minha mente, oferecendo uma nova perspectiva sobre essas questões. Trata-se da parábola dos talentos, narrada por Jesus e registrada no Evangelho de Mateus.

Na história, um homem, antes de partir em viagem, confia seus bens a três servos. A cada um, ele entrega uma quantidade diferente de talentos (uma unidade monetária da época), de acordo com suas capacidades. Ao retornar, o homem pede contas aos servos. Os dois primeiros, que receberam cinco e dois talentos respectivamente, duplicaram o valor. O terceiro, que recebeu apenas um talento, enterrou-o por medo, devolvendo exatamente o que havia recebido.

À primeira vista, esta parábola parece tratar apenas de responsabilidade financeira. No entanto, ao refletir sobre ela no contexto da liderança moderna, percebo que oferece insights valiosos sobre os desafios emocionais que enfrentamos como líderes.

Assim como os servos da parábola, nós, líderes, recebemos "talentos" — não apenas em termos de recursos financeiros ou materiais, mas também em forma de responsabilidades, confiança e expectativas. O peso dessas expectativas pode ser esmagador. Há dias em que me sinto como o servo que recebeu cinco talentos, pressionado a entregar resultados excepcionais, multiplicando o que me foi confiado.

A pressão para performar, para sempre tomar as decisões corretas, para inspirar e liderar efetivamente, pode ser intensa. É fácil cair na armadilha de pensar que devemos ser infalíveis, que não podemos mostrar fraqueza ou dúvida. No entanto, essa mentalidade pode levar a um isolamento emocional perigoso.

O terceiro servo da parábola, aquele que enterrou seu talento, agiu por medo. "Senhor, sabendo que és homem severo... tive medo e escondi na terra o teu talento", ele disse. Quantas vezes, como líderes, nos sentimos paralisados pelo medo do fracasso, pelo peso da responsabilidade? Quantas vezes nos sentimos tentados a "enterrar" nossos desafios, escondendo nossas lutas emocionais por medo de parecer fracos ou incapazes?

A lição que extraio desta parábola não é apenas sobre a importância de usar sabiamente os recursos que nos são confiados, mas também sobre a coragem de enfrentar nossos medos e vulnerabilidades. O mestre na parábola não puniu os servos que arriscaram e possivelmente cometeram erros ao longo do caminho. Ele puniu aquele que, por medo, se recusou a agir.

Como líderes, somos chamados a agir, a tomar decisões difíceis, a enfrentar desafios complexos. Isso inevitavelmente nos expõe a riscos emocionais. Podemos nos sentir sobrecarregados, inseguros, às vezes até inadequados para a tarefa. Mas a verdadeira força da liderança não está em nunca sentir essas emoções, e sim em como escolhemos lidar com elas.

Reconhecer nossa própria humanidade — nossas dúvidas, medos e vulnerabilidades — não nos torna líderes mais fracos. Pelo contrário, nos torna mais autênticos, mais relacionáveis e, em última análise, mais eficazes. Ao abraçar nossa humanidade, criamos espaço para que outros façam o mesmo, fomentando uma cultura de abertura, empatia e crescimento mútuo.

Recentemente, essa reflexão ganhou uma nova dimensão quando fui acometido por uma virose aguda que me deixou temporariamente debilitado. Essa experiência de vulnerabilidade física me fez pensar em Friedrich Nietzsche, que desenvolveu algumas de suas reflexões mais profundas sobre poder e força justamente em momentos de fragilidade. Assim como ele, percebi que nossos momentos de fraqueza podem ser oportunidades únicas para reavaliar nossa compreensão de liderança e poder.

A jornada da liderança é, em essência, uma jornada de crescimento pessoal e coletivo. Ela nos desafia a enfrentar não apenas os problemas externos, mas também nossas próprias limitações e inseguranças internas. É uma jornada que exige tanto coragem quanto compaixão — coragem para enfrentar desafios difíceis e compaixão para com nós mesmos e com aqueles que lideramos.

Como líderes, carregamos o peso de muitas expectativas. Mas também temos a oportunidade de moldar culturas, influenciar vidas e criar mudanças significativas. Ao abraçarmos nossa humanidade — com todas as suas forças e fragilidades — podemos transformar o peso da liderança em uma força que eleva não apenas a nós mesmos, mas a todos ao nosso redor.

Carlo Pereira é CEO do Pacto Global da ONU - Rede Brasil
E-mail
coluna.carlo@pactoglobal.org.br

Energia Companhia franco-belga tem objetivo de zerar emissões de gases de efeito estufa no país em 2030, antes da meta mundial

Brasil é 'chave' na estratégia global da Engie, afirma CEO

Kariny Leal e Francisco Góes
Do Rio

A Engie, empresa franco-belga que se define como a maior geradora 100% renovável do Brasil, tem a meta de zerar as emissões de gases de efeito estufa no mercado brasileiro antes das demais operações da companhia no mundo como um todo. O objetivo é alcançar o chamado "net zero" no país em 2030, enquanto a meta global é de zerar as emissões em 2045.

O caminho da Engie para alcançar esse propósito passa pela aposta em fontes renováveis. A empresa tem R$ 20 bilhões em investimentos comprometidos em ativos de geração solar e eólica e em linhas de transmissão no país. O grupo também vem trabalhando para melhorar os entraves da regulação do setor elétrico brasileiro, tema que preocupa especialistas, empresas e entidades setoriais.

"Somos investidores de longo prazo", disse ao **Valor** a presidente global da Engie, Catherine MacGregor. E acrescentou: "Temos um propósito de acelerar a transição energética e, nos últimos quatro anos, fizemos reorganizações de portfólio e geográficas, mudanças de prioridades, para nos alinhar a esse objetivo."

Uma das iniciativas da Engie foi se desfazer de negócios de carvão que tinha no Brasil e, no contexto global, passou a focar mais em países que oferecessem maiores oportunidades na transição energética, segmento no qual a empresa quer ser líder de mercado. Nesse contexto, o Brasil tem, na visão da Engie, vantagens comparativas no uso de recursos naturais para geração de energia renovável. No total, a empresa está presente em 31 países.

"Acreditamos que o Brasil tenha a oportunidade de acelerar o desenvolvimento em renováveis alavancada pela forte presença de hidrelétricas, mas ainda com acesso a grandes fontes como eólicas e solar", disse a presidente do grupo. "Um projeto no Brasil é equivalente a dez projetos na Europa em termos de capacidade", comparou.

> "Um projeto no Brasil equivale a dez projetos na Europa"
> *Catherine MacGregor*

O Brasil é o principal mercado para a companhia fora do eixo França-Bélgica, origem do grupo. Essa condição leva a Engie a olhar de forma permanente oportunidades no país, podendo ampliar os investimentos compromissados.

Recentemente, a empresa participou mas não ganhou leilão de linha de transmissão e, como noticiado pelo **Valor**, é apontada como uma das interessadas na compra de fatia da Vale na Aliança Energia, subsidiária de energia da mineradora, ativo avaliado em R$ 6 bilhões. Mas, segundo MacGregor, os investimentos da Engie são sempre feitos com responsabilidade e disciplina na alocação de recursos.

Embora a compra de ativos e operações de fusão e aquisição (M&A) seja um caminho para crescer, a companhia é especialista em engenharia, em desenvolver e construir projetos.

Os R$ 20 bilhões que a empresa tem comprometidos no portfólio no país estão distribuídos em grandes projetos, caso dos parques solares Assuruá (BA) e Assu Sol (RN); a unidade eólica Santo Agostinho (RN); e os projetos de linha de transmissão Gavião Real (PA) e Asa Branca (que corta Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo).

MacGregor esteve no Brasil no fim de junho para a reunião anual do conselho da Engie, a primeira fora da Europa. A reunião do grupo foi realizada em Florianópolis (SC), onde a companhia deu os primeiros passos na operação brasileira nos anos 1990, quando adquiriu as operações da Gerasul, do sistema Eletrobras, privatizada em 1998 e adquirida pela então belga Tractebel, que depois viria a se fundir com a controladora francesa Suez.

A compra da Gerasul foi a segunda aquisição da Tractebel no país. A primeira havia sido a hidrelétrica de Cana Brava, no Estado de Goiás, em 1997. O grupo tem, portanto, 28 anos de Brasil. A Tractebel acabou se fundindo com a controladora Suez e, depois de várias operações de M&A, incluindo a Gas de France, o grupo passou a se chamar Engie, em 2016.

Entre as aquisições da Engie no país nos últimos anos está também a compra da Transportadora Associada de Gás (TAG), detentora da malha de gasodutos mais extensa do país, com 4.500 quilômetros. A TAG pertencia antes à Petrobras e foi privatizada em 2019.

A companhia tem 2,6 mil funcionários no Brasil e capacidade própria instalada de 11 gigawatts (GW) em 99 usinas, todas de fontes renováveis. "O que gostamos no Brasil é que existe esse posicionamento singular sobre energias de baixo carbono", disse MacGregor.

No ano passado, a Engie registrou faturamento de R$ 11,7 bilhões no Brasil, recuo de 8,6% ante o ano anterior que se explica pela saída das operações a carvão, pela venda da termelétrica Pampa Sul e pela alienação parcial na TAG. O país representa cerca de 10% a 15% do lucro antes de juros e impostos (Ebit) global do grupo. A Engie também opera parcerias público-privadas (PPPs) na iluminação pública de Curitiba (PR), de Uberlândia (MG) e de Petrolina (PE).

"Estamos no Brasil há 28 anos, somos investidores de longo prazo, confiamos na estabilidade institucional e fiscal [do país] e na visibilidade que temos dos nossos investimentos mesmo quando o governo muda", disse MacGregor.

A executiva francesa entrou na Engie há quatro anos, no meio da pandemia. Com experiência no setor de óleo e gás, MacGregor passou por grandes empresas do setor como Technip e Schlumberger. Junto com o conselho da Engie, a executiva assumiu a liderança da companhia com o objetivo de promover uma reorganização corporativa do grupo, com foco maior em transição energética. Sob a gestão dela, a companhia passou a ser dividida em unidades de negócios ligadas a ativos de fontes renováveis, soluções energéticas, redes, e térmica & suprimento. Antes os negócios eram agrupados por região.

Segundo a presidente, o grupo tem planos de crescer no Brasil com foco em ativos que façam sentido na busca pelo "net zero", mas com disciplina financeira: "Continuamos com espaço para investir mais. Mas o grupo é muito disciplinado. Queremos ter flexibilidade para alocação de capital. Nunca é ilimitado, temos € 22 a € 25 bilhões de Capex [investimento] para o triênio atual [2023-2025], o que seriam € 8 bilhões por ano. Algo pode ir para o Brasil."

Embora a empresa mantenha o otimismo com o país, há desafios sobre a regulação do setor elétrico. A executiva admite que o excesso de subsídios, como ocorre com a geração solar, é um dos temas a serem enfrentados: "Os subsídios da energia solar fazem com que a tarifa [da energia elétrica] fique cara, apesar de o mercado [o preço da energia gerada] ser barato."

Para Maurício Bähr, presidente da Engie Brasil, é possível melhorar esse cenário: "Quando os subsídios não são mais necessários, podemos baixar a tarifa. O excesso de remédio vira veneno. Precisamos de um nível certo. Ajustar a dose do remédio é o que precisa ser feito. O excesso de incentivos impacta o sistema a longo prazo", diz.

LEO PINHEIRO/VALOR

Catherine MacGregor, presidente global da Engie: Brasil tem posição singular

INÊS 249

Saúde Empresa, com atuação na área pública, está em conversas avançadas para adquirir ativos privados, incluindo equipamentos médicos

Opy Health negocia aquisição de imóveis hospitalares no país

Beth Koike
De São Paulo

A Opy Health está entrando no mercado de hospitais privados. Até então, sua atuação estava limitada à área pública e agora está em negociações para a compra e locação de imóveis de hospitais ("sales and leaseback"), cujo contrato prevê ainda aquisição dos equipamentos médicos do estabelecimento de saúde — a primeira dessas operações deve ser anunciada até agosto.

A estratégia de expansão da Opy, capitalizada após a entrada de um fundo do BTG, que se tornou um dos principais acionistas, também prevê aquisição de hospitais de médio porte. Na nova estrutura de capital, a IG4 segue como investidora e gestora do negócio.

"Esses projetos já estavam no nosso radar desde quando a empresa surgiu em 2019. Agora, com uma melhor estrutura de capital estamos intensificando essa frente, mas não deixamos de lado as PPP [parcerias público privada] e licitações", disse Rogério Caldas, novo CEO da Opy que, anteriormente, era o diretor financeiro da companhia. Questionado sobre o montante disponível para as aquisições, o executivo disse que é "grandeza de bilhão", sem revelar o valor exato.

Em 2023, a empresa teve receita líquida de R$ 360 milhões e um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de R$ 180 milhões.

Nas aquisições de hospitais, o CEO explica terá um parceiro para a gestão médica, uma vez que seu foco é a administração da infraestrutura. A preferência é por ativos com mais de 200 leitos. No Brasil, a maior parte dos hospitais tem menos de 50 unidades de internação, mas para ser rentável é preciso ter de 100 a 150 leitos. Hoje, a empresa administra 1.458 leitos de quatro hospitais públicos.

A Opy também está negociando parcerias com grupos hospitalares para entrar como investidora. Os recursos podem ser destinados, por exemplo, à construção de uma nova unidade, compra de equipamentos, entre outras iniciativas. Um dos parceiros deve ser o Hospital Albert Einstein que tem projetos de expansão em andamento. O Einstein já trabalha em conjunto com a Opy Health na área pública.

A estratégia é aproveitar o atual cenário da saúde com muitos hospitais privados pressionados pelas operadoras para alongamento de prazos de recebimento e dificuldades no capital de giro. Com a venda dos imóveis e equipamentos, os fundadores ficam mais capitalizados e podem se dedicar exclusivamente à atividade médica. "Nosso diferencial é que também fazemos gestão hospitalar, serviços administrativos, de logística. O médico pode realmente se dedicar apenas às demandas assistenciais", disse.

Há outros grupos também atuando nessa seara. A gestora de investimentos HSI, de Max Lima, fez uma 'joint venture' com Enrico DeVettori, ex-UnitedHealth Group (UHG), para oferecer diferentes serviços na área da saúde como compra de imóveis hospitalares. A Bradesco Seguros está investindo na construção de hospitais junto com grupos de saúde que, por sua vez, assumem a área médica.

Na área pública, a Opy acaba de assumir a gestão administrativa do Hospital Estadual de Urgência de Goiás (Hugo), num contrato de R$ 60 milhões, por ano, com validade até 2029. O Albert Einstein é o responsável pelo atendimento médico. Há cerca de dois anos, a Opy e Einstein administram o Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia (HMAP), cujo contrato acaba de ser renovado.

A Opy tem dois contratos de PPP, de 20 anos, com os hospitais Metropolitano Dr. Célio de Castro, em Belo Horizonte, e Delphina Aziz, em Manaus, cujas concessões foram adquiridas da Andrade Gutierrez e Abengoa, respectivamente, em 2020. Na época, tanto a construtora quanto a empresa espanhola estavam em recuperação judicial o que elevou o custo do fundo que investiu inicialmente na Opy Health. O segundo fundo, criado no segundo semestre de 2023, tem um custo menor.

1.458
é o volume de leitos gerenciado pela Opy

RICARDO JAEGER/VALOR



Alessandro Lombardi: unidade recém-adquirida de São Bernardo do Campo receberá R$ 5 bilhões em investimentos

Elea, que tem Goldman Sachs como acionista, compra concorrente

Data center

Rodrigo Carro
De São Paulo

A demanda por infraestrutura para viabilizar a oferta de serviços de inteligência artificial (IA) está por trás da mais recente aquisição no segmento de "data centers" — a compra pela Elea Digital de dois centros de dados pertencentes à americana DXC Technology, em Barueri (SP) e São Bernardo do Campo (SP), segundo apurou o **Valor**.

O montante da transação não foi divulgado, mas no mercado de tecnologia da informação a estimativa é de que a Elea — que tem o banco Goldman Sachs como acionista — desembolse cerca de R$ 300 milhões com a aquisição e adaptação dos data centers.

"Globalmente, 95% da capacidade dos 'data centers' está tomada", afirma Alessandro Lombardi, presidente da Elea Digital. "Os 'data centers' para [aplicações de] inteligência artificial terão de ser construídos", acrescenta. Foi justamente a demanda potencial no médio prazo por IA que levou o conselho de administração da Elea a aprovar um plano de investimento de aproximadamente R$ 5 bilhões para a unidade de São Bernardo do Campo, adquirida da DXC.

A DXC é uma multinacional com mais de 130 mil funcionários, resultado da união entre o braço corporativo da HP e a empresa Computer Sciences Corporation em 2017. O centro de dados em São Bernardo do Campo ocupa apenas 10% de um terreno cuja área total soma 40 mil metros quadrados. O espaço extra e a ampla disponibilidade de energia elétrica na região foram levados em consideração nos planos de expansão da Elea, que pretende ampliar a capacidade do "data center" dos atuais 5 megawatts (MW) para 100 MW.

Na indústria de "data centers", essa unidade de potência (watt) é utilizada para dar uma ideia de quantos servidores e outras máquinas podem ser ligados ao centro de dados. Lombardi explica que Alphaville (em Barueri) e Campinas são dois dos principais polos de concentração desse tipo de infraestrutura no Estado de São Paulo. O "gargalo" à expansão da infraestrutura de armazenamento e processamento de dados nessas duas áreas — argumenta o executivo — está no fornecimento de energia, uma vez que os "data centers" são consumidores intensivos de eletricidade.

Ao contrário de Campinas e Barueri, em São Bernardo do Campo a infraestrutura implementada pelo governo para atender as montadoras de automóveis nos anos 1990 ficou ociosa com a migração da indústria automotiva para outros Estados.

A transação entre Elea e DXC precisa de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), mas — como a participação de mercado combinada das duas ficaria em torno de 14% — a expectativa é de uma aprovação, apurou o **Valor**.

Segundo a plataforma de compra e venda de serviços de telecomunicações Cloudscene, o Brasil dispõe de 181 "data centers". Em 2022 eram 150, um incremento de quase 21% em menos de dois anos.

Agenda Tributária

Mês de Julho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Junho/2024
3	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	21 a 30/junho/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento sujeito à tributação periódica	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) - Resgate ou amortização de cotas ou distribuição de rendimentos	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Aplicações financeiras em ativos de infraestrutura - Tributação Exclusiva	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Fundos de Investimento - Lei nº 13.043/2014 (Art. 8º) e Lei nº 14.801/2024 (Art. 4º)	5035*	"
	IRRF - Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Exchange Traded Fund - ETF), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundo Multimercado (FIM)	1605	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras	5286*	21 a 30/junho/2024
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	21 a 30/junho/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
3	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	21 a 30/junho/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Kadh Construções e Locações de Máquinas e Terraplanagem Eireli -** CNPJ: 28.972.542/0001-45 - Endereço: Rua Maria Guilhermina Franco, 96, Sobreloja, Piso Superior, Bairro Vila Costa Rios - Requerente: Anderson Natal Pio - Vara/Comarca: 2a Vara de Pouso Alegre/MG - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Kennedy Rodrigues S. Silva, Nome Fantasia Mt Construções -** CNPJ: 18.744.518/0001-03 - Endereço: Rua Henrique Sam Mindlin, 1122, Bairro Jardim São Bento Novo - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 8a Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, São Paulo/SP

Requerido: **Nova Canaã Artefatos de Cimento Ltda., Nome Fantasia Bloco Bom -** CNPJ: 12.219.527/0001-90 - Endereço: Av. Paulo Brossard, 104, Bairro Jardim Vassouras - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Francisco Morato/SP

Requerido: **Rede Morato Casa e Decoração Ltda. Epp, Nome Fantasia Rede Construir -** CNPJ: 22.555.473/0001-98 - Endereço: Praça Pompilho Bessa, 86, Centro - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Francisco Morato/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Agrovale Ltda. -** CNPJ: 10.547.643/0001-03 - Endereço: Av. Ino Resende, S/nº, Quadra 07, Lotes 01 a 28, Setor Leontino - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: 1a Vara de Mineiros/GO

Empresa: **Agrovale Ltda., Filial 01, Nome Fantasia Agrovale Pneus -** CNPJ: 10.547.643/0002-94 - Endereço: Av. Ino Resende, S/nº, Quadra 18, Lote 08, Setor Cruvinel - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: 1a Vara de Mineiros/GO

Empresa: **Agrovale Ltda., Filial 02, Nome Fantasia Agrovale Importação e Exportação -** CNPJ: 10.547.643/0003-75 - Endereço: Rua Said Abdalla, 1375, Quadra 41 F, Lote 12 A, Bairro Vila Fátima, Jataí/go - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: 1a Vara de Mineiros/GO

Empresa: **Agrovale Ltda., Filial 03, Nome Fantasia Agrovale Importação e Exportação -** CNPJ: 10.547.643/0004-56 - Endereço: Rua Ipê Leste, Esquina com Rua V 12 Norte, 1.039, Quadra 03, Lote 01, Distrito Comercial, Chapadão do Céu/go - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: 1a Vara de Mineiros/GO

Empresa: **Agrovale Ltda., Filial 04, Nome Fantasia Agrovale Importação e Exportação -** CNPJ: 10.547.643/0005-37 - Endereço: Rua Coronel Macário Subtil de Oliveira, 1149, Centro, Alto Taquari/mt - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: 1a Vara de Mineiros/GO

Empresa: **Duac Tractor Ltda. -** CNPJ: 43.059.640/0001-80 - Endereço: Rua Joaquim José Vilela, S/nº, Quadra 08, Lotes 04 e 05, Loteamento Almerinda Rezende - Administrador Judicial: Valor Administração Judicial e Serviços Ltda., Representada Pelo Dr. Victor Andrade Costa Teixeira - Vara/Comarca: 1a Vara de Mineiros/GO

Empresa: **Mediax Assessoria Empresarial Ltda. -** CNPJ: 08.485.949/0001-30 - Endereço: Rua Silos, 32, Cjto. 01, Bairro Água Fria - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Norpal Comercial e Construtora Ltda. -** CNPJ: 50.976.729/0001-76 - Endereço: Rua Iaiá, 150, Cjto. 72, Bairro Itaim Bibi - Administrador Judicial: Pinheiro e Marcondes Machado Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rubens Lobato Pinheiro Neto - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Cma Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A -** CNPJ: 43.819.978/0001-92 - Endereço: Rua Prefeito Filadelfo Azevedo, 712, Bairro Vila Nova Conceição - Requerente: Condomínio Edifício Grande São Paulo - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado do acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **D. E. S. P. Segurança Privada Ltda. ME -** Endereço: Não Consta - Requerente: Nadur Sociedade de Advogados - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Dpp Comércio de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 36.574.048/0001-50 - Endereço: Rua Prefeito Milton Improta, 820, Boxes 24 e 25, Bairro Vila Maria - Requerente: Lance Capital Factoring e Fomento Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Niplan Engenharia e Construções S/A -** CNPJ: 02.763.210/0001-67 - Endereço: Rua Deputado Martinho Rodrigues, 51, Bairro Jardim Prudência Ou Chácara Monte Alegre - Requerente: Pórtico Locações de Equipamentos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Proquimaq Indústria de Borrachas e Comércio de Máquinas Ltda. -** CNPJ: 01.004.396/0001-08 - Requerente: Vetta Química Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Franca/SP - Observação: Face à ausência das condições da ação.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Acefer Indústria e Comércio de Sucata e Metais Ltda. -** CNPJ: 01.500.203/0001-00 - Endereço: Av. Belém Brasília com Rua Carajás, Quadra 03, Lote 01, Bairro Jardim Nossa Senhora de Abadia - Administrador Judicial: Dr. Rafael Damásio Brasil Garcia - Vara/Comarca: 2a Vara de Uruaçu/GO

Empresa: **Alzira Neto Dos Santos Zafani Ltda. -** CNPJ: 25.451.174/0001-00 - Endereço: Rua 04 A, Esquina com Rua Eusébio, S/nº, Quadra 02, Lote 09, Bairro Vila Dornil, Porangatu/go - Administrador Judicial: Dr. Rafael Damásio Brasil Garcia - Vara/Comarca: 2a Vara de Uruaçu/GO

Empresa: **André Roberto Zafani, Produtor Rural -** CNPJ: 55.409.588/0001-23 - Endereço: Estrada Municipal Vicinal, Km 147 À Direita, Zona Rural, Mara Rosa/go - Administrador Judicial: Dr. Rafael Damásio Brasil Garcia - Vara/Comarca: 2a Vara de Uruaçu/GO

Empresa: **Lúcia Helena Salvador Ltda. -** CNPJ: 26.951.624/0001-88 - Endereço: Rua 04 A, Esquina com Rua Eusébio, S/nº, Quadra 02, Lote 09, Bairro Vila Dornil, Porangatu/go - Administrador Judicial: Dr. Rafael Damásio Brasil Garcia - Vara/Comarca: 2a Vara de Uruaçu/GO

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Run Time Automação Industrial Ltda. -** CNPJ: 05.880.814/0001-81 - Endereço: Rua Braz Paschoal, 1074, Bairro Jardim Cajubá Ou Rua Francisco da Silva, 127, Bairro Jardim Cajubá - Vara/Comarca: 3a Vara de Sertãozinho/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Run Time Soluções Industriais Ltda. -** CNPJ: 09.324.896/0001-39 - Endereço: Rua Francisco da Silva, 125, Bairro Jardim Cajuba - Vara/Comarca: 3a Vara de Sertãozinho/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Winner Comércio de Veículos Ltda. -** CNPJ: 06.272.613/0001-64 - Endereço: Av. Das Amoreiras, 1441, Bairro São Bernardo, Campinas/sp - Vara/Comarca: 2a Vara de Limeira/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Winner Comércio e Representações Ltda. -** CNPJ: 53.922.258/0001-01 - Endereço: Rua Dr. Alberto Ferreira, 422, Centro - Vara/Comarca: 2a Vara de Limeira/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Saneamento Grupo fechou empréstimo-ponte para compra de 15% na privatização por R$ 6,9 bilhões

Equatorial define estrutura de capital para Sabesp

Taís Hirata e Fernanda Guimarães
De São Paulo

A Equatorial, única candidata a acionista de referência da Sabesp após a privatização, planeja financiar a aquisição de 15% da estatal por meio de um empréstimo-ponte com prazo de 18 meses, divulgou a empresa. Fontes próximas à companhia afirmam que o seu balanço comporta o novo projeto, mas que eventualmente pode haver aporte dos acionistas ou venda de participação em ativos.

Segundo interlocutores, que falaram na condição de anonimato, os bancos Itaú BBA e Bradesco, que estão no sindicato que concedeu a fiança à companhia, algo mandatório para poder participar do processo, farão o empréstimo-ponte. Esse financiamento, disse uma fonte, será do valor integral da oferta a ser feita pelo grupo. Serão definidos ainda os chamados "take-outs", ou seja, a estratégia de saída, o que pode envolver uma oferta subsequente ("follow-on"), a depender de condições de mercado, ou a emissão de uma dívida local ou externa (bonds) de longo prazo.

A companhia, que iniciou na segunda-feira (1º) o processo de "bookbuilding" (coleta das intenções de investimento na oferta), fez uma oferta de R$ 67 por ação, o que representa R$ 6,9 bilhões pelos 15% que serão adquiridos. Com isso, a Equatorial deverá se tornar sócia de referência da Sabesp. O valor por ação oferecido ficou 10,63% abaixo do preço registrado na última sexta-feira (28), antes da oferta ser anunciada, e é 14,6% inferior ao preço da ação no fechamento de terça-feira (2).

Para confirmar sua vitória, a Equatorial precisa apenas atingir um volume mínimo de demanda no "bookbuilding", o que não deverá ser difícil. Analistas esperam uma procura bastante elevada, não só porque a empresa é bem-vista pelo mercado, mas principalmente pelo preço relativamente baixo pelo qual os papéis da Sabesp estão sendo vendidos.

A demanda no momento já supera em quatro vezes o volume ofertado — mais de R$ 30 bilhões em ordens — e ainda irá crescer, visto que os investidores estrangeiros usualmente fazem suas ordens no final do processo. Um gestor apontou, que por conta da elevada demanda, muitos fundos estão alocando ordens infladas, diante da percepção do alto nível de rateio. A precificação da oferta está marcada para o próximo dia 18.

> Após oferta aquém do preço atual das ações da Sabesp, sindicato aciona TCE, MP e Justiça

Analistas de mercado apontam que um desafio para a Equatorial, no curto prazo, será acomodar o financiamento do novo projeto, dado que a alavancagem do grupo já é relativamente alta. A relação entre dívida líquida e Ebitda encerrou o primeiro trimestre em 3,3 vezes. Com a oferta da Sabesp, deverá subir para cerca de 4 vezes, segundo estimativas de analistas de mercado.

"Neste ambiente de taxas de juros elevadas e com a necessidade de despesas de capital para melhorar a qualidade do serviço em suas concessões de distribuição após a renovação, acreditamos que este nível de alavancagem seria alto", afirma o UBS, em relatório da semana passada assinado por Giuliano Ajeje, Gustavo Cunha e Henrique Simões.

"Diante da taxa Selic ainda elevada, do fato de que um nível de alavancagem de 4 vezes parece alto em comparação com seus pares do setor e de que vemos oportunidades adicionais de crescimento (como leilões adicionais de saneamento esperados para 2024), a empresa pode optar por soluções alternativas para financiar esta transação", diz relatório do Safra, de Daniel Travitzky, Carolina Carneiro e Mario Wobeto.

Um dos caminhos apontados por fontes como forma de levantar recursos é a venda de ativos. Um analista, que pediu anonimato, aponta que os negócios de transmissão de energia e a Echoenergia, de geração renovável, são os menos estratégicos para o grupo, cujo foco é distribuição, e portanto são os candidatos a venda. No entanto, a venda de ativos é um processo mais longo e depende de condições de mercado, por isso a necessidade de alternativas de mais curto-prazo.

Na apresentação feita ao mercado, divulgada ontem, a Equatorial disse que pretende usar a Sabesp como "plataforma exclusiva de crescimento no setor de saneamento" e que a empresa é "a plataforma melhor posicionada para buscar oportunidades de crescimento inorgânico". Na apresentação, a Equatorial traz uma lista dos próximos leilões de água e esgoto, incluindo concessões em outros Estados. Hoje, o grupo tem apenas uma concessão nesse segmento, no Amapá, ainda em um estágio inicial. Procurada, a empresa não se manifestou.

Após o anúncio da oferta da Equatorial, a privatização da Sabesp foi alvo de representações no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), no Ministério Público de São Paulo e, em breve, será questionada na Justiça. As ações partem do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo) e do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas).

As entidades questionam o preço de venda das ações. Na representação feita ao TCE, assinada pelo escritório Marcus Neves Advogados, as associações citam um estudo de "valuation", encomendado pelo sindicato e pelo Ondas, que aponta que o preço deveria ser de R$ 85,58. Elas também questionam a não divulgação do preço mínimo por ação. O Estado afirmou apenas que a proposta da Equatorial ficou acima do preço mínimo, que só será revelado após a liquidação da oferta, em 22 de julho.

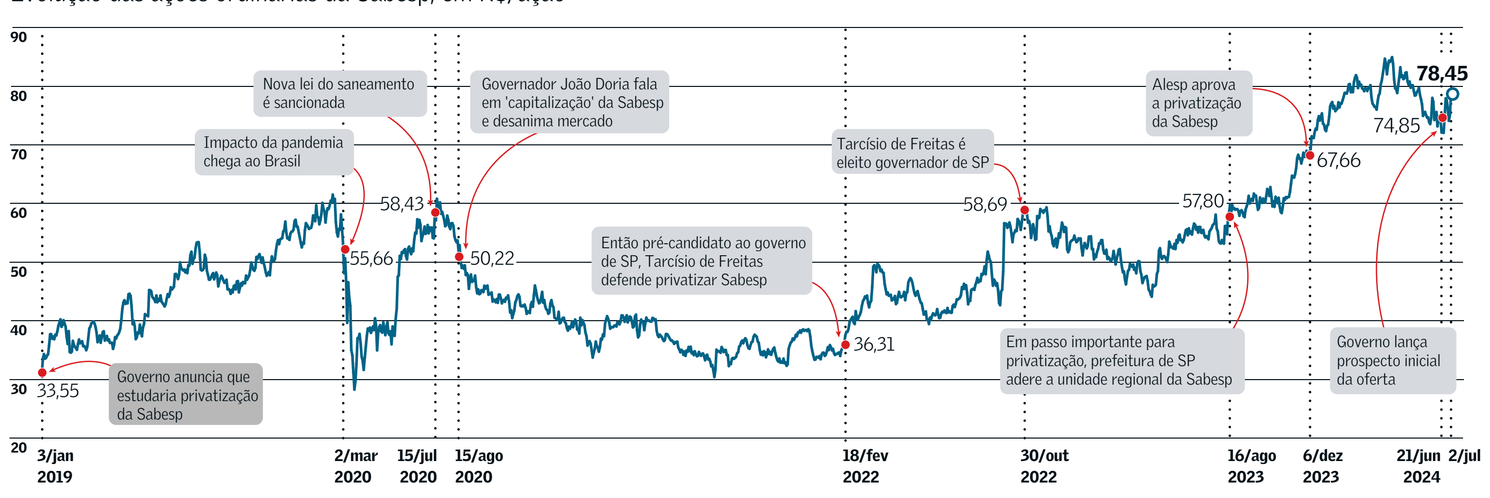
Representantes do escritório afirmam que o questionamento também foi apresentado ao Ministério Público de São Paulo e que, na próxima semana, deverá ser protocolada uma ação civil pública sobre o tema.

Procurado, o governo estadual afirmou, em nota, que a oferta "está sendo conduzida de acordo com as regras do mercado de capitais e as mais rigorosas práticas de governança". A gestão disse que a Equatorial assumiu o compromisso de não vender as ações até 2029 e que os R$ 67 representam alta de 32,3% em relação ao valor em 1º de março de 2023.

Outro questionamento partiu do diretório estadual do PT de São Paulo, que protocolou representação no Ministério Público pedindo apuração de um possível conflito de interesse na atuação da presidente do conselho de administração da Sabesp, Karla Bertocco, junto à Equatorial, segundo noticiou a "Folha de S. Paulo". Até o fim de 2023, Bertocco era membro do conselho de administração da Equatorial, assim como integrante do conselho da Sabesp. Nos últimos meses, ela participou das reuniões do Conselho Diretor do Programa de Desestatização (CDPED), que aprovaram a modelagem de privatização da Sabesp. Sobre esse tema, o governo afirma que Bertocco "já teve atuação como membro em diferentes conselhos de administração de companhias abertas" e que sua atuação na Equatorial se encerrou "em período anterior ao início da modelagem da oferta pública da Sabesp".

> **3,3 vezes**
> é a alavancagem atual da Equatorial

Avanço da privatização
Evolução das ações ordinárias da Sabesp, em R$/ação



R$ 67 é o preço por ação oferecido pela Equatorial, única interessada em ser sócia de referência da Sabesp

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data



INVESTCO S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93 - NIRE 17.300.000.914
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 29 de abril de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do inciso I do parágrafo 2º do artigo 5º e parágrafos 2º e 3º do artigo 28 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio de sistema eletrônico de participação à distância disponibilizado pela **Investco S.A.** ("Companhia"), conforme regras constantes da Proposta da Administração, e sendo considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na cidade de Miracema do Tocantins, estado de Tocantins, na Rodovia TO Miracema, KM 23, s/nº, CEP 77.650-000. **2. Convocação:** O edital de convocação desta Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral") foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no jornal Valor Econômico, nas edições de 29 de março, e 02 e 03 de abril de 2024, folhas C07, B07 e B07, respectivamente, e em versão digital nas mesmas datas. **3. Presença:** Acionistas representando 93% (noventa e três por cento) do capital votante, conforme registro de presença por meio do sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, na forma da lista de presença constante do Anexo I à presente ata. Presentes, ainda, o representante da Companhia, Sr. Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho - Diretor Vice-Presidente de Controle; o representante do Conselho Fiscal da Companhia, Sr. João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa; e o representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), Sr. Adriano Formosinho Correia. **4. Documentos:** Em atendimento ao artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, os seguintes documentos foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), do jornal Valor Econômico, e no *website* de Relações com Investidores da Companhia, com pelo menos 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da regulamentação aplicável: **(i)** o relatório da administração; **(ii)** as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas; e **(iii)** o relatório da PwC. A versão resumida das demonstrações financeiras foi também publicada no jornal Valor Econômico, na edição do dia 28 e março de 2024, nas páginas G01 a G07. **5. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho, que convidou a Sra. Luciana de Castro Mares Torres para secretariá-lo. **6. Ordem do Dia:** A Sra. Secretária da Mesa informou a todos que a presente Assembleia Geral tem por finalidade: **(i)** tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(iii)** fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **7. Deliberações:** Dispensadas as leituras dos documentos referidos no item 4 acima, por serem de conhecimento dos acionistas da Companhia, e após o exame e discussão dos assuntos constantes da ordem do dia, os acionistas presentes resolveram tomar as seguintes deliberações, tendo as abstenções sido registradas em cada caso e havendo-se autorizado a lavratura da ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o artigo 130, §§1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações: **7.1.** Aprovar, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, sendo 374.048.162 votos favoráveis, integralmente e sem quaisquer restrições ou ressalvas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pela PwC, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **7.2.** Aprovar, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, sendo 374.048.162 votos favoráveis, integralmente e sem quaisquer restrições ou ressalvas, a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 91.211.225,61 (noventa e um milhões, duzentos e onze mil, duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e um centavos), nos termos do Anexo II da Proposta da Administração: **(a)** R$4.560.561,28 (quatro milhões, quinhentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos) para Constituição de Reserva Legal equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; **(b)** Ratificar a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R$44.867.740,45 (quarenta e quatro milhões, otioentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos), imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de dezembro de 2023, equivalente a R$ 0,1037840 por ação ordinária e R$0,0122302 por ação preferencial de classe "R", considerando o número de ações ex-tesouraria na data de sua aprovação; **(c)** Distribuição de dividendos no valor de R$ 41.782.923,88 (quarenta e um milhões, setecentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte e três reais e oitenta e oito centavos) à título de dividendos adicionais, equivalentes a R$ 0,0794820 para cada ação ordinária, R$ 0,0794820 para cada ação preferencial "A", e R$ 0,0794820 para cada ação preferencial "C", considerando o número de ações ex-tesouraria na presente data ("Dividendos Adicionais"). Não serão distribuídos dividendos adicionais aos acionistas detentores de ações preferenciais "B" e "R"; e, ainda, **(d)** Ratificar a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R$13.005.259,55 (treze milhões, cinco mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de dezembro de 2023, equivalente a R$0,0366907 por ação preferencial de classe "B" e R$ 0,1037840 por ação preferencial classes "A" e "C", considerando o número de ações ex-tesouraria na data de sua aprovação, à crédito do passivo. **7.2.1.** Consignar que os juros sobre capital próprio mencionados nos itens 7.2(b) e 7.2(d) acima, devido aos acionistas titulares de ações da Companhia na data-base de 22 de dezembro de 2023, serão pagos no decorrer do exercício de 2024, em moeda corrente nacional, sem ajuste ou correção monetária, líquido de imposto de renda retido na fonte (IRRF). **7.2.2.** Consignar que os Dividendos Adicionais, devidos aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia na data-base de 29 de abril de 2024, que passarão a serem negociadas ex-dividendos a partir do dia 30 de abril de 2024 (inclusive), serão pagos no decorrer do exercício social de 2024, em moeda corrente nacional, sem ajuste ou correção monetária, e observarão os procedimentos da instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações de emissão da Companhia, conforme informações de aviso aos acionistas a ser divulgado oportunamente pela Companhia. **7.3.** Aprovar, por unanimidade, sendo 374.048.162 votos favoráveis, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, para o período de abril de 2024 a março de 2025, inclusive, de até R$1.436.000,00, para o período de abril de 2024 a março de 2025, inclusive, sendo (i) o valor de até R$80.000,00 a título de remuneração dos membros do Conselho de Administração, (ii) o valor de até R$1.196.000,00 a título de remuneração dos membros da Diretoria, e (iii) o valor de até R$160.000,00 a título de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, para distribuição entre os membros de cada órgão na forma a ser determinada em reunião própria, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **7.4.** A pedido dos acionistas interessados e nos termos do artigo 161 e seguintes da Lei das Socieades por Ações, bem como do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia, composto por 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato de 1 (um) ano, a encerrar-se na data da realização da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Os acionistas preferencialistas presentes, por maioria, elegeram um membro do Conselho Fiscal por meio de votação em separado, na forma do §4º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, foram eleitos os seguintes membros: **(a)** Sr. **Felipe Ha Jong Kim**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 36.739.445-5 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 086.901.148-07, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1455, 6º andar, CEP 04543-011, para ocupar o cargo de Conselheiro Fiscal Efetivo e o Sr. **Yim Kyu Lee**, coreano do sul, casado em regime de separação total de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RNE nº W377374-C e inscrito no CPF sob o nº 151.154.388-44, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Nove de Julho, n4939, conjunto 141, Bloco B, CEP 01407-200, como seu respectivo SUPLENTE; **(b)** Sr. **Allain Brasil Bertand Júnior**, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 5.222.945-7 - IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 838.422.097-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Luis Coelho, 308, conjunto 55, Consolação, CEP 01309-000, para ocupar o cargo de Conselheiro Fiscal Efetivo e o Sr. **Eduardo Henrique Pereira do Nascimento**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 19.315.168 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.048.174-90 e na OAB/SP sob o nº 152.198, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Luis Coelho, 308, conjunto 55, Consolação, CEP 01309-000, como seu respectivo SUPLENTE; **(c)** Sr. **João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa**, português, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 14.093.676-6 - SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 232.815.118-30, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, 1842, Torre Norte, 21ºandar, CEP 01310-923, para ocupar o cargo de Conselheiro Fiscal Efetivo e o Sr. **Oswaldo Noce Dalla Torre**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 25.048.899-1 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 271.036.028-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Paulista, 1842, Torre Norte, 21ºandar, CEP 01310-923, como seu respectivo SUPLENTE; **(d)** Sr. **MARCELO JOAQUIM PACHECO,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 18.975.204-X - SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 112.459.108-76, residente e domiciliado na Cidade de Mairiporã, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Jacarandá, 121, Santa Inês, Mairiporã/SP, CEP 07609-355, para ocupar o cargo de CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO e a Sra. **EUNICE MARIA MACHADO MALVAR**, brasileira, casada, contadora, portadora da Cédula de Identidade nº 739672 - SSP/DF e inscrita no CPF/MF sob o nº 297.096.521-68, residente e domiciliada na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, com endereço no SNQ 309, bloco M, apartamento 302, Asa Norte, CEP 70297-400, como sua respectiva SUPLENTE; **(e)** Sr. **MAURÍCIO ROCHA ALVES DE CARVALHO**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portadora da Cédula de Identidade nº 042.492.42-1 IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 709.925.507-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Canário, nº 515, apartamento 41, para ocupar o cargo de CONSELHEIRO FISCAL EFETIVO e o Sr. **RENATO LACORTE VITALE PIMENTA**, brasileiro, casado, arquiteto, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 01605324462 e inscrito no CPF/MF sob o nº 251.671.838-12, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Casa Branca nº 1044, apto 57, CEP 01408-000, como seu respectivo SUPLENTE, eleitos por votação em separado, na forma do §4º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, por unanimidade dos acionistas com direito a voto, **sendo 51.322.740 votos favoráveis,** emitidos pelos acionistas titulares de ações preferenciais presentes. **7.4.1.** Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de ocupar o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Declaram, ainda, que atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo artigo 147, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e aos demais requisitos constantes no artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, declaram, nos termos do artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações, não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não ter, nem representar, interesse conflitante com o da Companhia, na forma do artigo 147, §3º, incisos I e II, da Lei das Sociedades por Ações. **7.4.2.** Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, contendo a declaração mencionada no item 7.4.1 acima, lavrados em livro próprio. **7.4.3.** Aprovar, ainda, a remuneração mínima para os membros em exercício do Conselho Fiscal de 10% (dez por cento) da média da remuneração fixa atribuída a cada Diretor, nos termos do artigo 162, parágrafo terceiro da Lei das Sociedades por Ações, respeitado o orçamento proposto pela administração, na forma do item 7.3 acima. **7.5.** Consignar o recebimento do termo de renúncia do Sr. Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire, do cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, com efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2024, e do Sr. Luiz Otavio Assis Henriques, do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, com efeitos a partir de 01 de maio de 2024, aos quais foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2023. **7.5.1.** A Companhia registra seus cumprimentos e agradecimentos aos Srs. Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire e Luiz Otavio Assis Henriques pelos valorosos serviços prestados durante o exercício de suas funções como Conselheiros de Administração da Companhia. **7.5.2.** Ainda, resta consignado que o Sr. Carlos Emanuel Baptista Andrade, eleito ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2023, assumirá as funções do Sr. Luiz Otavio Assis Henriques como membro efetivo do Conselho de Administração até a eleição dos novos membros do Conselho de Administração, em Assembleia Geral a ser tempestivamente convocada para este fim, na forma do Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. **8. Encerramento dos Trabalhos e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa encerrou os trabalhos da Assembleia Geral, dos quais se lavrou a presente ata, em forma de sumário, na forma prevista no artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São considerados signatários da ata, nos termos do parágrafo 1º do artigo 47 da Resolução CVM 81, os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia. A lista de acionistas presentes consta do Anexo I a esta ata, conforme parágrafo 1º do artigo 47 da Resolução CVM 81. Nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 47 da Resolução CVM 81, os acionistas presentes são considerados signatários da ata desta Assembleia. *Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original.* Miracema do Tocantins, 29 de abril de 2024. Mesa: **Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho** - Presidente; **Luciana de Castro Mares Torres** - Secretária. JUCETINS - Certifico o Registro em 04/06/2024 sob nº 20240326490. Protocolo nº 240326490 de 04/06/2024. Erlan Souza Milhomem - Secretário Geral.

Central Eólica Monte Verde I S.A.
CNPJ/ME nº 31.199.583/0001-55 - NIRE 24.300.012.624
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de Julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 01 (um) de julho de 2024, às 09:00 horas, na sede da **Central Eólica Monte Verde I S.A.** ("Companhia") localizada na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida Dr. Silvio Pedroza, nº 428, Sala 06, CEP 59390-000. **2. Presença e Convocação:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas, sendo, portanto, dispensada a convocação prévia nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Assumiu a presidência da mesa da assembleia a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretariá-la. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: *(i)* a redução do capital social da Companhia; e *(ii)* a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas estritamente necessárias para formalizar a deliberação aprovada no item *(i)* anterior. **5. Deliberações:** Após a leitura e discussão da Ordem do Dia, o acionista aprovou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: 5.1. Reduzir o capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo para o exercício de suas atividades, passando **dos atuais** R$ 277.793.200,00 (duzentos e setenta e sete milhões, setecentos e noventa e três mil e duzentos reais) **para** R$ 77.793.200,00 (setenta e sete milhões, setecentos e noventa e três mil e duzentos reais), uma redução, portanto, de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem cancelamento de ações, nos termos do *caput* do artigo 173 da Lei das S.A. 5.2. Consignar que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 174 da Lei das S.A., durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital da Companhia ora deliberada. 5.3. Nesse sentido, consignar ainda, que a redução do capital social da Companhia ora deliberada somente se tornará efetiva findo o prazo mencionado no item 5.2 acima, *(i)* mediante inexistência de oposição de credores quirografários por títulos anteriores à data de publicação da presente ata; ou *(ii)* existindo oposição de algum credor, mediante o pagamento de seu crédito ou depósito judicial da importância devida, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 174 da Lei das S.A. A acionista consigna, ainda, que a efetivação da redução do capital social da Companhia também está condicionada à aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **6.** Aprovar que a quantia da redução do capital social da Companhia, no valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), será restituída ao seu único acionista em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia ao longo do exercício social de 2024. 6.1. Ato contínuo, em virtude das deliberações acima aprovadas, alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação, após findo o prazo de oposição de credores acima mencionado: ***"Artigo 5º*** *- O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 77.793.200,00 (setenta e sete milhões, setecentos e noventa e três mil e duzentos reais), dividido em 8.213.237.200 (oito bilhões, duzentos e treze milhões, duzentas e trinta e sete mil e duzentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* 6.2. Por fim, autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos, tomar todas as providências, adotar todas e quaisquer medidas e firmar todos os documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações tomadas neste ato. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. *Assinaturas: Mesa*: Paula Ferraretto Dalbello - Presidente; Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. *Acionista*: MONTE VERDE HOLDING S.A. (representada por seus diretores Paula Ferraretto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Rio Grande do Norte, 01 de julho de 2024. Mesa: **Paula Ferraretto Dalbello** - Presidente; **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Secretário.



NORTE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 12.300.288/0001-07 - NIRE 53.30001164-8
Companhia de Capital Aberto

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
86ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Norte Energia S.A. ("Companhia") convocados, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a se realizar no dia 23 de julho de 2024, às 10h30min, de forma híbrida, comportando participação presencial, na sede da Companhia, localizada no Setor de Edifícios Públicos Sul SEPS Quadra 702/902, Conjunto B, Bloco B, 3º Andar, Edifício General Alencastro, Asa Sul, CEP: 70390-025, e digital, via plataforma Webex, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: ***a)*** Eleição de Membro Suplente para o Conselho Fiscal, indicado pela acionista **ALIANÇA NORTE**. O indicado, uma vez eleito, deverá cumprir o prazo remanescente do mandato, qual seja, até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 2025. ***b)*** Aprovação da contratação da empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletrobras Eletronorte), Contrato DAFRI-S-106/2024, no valor total de R$ 646.619,40 (seiscentos e quarenta e seis mil, seiscentos e dezenove reais e quarenta centavos), visando ao fornecimento de link de transporte de dados e comunicação entre os Data Centers de Brasília/DF e Belo Monte (Altamira/PA), com conexão ponto a ponto para transporte de dados em rede de fibra ótica com velocidade de 1 GBPs, nos termos do inciso (xiv) do Artigo 22 do Estatuto Social, tendo em vista envolver partes relacionadas à Companhia, nos termos do inciso (xxii) do Artigo 12 do Estatuto Social. O prazo de vigência do Contrato será de 62 (sessenta e dois) meses, neste incluído o prazo de execução de 60 (sessenta) meses. A Convocação desta AGE foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia na sua 278ª Reunião do dia 27.06.2024, em atendimento ao parágrafo 3º do Artigo 8º do Estatuto Social. Conforme detalhado no Manual de Participação em Assembleia da Norte Energia, para sua participação, seja pessoal ou por procurador, o Acionista deverá apresentar comprovante de titularidade de ações de emissão da Norte Energia expedido na data do credenciamento para participação, pela instituição responsável, bem como documento de identidade válido com foto do representante legal e dos documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia do último estatuto ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista. Caso tais documentos estejam em língua estrangeira, deverão ser vertidos para o português por tradutor juramentado, não sendo necessária a notarização e a consularização dos mesmos. A Companhia exige o reconhecimento de firma e tradução juramentada dos documentos de representação dos Acionistas. Os Acionistas podem também ser representados por procurador que seja acionista, administrador ou advogado, constituído há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76 e do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, exibindo, além da documentação pertinente, a procuração com firma reconhecida ou com assinatura digital. Quando o Acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração será examinada antes do início da Assembleia, bem como a titularidade das ações. Participação por meio de plataforma digital: Os Acionistas que tiverem interesse em participar da assembleia de forma digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes aplicáveis, até o dia 19 de julho de 2024 (dois dias úteis antes da realização da assembleia), nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, mediante envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: governanca@norteenergiasa.com.br. Os Acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital e/ou não apresentarem os documentos de participação necessários não estarão aptos à participação na assembleia pela via digital. O Manual de Participação em Assembleia da Norte Energia detalha as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os Acionistas possam participar e exercer seu direito de voto, incluindo informações para acesso e utilização da plataforma digital, e está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.norteenergiasa.com.br/pt-br/ri. Todos os documentos e informações necessários para a compreensão da matéria a ser discutida, incluindo a participação e exercício do voto na AGE híbrida, conforme previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, foram disponibilizados aos acionistas por correio eletrônico e estão disponíveis para consulta na sede da Companhia. **Brasília, 02 de julho de 2024. Rodrigo Limp Nascimento - Presidente do Conselho de Administração.**

INÊS 249

Tecnologia Alinhada à UE, autoridade brasileira vai estender a fiscalização a outras companhias

ANPD suspende coleta de dados da Meta

Rafael Bitencourt e Mariana Assis
De Brasília

Alinhada à posição mais dura da União Europeia de investigar a coleta de dados pessoais para treinar sistemas de inteligência artificial (IA) generativa, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) emitiu nesta terça-feira (2) uma "medida preventiva" determinando a imediata suspensão desse procedimento no Brasil pela Meta — dona do Facebook, do WhatsAPP e do Instagram. Para o órgão, os procedimentos da nova política de privacidade da Meta impõem "risco iminente de dano grave e irreparável ou de difícil reparação aos direitos fundamentais" dos usuários.

Ao **Valor**, a diretora da ANPD, Miriam Wimmer, disse que a fiscalização vai se estender a outras "big techs". Ela disse que a ANPD tem acompanhado as decisões tomadas pelo bloco europeu sobre o tema. Desde a semana passada, a UE vem abrindo investigações e acusando empresas de tecnologia — a Meta, entre elas — de prejudicar os concorrentes e o consumidor final com suas práticas *(ver análise nesta página)*.

De acordo com a ANPD, a Meta deverá cumprir a medida preventiva no prazo de cinco dias úteis. Em caso de descumprimento, a empresa está sujeita a multa diária de R$ 50 mil. Ontem (2) à noite, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) notificou a Meta para obter informações sobre o uso de dados para treinar IA. No documento, a secretaria destaca que a relação da Meta e de seus usuários é de consumo.

Questionada sobre a decisão da ANPD, a empresa do bilionário americano Mark Zuckerberg informou, por meio de sua representação no Brasil, que considera um "retrocesso" na regulação dos serviços digitais no país. "Estamos desapontados com a decisão da ANPD". Em nota, a Meta alegou que é mais transparente do que "muitos participantes nessa indústria" que usam conteúdos públicos para treinar modelos e produtos.

"Nossa abordagem cumpre com as leis de privacidade e regulações no Brasil, e continuaremos a trabalhar com a ANPD para endereçar suas dúvidas. Isso é um retrocesso para a inovação e a competitividade no desenvolvimento de IA, e atrasa a chegada de benefícios da IA para as pessoas no Brasil", afirmou a Meta.

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO



"Temos uma caixa de ferramentas para lidar com questões envolvendo outras empresas"
Miriam Wimmer

A companhia também foi questionada para comentar a notificação da Senacon, emitida à noite, mas não retornou até o fechamento desta edição.

O escritório Peck Advogados divulgou comunicado para ressaltar que a medida da ANPD abre um precedente que "pode impactar sobremaneira" as empresas que buscam base de dados para treinar sistemas de IA generativa. "Se a orientação da Autoridade for no sentido de trazer o requisito de consentimento, poderá inviabilizar os modelos de treinamentos de IA atuais", disse Patricia Peck, que é CEO do escritório e também integra o Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber).

Wimmer, da ANPD, defendeu a posição do órgão regulador. "A ANPD é a favor da inovação, do desenvolvimento tecnológico, quer que o Brasil tenha acesso aos benefícios que a IA trará, mas a gente quer que tudo isso com respeito aos direitos fundamentais e à legislação brasileira. Não é inovação a qualquer custo, é inovação responsável, que preserve direitos fundamentais", disse a diretora.

Para o advogado de direito digital Renato Opice Blum, a ANPD "está fazendo seu papel". Tem a "prerrogativa da autoridade". Essa decisão, disse, é "indicativo de que a fiscalização se intensificará."

A decisão da ANPD veio em resposta à nova política de privacidade da Meta que passou a valer a partir de 26 de junho deste ano. Os termos autorizam o uso de dados pessoais de usuários e de pessoas não usuárias para fins de aperfeiçoamento e treinamento de sistemas de IA generativa.

Para o comando da ANPD, a Meta estaria, a partir da entrada em vigor da nova política, coletando dados sensíveis imagens, áudios, textos e até vídeos nas plataformas das empresas que possam revelar vinculações políticas, religiosas e sexuais.

A diretora da ANPD observou que a decisão do órgão brasileiro guarda semelhanças com a decisão do regulador europeu. "Essa é uma tendência. Vale dizer que na Europa também, essa discussão aconteceu. Por lá, a Meta suspendeu o tratamento de dados pessoais para treinar o sistema de IA generativa deles, justamente, em função de preocupações que foram levantadas quanto à eventual incompatibilidade com a regulamentação de proteção de dados lá, que é bem parecida com a nossa", afirmou.

No caso do Brasil, Wimmer disse que a ANPD contou com o "respaldo jurídico" para agir diante dos "indícios de irregularidades [que] parecem bastante evidentes", contrariando a legislação de proteção de dados em vigor desde 2018.

"A gente tem uma caixa de ferramentas para lidar com questões envolvendo outras empresas. Agora, a gente está focado no caso Meta, que é muito importante por conta do grande número de usuários. São mais de 120 milhões no Brasil. É um caso com grande impacto sistêmico", disse.

Agências reguladoras mais rigorosas traçam novo cenário para 'big techs'

Análise

Cynthia Malta
De São Paulo

Os próximos meses, e provavelmente anos, deverão ser marcados por uma atuação mais rigorosa de agências reguladoras em relação às "big techs", em especial na União Europeia, mas com efeitos, já esperados, nos Estados Unidos. E também no Brasil.

Desde a semana passada, Microsoft, Apple e Meta, dona de Facebook, WhatsApp e Instagram, se tornaram alvo de novos processos abertos pela Comissão Europeia, o braço executivo da UE.

A autoridade de defesa de concorrência do bloco europeu, comandada por Margrethe Vestager, está armada com poderes mais rigorosos, estabelecidos na nova Lei dos Mercados Digitais da UE, em vigor desde março deste ano.

Google e Meta também enfrentam processos antitruste na Europa e nos Estados Unidos.

E na Europa, Google e Samsung também estão sendo investigadas.

O laço comum que une essas gigantes da tecnologia é a acusação, por parte de autoridades antitruste, de que seus modelos de negócios sufocam os concorrentes, impedindo o seu crescimento e prejudicando, também, consumidores e clientes corporativos.

Não à toa, a OpenAI, dona do ChatGPT, o software mais famoso do planeta, uniu-se à Microsoft, que está descarregando US$ 13 bilhões na startup.

Disputar o mercado de tecnologia sozinha é missão impossível para a OpenAI e muitas outras empresas pequenas e médias que têm a ambição de crescer. Essa associação, entre Microsoft e OpenAI, também está sendo investigada pela União Europeia.

Não é de hoje que as autoridades de defesa da concorrência abrem processos contra grandes empresas de tecnologia, mas até agora o modelo de negócios destas e seu poder no mercado seguem inabaláveis. Seu valor de mercado continua colocando-as na lista das companhias mais valiosas do mundo.

A nova lei antitruste da União Europeia prevê que se a companhia investigada for julgada culpada pode levar multa de até 10% de seu faturamento global. Em caso de reincidência, a multa seria duplicada para 20%.

Para a Apple, por exemplo, que no ano passado teve receitas de US$ 383 bilhões, elas podem chegar a US$ 40 bilhões, enquanto as vendas da Microsoft, de US$ 212 bilhões no mesmo período, poderiam significar uma multa US$ 20 bilhões.

Mas o fato, como lembrou o "Financial Times", é que sanções tão pesadas raramente se materializam na prática.

E no Brasil ? A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) determinou ontem (2) que a Meta deve suspender a sua política de captação de dados de usuários de sua redes sociais para treinar sua ferramenta de inteligência artificial (IA).

A companhia tem cinco dias para cumprir a ordem. Se não o fizer, começa a ser cobrada multa de R$ 50 mil por dia.

Mas a Meta não é a única empresa de tecnologia a coletar zilhões de dados de pessoas físicas e jurídicas no Brasil para alimentar e aperfeiçoar softwares dotados de IA. Assim, a ANPD ainda tem muito trabalho pela frente.

China acelera 5.5G para dar suporte ao uso de IA

Rafael Bitencourt
Xangai (China)

Passada a euforia de lançamento das primeiras redes de celular de quinta geração (5G), as operadoras são estimuladas a partirem para a próxima etapa de evolução da rede móvel, o 5.5G. Também chamado de 5G Advantage (5G-A), a tecnologia prepara as redes móveis para responder, com melhor desempenho, aos recursos mais avançados de inteligência artificial (IA).

Na China, grandes companhias — China Mobile, China Telecom e China Unicom — já assimilaram a importância de migrar para o novo padrão, conforme manifestação de seus executivos durante a edição deste ano do MWC Shanghai 2024, o maior evento da Ásia voltado para a indústria de telefonia móvel, realizado em Xangai.

A expectativa da indústria é que o 5.5G, que antecede a chegada do 6G, evolua no ritmo das redes de fibra óptica de alta performance, do tipo F5.5G. As duas conexões de rede, móvel e fixa, são capazes de oferecer velocidades de 5 a 10 gigabits por segundo (Gbps) e tempo de resposta (latência) aos comandos dos usuários próximo de 1 milissegundo.

Esses são requisitos que permitem o uso de aplicações consideradas "pesadas" — seja de IA, jogos on-line com imagens 3D de alta resolução, serviços em nuvem, entre outros — sem que haja a percepção de falha na entrega dos pacotes de dados. É esperado o uso massivo de ferramentas de inteligência artificial para criar conteúdo mais personalizado e interativo e conexão à prova de falhas para a indústria.

No MWC Shanghai 2024, a Huawei, fabricante de equipamentos de 5G, chamou de "IA Móvel" a transformação do mercado a partir de ferramentas baseada em IA. "2024 é o ano inaugural da 'era da IA Móvel', ao dar início à comercialização do 5G-A e da integração da IA aos dispositivos móveis. Isso torna os serviços inteligentes onipresentes", disse David Wang, diretor executivo de infraestrutura TIC da companhia.

A empresa informou que mais de 30 operadoras fora da China já completaram a fase de verificação técnica do 5.5G e cerca de dez anunciaram planos comerciais com a nova tecnologia.

3,8
milhões de antenas 5G tem a China

Os fabricantes se esforçam para convencer as operadoras de que o salto de qualidade da rede com a integração da IA pode oferecer um "cardápio" de novos serviços mais rentáveis.

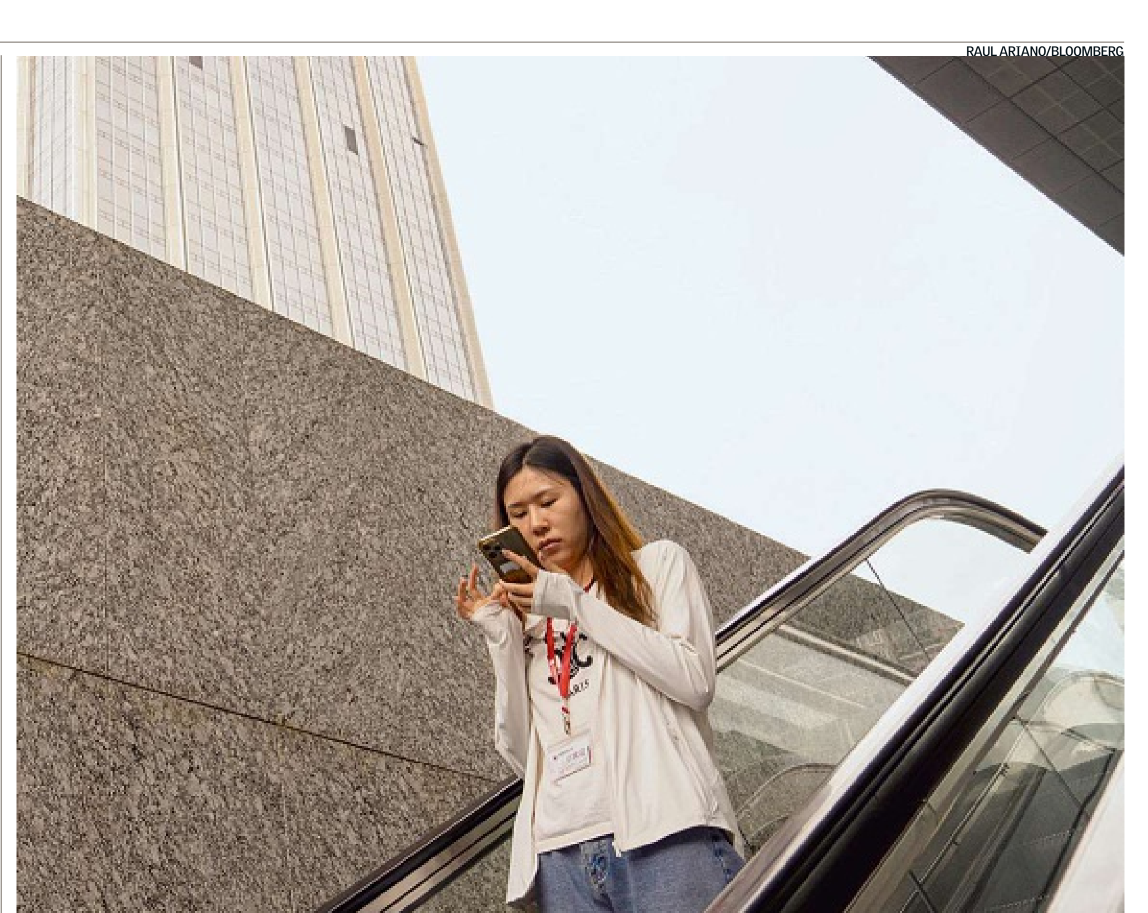
Eles defendem que a infraestrutura mais robusta garante ainda o acesso de operadoras a novos recursos capazes de fazer gestão inteligente da rede.

A Huawei apresentou aplicações práticas do 5.5G no evento, como smartphones com processamento de dados em nuvem, o que reduz o consumo de bateria e melhora o desempenho, integração virtual em telas que projetam imagens em 3D, sem óculos de realidade virtual e, para uso doméstico, a possibilidade de tornar uma simples ligação de voz em videochamada onde as pessoas conversam com um avatar inspirado na aparência real.

A feira de negócios em Xangai mostrou iniciativas com uso do 5.5G na China e no Oriente Médio. A tecnologia também está sendo testada na Europa, especialmente na Finlândia e Alemanha. Nesses países, os fabricantes europeus Ericsson e Nokia têm uma atuação mais próxima das operadoras locais.

No Brasil, as grandes operadoras já anunciaram os primeiros testes com o 5.5G, mas ainda não definiram data para lançamento.

RAUL ARIANO/BLOOMBERG



Na China, o 5.5G prepara as redes móveis para responder à tecnologia mais avançada de IA: mais recursos para o consumidor

Ao **Valor**, a TIM lembrou que sua primeira experiência com o novo padrão lhe rendeu um "recorde nas Américas" de velocidade, ao alcançar 11,6 Gbps em fevereiro deste ano.

"A operadora segue testando a nova tecnologia com o objetivo de oferecer sempre a melhor experiência para seus clientes antes do lançamento comercial, de acordo com as condições e avanço do mercado", informou a TIM.

A Vivo, marca da Telefônica, informou que "está realizando testes da tecnologia 5.5G e a sua primeira ativação aconteceu, em março deste ano, em sua convenção em Campinas".

Informou ainda que utiliza o total de 700 megahertz (MHz) de banda, em diferentes faixas de frequência, para transmitir o sinal, e trabalha para garantir uma "ampla ativação da tecnologia 5G" convencional em novas cidades do país.

A Claro afirmou ao **Valor** que realizou a primeira prova de conceito (PoC) do 5.5G. O teste foi feito em Brasília. Segundo a companhia, as demonstrações tiveram picos de 10,4 gigabytes por segundo — velocidade aproximadamente 10 vezes maior que a registrada nos picos do 5G convencional.

A companhia acrescentou que, quando a tecnologia for usada em sua operação comercial, a expectativa é de se obter velocidades entre 6 e 9 Gbps. Hoje, a média oferecida ao usuário de 5G é de 389 Mbps.

Como em outros setores da economia, a telefonia móvel da China tem escala muito maior do que a brasileira.

Na semana passada, o ministro da Indústria e Tecnologia da Informação, da China, Zhao Zhiguo, anunciou, durante o evento em Xangai, que o país havia alcançado mais de 3,8 milhões de antenas 5G ao final de maio deste ano, o que corresponde a 60% do quantitativo global, mais da metade dos usuários chineses de telefones celulares já tem um aparelho compatível com o 5G.

Em maio, o mercado brasileiro atingiu o total de 22,2 mil antenas 5G. Se incluir o total de estações de redes 2G, 3G e 4G, o país atinge a marca de 90 mil antenas. No mesmo mês, o país registrou 28 milhões de linhas 5G de um total de 240 milhões de acessos na banda larga móvel.

No próximo sábado, o Brasil completa dois anos da ativação das primeiras antenas, enquanto a China teve o lançamento comercial da tecnologia há cinco anos.

O repórter viajou a convite da Huawei

Empresas

Tecnologia O aumento ocorre devido à expansão dos centros de dados que sustentam sistemas de IA

Poluição do Google cresce 48% em 5 anos

Camilla Hodgson e Stephen Morris
De Financial Times, de Londres e San Francisco

As emissões de gases de efeito estufa do Google aumentaram 48% nos últimos cinco anos por causa da expansão de seus centros de dados que sustentam sistemas de inteligência artificial (IA), o que levanta dúvidas sobre a capacidade da empresa de concretizar seu compromisso de chegar às "emissões líquidas zero" até 2030.

Em seu relatório ambiental anual, divulgado ontem (2), a empresa diz que em 2023 sua poluição correspondeu a 14,3 milhões de toneladas de carbono equivalente, um aumento de 48% em relação à sua linha de base de 2019 e de 13% desde o ano passado.

Segundo o Google, o salto realça "o desafio de reduzir emissões" ao mesmo tempo em que investe no desenvolvimento de grandes modelos de linguagem e nas aplicações e infraestrutura ligadas a eles. A empresa diz que "o impacto ambiental futuro IA" é "complexo e difícil de prever".

A diretora de sustentabilidade, Kate Brandt, disse que a empresa continua comprometida com a meta de 2030, mas enfatizou a natureza "extremamente ambiciosa" desse objetivo. "Nossa expectativa, de fato, ainda é de que nossas emissões continuem a crescer antes de baixarem em direção à nossa meta", afirmou ela.

Brandt acrescentou que o Google estava "trabalhando muito duro" para reduzir suas emissões, inclusive com a assinatura de acordos de energia limpa. Existe uma "oportunidade tremenda para soluções climáticas que se tornam possíveis com a IA".

Enquanto as gigantes do setor de tecnologia como Google, Amazon e Microsoft, traçam planos para investir dezenas de bilhões de dólares em IA, especialistas em questões climáticas apontam preocupações sobre os impactos ambientais dessas ferramentas e sistemas, que usam muita energia.

Em maio, a Microsoft admitiu que suas emissões cresceram em quase um terço desde 2020, em grande parte por causa da construção de data centers. Contudo, na semana passada Bill Gates, um dos fundadores da empresa, também argumentou que a IA ajudaria a impulsionar soluções climáticas.

Mas as limitações para a geração e a transmissão de energia já representam um desafio para as empresas que buscam desenvolver a nova tecnologia hoje. Analistas da Bernstein disseram em junho que a inteligência artificial "dobraria a taxa de crescimento da demanda de eletricidade dos Estados Unidos e o consumo total poderia exceder a oferta atual nos próximos dois anos".

No relatório desta terça-feira, o Google informou que em 2023 suas emissões relacionadas com energia – que se originam principalmente do consumo de eletricidade do data center – cresceram 37%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, e no quadro geral equivaleram a um quarto de suas emissões totais de gases de efeito estufa.

As emissões da cadeia de fornecimento do Google – que têm o maior peso e correspondem a 75% de suas emissões totais – também aumentaram 8%. Segundo o Google, elas "continuariam a crescer no curto prazo", em parte como resultado da construção da infraestrutura necessária para operar os sistemas de inteligência artificial.

O Google assumiu o compromisso de chegar ao zero líquido em suas emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa até 2030 e de funcionar com energia livre de carbono durante todas as horas de todos os dias em cada rede que opera até esse mesmo ano.

Mas no relatório desta terça-feira a empresa avisou que o "encerramento" de alguns projetos de energia limpa durante 2023 reduziu a quantidade de energias renováveis às quais tinha acesso.

Enquanto isso, o consumo de eletricidade do data center da empresa tinha "ultrapassado" a capacidade do Google de colocar em operação mais projetos de energia limpa nas regiões dos EUA e da Ásia-Pacífico.

Na estimativa da empresa, o consumo de eletricidade de seu data center aumentou 17% em 2023, o equivalente a cerca de 7% a 10% do consumo de eletricidade de centros de dados em todo o mundo. Seus data centers também consumiram 17% mais água em 2023 do que no ano anterior. *(Tradução de Lilian Carmona)*

Cartier e Van Cleef & Arpels têm novos presidentes

Luxo

Silvia Sciorilli Borrelli e Maxine Kelly
De Financial Times, de Milão e Londres

A Richemont, grupo suíço de artigos de luxo, anunciou novos presidentes executivos para suas marcas de joias Cartier e Van Cleef & Arpels, enquanto enfrenta o planejamento da sucessão e queda das vendas no setor.

Louis Ferla, atual presidente da fabricante de relógios de luxo Vacheron Constantin, da Richemont, substituirá Cyrille Vigneron, que liderou a Cartier por oito anos.

As vendas de joias e relógios da Cartier são as que mais contribuem para a receita e os lucros da Richemont, sendo que a nova nomeação, que entra em vigor em setembro, é a mais recente de uma série de mudanças administrativas no grupo.

O presidente do conselho de administração da Richemont, Johann Rupert, 74 anos, mudou a liderança do grupo em maio, num esforço para agilizar a tomada de decisões.

Fontes do setor dizem que a reorganização é também uma forma de Rupert, que fundou o grupo em 1988 e é seu controlador, sinalizar aos investidores como a transição de gerações poderá ser.

Embora Rupert não tenha planos de deixar o cargo, ele não tem um sucessor claro entre seus três filhos. Assim como outras empresas do setor de luxo, como a LVMH, a Richemont debate-se com a questão de quem assumirá as rédeas após a aposentadoria do fundador.

Nicolas Bos, que anteriormente comandou a Van Cleef & Arpels, segunda maior marca de joias da Richemont, tornou-se presidente-executivo em uma versão ampliada da função e deve assumir um assento no conselho em setembro.

A Richemont anunciou ontem ra (2) que Catherine Rénier, atual presidente-executiva da Jager-LeCoultre, sucederá Bos na Van Cleef & Arpels em setembro. Ela está na Richemont desde 1999.

A Richemont também é proprietária da fabricante de relógios Piaget e marcas da moda como Chloé. Também tem participação majoritária na Yoox Net-a-Porter, que ela tenta vender. Uma tentativa de venda para a concorrente on-line Farfetch fracassou no fim de 2023.

74
anos é a idade do fundador do grupo

Rupert disse ontem: "Estou muito feliz que Louis tenha aceitado assumir o cargo de liderança na Cartier. Ele conquistou a admiração e o respeito de seus colegas no grupo e do setor em geral, por ter posicionado a Vacheron Constantin de maneira tão brilhante".

Vigneron ajudará na transição durante o verão e sairá no início de setembro, segundo disse a companhia. Depois de deixar o cargo, ele se tornará o presidente do braço de cultura e filantropia da Cartier.

Ferla, que dirige a Vacheron Constantin desde 2017, ocupou anteriormente vários cargos de alto escalão na Cartier, tendo inclusive comandado suas operações na China, no Oriente Médio e na Índia. Ele passou quase duas décadas na Ásia, iniciando sua carreira na Richemont na Alfred Dunhill em Hong Kong em 2001.

A região é importante para o grupo e em janeiro ele disse que suas vendas aumentaram "substancialmente" na Ásia-Pacífico em 2023, embora a desaceleração da economia da China venha sendo recentemente motivo de preocupação para o setor de artigos de luxo.

No mês passado, foi revelado que Bernard Arnault, o bilionário fundador da LVMH, comprou ações da Richemont como um investimento pessoal. *(Tradução de Mario Zamarian)*

ALBERTO BERNASCONI/BLOOMBERG



O bilionário Johann Rupert mudou a liderança da Richemont em maio deste ano

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Insumos Controladora renovou mútuo à empresa; custo vai cair

Agrogalaxy dispara na B3 após empréstimo do Aqua

Gabriella Weiss
De São Paulo

As ações do Agrogalaxy, uma das maiores distribuidoras de insumos agrícolas do país, dispararam no pregão de ontem na B3 após anúncio de que seu controlador, a gestora Aqua Capital, renovou um empréstimo de R$ 60 milhões à empresa, já aprovado. As ações ordinárias da companhia subiram 24,11%, a R$ 1,39 — durante o dia, os papéis chegaram à máxima de R$ 1,41.

A valorização expressiva foi típica de uma "penny stock", como são conhecidas as ações de baixo valor nominal, usualmente inferior a R$ 1. Qualquer oscilação do preço desses papéis pode representar uma grande variação percentual.

A gestora, por meio de seu fundo de investimento em participações (FIP) Agrobrasil X, aprovou o mútuo há cerca de dois meses. Inicialmente, o desembolso ocorreria em duas parcelas. Agora, o valor será liberado em uma única parcela até amanhã. O empréstimo vence em 20 de setembro.

A Aqua já acionou o Agrobrasil X outras vezes para tentar reverter a situação de dívidas do Agrogalaxy. Houve duas operações de injeção de recursos em 2023, e, desde o ano passado, a Aqua já fez aportes de R$ 150 milhões.

Na renovação do mútuo, o fundo acertou que irá cobrar uma taxa equivalente a 100% da taxa DI ao ano e sem spread para a Aqua Capital. O custo é inferior à média dos financiamentos que a companhia mantém no mercado financeiro.

Em comunicado que distribuiu ontem, o Agrogalaxy afirmou que "a taxa de juros aplicada ao mútuo se encontra em patamar equivalente ao usualmente praticado pela companhia em contratos de empréstimo e financiamento com instituições financeiras e se encontra em linha com o praticado em operações recentes".

No detalhamento das dívidas no último balanço, porém, a companhia registrava, por exemplo, Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) emitidos pela securitizadora Vert com vencimento em 2026 com taxa equivalente a 148% do CDI.

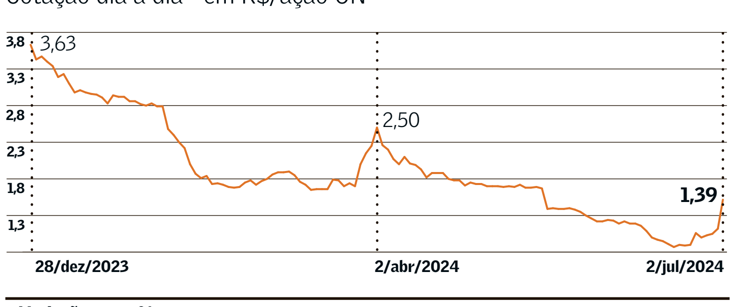
De acordo com o comunicado da empresa, o objetivo do mútuo "é prover recursos para que o Agrogalaxy possa suprir, de forma imediata, as suas necessidades de capital de giro".

O Agrogalaxy tem sentido os reflexos da decisão dos produtores rurais de diminuírem o ritmo de suas compras de insumos e de postergarem pagamentos desde o início do ciclo de baixa dos preços das commodities. No fim do primeiro trimestre, a companhia tinha R$ 3,4 bilhões em contas a receber, o que correspondeu a um aumento de 28% em um trimestre.

Nos três primeiros meses de 2024, a empresa teve prejuízo líquido de R$ 249,7 milhões, uma perda 158,3% maior do que as do no mesmo intervalo do ano passado. A receita líquida caiu 42,7%, para R$ 1,59 bilhão, e a companhia consumiu R$ 63,4 milhões de caixa no trimestre.

A dívida líquida da companhia somava R$ 1,8 bilhão no fim de março. Desse total, R$ 805 milhões venciam no curto prazo.

Agrogalaxy na B3
Cotação dia a dia - em R$/ação ON



Variações - em %
24,11 No dia | -61,71 No ano | -77,21 12 meses

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Cearense Integral investe em fábrica de ração na região Norte

Nutrição animal

Clevton Vilarino
De São Paulo

Após três anos de planejamento e execução, a Integral Agroindustrial, empresa cearense de nutrição animal, vai inaugurar amanhã sua primeira unidade fabril na região Norte do país. A nova planta, que ficará em Paragominas (PA), recebeu investimento de R$ 50 milhões, que a companhia obteve em financiamento do Banco da Amazônia.

A Integral tem a expectativa de que a planta eleve em 10% seu faturamento. Neste ano, a empresa prevê faturar R$ 600 milhões.

"A gente conhece a região [Norte] há algum tempo e tem acompanhado toda a transformação que ocorreu desde a entrada da agricultura", conta Marcos Lima, diretor da empresa. A planta de Paragominas será a quarta da Integral, que tem fábricas também em Paulo Afonso (BA) e em Lindóia (SP), além da unidade matriz, em Fortaleza.

Até então, a empresa vinha atuando na região Norte somente via centro de distribuição, que ela abastecia com a produção do Ceará. A previsão, segundo Lima, é de que a produção na nova planta chegue a até 20 mil toneladas de rações nos próximos dois anos, o que representará cerca de 20% do volume total de produção da companhia.

Dentre os diferenciais da nova localização estão a abundância de matérias-primas e o acesso a mercados consumidores importantes do Norte do país, como Maranhão, Tocantins e Amazonas, destaca o executivo. Paragominas é o maior produtor de grãos no Pará. O município oferece fácil acesso às principais matérias-primas para produção de ração para o segmento pecuário, também forte na região.

A nova unidade também vai fabricar rações para pets, um dos principais mercados que a Integral quer atender na região. "Existe uma concentração muito baixa de indústrias produzindo ração para pets no Norte do país. Por isso, esse é um mercado que tem um potencial grande de volume e que tem uma concorrência interna menor do que a que a gente encontra em outras regiões", afirma o diretor.

Outro segmento no radar da Integral na região Norte é o de piscicultura, que também consome farinhas de origem animal. De acordo com o executivo, a empresa "enxerga um potencial produtivo fantástico porque o Pará tem muitas reservas de água doce e uma piscicultura que precisa e pode ser fomentada".

Na Bahia, a piscicultura já é o principal segmento de atuação da Integral, que também tem em seu portfólio produtos para a alimentação de equinos, aves e suínos. "A ração é o principal custo da piscicultura. A presença de uma fábrica regional pode fomentar essa atividade no Pará, Estado que tem características e potencial natural para essa atividade", completa Lima.

R$ 600
milhões é o quanto a empresa espera faturar neste ano

valor.com.br

Levantamento
Entrega de adubo cresceu 1% até abril

As entregas de fertilizantes de janeiro a abril cresceram 1%, para 10,97 milhões de toneladas, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). Apenas em abril as entregas caíram 0,6%, para 2,3 milhões de toneladas. No quadrimestre, Mato Grosso liderou o destino, com 22,4% do total.

valor.com.br/agro

Safra 2024/25
Consultoria prevê excedente de cacau

O Marex Group espera que a oferta de cacau supere a demanda em 303 mil toneladas na temporada 2024/25, que começa em outubro, segundo a "Bloomberg". Se confirmada, a projeção representará o primeiro excedente de produção global após três anos consecutivos de déficit de oferta de cacau.

valor.com.br/agro

INÊS 249

Estudo Plano Safra destinou cerca de 15% do crédito subsidiado entre os anos de 2020 e 2022 a propriedades que derrubaram florestas nativas

Crédito rural com subsídio financiou áreas com desmate

Cleyton Vilarino
De São Paulo

Principal política agrícola do país, o Plano Safra destinou cerca de 15% do crédito subsidiado entre 2020 e 2022 — o equivalente a R$ 14 bilhões ao ano — a propriedades que realizaram desmatamento legal e ilegal, segundo levantamento realizado por pesquisadores da Climate Policy Initiative (CPI), parceira da PUC-Rio.

O estudo cruzou informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com dados do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e informações das operações de crédito rural do Banco Central do Brasil (BCB), sem distinguir entre desmatamento legal e ilegal.

"Quando olhamos para o crédito rural subsidiado, estamos pensando em quais práticas do setor queremos incentivar. E nosso ponto é: se queremos incentivar algo com recurso público, temos que pensar em incentivar propriedades que não desmatam", observa João Mourão, analista do CPI/PUC-Rio e um dos autores do estudo.

O Cerrado foi o bioma que mais apresentou desmatamento associado ao crédito rural subsidiado. Dos R$ 14 bilhões ao ano concedidos com subvenção a produtores que desmataram, 50% foram para propriedades no Cerrado. Na sequência vem a Amazônia, destino de 17% dos recursos subsidiados que financiaram desmatadores.

Ao todo, 64,7 mil propriedades rurais com desmatamento acessaram crédito rural subsidiado no período analisado. O número representa 31% de todas as propriedades que registraram desmatamento no período, mas apenas 7% do total de fazendas que acessaram o Plano Safra.

Segundo os pesquisadores, essa diferença mostra que é uma pequena fração das propriedades que recebe crédito rural subsidiado a responsável por grande parte do desmatamento observado. Quando analisado o grupo das 5% maiores propriedades tomadoras de crédito que fizeram algum desmatamento, elas responderam por 74% da perda de vegetação no período.

"O incentivo não deve ser no sentido da abertura de novas áreas"
Mariana Stussi

"São poucas propriedades, mas grandes, com área média dez vezes superior à das que não desmatam", afirma Mariana Stussi, uma das autoras do estudo, também analista do CPI/PUC-Rio. Ela defende que os subsídios que o governo federal oferece via crédito rural não se destinem a produtores que tenham registro de desmatamento, seja legal ou ilegal.

"Quando estamos falando de crédito rural subsidiado, o incentivo econômico não deve ser no sentido da abertura de novas áreas, mas sim da preservação ambiental", afirma Stussi.

Atualmente, as normas de concessão de crédito rural do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central (BC) impedem que os recursos sejam destinados apenas a propriedades embargadas por irregularidades ambientais, o que inclui somente casos de desmatamento ilegal. A norma entrou em vigor em janeiro deste ano e, portanto, não era aplicada no período analisado pelo estudo.

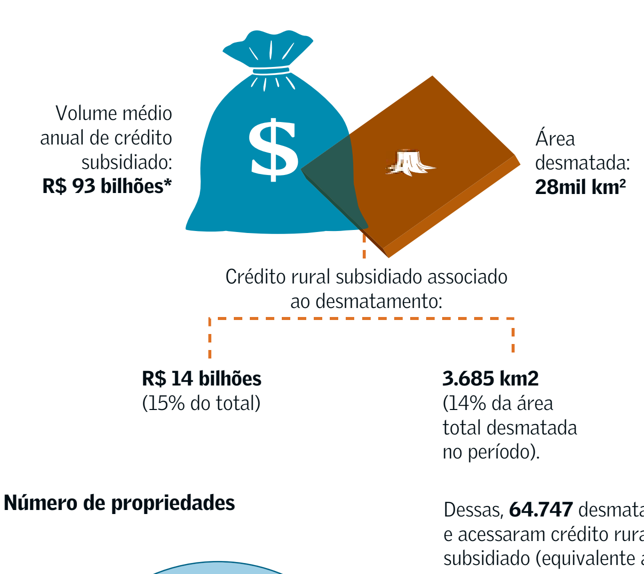
Na opinião dos pesquisadores, a medida foi positiva, mas ainda insuficiente, já que a maior parte do desmatamento identificado não é embargado. Dentro da amostra do estudo, de 64,7 mil propriedades, apenas 939 imóveis com desmatamento apresentavam algum embargo, ou 1,45% do total. "A questão é justamente que essa é uma medida limitada, que precisa ser estendida e aprimorada para alinharmos corretamente os incentivos com os objetivos de sustentabilidade", afirma a pesquisadora.

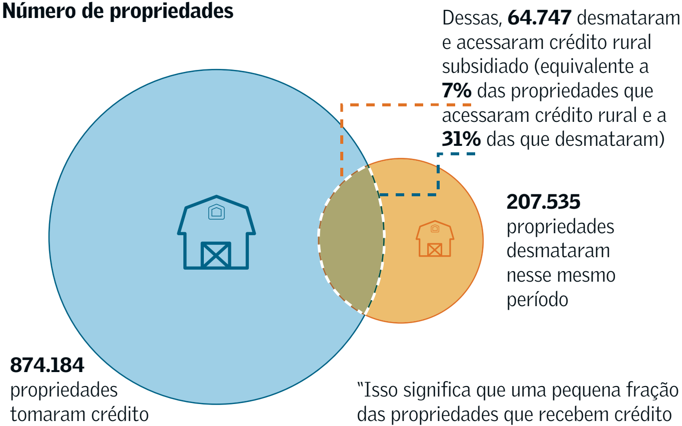
Procurada, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) disse, em nota, que suas associadas não compactuam com más práticas e que seguem integralmente os requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central para concessão de crédito rural subsidiado, além de normas próprias de autorregulação.

Nesse sentido, a instituição critica a falta de validação dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) no país. "Como uma ferramenta essencial para o acompanhamento ambiental e prevenção e controle do desmatamento, a implementação do CAR, com qualidade, é estratégica para o país e de grande interesse para o setor bancário", disse a Febraban.

Procurado, o ministério da Fazenda disse que não comentaria. Os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente não responderam até o fechamento desta edição.

Para onde vai o dinheiro
Relação entre crédito rural subsidiado e desmatamento





Fonte: CPI/PUC Rio. *Entre 2020 e 2022

Plano Safra terá juros entre 7% e 12% ao ano

Políticas
Rafael Walendorff
De Brasília

O Plano Safra 2024/25 da agricultura empresarial, que será anunciado nesta quarta-feira, terá juros entre 7% e 12% ao ano, apurou o **Valor**. A taxa mais baixa será destinada para investimentos na conversão de pastagens degradadas por meio do programa RenovAgro, antigo ABC+, e para a construção de armazéns de até 6 mil toneladas. A taxa mais alta será para o custeio empresarial, a mesma do ciclo 2023/24. O custeio do Pronamp, para financiamento a produtores de médio porte, também seguirá com juros de 8% ao ano.

Do montante de R$ 400,58 bilhões em recursos previstos para o plano da agricultura empresarial, R$ 107,3 bilhões serão destinados a programas de investimentos, que terão juros de 7% a 11,5%. Serão R$ 48,8 bilhões em recursos com juros equalizados, R$ 27 bilhões com juros controlados sem equalização e R$ 31,5 bilhões a juros livres. Os dados ainda podem sofrer modificações até o anúncio.

Do total a ser ofertado no novo plano, o Pronamp terá R$ 65,2 bilhões, com recursos controlados. Para os grandes produtores serão R$ 335,3 bilhões. Desse montante, a maior parte é a juros livres (R$ 211,5 bilhões). O restante a taxas controladas.

Conforme apurou a reportagem, o Moderfrota, destinado à compra de máquinas e equipamentos por grandes produtores, terá R$ 9,5 bilhões em recursos disponíveis a juros equalizados, com taxas de 11,5% ao ano. A mesma linha no Pronamp terá R$ 2,8 bilhões com taxa de 10,5% ao ano.

O Moderagro — Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais — terá R$ 3 bilhões em recursos equalizados com juros de 10,5% ao ano. São as mesmas condições do Proirriga, que terá disponibilidade de R$ 2,6 bilhões.

Para a linha RenovAgro, serão R$ 5,45 bilhões, com juros de 8,5%. E a RenovAgro Ambiental terá R$ 230 milhões e taxa de 7% ao ano. A linha para conversão e recuperação de pastagens também terá juro de 7%, com disponibilidade de R$ 2 bilhões em recursos equalizados.

O PCA, linha de crédito para a construção de armazéns, terá R$ 4,5 bilhões em recursos e juros de 8,5% ao ano. Para a construção de unidades de até 6 mil toneladas haverá R$ 3,3 bilhões disponíveis, com juros de 7% ao ano.

O governo separou para o Inovagro R$ 3,5 bilhões de recursos equalizados para serem acessados com juros de 10,5% ao ano. Já Prodecoop e Procap-Agro Giro terão juros de 11,5% ao ano.

A linha de investimentos do Pronamp terá R$ 7,43 bilhões com juros equalizados de 8% ao ano, inclusive para acesso a recursos especiais para o Rio Grande do Sul, que sofreu com enchentes neste ano.

Os índices de exigibilidades das três fontes de crédito rural foram mantidos no novo Plano Safra. Serão 65% para a poupança rural, 30% para os depósitos à vista com adicional de 1,5% para operações de custeio e 50% para as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), segundo fontes graduadas.

Mas o impacto do clima na produção agropecuária, as oscilações de preços de commodities e o aumento expressivo de pedidos de recuperações judiciais no campo devem elevar os custos da principal política agrícola do país.

Isso porque, com risco maior, os bancos aumentaram seus spreads para o financiamento rural e majoraram, consequentemente, o custo do crédito para os produtores e da equalização para o Tesouro Nacional, conforme uma fonte.

Mesmo com o aumento do orçamento para a subvenção dos juros, de R$ 13,7 bilhões na safra 2023/24 para R$ 16,3 bilhões na temporada atual, o volume de recursos equalizáveis não deve subir muito além dos R$ 108 bilhões de 2023/24.

Com isso, a diferença entre o que o produtor paga e o banco recebe ficou maior e exigiu mais da União. A restrição fiscal e orçamentária impediu cortes maiores nas taxas equalizadas, que balizam o restante do plano.

Juntos os Planos Safra da Agricultura Empresarial e da Agricultura Familiar vão ofertar R$ 475,5 bilhões. Considerando também as CPRs (Cédula de Produto Rural) direcionadas, que terão R$ 108 bilhões, o valor total de recursos disponíveis aos produtores na temporada será de R$ 583,5 bilhões.

Pronaf terá corte de um ponto percentual

De Brasília

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, vai anunciar hoje o Plano Safra da Agricultura Familiar com R$ 76 bilhões em recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), apurou o **Valor**. Cerca de dez linhas de financiamentos terão redução dos juros, em geral de 1 ponto percentual, mesmo corte que houve no ano passado. Para a compra de máquinas de pequeno porte, as taxas cairão para 2,5% ao ano.

O montante é superior aos R$ 74,98 bilhões que o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, anunciou na semana passada. O valor é 6,2% maior que o da safra passada.

O plano vai privilegiar a produção de alimentos considerados "imprescindíveis" no prato da população com a redução de 1 ponto percentual nos juros em relação à temporada 2023/24, disseram fontes. Os agricultores familiares que produzirem arroz, feijão, mandioca, leite, frutas e verduras terão acesso ao custeio do Pronaf a taxas de 3% ao ano — no ciclo passado a taxa foi de 4%.

Os cultivos orgânicos, agroecológicos e de produtos da sociobiodiversidade terão custo de 2% ao ano. Em geral, o plano terá juros reais negativos, com taxas entre 0,5% e 6% ao ano. *(RW)*

DIVULGAÇÃO

Roberto Azevedo (à esq), presidente do Semear, e Rodrigo Santos, da RSA

Banco Semear compra 30% da RSA Capital

Estratégia
De Brasília

O Banco Semear, com sede em Minas Gerais, comprou 30% de participação da RSA Capital, de Cuiabá (MT), que atua na estruturação de operações no mercado de capitais e processos de fusões e aquisições com foco no agronegócio. Os valores da transação não foram informados.

Com a aquisição, o banco pretende expandir os negócios na área de mercado de capitais para o agro e o mercado imobiliário. Até então, a instituição atuava com foco nas operações comerciais.

A meta, informou em nota, é fechar ao menos 14 novas operações estruturadas nos próximos 12 meses no valor de R$ 5 bilhões.

Recentemente, o Semear recebeu autorização do Banco Central para atuar como banco de investimentos. A aquisição de participação na RSA Capital foi estratégica para avançar com novos produtos, disse o presidente da instituição financeira, Roberto Willians Silva Azevedo. A operação mostra "entusiasmo" pela atuação em um grande pólo do agronegócio como Mato Grosso, apontou.

"Criamos uma estrutura unificada de operação, premiando o trabalho conjunto destes oito anos e permitindo uma velocidade qualificada na conquista de novos negócios que a região precisa", disse, em nota.

Rodrigo Santos, diretor-executivo da RSA Capital, disse que a parceria pretende dobrar o total de ativos do banco em cinco anos.

"Essa expansão permitirá que o banco de investimento ofereça soluções personalizadas, como o financiamento de projetos agrícolas e imobiliários, estruturando operações de capital para atender às necessidades de um mercado em constante crescimento e transformação", afirmou, na nota.

Semear e RSA Capital já atuavam em parcerias há oito anos. Nesse período, as empresas consolidaram juntas R$ 186,5 milhões em operações.

Entre as novas ofertas estão a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e debêntures, além de suporte em operações financeiras complexas, como fusões e aquisições, e acesso a linhas de crédito com taxas competitivas. *(RW)*

Insumos
Ações do Agrogalaxy disparam na bolsa após empréstimo do Aqua Capital
B7

Ativos Para analistas, câmbio segue funcional apesar de estresse recente; alta da moeda dos EUA pode obrigar retomada de aperto nos juros

Dólar vai a R$ 5,70, mas mercado não espera intervenção do BC

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Diante da ausência de sinais de que o governo tem pressa para corrigir o rumo das contas públicas e em meio ao ambiente conflituoso entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Banco Central, a volatilidade voltou a dar o tom nos negócios ontem. O dólar alcançou a marca dos R$ 5,70 nas máximas do dia, um nível que fez crescer, tanto no meio político quanto no próprio mercado financeiro, o debate sobre a necessidade de uma intervenção da autoridade monetária no mercado de câmbio.

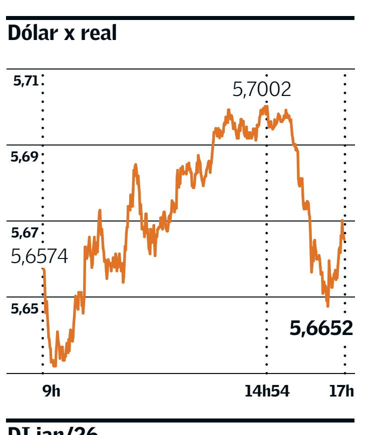
O dólar comercial fechou em alta de 0,22%, a R$ 5,6652, após ter marcado R$ 5,7007 nos maiores patamares da sessão. Já o euro comercial subiu 0,28%, cotado a R$ 6,0875. Vale apontar que, mesmo com algum alívio no fim do dia, o real anotou um dos piores desempenhos do dia ante o dólar no ranking das 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor**.

O dia foi novamente marcado pelos ataques de Lula à condução da política monetária. Em entrevista à Rádio Sociedade, em Salvador, o presidente disse estar preocupado com a escalada do dólar e afirmou que o real sofre com um "jogo de interesse especulativo".

As críticas ao Banco Central foram replicadas por outras figuras ligadas ao governo, como a presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann. Assim, aumentou o sentimento de cautela, entre os participantes do mercado, sobre medidas alternativas que o governo poderia adotar para conter a depreciação do real.

Segundo o sócio e diretor de investimentos da Armor Capital, Alfredo Menezes, o estresse do câmbio foi provocado pelo temor com a possibilidade de mudança no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), após Lula afirmar que o governo tem que fazer "alguma coisa" sobre a "especulação" que afeta o real. "Bateu R$ 5,70 com medo do que o governo poderia fazer para conter o câmbio", diz Menezes.

Novo dia de estresse
Dólar sobe a R$ 5,70 na máxima



Fonte: Valor PRO e B3

Ele aponta, por outro lado, que o nível de R$ 5,70 parece muito elevado, fato que abriu espaço para um movimento de realização no fim da tarde. "Houve um 'overshoot' [movimento exagerado de desvalorização] da moeda brasileira. Trabalhamos com um câmbio de equilíbrio de R$ 5,40, e R$ 5,70 foi muito exagerado", diz Menezes.

Apesar do nível alto do dólar, o profissional não espera um alívio mais amplo no curto prazo, o que deve obrigar o BC a retomar o aperto de juros no ano que vem para conter o efeito inflacionário de um real depreciado.

O tema da intervenção cambial por parte do Banco Central (BC) esteve bastante presente na sessão de ontem. No fim da tarde, rumores de que a autoridade monetária teria entrado em contato com tesourarias de instituições financeiras sobre o assunto circularam nas mesas de operação e chegaram a afetar a dinâmica dos ativos.

Ainda que seja praxe a consulta do BC às mesas de operações em dias de oscilação significativa da taxa de câmbio, o evento não ocorreu na sessão de ontem. O **Valor** consultou tesourarias de diversas instituições financeiras para confirmar se houve algum contato extraordinário, mas todas negaram.

Segundo o diretor de mercado de capitais do Scotiabank Brasil, Hiroshi Ogawa, ao se observar a inclinação das curvas de juros de cinco anos do Brasil e dos Estados Unidos e também o desempenho do câmbio brasileiro, é possível perceber uma correlação que foi quebrada, indicando que o patamar de R$ 5,70 é exagerado. "A meu ver, é um sinal de que há um deslocamento da moeda brasileira. Observando essa correlação, o câmbio deveria estar mais próximo de R$ 5,40 por dólar", diz.

O executivo diz não enxergar piora sequencial no cenário doméstico para explicar a recente depreciação da moeda brasileira. Em sua leitura, resquícios do efeito de sazonalidade podem estar pesando para o real. "Pode ter um rescaldo desse movimento típico de fim de semestre, algo inercial mesmo. Creio que temos que esperar uma ou duas semanas para ter mais clareza disso", diz.

Ogawa afirma ainda que o início do período de verão no Hemisfério Norte pode ser um empecilho para o retorno do investidor estrangeiro. "Eles zeram a posição porque vão sair em férias e não querem ter exposição em mercado com marcação ruim; querem evitar risco desnecessário", aponta.

> "Tenho dúvida se [o BC] deveria intervir porque acaba quebrando um termômetro que está dando sobre o fiscal"
> *Alfredo Menezes*



ROGERIO VIEIRA/VALOR

Hiroshi Ogawa, diretor do Scotiabank Brasil: Não houve piora sequencial para justificar o dólar a R$ 5,70

Ainda que o debate sobre uma possível intervenção no câmbio por parte do BC tenha ganhado corpo ontem, o executivo diz não ver necessidade de uma ingerência neste momento. "Enquanto a incerteza fiscal estiver aumentando e a curva de juros estiver refletindo essa incerteza, acho que o BC não vai fazer nenhuma intervenção", diz. "Se fosse só o câmbio isoladamente, acho que não teria problema de fazer ajuste diante de uma anormalidade, mas não está faltando dólar no mercado, então o BC vai esperar o mercado equilibrar."

O diretor da Armor também se mostrou cético quanto à possibilidade de uma intervenção do BC. Segundo ele, o mercado não se mostrou disfuncional, mas, sim, precificou um real que perde a paridade com moedas como o peso mexicano. "Tenho muita dúvida se [o BC] deveria intervir porque você acaba quebrando um termômetro que o mercado está dando sobre o fiscal", avalia.

Tesoureiros de grandes instituições financeiras consultados pelo **Valor** também descartaram, em condição de anonimato, qualquer necessidade de uma intervenção no câmbio neste momento. "Se o BC não tiver clareza maior do que o governo vai fazer em relação a contingenciamento e bloqueio de recursos, pode ser um dólar mal gasto", diz. Esta fonte afirma ainda que a volatilidade relativamente contida do câmbio também não justifica uma interferência. "Apesar de o dólar estar subindo bastante, há liquidez no mercado e o dólar casado [que negocia o diferencial de taxas entre os mercados futuro e à vista] está comportado também."

Para o chefe de tesouraria de outro banco, o primeiro movimento deveria vir do governo. "Seria muito ruim a intervenção sem uma mudança de postura do governo", diz. Outro profissional ressalta que é cedo para uma atuação do BC, mas diz não ser um cenário improvável. "O mercado está exagerando, mas ainda é cedo para uma intervenção. Uma atuação agora pode espirrar nos juros, piorar a curva. Não tem uma correria por dólar que justifique. Por enquanto só deu margem para a discussão."

Vale apontar que, tanto o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, quanto o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, têm se posicionado de forma contrária às intervenções no câmbio. Segundo eles, a moeda serve como uma âncora para absorver choques externos e uma medida para conter os preços provocaria uma corrida de agentes para buscar proteção em outros ativos, como os juros de longo prazo.

Em meio aos temores de que o Copom precise retomar as altas da Selic no curto prazo devido à piora do câmbio, declarações de Campos Neto em um evento promovido pelo Banco Central Europeu (BCE), em Portugal, trouxeram algum alívio aos participantes do mercado. O dirigente da autoridade monetária afirmou que está confiante de que a inflação do Brasil daqui a um ano será menor do que aquela que o mercado espera atualmente.

Segundo o profissional de estratégia da tesouraria de uma grande instituição financeira, a fala "foi bem forte". "Ele quis deixar bem claro que o cenário-base é não subir os juros. A barra está alta e eles vão tentar acomodar o máximo possível. Vão comprar tempo para ver se o governo se mexer", avalia.

As declarações também contribuíram para a queda dos juros futuros ontem. O DI para janeiro de 2026 recuou de 11,775% para 11,665%.

Leia mais nas páginas A10, C2 e C3

Ibovespa se descola parcialmente de ativos locais

Matheus Prado e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

Em que pese o cenário de aversão a riscos que avança nos mercados locais, com ruídos políticos provocando altas sequenciais do dólar e dos juros futuros, o Ibovespa tem mantido algum nível de resiliência, diante de uma volta, ainda tímida, do investidor estrangeiro e com empresas exportadoras e defensivas em alta.

Ontem, o índice teve leve alta de 0,06%, aos 124.787 pontos. Desde 17 de junho, quando registrou sua mínima anual, aos 119.138 pontos, o referencial já subiu 4,74%.

Em janela semelhante, entre 14 e 28 de junho, os estrangeiros aportaram R$ 3,08 bilhões no mercado secundário à vista da B3 e outros R$ 3,54 bilhões no futuro. Mas, por conta do início de mês forte em vendas, o saldo em junho foi negativo em R$ 4,23 bilhões. No ano, o déficit é de R$ 40,12 bilhões. O grupo retirou recursos da bolsa em todos os seis primeiros meses do ano, algo que não ocorria desde 2020, quando sacou por oito meses seguidos: de outubro de 2019 a maio do ano seguinte.

"Desde a última decisão do Copom, que trouxe sinalização de alinhamento, o investidor estrangeiro voltou a aportar na B3, e isso tem ajudado. Ademais, como o real não para de se desvalorizar, a bolsa tem ficado cada vez mais barata em dólares. Como está atrativo, o não residente vai comprando um pouco. Não fosse por eles, o nível de preços seria outro. A composição do índice, com forte participação de commodities, também ajuda", afirma Lucas Tambellini, sócio da Sumauma Capital.

Assim, segundo dados do Itaú BBA, Petrobras ON e PN, JBS ON, WEG ON e BRF ON lideraram os ganhos do índice no segundo trimestre. Na outra ponta, Eletrobras, Localiza, B3 e Itaú foram os maiores detratores, cada um retirando mais de 500 pontos do referencial no período. Em termos de variação de preços, os piores desempenhos concentraram-se mais nas ações cíclicas domésticas.

4,74%
é a alta acumulada pelo índice nos últimos 12 pregões

Tambellini opina ainda que, apesar dos ganhos recentes, a recuperação da bolsa é frágil. "Se os ruídos internos continuarem e tivermos piora no exterior, podemos voltar a sofrer. A verdade é que não subimos de 120 mil pontos para 125 mil pontos por bons motivos", diz. "Ainda temos muitas ações domésticas de qualidade que acumulam quedas relevantes no ano, mas a carteira tem que ser mais equilibrada com commodities e bancos no momento."

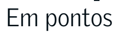
Em condição de anonimato, outro gestor afirma que, mesmo entre as empresas cíclicas domésticas, que não possuem gatilho macro, "há papéis de qualidade com 'valuation' demasiadamente descontados, sem muito espaço para cair mais". "A não ser que o cenário doméstico realmente mude, com queda de PIB, descontrole da inflação, fuga de capital", diz.

Na visão da Ativa, como o cenário local não ajuda e existem dúvidas sobre a contribuição chinesa para a economia global, a bolsa segue altamente dependente dos dados da economia americana e de uma confirmação ou frustração da expectativa do mercado quanto ao início do ciclo de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano).

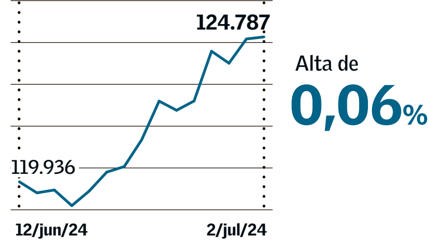
"O resumo do nosso cenário segue composto por: fluxo estrangeiro que pode vir com o ciclo de corte de juros nos EUA ainda muito dependente de dados de inflação e mercado de trabalho; queda da Selic deve parar em patamar acima do projetado; cenário político local piorando, trazendo incertezas quanto ao fiscal; 'valuation' das empresas em níveis atrativos, validado após a temporada de resultados, gerando revisões altistas de lucros."

INÊS 249

Finanças



Ibovespa
Em pontos



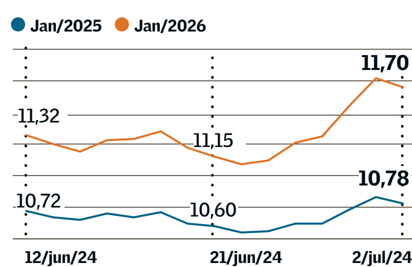
Alta de **0,06%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

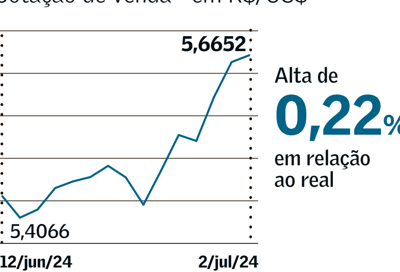
Bolsas internacionais
Variações no dia 2/jul/24 - em %

Dow Jones	0,41
S&P 500	0,62
Euronext 100	-0,04
DAX	-0,69
CAC-40	-0,30
Nikkei-225	1,12
SSE Composite	0,08

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

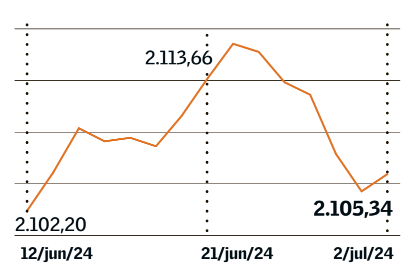


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Alta de **0,22%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Mercados Agentes se apegam a fala de que desinflação está em progresso e bolsas renovam recordes

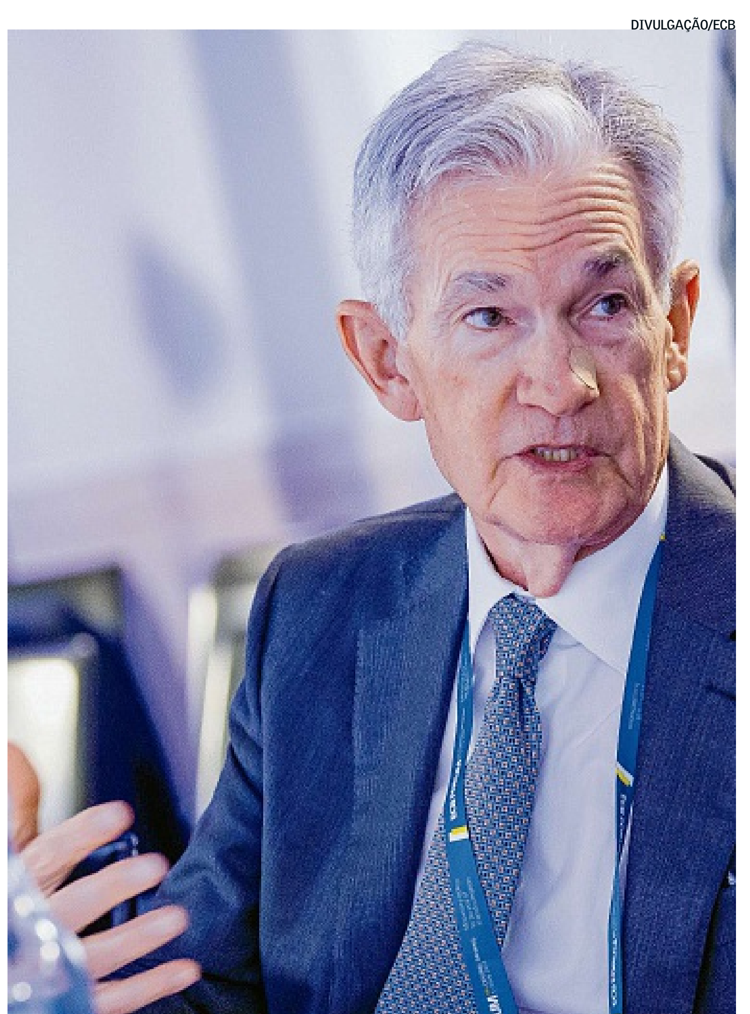
Treasuries têm sessão de alívio com Powell

Eduardo Magossi
São Paulo

O presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, enfatizou ontem o sucesso do processo de combate à inflação nos EUA durante o Fórum de Sintra, evento organizado pelo Banco Central Europeu (BCE), que reúne autoridades monetárias do mundo todo em Portugal. Os comentários animaram investidores e retiraram parte do estresse registrado pela manhã diante do aumento das chances de uma nova gestão de Donald Trump nos EUA, vista como potencial combustível para inflação e déficit fiscal no país.

Agentes se apegaram à afirmação de Powell de que a desinflação fez muito progresso. No entanto, ele reiterou que o Fed ainda precisa ter mais confiança de que a inflação está recuando de forma sustentável em direção à meta de 2% antes de começar a cortar juros — e que não vê a inflação na meta antes do fim de 2025 ou 2026.

"Os mercados gostaram dos comentários de Powell, e com razão", disse Ian Shepherdson, economista-chefe da Pantheon Macroeconomics. Segundo ele, o presidente do Fed estava otimista, argumentando que os dados mais recentes mostram que a desinflação está de volta aos trilhos após a decepção dos primeiros meses do ano, e dizendo que espera que a inflação caia para perto de 2% daqui a um ano.


DIVULGAÇÃO/ECB

Powell: desinflação está em progresso, mas Fed ainda precisa de mais dados

Com isso, as bolsas passaram a subir de forma mais consistente e os rendimentos ("yields") dos Treasuries, os títulos do Tesouro dos EUA, voltaram a cair. A alta de 10% das ações da Tesla levou o S&P 500 e o Nasdaq a novos recordes, com altas de 0,62% e 0,84%, respectivamente. O Dow Jones subiu 0,41%.

Ao longo do dia, os Treasuries responderam de forma mais acidentada, com os yields oscilando entre altas e baixas. No fechamento, a taxa da T-note de dois anos caía a 4,754%, de 4,756% no fechamento anterior, e a da T-note de dez anos cedia de 4,467% para 4,437%. O yield do título de 30 anos recuava a 4,607%, de 4,632% anteriormente. O índice DXY, que mede a relação do dólar com uma cesta de seis moedas, caiu 0,19% a 105,70 pontos.

Durante painel com a presidente do BCE, Christine Lagarde, e o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, Powell reiterou suas preocupações com a inflação de serviços, que segue mais resiliente. Segundo o presidente do Fed, a inflação de serviços está atrelada a salários que, embora estejam desacelerando, continuam acima do nível desejável para que a inflação volte à meta de forma sustentável.

Lagarde reiterou que o caminho da desinflação deve ser acidentado, principalmente depois de a inflação de serviços do índice de preços ao consumidor (CPI) ter voltado a subir. A presidente do BCE disse, contudo, que a inflação de serviços não precisa estar em 2%, já que a da indústria está abaixo desse patamar e a inflação cheia é formada pela combinação dos dois dados, que estão caminhando para a meta.

Para Lagarde, a zona do euro está muito avançada no caminho da desinflação. Mas ela preferiu não se comprometer em sinalizar qual será o próximo passo do BCE, se um novo corte ou a manutenção das taxas. "Precisamos monitorar os dados. Dados são importantes porque continuamos com o fardo do efeito retardado do impacto da alta dos juros e dos salários na economia", disse.

4,607% foi o rendimento do título de 30 anos, de 4,632% na véspera

Powell disse que os últimos dados foram positivos, mas que precisa "ver mais dados como esses para reduzir os juros". "Se cortarmos cedo demais, corremos risco de perder o trabalho já feito. Se demorarmos demais, podemos impedir a recuperação", afirmou. Segundo ele, os salários e o mercado de trabalho, que estavam muito aquecidos no primeiro trimestre, começam a dar sinais de desaceleração.

O presidente do Fed também destacou três pontos-chave, observou Shepherdson, da Pantheon. Primeiro, foram feitos progressos "substanciais" no melhor equilíbrio no mercado de trabalho; segundo, Powell ficaria "feliz" em ver o desemprego permanecer onde está, e infeliz em vê-lo avançar; terceiro e último, como resultado do enfraquecimento inesperado do mercado de trabalho o Fed poderia ser levado a agir. "Os investidores interpretaram essas observações como um sinal de que o Fed está confirmando que os dados de inflação maiores no primeiro trimestre foram mais ruído do que evidência", disse.

Tebet defende reduzir mandato no BC

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, defendeu ontem reduzir o mandato do presidente do Banco Central (BC) de quatro para três anos — sendo apenas um quando houver troca na Presidência da República após a eleição.

O intuito seria evitar que o indicado por um ex-presidente, como é o caso de Roberto Campos Neto, precise conviver por muito tempo com um novo governo. Esse formato de mandatos não coincidentes foi definido em 2021, quando o Congresso aprovou a autonomia do BC.

"Todo mundo sabe que eu apoio a autonomia do Banco Central. Mas acho que um ano de mandato do presidente do BC [após a haver mudança do presidente da República] é mais do que suficiente", disse Tebet, ao ser indagada por jornalistas, durante visita ao Senado, sobre as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Campos Neto.

Segundo ela, a realidade tem mostrado que dois anos de mandato para o presidente do BC em uma nova gestão criam "estresse e ruído". Ainda de acordo com a ministra, o governo não deve interferir no órgão, mas precisa manter um diálogo institucional e fácil.

Tebet participou de audiência conjunta das comissões de Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional para falar do Novo PAC.

A ministra foi indagada sobre comentários feitos por Lula, que voltou a criticar a autonomia do Banco Central. Em entrevista a uma rádio baiana, Lula afirmou que o presidente do BC deveria ser indicado pelo presidente da República e que não se pode ter no comando do órgão alguém que "não está combinando adequadamente com aquilo que é o desejo da nação".

Lula reclamou de estar há dois anos no cargo com Roberto Campos Neto no comando do BC, que foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. O petista não citou Campos Neto nominalmente, dizendo que "foi indicado um cidadão no governo passado".

Ainda assim, o presidente da República disse que precisa ter paciência até a troca no comando do BC no final do ano.

Stone aposta em crédito a franquias para expandir oferta

Mariana Ribeiro
De São Paulo

A Stone reforçou sua estratégia para franquias e está apostando no segmento para fortalecer a concessão de crédito para pequenas e médias empresas (PMEs), uma das avenidas de crescimento elencadas pela empresa. O plano envolve oferta personalizada de capital de giro aos franqueados, automatização de repasses de recursos entre a rede e os lojistas e atendimento especializado para as duas partes.

"As franquias são organizadas, têm planos de negócios, um modelo padronizado, muito conhecimento. Nossa ideia é sentar com o franqueador e montar uma proposta de crédito que faça sentido para a expectativa de faturamento daquele franqueado", disse ao **Valor** Matheus Biselli, diretor responsável pela frente de pequenas e médias empresas da Stone.

A participação dos franqueadores no negócio aumenta o nível de conhecimento da Stone em relação ao tomador de crédito e permite que a credenciadora entre com mais apetite em algumas operações do que entraria se olhasse apenas para o lojista individualmente.

O modelo da concessão varia. A rede pode oferecer informações do negócio que facilitem a formatação da oferta ou, em alguns casos, entrar, de fato, como garantidora da operação. "O objetivo pode ser reformar a loja, expandir, aí depende de cada caso", diz Biselli. A Stone trabalha com um modelo de oferta de crédito que conta com pagamentos diários, de acordo com as vendas do lojista.

"As franquias são organizadas, têm planos de negócios, um modelo padronizado, muito conhecimento"
Matheus Biselli

A segunda frente construída pela empresa envolve a intermediação de transferências entre as partes. Hoje, já é possível, por exemplo, recolher os "royalties" junto ao franqueado e repassá-los à rede. O plano é que, a partir do segundo semestre, também seja possível incluir os pagamentos referentes a insumos e estoques na mesma dinâmica, explicou o diretor. "Essa relação pode ficar mais simples e mais direta."

Em relação ao atendimento, o executivo destaca que há uma relação central com o franqueador e uma local com os diversos estabelecimentos comerciais da rede. "Temos uma capilaridade grande e conseguimos manter um bom nível de serviço nas duas pontas", afirma. Ele explica que a estratégia, embora seja focada principalmente em PMEs, também tem o potencial de fortalecer o relacionamento da credenciadora com a rede.

A Stone não abre dados sobre quanto as franquias representam hoje dentro sua carteira de crédito nem o número de clientes atendidos nesse segmento. No final do primeiro trimestre, a credenciadora tinha R$ 532 milhões de carteira total e R$ 5,985 bilhões em depósitos de clientes.

A companhia projeta chegar ao fim de 2024 com um portfólio de crédito de pelo menos R$ 800 milhões e, em 2027, com um volume acima de R$ 5,5 bilhões. Planeja ainda ultrapassar os R$ 7 bilhões em depósitos de clientes neste ano e dobrar esse número em 2027.

A oferta de crédito, que derrubou os resultados e as ações da empresa em 2021, foi reformulada em 2022 e novos testes começaram a ser realizados no ano passado. Agora, a empresa vem dizendo que a ideia é expandir a oferta, mas de forma cautelosa. A estratégia para franquias se insere nesse contexto.

Recentemente, a Stone também "relançou" sua conta para pessoa jurídica e prevê que, no futuro, a "maquininha" de cartão não será mais a principal porta de entrada de clientes.

Para Campos Neto, é preciso sair da narrativa de BC político

Gabriel Shinohara
De Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou estar confiante de que a inflação futura vai ser menor do que a inflação esperada. "Em outras palavras, acho que o que o mercado está precificando hoje não está sincronizado com a realidade". Campos Neto também disse que é necessário sair da narrativa de que o Banco Central tem sido político e explicar o que está sendo feito.

Em participação de evento do Banco Central Europeu (BCE), o presidente do BC disse acreditar que há uma desconexão da inflação esperada atualmente com a corrente e os fundamentos da economia brasileira. O relatório Focus, publicado semanalmente pelo BC, mostra contínua trajetória de alta nas expectativas de inflação. Para 2024, a mediana das projeções chegou a 4% depois de oito semanas seguidas de elevação. Já para 2025, a mediana atingiu 3,87% em nove semanas consecutivas. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) apontou que o colegiado vai perseguir a reancoragem das expectativas "independentemente de quais sejam as fontes por trás da desancoragem ora observada".

Questionado sobre as críticas feitas pelo presidente Lula sobre a atuação dele e do BC, Campos Neto disse que é necessário separar a narrativa política do trabalho técnico que o BC precisa fazer. Ele argumentou que a autoridade monetária fez, em 2022, a maior alta de juros em ano eleitoral na história de qualquer mercado emergente. "Se essa não é uma prova de que você é independente e que você atuou de forma autônoma, é difícil achar outro exemplo".

Lula tem criticado Campos Neto nas últimas semanas. Na terça-feira, disse que Campos Neto tem viés político, mas que não pode fazer nada a não ser esperar o mandato terminar e indicar alguém. O presidente do BC disse que a última decisão do Copom prova que o grupo da diretoria é coeso em tentar achar uma solução técnica para o país.

Sobre a decisão de interromper a queda de juros, ele explicou que não está relacionada apenas aos números correntes de inflação, mas também com ruídos recentes. Segundo ele, houve um "sell-off" recente em alguns mercados emergentes com impacto no Brasil, "mas acredito que isso está relacionado mais com os ruídos que foram criados do que com os fundamentos".

Nesse sentido, Campos Neto pontuou que os ruídos estão relacionados aos canais de expectativas do caminho da política fiscal e expectativas para a política monetária. "Quando você tem esses dois ao mesmo tempo, acho que criou incerteza o suficiente que nós precisamos interromper e ver como arrumar o canal e comunicar melhor para eliminar os ruídos".

Campos Neto disse que há um prêmio de risco na curva, que subiu nas últimas semanas, sobre a incerteza do que deve acontecer na próxima liderança e quem que assumir a autoridade monetária. O presidente do BC destacou que a mudança é feita bem devagar, com a mudança de dois diretores por ano e que o prêmio deve diminuir.

O presidente do BC também comentou sobre a taxa neutra no Brasil. Na última ata, o Copom informou que a taxa neutra subiu de 4,5% para 4,75%. Campos Neto afirmou que a taxa é muito alta e seria necessário conversar sobre as reformas necessárias no médio prazo para levá-la para patamar menor. "Você pode falar do montante de crédito subsidiado, da trajetória da dívida e de produtividade".

No painel, Campos Neto também foi perguntado sobre qual seria o maior risco para a economia e respondeu que, se olhar para o que os mercados precificam atualmente, seria o risco fiscal para o Brasil e parte dos mercados emergentes. De acordo com ele, isso "vem e vai" e tem a ver com crescimento, produtividade e outras coisas.

Entrevista Reservas acabam rápido se a política econômica estiver inadequada, diz ex-BC

É 'perigoso' vender dólar sem ajustar a economia, diz Le Grazie

Alex Ribeiro
De São Paulo

O ex-diretor de política monetária do Banco Central (BC) Reinaldo le Grazie alerta que seria "perigoso" vender dólares das reservas internacionais para se contrapor ao enfraquecimento do real se a política macroeconômica seguir desequilibrada, com o atual ritmo de expansão fiscal.

"US$ 350 bilhões [em reservas internacionais] é bastante, um tremendo seguro, mas acaba rápido se a política econômica estiver inadequada", diz Le Grazie, que é sócio da Panamby Capital. "A reserva pode ir toda embora."

Ele pondera que, sem corrigir os problemas de fundo, o Banco Central provavelmente vai vender dólares a um preço mais baixo do que estará no futuro. "É ruim, não resolve o problema e ainda queima patrimônio público."

A decisão que poderia ser tomada é na área monetária, não cambial. "A curva de juro já põe três altas de 0,5 ponto percentual", afirma. "O Copom subir o juro é uma alternativa que favorece a valorização do real."

O diagnóstico de Le Grazie é que o dólar busca um novo valor de equilíbrio porque o mercado entende que os juros reais não serão suficientes. "Se a expansão fiscal continuar da maneira como está, a inflação vai subir", afirma. "Se existir uma restrição ao juro acompanhar essa expansão fiscal, isso desvaloriza a moeda."

Para ele, o mercado vive todos os dias na expectativa sobre notícias de medidas de contenção de gastos públicos. "Cada dia que passa que isso não acontece, o dólar sobe mais", afirma.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Por que o dólar sobe?*

Reinaldo Le Grazie: Tem uma força global. Os Estados Unidos estão com uma expansão fiscal e uma taxa de juro alta. É uma economia dinâmica, com um mercado do bursátil forte, que atrai recursos. Então o dólar já está forte há um tempinho e se fortaleceu recentemente. Já o real está com uma fragilidade maior do que a dos pares. A moeda do Brasil é a que mais se desvalorizou neste ano, com 14%. As moedas do Chile, México e Colômbia estão com uma desvalorização de 7%.

Valor: *Qual é a explicação para o Brasil ter um desempenho pior?*

Le Grazie: Se você vai trabalhar com uma taxa real de juros mais baixa ou até negativa, é natural a moeda se desvalorizar. Ficou um pouco essa ameaça, recentemente, de uma taxa de juros real mais baixa. Seja por uma inflação mais alta ou por um juro artificialmente mais baixo, ou pelo dois. Essa situação desencadeia uma busca de um novo patamar de câmbio. É isso que o mercado está tentando entender. Se a expansão fiscal continuar da maneira como está, a inflação vai subir. Se existir uma restrição ao juro acompanhar essa expansão fiscal, isso desvaloriza a moeda.

Valor: *O BC mudou a política monetária recentemente, ao tirar a expectativa de cortes de juro. Mesmo assim, o câmbio não respondeu.*

Le Grazie: Mas antes disso tivemos uma mudança na política fiscal também. Então tivemos a fiscal expansionista e a monetária contracionista. É assim mesmo. Quando a fiscal expande, a monetária tem que contrair. A resultante disso, segundo o preço do câmbio, não é suficiente. A expectativa de expansão fiscal está sendo muito maior do que a expectativa de contração monetária. O que sobra é uma redução da taxa de juro real. Portanto, o câmbio tem que desvalorizar.

Valor: *O Banco Central já deveria ter reformado a sua comunicação de política monetária?*

Le Grazie: O BC não pode fazer isso a cada momento que os preços mudam. Ele faz isso nos documentos oficiais a cada 45 dias. Mas a gente consegue fazer as contas. Com os juros de 10,5% até o final de 2025, o BC projetou uma inflação de 3,1% com câmbio que, naquele exercício, estava em R$ 5,30. Agora ele se desvalorizou uns 5%. Se você coloca a transmissão desse câmbio para os preços, então a projeção passaria de 3,1% para 3,5%. O BC trabalha com a conta fiscal que o que o governo informou. O mercado está trabalhando com outra projeção fiscal, porque o governo já está dando sinais de que não vai cumprir aquela meta anterior. O mercado está pondo uma expansão fiscal ainda maior. Por isso que o mercado está com quase 4% de inflação para 2025, com viés de alta.

Valor: *Seria um efeito do excesso de especulação no mercado?*

Le Grazie: O mercado nada mais é do que a soma de todas as pessoas que investem e participam do sistema financeiro de alguma maneira, ou investindo ou tomando dinheiro emprestado. As pessoas estão se protegendo um pouco contra essa expectativa de dólar para cima, da mesma maneira que as pessoas compram produtos que acham que o preço vai subir. As pessoas compram ação da Petrobras e da Vale quando acham que vão subir. É legítimo chamar de especulação? Eu não sei se isso é muito adequado. Mas, de qualquer maneira, a questão é que as pessoas estão comprando mais dólares porque o equilíbrio parece que caminha para um real mais desvalorizado, por duas forças, a externa e a doméstica.

Valor: *O Brasil estaria sofrendo mais porque tem uma economia maior, entre os emergentes, com um mercado mais líquido?*

Le Grazie: Não é o caso. Assistimos isso em poucos momentos. Por exemplo, no ataque às Torres Gêmeas, quando grande parte dos mercados fechou, e o Brasil ficou aberto. As posições de proteção vieram para vender o real no Brasil, vender bolsa. Mas olha a diferença de proporção. O Brasil está sofrendo mais porque, agora, está no holofote em função dessa mudança macroeconômica. Na Turquia, isso está acontecendo há cinco anos. Continua no processo de desvalorização há bastante tempo. O Brasil agora entrou na lupa.

Valor: *A posição dos estrangeiros nos mercados significa que eles estão especulando contra o real?*

Le Grazie: Não tenho visto isso. Pelo contrário. Se você olhar o fluxo de bolsa, fluxo nos últimos cinco ou talvez dez dias úteis, foi positivo. A desvalorização do dólar está atraindo recursos para a bolsa. Parece até um pouco de contrassenso, mas de novo é a busca de equilíbrio. A bolsa fica mais barata, entre aspas. Os papéis ficam um pouco mais baratos, porque o investidor entra com esse dólar. Então tem algum fluxo. Tem investidores estrangeiros comprando dólar e reduzindo posição de renda fixa. E tem outros investidores estrangeiros comprando real e investindo na bolsa.

Valor: *Chegou-se a acreditar, várias vezes, que teria um teto quando o dólar chegou em R$ 5,30, depois em R$ 5,40, e sucessivamente. Existe um limite para a alta?*

Le Grazie: Não tem teto, isso é chute. Análise gráfica às vezes funciona, às vezes não. A questão é realmente o equilíbrio. Estamos naquele momento em que 'no news, bad news' [é uma má notícia não ter notícias]. Quando a gente acorda pela manhã e não teve nenhuma novidade de governo, isso não é positivo. Entramos numa dinâmica em que alguma decisão precisa ser tomada. O que o mercado espera? O anúncio de corte de gastos, o anúncio de uma política macroeconômica duradoura. Cada dia que passa que isso não acontece, o dólar sobe mais.

Valor: *O Banco Central pode fazer alguma coisa para conter essa escalada do dólar?*

Le Grazie: Subir o juro, é o que ele pode fazer. Enquanto não tem novidade no fiscal, no corte de gastos, o mercado está acreditando, está pondo nos preços, que o juro vai subir. A curva de juro já põe três altas de 0,5 ponto percentual. O Copom subir o juro é uma alternativa que favorece a valorização do real.

Valor: *O Brasil poderia usar os US$ 350 bilhões de reservas cambiais para intervir?*

Le Grazie: Até pode. US$ 350 bilhões é bastante, um tremendo seguro, mas acaba rápido se a política econômica estiver inadequada. Vender reserva, sendo que a política econômica se coloca desequilibrada e pedindo um câmbio mais desvalorizado, é perigoso. A reserva pode ir toda embora. Como disse o nosso querido e rigoroso professor [ex-presidente do BC Affonso Celso] Pastore, câmbio às vezes é preço e às vezes é taxa. O mercado está acreditando que o preço do câmbio é mais alto. Se o BC vender câmbio agora, ele provavelmente vai vender mais baixo do que o câmbio vai estar daqui a um mês. É ruim, não resolve o problema e ainda queima patrimônio público.

Valor: *O mercado não está disfuncional?*

Le Grazie: Não. O mercado está funcionando bem, a bolsa subiu esses ultimos dias. O juro é que está subindo junto com a queda do real. O mercado de crédito está funcionando muito bem, as empresas estão emitindo papéis. O volume de emissão estava grande, os fundos de renda fixa estão operando normalmente. A volatilidade do câmbio e do juro está muito alta, mas o resto dos mercados está funcionando bem. Não está disfuncional, está buscando o equilíbrio de preços.

Valor: *A venda de swaps cambiais poderia ser uma solução?*

Le Grazie: Quando se fala em swaps, é reserva do mesmo jeito. A contrapartida dos swaps são as reservas. Se não tiver reservas, não pode fazer swaps. Claro que acabar com US$ 350 bilhões é difícil, mas a gente não sabe o tamanho do desequilíbrio. Se soubesse, faria a conta, e poderia chegar à conclusão de que o câmbio deveria ser R$ 4,50 ou R$ 6,50.

Valor: *E o que mais poderia ser feito para aliviar a situação?*

Le Grazie: Tem uma questão doméstica também bastante relevante, que surgiu com a divergência no Copom de maio, que é a formação do novo Banco Central. Isso também é uma dúvida grande do mercado com relação ao futuro. É uma decisão que o governo também podia tomar. Se o governo anunciar quem é o novo presidente do Banco Central, de certa maneira, vai sinalizar a tendência de formação da equipe. Isso pode ser esclarecedor para o preço da moeda. Se for positivo, vai fazer a moeda se valorizar. Se for uma equipe fraca, o real desvaloriza mais.


GABRIEL REIS/VALOR
Le Grazie: dólar busca um novo valor de equilíbrio porque o mercado entende que os juros reais não serão suficientes em um cenário de expansão fiscal

> "A curva de juro põe três altas de 0,5 ponto. O Copom subir o juro é uma alternativa que favorece a valorização do real"

> "Entramos numa dinâmica em que alguma decisão precisa ser tomada. Cada dia que passa e isso não acontece, o dólar sobe mais"

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 02/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.900,1837600	0,07	0,06	4,57
IRF-M	1+**	19.970,2944380	0,14	-0,07	0,14
IRF-M	Total	18.207,5643730	0,11	-0,03	1,47
IMA-B	5***	9.256,2512450	0,01	-0,20	3,11
IMA-B	5+****	10.967,9756010	0,09	-0,47	-5,49
IMA-B	Total	9.765,1083340	0,05	-0,34	-1,43
IMA-S	Total	6.735,9897370	0,04	0,08	5,41
IMA-Geral	Total	8.136,8772950	0,06	-0,06	2,35

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	18/06	17/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,74	34,51	33,10	28,38	37,01	33,76
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	23,88	25,57	25,76	21,51	25,63	27,67
Conta garantida pré - a.a.	44,19	44,19	43,58	51,12	41,88	48,27
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,36	22,75	22,09	21,55	23,20	28,85
Vendor pré - a.a.	15,85	15,61	16,70	15,05	15,11	19,20
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	20,67	20,99	17,44	16,84	17,26	21,67
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,87	17,83	17,98	17,17	18,16	18,27
Conta garantida pós - a.a.	25,91	25,98	25,29	24,89	24,90	29,14
ACC pós - a.a.	7,93	8,85	8,29	8,60	8,40	8,84
Factoring - a.m.	3,28	3,30	3,28	3,32	3,29	3,57

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	02/07/24	01/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,4000	5,3300	5,3300	5,3400	5,0900
1 mês	-	5,3361	5,3347	5,3364	5,3243	5,0653
3 meses	-	5,3528	5,3533	5,3533	5,3496	4,9957
6 meses	-	5,3863	5,3881	5,3873	5,3886	4,7834
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6650	3,6630	3,6560	3,8920	3,4000
1 mês	-	3,7471	3,8144	3,7869	3,9122	3,2238
3 meses	-	3,8736	3,8910	3,8829	3,9257	3,0726
6 meses	-	3,9184	3,9274	3,9227	3,9437	2,6637
1 ano	-	3,8904	3,8822	3,8863	3,9419	1,6011
Euribor ***						
1 mês	-	3,655	3,642	3,632	3,717	3,399
3 meses	-	3,709	3,698	3,711	3,785	3,577
6 meses	-	3,678	3,671	3,682	3,745	3,900
1 ano	-	3,567	3,578	3,578	3,711	4,134
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,37	5,37	5,31	5,37	5,37	5,14
T-Bill (3 meses)	5,36	5,36	5,38	5,36	5,39	5,30
T-Bill (6 meses)	5,31	5,30	5,34	5,32	5,37	5,44
T-Note (2 anos)	4,75	4,77	4,76	4,75	4,87	4,90
T-Note (5 anos)	4,40	4,43	4,28	4,38	4,51	4,16
T-Note (10 anos)	4,44	4,47	4,25	4,40	4,50	3,84
T-Bond (30 anos)	4,61	4,63	4,38	4,56	4,65	3,86

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês jul/24*	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,08	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,30	11,68
CDI	0,08	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,30	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	-0,03	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	1,47	7,89
IMA-B	-0,34	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	-1,43	3,07
IMA-S	0,08	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,41	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	0,71	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-7,00	4,93
Índice Small Cap	-0,12	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-14,96	-11,96
IBrX 50	0,77	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-5,40	7,39
ISE	-0,01	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-10,15	-5,90
IMOB	-0,17	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-16,98	-8,32
IDIV	0,47	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-2,95	12,09
IFIX	-1,25	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	-0,18	6,09
Dólar Ptax (BC)	1,96	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	17,07	15,35
Dólar Comercial (mercado)	1,37	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	16,75	16,69
Euro (BC) (4)	2,20	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	13,72	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	1,72	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	13,37	14,54
Ouro (BC)	1,80	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	31,77	39,96
Inflação								
IPCA (5)	-	0,33	0,46	0,38	0,16	0,83	2,61	4,35
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 2/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,33% para o mês de junho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 27/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.490.505,14					-16.246,43	6.580,43	192.083,70	187.607,95
RF Indexados (2)	147.420,19	0,00	0,27	2,45	7,91	-653,62	-5.838,17	-7.005,66	-16.556,88
RF Duração Baixa Soberano (2)	673.176,41	0,04	0,69	4,77	10,93	-4.514,47	-2.859,30	34.863,78	37.766,17
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	846.105,33	0,04	0,77	5,44	12,46	-2.263,59	25.267,27	50.631,20	60.130,93
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	178.872,58	0,04	0,05	5,47	12,47	219,04	7.283,28	72.787,25	78.445,61
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.834,45	0,02	0,62	4,28	9,13	-60,29	611,85	-3.346,62	-4.413,87
RF Duração Livre Soberano (2)	212.639,97	0,03	0,63	4,27	10,12	-296,83	1.293,97	-14.400,05	-26.766,28
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	638.474,90	0,03	0,67	4,73	10,97	-4.272,15	-18.496,71	-35.028,92	-58.737,67
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	354.562,49	0,02	0,55	4,55	11,65	516,28	4.718,13	71.290,78	123.556,24
Ações	607.740,09					-66,92	3.644,94	400,87	40.032,57
Ações Indexados (2)	10.249,77	1,37	1,83	-7,32	5,57	2,93	24,98	518,92	-930,52
Ações Índice Ativo (2)	31.446,18	1,57	1,55	-7,99	3,85	-3,71	-44,62	-3.712,51	-3.601,87
Ações Livre	221.011,67	1,16	1,59	-5,26	6,71	-13,45	3.322,60	1.543,63	-4.618,25
Fechados de Ações	122.663,85	-1,65	-1,29	-5,60	-2,64	11,17	-355,40	-906,67	29.535,42
Multimercados	1.637.640,78					-2.755,23	-26.518,24	-80.759,66	-211.120,43
Multimercados Macro	149.071,90	0,19	0,66	0,86	6,32	-305,74	-6.149,21	-27.218,06	-51.235,44
Multimercados Livre	617.483,76	-1,48	-0,87	1,11	6,65	-568,31	-10.256,48	-2.753,47	-54.995,92
Multimercados Juros e Moedas	49.842,32	0,03	0,74	4,54	11,15	-117,05	-3.243,59	-7.760,76	-17.660,57
Multimercados Invest. no Exterior (2)	741.413,05	-1,04	0,78	3,34	10,71	-1.689,66	-6.451,30	-43.430,16	-82.402,38
Cambial	6.496,10	-0,16	5,38	16,66	21,74	-59,68	-41,73	-385,57	-1.419,67
Previdência	1.431.843,25					390,58	926,65	16.649,86	40.537,62
ETF	44.110,27					-88,72	474,93	-1.927,11	-2.339,37
Demais Tipos	2.004.460,43					-4.668,55	-4.193,52	42.302,08	49.543,00
Total Fundos de Investimentos	**7.218.335,63**					**-18.826,41**	**-14.933,01**	**126.062,09**	**53.298,67**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.649.183,73**					**-0,93**	**-857,94**	**32.352,79**	**110.294,28**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**8.915.961,24**					**-18.827,34**	**-15.790,95**	**158.414,87**	**163.592,94**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	02/07/24	01/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,06
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9535
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,49
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9853
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,51	10,54	10,43	10,49	10,38	13,38
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,78	10,84	10,56	10,72	10,43	12,85
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,43	10,41	10,42	10,39	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,48	10,42	10,44	10,37	13,50
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,51	10,54	10,44	10,49	10,36	13,38
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,59	10,60	10,47	10,55	10,36	13,23
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,77	10,83	10,55	10,72	10,39	12,87
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,32	11,39	10,83	11,18	10,56	11,72

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 02/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.138,16	10,423	139.748	10,420	10,432	10,420
Vencimento em set/24	98.276,44	10,470	128.376	10,466	10,486	10,468
Vencimento em out/24	97.455,46	10,509	621.367	10,502	10,568	10,502
Vencimento em nov/24	96.548,71	10,581	3.826	10,575	10,620	10,575
Vencimento em dez/24	95.784,76	10,675	8.904	10,660	10,740	10,670
Vencimento em jan/25	94.931,96	10,782	2.183.457	10,760	10,895	10,765
Vencimento em fev/25	94.022,48	10,910	720	10,905	10,950	10,905
Vencimento em mar/25	93.186,65	11,027	718	11,030	11,120	11,030
Vencimento em abr/25	92.405,30	11,106	276.770	11,080	11,240	11,080
Vencimento em mai/25	91.586,26	11,179	5.477	11,160	11,300	11,160
Vencimento em jun/25	90.721,45	11,259	2.511	11,250	11,375	11,255

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.692,59	0,85	391.300	5.646,50	5.716,50	5.697,00
Vencimento em set/24	5.710,48	0,85	1.010	5.696,50	5.715,00	5.696,50
Vencimento em out/24	5.727,42	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.746,59	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.762,15	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	6.123,75	0,95	80	6.149,00	6.149,00	6.149,00
Vencimento em set/24	6.151,78	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.179,99	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	126.400	0,26	90.665	125.555	126.940	126.485
Vencimento em out/24	128.447	0,25	10	128.250	128.300	128.250
Vencimento em dez/24	130.527	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 02/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6671	5,6677	1,40	1,96	17,07	17,61
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6646	5,6652	0,22	1,37	16,75	18,30
Dólar Turismo (R$/US$)	5,7159	5,8959	0,86	1,74	16,81	18,62
Euro (BC) - (R$/€)	6,0831	6,0860	1,49	2,20	13,72	15,65
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0869	6,0875	0,28	1,72	13,37	16,51
Euro Turismo (R$/€)	6,1663	6,3463	0,99	2,06	13,18	16,57
Euro (BC) - (US$/€)	1,0734	1,0738	0,08	0,24	-2,86	-1,67
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	423,5501	423,5949	1,25	1,80	31,77	42,48
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.329,44	-0,11	0,21	12,79	21,38
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.329,00	0,05	0,06	12,93	22,35

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	02/07/24	01/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	159.589,95	159.017,58	158.096,12	173.997,89	0,36	0,94	-8,28
Valor-Coppead Mínima Variância	96.638,28	96.705,89	95.968,24	93.533,91	-0,07	0,70	3,32

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 02/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 02/07/24

Índice	02/07/24	01/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	02/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	185,53	184,63	183,93	165,54	154,54	0,49	0,87	12,08	20,05
S&P BNY Emergentes	357,10	352,46	353,54	312,75	293,11	1,32	1,01	14,18	21,83
S&P BNY América Latina	188,02	188,19	189,48	225,28	205,89	-0,09	-0,77	-16,54	-8,68
S&P BNY Brasil	185,44	185,37	186,15	232,95	206,91	0,04	-0,38	-20,39	-10,37
S&P BNY México	290,97	293,99	294,86	331,67	326,43	-1,03	-1,32	-12,27	-10,86
S&P BNY Argentina	220,69	216,05	230,09	178,27	157,73	2,15	-4,09	23,80	39,91
S&P BNY Chile	136,40	135,86	137,44	162,12	174,21	0,40	-0,76	-15,86	-21,70
S&P BNY Índia	3.110,83	3.033,57	3.032,46	2.923,01	2.835,78	2,55	2,58	6,43	9,70
S&P BNY Ásia	222,28	219,03	219,12	189,60	175,82	1,48	1,44	17,24	26,42
S&P BNY China	306,75	304,03	302,10	336,11	314,08	0,89	1,54	-8,74	-2,33
S&P BNY África do Sul	199,48	199,70	200,45	199,87	209,34	-0,11	-0,48	-0,19	-4,71
S&P BNY Turquia	34,90	33,95	34,29	22,45	17,02	2,81	1,77	55,43	105,05

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663	0,5663	0,7665
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	0,5927	0,8029
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	0,5941	0,8043
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	0,5961	0,8063
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656	0,5656	0,7658
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391	0,5391	0,7292
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655	0,5655	0,7657
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920	0,5920	0,8021
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898	0,5898	0,8000
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	0,5689	0,7691
29/06 a 29/07	0,0399	0,5743	0,5743	0,7302
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 02/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	124.787	0,06	0,71	-7,00	5,67
IBrX	52.746	0,06	0,68	-6,56	6,31
IBrX 50	21.017	0,10	0,77	-5,40	8,22
IEE	88.468	-0,39	0,20	-6,83	-2,88
SMLL	2.001	-0,06	-0,12	-14,96	-12,06
ISE	3.381	-0,11	-0,01	-10,15	-5,91
IMOB	839	0,01	-0,17	-16,98	-8,47
IDIV	8.806	0,10	0,47	-2,95	12,62
IFIX	3.306	-0,40	-1,25	-0,18	4,76
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.017	-1,33	-1,22	-20,56	-10,15
IBrX	9.306	-1,32	-1,25	-20,18	-9,61
IBrX 50	3.708	-1,28	-1,16	-19,19	-7,99
IEE	15.609	-1,77	-1,72	-20,42	-17,42
SMLL	353	-1,45	-2,04	-27,36	-25,23
ISE	597	-1,49	-1,93	-23,26	-20,00
IMOB	148	-1,37	-2,09	-29,09	-22,18
IDIV	1.554	-1,28	-1,46	-17,10	-4,24
IFIX	583	-1,78	-3,15	-14,73	-10,92

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 02/07/24	01/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	410	2,0	9,0	67,0
África do Sul	332	327	5,0	5,0	6,0
Argentina	1.532	1.509	23,0	77,0	-375,0
Brasil	238	235	3,0	7,0	43,0
Colômbia	315	317	-2,0	9,0	50,0
Filipinas	74	68	6,0	6,0	16,0
México	186	188	-2,0	0,0	19,0
Peru	107	107	0,0	5,0	5,0
Turquia	255	254	1,0	2,0	-21,0
Venezuela	18.445	18.812	-367,0	-124,0	-5.647,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	20/06/24	357.962
dez/23	355.034	21/06/24	357.869
jan/24	353.563	24/06/24	358.072
fev/24	352.705	25/06/24	358.112
mar/24	355.008	26/06/24	357.371
abr/24	351.599	27/06/24	357.963
mai/24	355.560	28/06/24	357.827
jun/24	357.827	01/07/24	356.972

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	02/07/24	01/07/24	28/06/24	27/06/24	26/06/24	25/06/24
Índice	2.105,34	2.103,84	2.107,11	2.112,26	2.113,35	2.115,99
Var. no dia	0,07%	-0,15%	-0,24%	-0,05%	-0,12%	-0,03%
Var. no mês	-0,08%	-0,15%	-0,14%	0,10%	0,15%	0,28%
Var. no ano	1,94%	1,87%	2,03%	2,28%	2,33%	2,46%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 02/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,8000	36,8400	0,15380	0,15400
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6671	5,6677
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3640	36,4551	0,1555000	0,1559000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,8084	0,8262
Colon (Costa Rica)	524,5000	526,0000	0,010770	0,010810
Coroa (Dinamarca)	6,9470	6,9475	0,8157	0,8158
Coroa (Islândia)	138,7400	139,0700	0,04075	0,04085
Coroa (Noruega)	10,6908	10,6938	0,5299	0,5301
Coroa (Rep. Tcheca)	23,4380	23,4480	0,2417	0,2418
Coroa (Suécia)	10,6158	10,6174	0,5338	0,5339
Dinar (Argélia)	134,3844	134,9744	0,04199	0,04218
Dinar (Kuwait)	0,3065	0,3066	18,4837	18,4917
Dinar (Líbia)	4,8607	4,8830	1,1606	1,1660
Direitos Especiais de Saque ***	1,3146	1,3146	7,4500	7,4508
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,5429	1,5431
Dirham (Marrocos)	9,9659	9,9909	0,5672	0,5687
Dólar (Austrália)***	0,6658	0,6659	3,7732	3,7741
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6671	5,6677
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7873	2,8364
Dólar (Canadá)	1,3693	1,3694	4,1384	4,1391
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7869	6,8699
Dólar (Cingapura)	1,3570	1,3575	4,1747	4,1766
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6671	5,6677
Dólar (Hong Kong)	7,8138	7,8141	0,7252	0,7253
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6068	0,6071	3,4388	3,4409
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7158	6,8260	0,8302	0,8439
Euro (Comunidade Européia)***	1,0734	1,0738	6,0831	6,0860
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,1138	3,1761
Franco (Suíça)	0,9046	0,9047	6,2641	6,2654
Guarani (Paraguai)	7537,7500	7541,5200	0,0007515	0,0007519
Hryvnia (Ucrânia)	40,5500	40,8500	0,1387	0,1398
Iene (Japão)	161,5300	161,5400	0,03508	0,03509
Lev (Bulgária)	1,8217	1,8225	3,1095	3,1112
Libra (Egito)	48,1100	48,2100	0,1176	0,1178
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00044	0,00044
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2674	1,2678	7,1825	7,1855
Naira (Nigéria)	1505,0000	1565,0000	0,00362	0,00377
Lira (Turquia)	32,5728	32,5909	0,1739	0,1740
Novo Dólar (Taiwan)	32,5950	32,6250	0,17370	0,17390
Novo Sol (Peru)	3,8294	3,8314	1,4791	1,4800
Peso (Argentina)	914,5000	915,0000	0,00619	0,00620
Peso (Chile)	946,2000	946,7900	0,005986	0,005990
Peso (Colômbia)	4129,7300	4134,0000	0,001371	0,001372
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2361	0,2362
Peso (Filipinas)	58,8000	58,8200	0,09635	0,09639
Peso (México)	18,2318	18,2423	0,3107	0,3109
Peso (Rep. Dominicana)	58,8700	59,2500	0,09565	0,09627
Peso (Uruguai)	40,0300	40,0600	0,14150	0,14160
Rande (África do Sul)	18,6100	18,6139	0,3045	0,3046
Rial (Arábia Saudita)	3,7515	3,7517	1,5105	1,5108
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001349	0,0001349
Ringgit (Malásia)	4,7170	4,7210	1,2004	1,2015
Rublo (Rússia)	88,0955	88,1045	0,06432	0,06434
Rúpia (Índia)	83,4390	83,4940	0,06787	0,06793
Rúpia (Indonésia)	16390,0000	16399,0000	0,0003456	0,0003458
Rúpia (Paquistão)	278,2500	278,5000	0,02035	0,02037
Shekel (Israel)	3,7708	3,7735	1,5018	1,5030
Won (Coréia do Sul)	1386,5000	1387,2300	0,004085	0,004088
Yuan Renminbi (China)	7,2712	7,2714	0,7794	0,7795
Zloty (Polônia)	4,0175	4,0183	1,4103	1,4108

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2323,89	0,01338	423,5501	423,5949

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	02/07/24	01/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.331,85	39.169,52	0,41	0,54	4,36	14,31	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	20.011,89	19.812,22	1,01	1,67	18,93	31,84	14.109,57	20.011,89
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.028,76	17.879,30	0,84	1,67	20,10	30,76	12.595,61	18.028,76
EUA	Nova York	S&P 500	5.509,01	5.475,09	0,62	0,89	15,50	23,79	4.117,37	5.509,01
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.953,80	Feriado	0,36	0,36	4,75	8,92	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	51.947,89	52.883,97	-1,77	-0,94	-9,48	-2,95	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.383,61	Feriado	0,20	0,20	15,76	22,05	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	86.686,75	80.455,88	7,74	10,16	49,89	144,78	34.344,94	86.686,75
Chile	Santiago	IPSA	6.385,39	6.406,94	-0,34	-0,44	3,03	10,34	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.600,98	29.720,12	-0,40	-0,99	14,03	32,56	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.636.391,13	1.594.732,84	2,61	1,56	76,01	283,88	417.548,69	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.496,20	1.496,86	-0,04	0,80	7,21	8,91	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.164,06	18.290,66	-0,69	-0,39	8,43	12,49	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.538,29	7.561,13	-0,30	0,79	-0,06	1,87	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.481,40	33.716,54	-0,70	0,99	10,31	18,60	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.923,43	3.897,96	0,65	0,93	5,82	10,73	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.868,08	2.895,73	-0,96	-0,68	25,60	40,57	1.962,58	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.912,80	11.057,00	-1,30	-0,28	8,03	13,76	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.407,03	1.420,83	-0,97	0,20	8,81	10,04	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	924,61	923,05	0,17	0,08	17,51	19,47	714,05	933,84
Hungria	Budapeste	BUX	71.456,00	72.288,23	-1,15	-0,89	17,88	41,48	49.605,16	72.288,23
Polônia	Varsóvia	WIG	87.485,28	88.385,70	-1,02	-1,27	11,50	30,03	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.589,92	6.593,85	-0,06	1,70	3,02	11,31	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.151,82	1.149,77	0,18	-0,61	6,31	17,18	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.554,12	2.584,83	-1,19	-0,60	6,50	10,57	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.011,02	12.049,61	-0,32	0,14	7,84	6,48	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.446,24	10.343,31	1,00	-1,89	39,84	81,39	6.003,90	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.949,15	1.940,20	0,46	0,09	3,91	9,77	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	79.435,13	79.853,81	-0,52	-0,34	3,31	4,48	69.451,97	80.713,75
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	40.074,69	39.631,06	1,12	1,24	19,75	20,75	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.959,70	7.992,30	-0,41	-0,68	1,66	7,54	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.620,74	1.630,49	-0,60	0,16	-11,81	-20,91	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.997,01	2.994,73	0,08	1,00	0,74	-6,40	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.780,86	2.804,31	-0,84	-0,61	4,73	8,45	2.277,99	2.807,63
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.769,14	Feriado	0,29	0,29	4,23	-6,07	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.441,45	79.476,19	-0,04	0,52	9,97	22,75	63.148,15	79.476,19
Indonésia	Jacarta	JCI	7.125,14	7.139,63	-0,20	0,87	-2,03	6,95	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.288,58	1.299,35	-0,83	-0,95	-8,99	-14,27	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.879,37	23.058,57	-0,78	-0,66	27,60	35,26	16.001,27	23.406,10

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares



SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A Copel Distribuição S.A, torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra IAT, autorização florestal para o corte de árvores, no município de Nova Aliança do Ivaí.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público, que irá solicitar ao Instituto Água e Terra - IAT, a Autorização Ambiental para Rede de Distribuição de energia em 34,5 kV instalada no município de Nova Aliança do Ivaí, no Estado do PR.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

DEVOLUÇÃO DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 436/2024

PROTOCOLO: 21.701.873-0
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda do 5º Comando Regional de Polícia Militar no município de Pato Branco/PR.
INTERESSADO: 5º Comando Regional de Polícia Militar - PMPR
Abertura: 16/07/2024, às 08h30
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (nº PREG-e 436/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br - UASG 453079



NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ 27.848.099/0001-32 - NIRE 3330032368-6
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024

1. DATA/HORÁRIO/LOCAL: No dia 27 de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede da companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78, Sala 101, Flamengo, CEP 22210-904 ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação dispensada, de acordo com o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das Sociedades Anônimas"), tendo em vista a presença do único acionista da Companhia, que representa a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas da Companhia. **3. PRESIDENTE E SECRETÁRIO:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelos Sr. Fabiano Uchoas Ribeiro e Rozilene Garcia, respectivamente. **4. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar a: **(i)** Distribuição de dividendos a partir das reservas de lucros; **(ii)** distribuição de Juros sobre Capital Próprio; e **(iii)** Aprovar, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, no valor total de R$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais) na Data da Emissão (conforme definida abaixo) ("Debêntures"), a serem distribuídas através de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático de distribuição, exclusivamente para investidores profissionais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), assim como seus termos e condições e autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, inclusive a Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos e os demais documentos da Oferta, bem como ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Emissão e à Oferta. **5. DELIBERAÇÕES:** Após analisar e discutir os assuntos da ordem do dia, a acionista única Neoenergia Transmissão S.A. resolveu, sem quaisquer restrições: **(i) APROVAR**, a distribuição de dividendos a partir das reservas de lucros, sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024, no valor de R$ 38.569.856,00 (trinta e oito milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), condicionados a anuência de credores, se aplicável; **(ii) APROVAR,** a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, com data base em 30/06/2024, no valor de R$ 2.387.000,00 (Dois milhões e trezentos e oitenta e sete mil reais) sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024, condicionados a anuência de credores, se aplicável. **(iii) APROVAR,** pela Acionista, a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais as quais serão detalhadas e reguladas por meio do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A*" ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário"): (a) Destinação de Recursos. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para composição de capital de giro da Emissora ("Destinação de Recursos"). (b) *Séries*. A Emissão será realizada em série única. (c) *Número da Emissão*. A Emissão objeto da Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora. (d) *Valor Total da Emissão*. O valor total da Emissão será de R$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (e) *Quantidade de Debêntures*. Serão emitidas 82.000 (oitenta e dois mil) Debêntures. (f) *Espécie*. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. (g) *Valor Nominal Unitário*. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data da Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (h) *Data da Emissão*. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data da Emissão"). (i) *Data de Início da Rentabilidade*. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Debêntures ("Data de Início da Rentabilidade"). (j) *Prazo e Data de Vencimento*. Observado o disposto na Escritura de Emissão, o vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, na data estipulada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) da totalidade das Debêntures ou de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), nos termos da Escritura de Emissão. (k) Amortização do Principal. Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, de resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado ou de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão e na legislação aplicável, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento. (l) *Atualização Monetária*. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures não será atualizado monetariamente. (m) *Remuneração*. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over* extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na Escritura de Emissão), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* (sobretaxa) de 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures em questão, data de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, o que ocorrer primeiro (exclusive). O cálculo da Remuneração, conforme o caso, obedecerá a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. (n) *Pagamento da Remuneração Emissão*. O pagamento efetivo da Remuneração das Debêntures será feito: (i) conforme datas estipuladas na Escritura de Emissão; (ii) na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado; e/ou (iii) na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da B3. (o) *Local de Pagamento*. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3. (p) *Encargos Moratórios*. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures e do disposto na Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"). (q) *Classificação de Risco*. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuição de *rating* às Debêntures. (r) *Repactuação Programada*. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. (s) *Desmembramento*. Não será admitido o desmembramento, nos termos do artigo 59, inciso IX, da Lei das Sociedades por Ações. (t) *Preço de Subscrição e Forma de Integralização*. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo que as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3. Na primeira data de integralização as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. A exclusivo critério do Coordenador Líder, as Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição delas, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures em cada data de integralização. (u) *Prorrogação dos Prazos*. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. (v) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, desde que a Emissora declare ao Agente Fiduciário estar adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade (mas não parcialmente) das Debêntures, a qualquer momento ("Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures"), mediante (i) o pagamento do valor de resgate antecipado das Debêntures, indicado como "VR" na fórmula descrita na Escritura de Emissão ("Valor de Resgate Antecipado das Debêntures "), e (ii) acrescido de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, incidente sobre o Valor de Resgate Antecipado das Debêntures, a ser apurado de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão, sem prejuízo de Encargos Moratórios, se houver. O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (w) Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures. A Emissora poderá, a qualquer momento, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independente da vontade dos Debenturistas, desde que a Emissora declare ao Agente Fiduciário estar adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão por meio de comunicação a ser enviada nos termos da Cláusula de Comunicações da Escritura de Emissão, realizar a amortização extraordinária das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, os Debenturistas farão jus ao recebimento de: (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e demais encargos aplicáveis devidos e não pagos até a Data Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures ("Valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures"), (ii) acrescido de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo remanescente das Debêntures, incidente sobre o Valor da Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures ("Prêmio de Amortização Extraordinária das Debêntures"), calculado de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão. A Amortização Extraordinária Facultativa será operacionalizada conforme termos e condições a seres previstos na Escritura de Emissão. (x) *Oferta de Resgate Antecipado Emissão*. A Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo e da legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei das Sociedades por Ações. Os valores a serem pagos aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos: (i) da Remuneração das Debêntures, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Início da Rentabilidade (inclusive) ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do resgate (exclusive); e (ii) de eventual prêmio de resgate antecipado, a exclusivo critério da Emissora, que não poderá ser negativo. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (y) Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 77") e na regulamentação aplicável da CVM, a qualquer momento, adquirir Debêntures no mercado secundário: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures ("Aquisição Facultativa"). (z) *Vencimento Antecipado*. Observado o disposto na Escritura, o Agente Fiduciário deverá considerar o vencimento antecipado, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ou da realização de Assembleia Geral de Debenturistas, de todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir, o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro *rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência das hipóteses previstas na Escritura de Emissão (cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado"). (aa) *Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures*. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. (bb) *Procedimento de Distribuição*. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, exclusivamente para Investidores Profissionais, nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão, nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 1ª (primeira) Emissão da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"). (cc) *Depósito para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica*. As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação, observado o disposto na Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. (dd) Público-alvo. A Oferta terá como público-alvo exclusivamente Investidores Profissionais. (ee) *Conversibilidade*. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. (ff) *Banco Liquidante e Escriturador*. O banco liquidante da Emissão ("Banco Liquidante") e o escriturador das Debêntures ("Escriturador", sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder ao Banco Liquidante e o Escriturador) é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, situado na Vila Yara, no Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n° 60.746.948/0001-12. (gg) *Demais características*. As demais características das Debêntures, da Emissão e da Oferta serão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos pertinentes à Oferta e à Emissão. Foi aprovada, pela da Acionista, a autorização para a Diretoria da Companhia para (a) negociar os termos e condições finais de todos os documentos relacionados à Emissão e à Oferta e seus eventuais aditamentos, incluindo obrigações da Companhia, eventos de inadimplemento a serem previstos na Escritura de Emissão, condições de resgate antecipado e oferta de resgate, se aplicável, e vencimento antecipado das Debêntures e declarações a serem prestadas, bem como celebrar todos os documentos e aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando à Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, declarações a serem prestadas e cartas de manifestação à B3 e, se for o caso, à CVM e à ANBIMA; (b) praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações mencionadas nos itens da presente ata, mas não se limitando à celebração de todos os documentos e aditamentos necessários e indispensáveis à realização da Emissão e da Oferta; e (c) contratar os prestadores de serviços relativos à Emissão e à Oferta, incluindo o Agente Fiduciário, os assessores jurídicos, o Coordenador da Oferta, o Banco Liquidante e Escriturador entre outros, podendo para tanto negociar e assinar os respectivos contratos e as declarações que se fizerem necessárias, sendo ratificado todos os atos já praticados pela Diretoria e demais representantes legais da Companhia em relação à Emissão e à Oferta, em consonância com as deliberações acima. **6. ENCERRAMENTO:** Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, sendo encerrada a Assembleia de Acionistas, da qual se lavrou esta ata em formato de sumário que foi assinada por todos os presentes.**7. ASSINATURAS:** Presidente: Fabiano Uchoas Ribeiro; Secretário: Rozilene Marques Garcia; Acionista: Neoenergia Transmissão S.A. Rio de Janeiro, 27 de junho de 2024. **Presidente -** Fabiano Uchoas Ribeiro; **Secretária -** Rozilene Garcia. **Neoenergia Transmissão S.A.** Fabiano Uchoas Ribeiro, Fabricio Duque Estrada Meyer Chagas. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.. Certifico o arquivamento em 28/06/2024, sob o nº 00006316355. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.



INÊS 249

Duas ameaças, uma você pode resolver



Fernando Torres

Existem ao menos duas ameaças reais que pairam sobre o futuro da população, mas para a qual a maioria das pessoas prefere dar de ombros, em vez de iniciar o plano de defesa e contenção de danos desde já.

Talvez a explicação seja nossa dificuldade de lidar com problemas que somente vão nos afetar anos à frente.

A primeira delas é a mudança climática, que infelizmente só ganhou parte da atenção que deveria no Brasil, recentemente, por um motivo triste: a tragédia vivida no Rio Grande do Sul.

As chuvas que alagaram o Estado materializaram, para os negacionistas de sempre e para aqueles que ainda não tinham real noção do problema, como as coisas devem se suceder nas próximas décadas.

Para nos protegermos dessa ameaça, contudo, não basta que cada um faça sua parte. É preciso que todos reajam como sociedade, e que governos e empresas tomem iniciativas complementares às da população comum, para garantir a redução da emissão de gases de efeito estufa e a interrupção do aumento da temperatura média da Terra.

Para a segunda ameaça de longo prazo, as más notícias são que o governo já deixou claro que não vai te ajudar (pelo contrário) e, também neste caso, as pessoas não têm noção do tamanho do problema. A boa notícia é que dá para resolver por sua conta (com algum sacrifício), sem que seja necessário mobilização social.

Estou falando do planejamento da aposentadoria. É um problema global, dada a combinação de aumento de expectativa de vida (que é uma boa notícia) com mudança de pirâmide etária, que inviabiliza os modelos de previdência públicos em que os mais jovens bancam a aposentadoria dos mais velhos, como é o INSS no Brasil. A maior longevidade também tirou do mapa, não só por aqui, os planos de previdência com benefício definido polpudos do passado, daqueles em que o trabalhador tinha uma boa remuneração garantida para a velhice, mas que invariavelmente se mostraram inviáveis financeiramente.

O resultado é que estamos no "modelo cada um por si" quando se fala de aposentadoria. Mas, como disse, as pessoas não se deram conta da ameaça que está pela frente.

De acordo com a pesquisa da Anbima, enquanto 41% dos trabalhadores da ativa espera não depender do INSS na aposentadoria, 93% das pessoas que já chegaram nessa fase da vida declaram que dependem da previdência pública para sobreviver. E a realidade é a mesma entre os respondentes das classes A e B: metade dos que não se aposentaram esperam não precisar contar com o INSS, mas 92% daqueles que já penduraram as chuteiras informam que a previdência pública faz parte do seu sustento.

Uma parte dessa discrepância se explica para crença de que o seu "eu do futuro" vai conseguir guardar mais dinheiro do que o seu "eu de hoje" — da mesma forma que é "mais fácil" começar o regime ou os exercícios físicos na semana que vem, e não hoje.

A chance de o plano não dar certo, como se sabe, é grande.

Saindo da estatística para um caso real, no último domingo pela manhã peguei um carro de aplicativo. Na conversa, o motorista me contou que foi diretor de uma multinacional, mas que perdeu o emprego aos 52 anos e não conseguiu mais se recolocar. Agora com mais de 60 anos, ele desistiu de procurar emprego na carreira antiga.

Talvez ele tenha achado que o INSS poderia bancar seu padrão de vida e que isso só não tenha ocorrido pelas sucessivas reformas da Previdência — e tenha certeza de que virão outras. Mas pode ser que ele tenha achado que dava para conseguir "começar a guardar dinheiro depois", ou que ele até tenha guardado algum dinheiro, mas não o suficiente, dado que esse "suficiente" é muito mais dinheiro do que as pessoas imaginam.

Para ajudar a dar essa noção para quem ainda não fez a conta, recorri a um simulador que em breve estará disponível para os leitores do **Valor**.

Para usar um número redondo, calculei quanto precisaria economizar a pessoa que deseja uma renda de R$ 10 mil por mês durante 30 anos (em valores reais). Se sua meta for maior, de R$ 20 mil por exemplo, basta dobrar os valores. Se for menor, de R$ 5 mil, divida por 2.

Como taxa real de juros (acima da inflação), considerei os 4,75% ao ano que o Banco Central diz agora que seria o juro neutro do país em seus modelos. A tributação foi de 15% sobre os rendimentos.

Chegamos então ao valor "suficiente" que precisa ser acumulado uma pessoa obter essa renda mensal de R$ 10 mil por 30 anos: R$ 2,25 milhões.

É muito dinheiro para a maioria dos bolsos.

E uma variável chave para medir a dificuldade para se chegar lá é quanto tempo a pessoa tem pela frente de hoje até a aposentadoria. Se forem 20 anos, por exemplo, ela teria que guardar R$ 6,5 mil por mês numa aplicação com esse rendimento real para alcançar o objetivo. Se o tempo for de 40 anos, o esforço cai para R$ 2,2 mil.

Outro componente que mexe na equação é a pessoa aprender a investir melhor, e conseguir montar uma carteira que lhe dê retornos mais altos e consistentes no tempo.

Ao repetir o exercício com uma taxa real de 6,75%, a economia mensal necessária cai para R$ 4,5 mil para quem tem 20 anos até se aposentar, e para R$ 1,2 mil para quem tem 40 anos.

Se você acredita que vamos conseguir escapar da primeira ameaça como sociedade, é bom agir desde já para que a segunda não seja um problema. E que na sua aposentadoria o domingo seja um dia de descanso.

Fernando Torres é editor-executivo do Valor
E-mail fernando.torres@valor.com.br

Investimentos Oferta de empréstimo para que cliente possa aplicar sem usar novos recursos se populariza em corretoras e plataformas, mas especialistas veem riscos

COE alavancado amplia possibilidade de perdas com produto polêmico

Nathália Larghi e Marcelo d'Agosto
De São Paulo

Corretoras e plataformas de investimento estão oferecendo empréstimos, com juros de mercado, para que seus clientes possam aplicar em certificados de operações estruturadas (COE), um produto polêmico, muitas vezes complexo e que se tornou alvo de reclamações diversas de investidores pessoa física que perderam dinheiro no passado.

A abordagem costuma ser a oferta de um produto que proporciona ganhos, mas evita eventuais perdas caso determinada aposta não se confirme, como a forte alta do dólar ou das ações de inteligência artificial na bolsa americana.

Para embarcar, o investidor nem precisa aportar dinheiro novo, bastando tomar emprestada a quantia necessária dando como garantia ativos de sua carteira, como títulos do Tesouro Direto, por exemplo. No fim, segundo essa argumentação, o cliente recebe o ganho esperado, normalmente mais do que o suficiente para quitar o empréstimo pagando o CDI e ainda fica com o restante.

Há um movimento no mercado do que sugere uma popularização dessas ofertas de investimentos alavancados, associados a um empréstimo. Devido a características mais arriscadas dos COEs, no entanto, especialistas alertam que a alavancagem pode ampliar a possibilidade de prejuízos.

Segundo o advogado Marcio Barbero, essa situação aconteceu com ele. O produto ofertado pelo seu assessor era um COE que, segundo o advogado, não só era algo estranho para ele, como também não atingiu o retorno desejado. Assim, ao aceitar a proposta de assumir um empréstimo e investir no COE, Barbero afirma ter ficado, no fim das contas, com um investimento de pouco retorno na carteira e uma dívida com a XP, corretora que ofereceu o negócio.

Esse é um caso específico, mas existem outros formatos de negociações semelhantes.

Um casal de médicos que não quis se identificar solicitou o orçamento de um empréstimo junto à XP, onde um dos dois já tinha investimentos, para comprar uma clínica. A proposta recebida foi de que a corretora concederia o valor do empréstimo, mas com um detalhe: o casal teria de resgatar os investimentos que já tinha em títulos do Tesouro Direto (no mesmo montante do empréstimo) e deixar esses recursos aplicados em um COE. Segundo a assessora que os atendeu, a proposta faria sentido porque o casal não precisaria pagar as parcelas do empréstimo durante os cinco anos de prazo da dívida. Ao invés disso, ao final desses cinco anos, o COE chegaria ao vencimento e o dinheiro resgatado nesse investimento não só seria o suficiente para pagar o empréstimo à vista, como sobraria um pouco do rendimento do produto para o casal.

"Só de ouvir o nome do investimento, eu não quis, porque sabia mais ou menos como funcionava e não tinha a ver com nosso perfil. Quase todo o dinheiro que temos está em coisas conservadoras, como títulos públicos", diz a médica.

O COE funciona, normalmente, como uma cesta com vários tipos de ativos, semelhante ao que acontece nos fundos de investimento, e o retorno depende da confirmação ou não de determinados cenários.

Diferentemente dos fundos, no entanto, a alta do COE não depende de apenas do rendimento da cesta de ativos. Afinal, ele é um investimento que "aposta" em um cenário para o futuro. Além disso, os COEs têm um prazo de vencimento, que é o período para aquela aposta se concretizar, durante o qual a aplicação não pode ser desfeita.

> Em geral, COE funciona como cesta de ativos e retorno depende de um cenário se confirmar

Desde que foi lançado, o COE costuma ser vendido como uma "mistura de renda fixa com renda variável", porque oferece a possibilidade de um rendimento acima da taxa Selic, mas sem que o cliente perca dinheiro caso o cenário apostado não se realize.

No cenário positivo, nem sempre o cliente fica com todo o rendimento; pode ganhar até um determinado percentual, mas não mais do que isso. Já o segundo custo é que o "dinheiro de volta", num possível cenário negativo, costuma vir sem correção — nem da inflação, nem da taxa Selic —, o que acaba sendo pior quanto mais longo for o prazo do investimento.

São essas características do COE que levantam questionamentos sobre quando faz sentido tomar um empréstimo para investir em um produto como esse, independentemente da motivação.

"Há uma assimetria de informações em relação aos COEs. É como quando você vai comprar um carro. O antigo dono sabe tudo sobre o carro, mas você precisa levar no mecânico, funileiro etc., que entendem daquilo, para avaliar para você. Dentro da cesta do COE, muitas vezes há ativos como opções, que são complexos e quase ninguém no mercado estudou para avaliar uma opção e saber se é um bom negócio", afirma o professor William Eid, da Fundação Getulio Vargas (FGV). Ele ainda cita um estudo feito pela própria FGV há alguns anos que mostrou que poucos COEs rendem mais do que o CDI.

"O risco é que isso é vendido como uma oportunidade de ganhos, que pode não se realizar", diz. Em relação aos empréstimos associados ao COE, o pesquisador afirma que é um movimento arriscado. "Se o COE não render, o investidor vai pagar os juros do empréstimo, que não são baixos no Brasil. Então, as pessoas precisam entender no que estão entrando", completa.

Procurada, a XP informou, por meio de nota, que "lidera o mercado de assessoria de investimentos no Brasil" e "sempre atua pautada pelo interesse dos seus clientes, com transparência e aderência à regulação vigente, seguindo as melhores práticas de mercado".



ANA PAULA PAIVA/VALOR

> "Se COE não render, investidor vai pagar juros do empréstimo. As pessoas precisam entender no que estão entrando" *William Eid*

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por sua vez, afirma que "acompanha e analisa informações e movimentações envolvendo o mercado de valores mobiliários, tomando as medidas cabíveis, sempre que necessário". Em nota, a autarquia destaca artigo 13 da Resolução CVM 35, que trata dos deveres de "boa-fé, diligência e lealdade que os intermediários devem exercer em relação aos seus clientes".

O artigo prevê que "é vedado ao intermediário privilegiar seus próprios interesses ou de pessoas a ele vinculadas em detrimento dos interesses de clientes".

Valor investe.com
Leia a íntegra da reportagem no site
www.valorinveste.com

CVM inabilita empresário Silvio Tini por divulgar 'insider' da Alpargatas

Rafael Rosas e Mônica Scaramuzzo
Do Rio e de São Paulo

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) inabilitou o empresário Silvio Tini de Araújo, membro de diversos conselhos de empresas abertas, por 60 meses como resultado de julgamento por repassar informação relevante ainda não divulgada da Alpargatas em 2017.

Tini é um dos principais acionistas da Alpargatas e ainda faz parte do conselho de administração da empresa. O empresário lidera desde 1982 a Bonsucex Holding, que além da Alpargatas mantém participações na Terra Santa, Banco Pan, Gerdau, Paranapanema e Bombril.

Com a decisão, Tini não poderá exercer, durante esse período, cargo de administrador ou de conselheiro fiscal de companhia aberta, entidade do sistema de distribuição ou outras entidades que dependam de autorização de registro na CVM.

No mesmo julgamento, Caio Galli Carneiro, então operador da Bradesco Corretora e pessoa para quem Tini teria passado a informação relevante, e Júlio César da Silveira Rossi, ex-colega de mesa de Galli, foram condenados a pagar, cada um, R$ 200 mil por uso de informação privilegiada ("insider trading") em negócios com ações da Alpargatas.

> Empresário mantém participações na Terra Santa, Banco Pan, Gerdau, Paranapanema e Bombril, entre outras

Segundo a acusação, haveria "sérios e convergentes indícios" de que Galli e Rossi compraram ações ordinárias da Alpargatas em abril de 2017 com base na utilização indevida de informação relevante ainda não divulgada sobre o projeto de migração da companhia para o Novo Mercado da então BM&FBovespa, atual B3. Essa informação teria sido passada, ainda de acordo com a acusação, de Tini para Galli em março de 2017.

Tini foi condenado por unanimidade, enquanto Galli e Rossi foram condenados por maioria, com votos vencedores do presidente da CVM, João Pedro Nascimento, e dos diretores Marina Copola, Daniel Maeda e Otto Lobo. O diretor João Accioly votou pela condenação de Tini, mas pela absolvição de Galli e Rossi.

Os acusados punidos poderão apresentar recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

Procurado pela reportagem, Silvio Tini informou que sua defesa vai recorrer. Ele disse que esse era um processo que estava arquivado, com parecer técnico da CVM, e não entende por que ocorreu a reabertura do processo. "Fui vítima de extorsão", disse ao **Valor**. "Vamos recorrer e ouvir as gravações."

O Bradesco não comentou o caso até o fechamento desta edição.

Executivos da Bozano são absolvidos em caso de ações da Embraer

Victoria Netto
Do Rio

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) absolveu por unanimidade os executivos da Bozano Investimentos em caso de suposto "insider trading" com ações da Embraer. Entre os acusados, estavam Julio Bozano, Sérgio Eraldo Salles e a Cia. Bozano, empresa que incorporou a Kadon Empreendimentos. O julgamento havia sido suspenso em 16 de abril, por conta de um pedido de vista da diretora Marina Copola. Na ocasião, o diretor Otto Lobo, relator do caso, votou pela absolvição dos acusados, afirmando que não havia elementos suficientes nos autos que provassem que houve uso de informação privilegiada.

Ontem, Copola apresentou seu voto com a absolvição dos acusados e foi seguida pelos demais.

O caso teve início em 2017, quando a Kadon, empresa que pertencia à Bozano, comprou mais de um milhão de ações da Embraer entre 1º de novembro e 16 de novembro. No mês seguinte, uma reportagem informou sobre uma possível aquisição envolvendo a Embraer e a Boeing, que levou a uma valorização das ações.

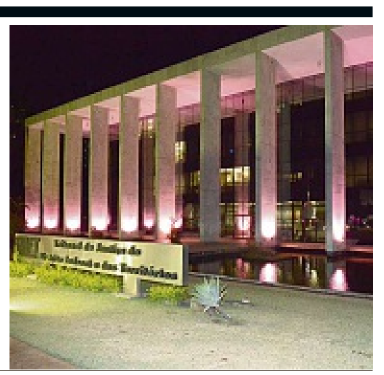
Na época, Salles era membro do comitê estratégico e administrador da Kadon, sócio da Bozano, e acumulava a função de conselheiro da Embraer desde 2009. No processo, a área técnica também afirma que percebeu "grande prestígio e influência" de Julio Bozano na Embraer.

STF
Ministros pautam para agosto julgamento sobre exclusão do ISS da base do PIS/Cofins
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Arbitragem ou Justiça para as disputas complexas?
E2

TJDFT
Homem acusado de furto deve ser indenizado
valor.globo.com/legislacao



Legislação & Tributos SP

Tributário Fisco aplicou penalidade por falta de "racionalidade empresarial" e "propósito negocial"

Carf mantém multa a empresário por planejamento tributário abusivo via fundos de investimento

Marcela Villar
De São Paulo

Uma decisão recente do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) mantém multa aplicada ao empresário Eduardo de Souza Ramos, sócio da HPE Automotores, representante oficial da Mitsubishi Motors e Suzuki no Brasil, por planejamento tributário abusivo. Por unanimidade, os conselheiros entenderam que a interposição de fundos de investimento foram simuladas, com único intuito de usufruir de benefício fiscal. O valor da multa não está público.

O Fisco desconsiderou a estrutura tanto de um fundo multimercado exclusivo quanto a de um fundo de investimento imobiliário (FII) e tributou Ramos pelo Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) — que tem alíquota de 27,5%, quase o dobro dos 15% que seriam aplicados se a pessoa jurídica fosse considerada. A 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento ainda aplicou multa qualificada de 100% como punição.

Publicado no dia 3 de junho, o acórdão incomodou tributaristas. Segundo eles, o entendimento contraria a previsão legal específica para FIIs, que isenta de tributação o rendimento com aluguéis para pessoa física. O caso ainda destoa de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI 2446) e recentes entendimentos do Carf favoráveis ao Itaú Unibanco (processo nº 16327.720206/2020-69) e à fabricante de bebidas Ambev (processo nº 16561.720180/2015-19), em que a existência de fundo não configurou simulação e a autuação fiscal foi afastada.

"A decisão vai de encontro ao que foi decidido em casos recentes" *Maysa P. Deligne*

No caso do sócio da HPE, os principais fundamentos para manter o auto de infração foram a falta de "racionalidade empresarial" e "propósito negocial" do FII, que não fez captação de recursos no mercado e não investiu no setor imobiliário, o que desvirtuaria a finalidade básica da estrutura. Além disso, os conselheiros constataram que houve uma reorganização societária com a transferência de imóveis para o FII, detido por Eduardo Ramos — sem circulação de dinheiro — e que ele era o real beneficiário dos rendimentos.

A autuação foi aplicada em novembro de 2021, referente a renda supostamente omitida entre 2016 e 2019. A defesa do empresário ainda tentou argumentar que já havia passado o prazo de decadência, de cinco anos, em que o Fisco poderia aplicar a multa. Mas isso não foi acatado, por conta da possibilidade de fiscalização de fatos passados.

Para a 1ª Turma Ordinária, as transações do grupo societário isoladas aparentam legalidade, mas, quando analisadas em conjunto, foi verificado um "abuso de direito". Isso porque o empresário teria, por meio da reorganização societária, dissimulado o fato gerador de IRPF (Processo nº 10580.731272/2021-68).

No acórdão, a relatora, a conselheira Flavia Lilian Selmer Dias, afirma que a prática do contribuinte pode ser categorizada como uma elusão fiscal ou elisão ineficaz. "Em uma análise mais rasa e só considerando cada elemento da estrutura, tem aparência de legalidade, todavia, em uma análise mais apurada se verifica a atipicidade do negócio jurídico, o uso de grande dose de artificialidade e a clara distorção das finalidades da norma tributária", completa Flavia.



DIVULGAÇÃO

Andreza Ribeiro: o precedente é "único" pois desconsidera a existência tanto do fundo multimercado, quanto do FII

O entendimento majoritário do Carf, acrescenta, é avaliar a simulação "em um conceito mais amplo, não analisando só o resultado e a legalidade de cada elemento da estrutura do planejamento tributário, mas verificando o resultado final, avaliando o quão 'artificioso' foi o caminho usado, a adequação com a finalidade da norma, e o propósito que levou aquela estrutura".

Para a advogada tributarista Maysa Pittondo Deligne, sócia do CPMG Advocacia e ex-conselheira do Carf, a decisão vai de encontro ao que foi decidido em casos recentes por imposição de um propósito ao fundo não exigido pela lei. "[A decisão] afirma, sem qualquer fundamento legal, impõe que o propósito ou a finalidade do fundo de investimento seria ter pluralidade de cotistas", diz.

Segundo ela, foi decidido pelo STF que são permitidos planejamentos tributários com o objetivo de gerar economia, sendo desnecessárias outras razões para embasar o negócio jurídico. Ela afirma que isso consta no voto da ministra Cármen Lúcia, relatora da ADI 2446.

"O CTN [Código Tributário Nacional] não proíbe o contribuinte de buscar economia fiscal pelas vias legítimas, realizando suas atividades de forma menos onerosa, e, assim, deixar de pagar tributos quando não for configurado fato gerador cuja ocorrência tenha sido licitamente evitada", completa Maysa.

A tributarista Andreza Ribeiro, sócia do Stocche Forbes Advogados, destaca que o Carf usou um argumento genérico de artificialidade da estrutura societária, "o que nos parece um contrassenso". Na visão dela, o precedente é "único" pois desconsidera a existência tanto do fundo multimercado, quanto do FII.

Segundo Reinaldo Ravelli, sócio do Trench Rossi Watanabe, esse tipo de estrutura em dois níveis é comum no Brasil e usado para haver um diferimento (adiamento) da tributação. Nesse caso em específico, uma das peculiaridades, acrescenta, foi a transferência de valores para o FII de forma "simultânea e circular", sem a distribuição de lucros.

Com o adiamento da tributação "só se tornaria tributável no momento do resgate das cotas ou amortização das cotas enquanto os recursos gerados dentro da estrutura fossem reinvestidos". Mas isso até o fim de 2023, pois, a partir desse ano, a Lei nº 14.754 passou a exigir o recolhimento de impostos sobre rendimentos semestralmente.

De acordo com Ravelli, a maioria dos julgados envolvendo FII não tem sido favorável aos contribuintes. "O Fisco tem estado atento a essas estruturas, principalmente se envolvem fundos de investimento imobiliário".

Caio Malpighi, do VBSO Advogados, afirma que as decisões no Carf variam caso a caso, pois as provas têm mais peso ao convencer os conselheiros. "Passa muito pelos elementos que o contribuinte consegue reunir de que o fundo não foi criado única e exclusivamente para tributar na pessoa física e que teria um propósito negocial".

Ele cita acórdão recente favorável à Ambev sobre uso de fundo de investimento como mecanismo de hedge. "A empresa conseguiu trabalhar na defesa que o fundo teria uma política de investimento clara e definida", afirma. Mas Malpighi discorda do entendimento do Carf no caso do empresário da HPE. "Causa estranheza o fiscal desconsiderar o fundo para tributar na pessoa física se existe regra antielisiva específica para o FII", completa.

Procurada, a defesa de Eduardo de Souza Ramos disse que não vai comentar a decisão.

Advogados contestam sessões sem debates

Beatriz Olivon
De Brasília

Entidades que representam a advocacia encaminharam nota oficial ao Ministério da Fazenda contra as recentes mudanças nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Uma norma publicada na semana passada passou a autorizar o "depósito de votos" pelos conselheiros, nos casos que discutem débitos tributários de até R$ 60 milhões. Na prática, dizem os advogados, a medida impossibilitaria o debate de ideias na sessão e seria "arrecadatória".

A Portaria nº 1.040, de 24 de junho prevê o julgamento em sessão realizada de forma presencial ou virtual para processos de valor igual ou superior a R$ 60 milhões na 1ª Seção de Julgamento, de até R$ 7,5 milhões na 2ª Seção de Julgamento e de até R$ 30 milhões na 3ª.

A maior parte dos processos em tramitação no Carf hoje é, portanto, abrangida pela nova norma, porque discutem valores entre R$ 84.720,00 e R$ 15 milhões. No total, eles são 54.538 casos, que podem recuperar R$ 114,7 bilhões para a Receita Federal. Na sequência, em termos de volume, estão os 18.722 processos sobre valores abaixo de R$ 84.720,00. Ao mesmo tempo, o Carf tem no estoque 142 processos que discutem autuações de R$ 1 bilhão ou mais, somando R$ 396,9 bilhões em disputa.

Por isso, na visão dos advogados que criticam a Portaria 1.040, as alterações nos julgamentos do conselho parecem ter viés arrecadatório. Além disso, o Carf é a principal entre as dez medidas extras de arrecadação das quais o governo federal tem se valido para tentar chegar ao déficit zero este ano, como prevê a meta de resultado primário.

Por meio de nota técnica, o Carf já informou que prevê julgar R$ 883 bilhões este ano, resultando na arrecadação de R$ 55,6 bilhões. O governo também tem grande expectativa de que contribuintes derrotados no Carf pelo voto de qualidade (desempate a favor do Fisco) optem por pagar os valores, sem juros de mora e multas — medida que não teve adesão nos primeiros meses do ano, segundo divulgado pela Receita Federal.



CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

"Maior eficiência e celeridade não pode reduzir participação dos advogados" *Caio Quintella*

Na nota enviada ao Ministério da Fazenda, os advogados afirmam que, com a nova modalidade de julgamentos, contribuintes e a Procuradoria da Fazenda Nacional ficam limitados a enviar, prévia e eletronicamente, um vídeo gravado ou razões escritas, sem a possibilidade de apresentar defesa oral na sessão.

Para as entidades, é preocupante que os litígios tributários sejam resolvidos majoritariamente em sessões "sem o devido debate". Além disso, apontam que o estabelecimento de valores altos como critério para a realização de sessão com votação em tempo real privilegia poucos.

Para os advogados seria necessário garantir que as partes interessadas possam excluir seus processos das sessões de julgamento por meio do depósito de votos, independentemente do valor em litígio ou do aceite pela autoridade responsável.

A nota enviada à Fazenda é assinada pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT), Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT), Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa), Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) e Movimento de Defesa da Advocacia (MDA).

Para Caio Quintella, ex-conselheiro do Carf e sócio da Nader Quintella Advogados, sempre foi desejável um aumento de eficiência e celeridade no Carf, que agora está sendo implementado, contudo, não pode ser reduzido o direito à participação efetiva dos advogados e procuradores.

Por meio de nota enviada ao **Valor**, o Carf informou que a criação do novo formato de julgamentos considerou o perfil de cada turma, em termos de volume de processos e valores. "Há uma demanda dos advogados dos maiores processos por sessões presenciais. Já no caso de processos de menor valor, os advogados preferem o processo virtual, pois os valores da causa não compensam um deslocamento para Brasília", informou o órgão.

Ainda segundo o Carf, processos pautados para o plenário virtual poderão ser transferidos para o presencial nos casos previstos pelo Regimento Interno.

Destaque

Concurso para magistratura

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou à banca realizadora de um concurso para a magistratura do Rio Grande do Sul que atribua os pontos devidos por uma questão que a candidata respondeu seguindo a jurisprudência consolidada pelo tribunal em recurso repetitivo (Tema 872). "A recusa da banca em atribuir-lhe a pontuação relativa ao item em discussão nega a competência constitucional desta Corte superior para uniformizar a interpretação da lei federal, ofende as normas legais que estruturam o sistema de precedentes no direito brasileiro e viola a norma editalícia que prevê expressamente a jurisprudência dos tribunais superiores no conteúdo programático de avaliação", diz o relator do caso, ministro Teodoro Silva Santos. De acordo com os autos, a candidata foi reprovada na prova prática de sentença cível (recebeu nota de 5,61 e a mínima para aprovação seria de 6). Contudo, no mandado de segurança, a candidata alegou que houve ilegalidade na avaliação de uma das questões da prova subjetiva, pois a banca examinadora teria deixado de aplicar jurisprudência consolidada do STJ em relação ao item "ônus de sucumbência" (RMS 73285).

INÊS 249

Arbitragem ou Justiça para as disputas complexas?

Opinião Jurídica

Marcelo Levitinas

Executivos jurídicos e comerciais frequentemente se deparam com o dilema sobre a inclusão ou não de cláusula de arbitragem em seus contratos. A dúvida central é se, financeiramente, vale submeter certas disputas à arbitragem, considerando que os custos desse procedimento podem ser significativamente maiores que os do processo judicial. Essa pergunta, porém, pode estar baseada em premissas inadequadas, merecendo ser revisitada.

Em primeiro lugar, é essencial indagar se a arbitragem é realmente mais cara que o processo judicial quando se leva em conta tanto o custo financeiro quanto o custo de oportunidade, analisando-os sob a ótica do tempo necessário para a resolução do litígio. Em outras palavras, quanto tempo a parte pode esperar pelo resultado da disputa e como essa espera impactará a gestão de seus recursos e projetos?

Os "custos acessórios" da arbitragem tendem a ser similares aos do processo judicial: honorários de peritos e de assistentes técnicos não variam significativamente em função da jurisdição a que uma disputa está sujeita. Portanto, o custo adicional da arbitragem está nas taxas de administração do procedimento e nos honorários dos árbitros, que podem superar com folga as custas judiciais.

Voltemos à questão do custo de oportunidade. Se é crucial para a parte que seu caso seja julgado com qualidade, rapidamente e de forma definitiva, essa urgência tem reflexos patrimoniais. O custo de oportunidade de, por exemplo, manter a construção de uma planta industrial paralisada enquanto o Judiciário leva anos para decidir se a empreiteira tem ou não que realizar determinado escopo da obra deve justificar o investimento em honorários de árbitros especializados e capazes de solucionar o conflito de maneira rápida, eficiente e tecnicamente adequada.

O custo financeiro em si também pode influenciar na decisão de adotar a arbitragem como método de resolução de disputas. Se considerada como um investimento na conclusão de um projeto, a arbitragem oferece um retorno incomparavelmente mais rápido dos recursos aplicados do que o litígio judicial. Isso significa que as partes obterão, em relativamente pouco tempo, a definição do conflito, permitindo-lhes a segurança de saber como alocar recursos daí em diante — ao invés de, durante anos de espera por uma solução judicial, provisionarem somas relevantes que poderiam estar gerando novas receitas.

Objetivamente, a arbitragem deve ser vista como parte da estratégia de negócios (dos custos de transação) das partes, sem perder de vista o impacto jurídico dessa escolha. A visão conjunta de executivos e advogados sobre o contrato e seus possíveis desdobramentos é decisiva para determinar se e como optar pela resolução privada do conflito futuro, inclusive para a redação da cláusula de arbitragem mais adequada para o contrato em concreto.

Os relatórios recentes divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) — entidade que administra cerca de 40% das arbitragens no País (cf. dados de 2022) — fornecem uma visão detalhada do panorama da resolução de conflitos no Brasil e insights valiosos para aquelas decisões comerciais.

Em 2023, a Justiça Estadual e a Justiça Federal juntas receberam mais de 7,7 milhões de novas ações de conhecimento, enquanto mais de 20 milhões de processos permaneciam pendentes de julgamento. Na média geral, os processos estão pendentes há cerca de 4,5 anos (considerando os procedimentos de Juizados Especiais, muito mais rápidos que os da Justiça Comum). Por outro lado, a duração média das arbitragens no CAM-CCBC é de 1 ano e 9 meses (menos da metade do tempo), independentemente da complexidade.

A discrepância fica significativamente maior quando analisado o tempo de processamento em alguns dos principais tribunais do país: processos do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) levam, em média, 6,3 anos para serem julgados em última instância (i.e., incluindo recurso aos tribunais superiores); em Minas Gerais (TJMG), são 6,4 anos; no Tribunal de São Paulo (TJSP), a duração aumenta para 10 anos. Os Tribunais Regionais Federais das 1ª, 2ª e 3ª Regiões (então competentes pelos casos, p.ex., de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo) levam, respectivamente, 8, 5 e 7,5 anos para concluir suas causas.

São justamente os órgãos do Judiciário com competência sobre as partes que mais se socorreram a arbitragem perante o CAM-CCBC em 2023, cujo relatório revela que, das arbitragens instauradas no ano passado, 47% das partes têm sede em São Paulo, 9,94% no Rio de Janeiro, 4,76% em Minas Gerais.

Considerados tais dados, uma disputa submetida a arbitragem tende a durar menos de 20% do tempo que levaria para ser concluída se processada no TJSP; e menos 30% da duração de um processo no TJRJ ou no TJMG.

Portanto, é hora de revisitar a (equivocada) premissa de que a arbitragem é sempre mais cara que o processo judicial. Quando considerados os custos de oportunidade e a eficiência na resolução de disputas, a arbitragem pode ser a opção mais vantajosa. A decisão deve ser baseada em uma análise detalhada das necessidades e estratégias empresariais, considerando tanto os custos diretos quanto os impactos de longo prazo na gestão de projetos e recursos.

Marcelo Levitinas é sócio de Resolução de Disputas de Graça Couto Advogados

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 347ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21G0065100) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 347ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 347ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **01 de agosto de 2024, às 11:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 347ª Série da 1ª Emissão - (IF 21G0065100), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 524ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22D0845191) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 524ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 524ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 524ª Série da 1ª Emissão – (IF 22D0845191), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 99ª EMISSÃO (IF 22L1266394 / 22L1266385) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 99ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 99ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de julho de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª e 2ª Séries da 99ª Emissão - (IF 22L1266394/ 22L1266385), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 262ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20I0795196) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 262ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 262ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de setembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 262ª Série da 1ª Emissão - (IF 20I0795196), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 82ª EMISSÃO (IF 22K0640841) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 82ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 82ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de novembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de julho de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 82ª Emissão - (IF 22K0640841), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

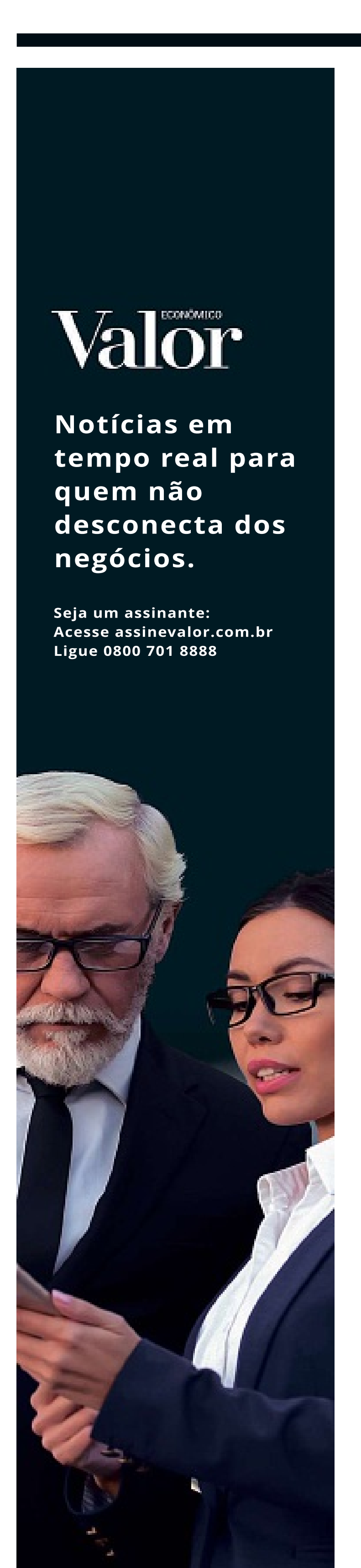
OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 159ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 17I0000201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 29 de agosto de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de julho de 2024, às 11:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 159ª Série da 1ª Emissão - (IF 17I0000201), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 01 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 058/2024 – Pregão Eletrônico Nº 026/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 026/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de óleo lubrificante e filtros, com mão de obra inclusa, para atender a frota do Corpo de Bombeiros de Presidente Epitácio.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **16/07/2024 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Bruno Cesar dos Santos Ramos – Secretário de Administração.**

PROC. 081/2024 – Pregão Eletrônico Nº 034/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 034/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de discos e mancais de grade aradora, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **17/07/2024 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Roberto Gallego Filho – Secretário de Agricultura.**

PROC. 082/2024 – Pregão Eletrônico Nº 035/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 035/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de gradis para isolamento/contenção, para atender aos eventos realizado e ou patrocinados pelo município.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **18/07/2024 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Augusto Ribeiro Marinho – Secretário de Turismo.**

PROC. 088/2024 – Pregão Eletrônico Nº 041/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 041/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de fogos de artifício, com prestação de serviços de montagem, para atender aos eventos patrocinados e ou realizados pelo Município.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **19/07/2024 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Augusto Ribeiro Marinho – Secretário de Turismo.**

PROC. 090/2024 – Pregão Eletrônico Nº 043/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 043/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada contratação de empresa para prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de estruturas para eventos, como tendas, banheiros químicos, palco, mesas e cadeiras plásticas, para atender aos eventos patrocinados e ou realizados pelo Município.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **22/07/2024 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Augusto Ribeiro Marinho – Secretário de Turismo.**

PROC. 078/2024 – Concorrência Eletrônica Nº 024/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica n.º 024/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e serviços de instalação em iluminação pública, referente a substituição de conjuntos de Tecnologia de Descarga Elétrica a Vapor de sódio por Tecnologia em LED em diversas vias e praças, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **23/07/2024 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Sérgio Antônio Maroto – Secretário de Planejamento e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**

PROC. 070/2024 – Concorrência Eletrônica Nº 021/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica n.º 021/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obras de implantação de iluminação pública LED, na Ciclovia e na Vicinal Élio Gomes, com recursos oriundos de Emenda Parlamentar do Deputado Fausto Pinato e contrapartida municipal.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **24/07/2024 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Sérgio Antônio Maroto – Secretário de Planejamento e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**

PROC. 077/2024 – Concorrência Eletrônica Nº 023/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica n.º 023/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obras de revitalização do "CUPIDO", situado na Orla Fluvial, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **25/07/2024 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Sérgio Antônio Maroto – Secretário de Planejamento e Augusto Ribeiro Marinho – Secretário de Turismo.**

PROC. 079/2024 – Concorrência Eletrônica Nº 025/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica n.º 025/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obras de recapeamento Asfáltico e Sinalização do Bairro Vila Nova, com recursos do Tesouro Municipal.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **26/07/2024 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Sérgio Antônio Maroto – Secretário de Planejamento e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**

PROC. 071/2024 – Concorrência Eletrônica Nº 022/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica n.º 022/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obras de construção de Creche em sistema modular –Rua Belém, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **01/08/2024 às 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 03 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Sérgio Antônio Maroto – Secretário de Planejamento e Leonardo Menezes Trombeta – Secretário de Educação e Esportes.**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 242ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19K1034250) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 242ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 18 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de julho de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A sustação dos efeitos do vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate antecipado dos CRI, nos termos das Cláusulas 6.3, item "(i)" e 6.2 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Automático dos Créditos Imobiliários previsto na Cláusula 5.3, item "(i)" da CCB, em razão da verificação de descumprimento pela Devedora, caracterizado pelo inadimplemento dos Créditos Imobiliários em decorrência (a) do (1) não pagamento pela Devedora, do evento de pagamento da CCB e, consequentemente, dos CRI com vencimento original em 25 de maio de 2024, sendo que para a realização do competente pagamento aos Titulares dos CRI foram utilizados os recursos do Fundo de Reserva, a ser recomposto pela Devedora na forma prevista abaixo; (2) não pagamento pela Devedora da parcela referente à Amortização e dos Juros Remuneratórios da CCB com vencimento programado para 23 de junho de 2024 ("PMT CCB Junho 2024"), conforme previsto no Anexo I da CCB e, consequentemente, do não pagamento da parcela referente à Amortização e dos Juros Remuneratórios dos CRI cujo vencimento deu-se em 25 de junho de 2024 ("PMT CRI Junho 2024", e em conjunto com a PMT CCB Junho 2024, a "PMT Junho 2024"); e (3) do descumprimento da obrigação de recomposição do Fundo de Reserva, no montante equivalente a 1 (uma) parcela de Remuneração e amortização da CCB, calculada conforme a média das parcelas com vencimento ao ano; **(ii)** Caso aprovado o item "(i)" acima, aprovar a não incidência dos Encargos Moratórios conforme previstos na Cláusula 4 da CCB e na Cláusula 5.6 do Termo de Securitização, referente ao inadimplemento pecuniário informado no item (i) acima; **(iii)** Caso aprovado o item "(i)" da Ordem do Dia, autorizar a incorporação da PMT de Maio 2024 e de Junho 2024, vencidas e não pagas, ao saldo devedor a vencer da CCB e dos CRI, bem como autorizar a alteração do Cronograma de Pagamentos do Valor de Principal e dos Juros Remuneratórios da CCB, constante no Anexo I da CCB e, consequentemente, a alteração do Cronograma de Pagamentos do Valor de Principal e dos Juros Remuneratórios dos CRI, constante no Anexo I do Termo de Securitização. Caso aprovada a presente Ordem do Dia, autorizar que o Anexo I da CCB e o Anexo I do Termo de Securitização, passem a vigorar conforme o Anexo II da Proposta da Administração; **(iv)** Caso aprovado o item "(i)" da Ordem do Dia, deliberar sobre a concessão de prazo adicional de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de realização da Assembleia, para a recomposição, pela Devedora, do Fundo de Reserva; **(v)** Caso aprovado os itens acima, aprovar a não declaração de vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate antecipado dos CRI, nos termos das Cláusulas 6.4, item "(iv)" e 6.2 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático dos Créditos Imobiliários previsto na Cláusula 5.4, item "(iv)" da CCB, caracterizado pelos descumprimentos de prazos definidos na Assembleia Especial de Titulares dos CRI realizada em 15 de janeiro de 2024 ("AET 15/01/2024"), quais sejam: (a) envio do parecer jurídico de escritório de advocacia contratado pela Devedora, às suas expensas, atestando a possibilidade de constituição da garantia de cessão fiduciária sobre determinados direitos creditórios de titularidade da Devedora, conforme descritos na AET 15/01/2024 ("Parecer Jurídico"), acompanhado dos documentos solicitados pelo Agente Fiduciário, constantes da Proposta da Administração vinculada à AET 15/01/2024; (b) celebração de aditamento ao Termo de Securitização, 3º aditamento à CCB, 1º aditamento ao Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, sem Garantia Real Imobiliária, sob a Forma Escritural ("1º aditamento à CCI") e 2º aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças ("2º aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária"), para refletir as deliberações tomadas na AET 15/01/2024 ("Aditamentos Aprovados"); **(vi)** Caso aprovado o item "(v)" da Ordem do Dia, aprovar a concessão de prazo adicional de até 60 (sessenta) Dias Úteis, a contar da data desta Assembleia para: (a) envio do Parecer Jurídico, acompanhado dos documentos solicitados pelo Agente Fiduciário, constantes da Proposta da Administração vinculada à AET 12/09/2022; (b) celebração dos Aditamentos Aprovados, do 2º Aditamento ao Contrato de Cessão e do 1º Aditamento ao Contrato de Conta Vinculada (em conjunto, "Aditamentos"); **(vii)** A não declaração do vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate antecipado dos CRI, nos termos das Cláusulas 6.4, item "(iv)" e 6.2 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático dos Créditos Imobiliários previsto na Cláusula 5.4, item "(iv)" da CCB, caracterizado pela não apresentação da renovação do Seguro conforme obrigação disposta na Cláusula 3.4 do Contrato de Alienação Fiduciária, e pelo descumprimento do prazo definido na AET 15/01/2024, cujo o prazo encerrou em 15 de março de 2023; **(viii)** Caso aprovado o item "(vii)" da Ordem do Dia, a concessão de prazo adicional de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da Assembleia para que, a Devedora apresente a apólice de renovação do Seguro; **(ix)** A não declaração do vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do resgate antecipado dos CRI, nos termos das Cláusulas 6.4, item "(iv)" e 6.2 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Não Automático dos Créditos Imobiliários previsto na Cláusula 5.4, item "(iv)" da CCB, caracterizado pelo descumprimento do prazo de 30 (trinta) dias corridos para a realização do complemento de garantia através da cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da atividade hoteleira desenvolvida pela Devedora em quaisquer de suas filiais, para fins de cumprimento dos Recebíveis Cartões, até o limite do montante faturado pelo Imóvel Gramado, fazendo constar como objeto da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios não apenas os recebíveis de cartões de débito e de crédito oriundos da operação do Imóvel Gramado e oriundos das outras filiais da Devedora, mas também acrescidos de recebíveis de cartões de débito e de crédito de qualquer outra filial, quais sejam, a serem indicadas, para fins de garantia aproximada do faturamento total do Imóvel Gramado e atingimento do Fluxo Mínimo de Créditos, conforme previsto na Cláusula 2.4 do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme definido na AET 15/01/2024 ("Complemento CF Direitos Creditórios Devedora"); **(x)** Caso aprovado o item "(ix)" da Ordem do Dia, a concessão de prazo adicional de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da Assembleia para que a Devedora apresente à auditoria jurídica da garantia que será apresentada como Complemento CF Direitos Creditórios Devedora; **(xi)** Caso aprovados os itens da Ordem do Dia, aprovar a contratação do **IBS advogados**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.333.942/0001-73 ("Assessor Legal") nos termos da proposta de prestação de serviços advocatícios ("Proposta de Prestação de Serviços Advocatícios"), constante no Anexo III da Proposta da Administração, com pagamentos a serem feitos às expensas do patrimônio separado, para: (a) formalização dos Aditamentos descritos no item "(v)" da Ordem do Dia; (b) elaboração do Parecer Jurídico descrito no item "(vi)" da Ordem do Dia; e (c) elaboração da auditoria jurídica mencionada no item "(x)" da Ordem do Dia; e **(xii)** Caso aprovado o item "(ix)" da Ordem do Dia, aprovar a contratação da **BMP Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.581.339/0001-45, nos termos da proposta para registro de gravame sobre recebíveis de cartão ("Proposta de Prestação de Serviços de Registro"), constante no Anexo IV da Proposta de Administração, com pagamentos a serem feitos às expensas do patrimônio separado, para: (a) registro dos Recebíveis Cartões junto às entidades competentes; (b) envio de relatórios de acompanhamento; e (c) contestação junto às entidades competentes em caso de redução de agenda já performada. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da Ordem do Dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 242ª Série da 1ª Emissão - IF 19K1034250), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 02 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A.
Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 355ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21F0137139) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 355ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 04 de junho de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 11:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 355ª Série da 1ª Emissão – (IF 21F0137139), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 495ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22D0946642) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 05 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 495ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 495ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de abril de 2022., ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 11:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **05 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 495ª Série da 1ª Emissão – (IF 22D0946642), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 02 de julho de 2024
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia aberta
CNPJ/MF nº 02.950.811/0001-89 - NIRE 35.300.158.954 | Código CVM 2047-8

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2024

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 6º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-903, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2047-8, com suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código (*ticker*) "PDGR3" ("Companhia"), vem, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81"), convocar os senhores acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em segunda convocação, em **10 de julho de 2024, às 11 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia, sendo considerada como realizada na sede social da Companhia, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** o grupamento da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 10 (dez) para formar 1 (uma) ação (fator de grupamento), sem que ocorra modificação no valor do capital social da Companhia, nos termos da Proposta de Administração ("Grupamento"); **(ii)** o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, nos termos da Proposta de Administração ("Aumento do Capital Autorizado"); **(iii)** a alteração do estatuto social da Companhia, de modo a contemplar o Grupamento e o Aumento do Capital Autorizado, nos termos da Proposta de Administração; e **(iv)** a outorga de poderes aos Diretores da Companhia, a fim que adotem todas as medidas necessárias para operacionalizar o Grupamento e Aumento do Capital Autorizado. A documentação e as informações relativas às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, incluindo a Proposta da Administração, contendo também as informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso por sistema eletrônico, estão à disposição dos acionistas na sede e na página eletrônica da Companhia (https://ri.pdg.com.br), assim como nas páginas eletrônicas da CVM (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br). **Solicitação de Acesso à Assembleia Geral:** A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma disponibilizada pela Companhia, que conjugará áudio e imagem. Para participar da Assembleia Geral os Acionistas deverão encaminhar à Companhia uma solicitação de participação por escrito, juntamente com o envio dos documentos necessários para participação conforme instruções contidas abaixo, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, exclusivamente pelo e-mail ri@pdg.com.br ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração. Mediante a validação das informações constantes das Solicitações de Acesso recebidas, a Companhia encaminhará convites individuais de participação à cada Acionista solicitante com as instruções para registro e acesso à plataforma digital utilizada para a realização da Assembleia Geral. Os Acionistas que enviarem uma Solicitação de Acesso deverão se comprometer a (i) utilizar os convites de forma individual única e exclusivamente para participação na Assembleia Geral, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia Geral. A participação por meio da plataforma digital conjugará áudio e imagem, e os Acionistas que desejarem poderão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da Assembleia Geral com o intuito de assegurar a autenticidade das comunicações. A Companhia recomenda que os Acionistas (i) façam testes e se familiarizem previamente com a plataforma digital para evitar a incompatibilidade dos seus equipamentos eletrônicos e/ou outros problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral; e (ii) acessem a plataforma digital com antecedência de, no mínimo, 30 minutos do início da Assembleia Geral a fim de evitar eventuais problemas operacionais. As Solicitações de Acesso enviadas fora do prazo acima previsto serão desconsideradas pela Companhia. A Companhia informa, ainda, que a Assembleia Geral será gravada na íntegra, em cumprimento às determinações do Art. 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81. A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia Geral por meio da plataforma digital, de modo que será de responsabilidade exclusiva do Acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à Assembleia Geral. **Documentos necessários para acesso à Assembleia Geral:** Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A., os Acionistas ou seus representantes interessados em participar da Assembleia Geral deverão enviar à Companhia, além do comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador da Companhia e/ou pela instituição de custódia com 3 (três) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral, os seguintes documentos: (i) Acionistas Pessoas Físicas: cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", a Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) Contrato Social ou Estatuto Social, conforme aplicável; (b) ato societário de eleição do administrador que comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica ou procuração para que terceiro represente o Acionista pessoa jurídica; e (c) a documentação mencionada no item (i) acima para o representante do Acionista pessoa jurídica que comparecer à Assembleia Geral; ou (iii) Acionistas Fundos de Investimento: o representante da administradora ou da gestora do fundo, além dos documentos do representante que comparecer à Assembleia Geral, conforme mencionados no item (i) acima, bem como os documentos societários mencionados no item (ii) acima relacionados à administradora ou à gestora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafos primeiro e segundo, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sem necessidade de reconhecimento de firma. A Companhia aceita, ainda, procurações assinadas eletronicamente com certificado digital autorizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ("ICP-Brasil"). Vale destacar que **(i)** as pessoas naturais que forem Acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A.; e **(ii)** as pessoas jurídicas que forem Acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu Contrato Social ou Estatuto Social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, Acionista ou advogado. Os documentos dos Acionistas expedidos no exterior devem ser emitidos pelos órgãos competentes ou assinados pelos representantes legais dos Acionistas e traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, nos termos do §2º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia solicita o envio prévio dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias da data da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, exclusivamente pelo e-mail ri@pdg.com.br. **Participação na Assembleia Geral ("BVD"):** Nos termos da Resolução CVM nº 81, serão considerados presentes à Assembleia Geral os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia e/ou os acionistas que tenham registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância de acordo com as orientações acima. Para orientações e prazos sobre participação via boletim de voto a distância, solicitamos aos acionistas que consultem o Boletim de Voto a Distância divulgado na página da Companhia (www.pdg.com.br/ri), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Ressalta-se, por fim, que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital.

São Paulo, 1º de julho de 2024.
João de Saint Brisson Paes de Carvalho - Presidente do Conselho de Administração



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90074/2024,** referente ao processo nº **024.00051642/2024-75,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 19/07/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 03/07/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

ORIZON MEIO AMBIENTE S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30 / NIRE nº 35.300.592.531

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 18 (dezoito) dia do mês de abril de 2024, às 11:00 horas, realizada de forma digital e presencial, na sede da Orizon Meio Ambiente S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 8º andar, Sala A, Torre Oeste, bairro Brooklin Paulista, CEP 04578-910, na Cidade e Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, a **Orizon Valorização de Resíduos S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.421.994/0001-36 e com sede na Avenida Nações Unidades, nº 12.901, Torre Oeste, 8º andar, Sala B, Centro Empresarial Nações Unidas, bairro Brooklin Paulista, CEP 04578-910, na Cidade e Estado de São Paulo, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença da Companhia e nesta ata. **3. Composição da Mesa:** Assumiu a presidência da mesa o Sr. Ismar Machado Assaly, que convidou o Sr. Milton Pilão Júnior secretariá-lo. **4.1. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a prestação, pela **Companhia**, de garantia fidejussória, sob a forma de aval ("Aval"), em conjunto com a **Orizon Valorização de Resíduos S.A.**, acima qualificada ("OVR"), para as obrigações assumidas pela **Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 07.085.695/0001-09 e com sede em Estrada Adrianópolis, nº 5.213, bairro Adrianópolis, CEP 26053-550, na Cidade de Nova Iguaçu e Estado do Rio de Janeiro ("CTR-NI"), no âmbito do financiamento a ser concedido pelo **Banco do Brasil S.A.**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91 e com sede em Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, CEP 70.040-912, na Cidade de Brasília, no Distrito Federal ("BB"), mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com início em 26/04/2024 e término em 10/03/2026 ("CCB"); e **(ii)** a delegação de poderes à Diretoria da Companhia, ou procuradores constituídos pela Companhia, para praticar todos e quaisquer atos, tomar providências e adotar medidas necessárias ao efetivo cumprimento das deliberações aqui tomadas. **5. Deliberações:** Preliminarmente, a única acionista da Companhia aprovou a lavratura desta ata em formato de sumário, conforme facultado pelo §1° do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Passando ao exame das matérias constantes da ordem do dia a única acionista deliberou, integralmente e sem quaisquer emendas ou ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Aprovar a prestação, pela Companhia, de Aval, em conjunto com a OVR, pelas obrigações assumidas pela CTR-NI na CCB, obrigando-se, solidariamente com a CTR-NI, em caráter incondicional, irrevogável e irretratável, perante o BB, na qualidade de avalista, por todas as obrigações assumidas pela CTR-NI na CCB, ficando, ainda, aprovado o cumprimento dos demais termos e condições aplicáveis ao Aval, conforme estipulado na CCB. **5.2.** A autorização para a Diretoria da Companhia, ou procuradores constituídos pela Companhia, a negociar e acordar todos e quaisquer documentos relacionados à prestação das garantias acima descritas, podendo discutir, negociar, definir termos e condições, e a firmar, em nome da Companhia, a CCB, e assinar todos e quaisquer contratos, notificações, procurações, certificados, certidões, instrumentos e demais documentos relativos a CCB, ficando ratificados todos os atos praticados pelos diretores e/ou procuradores em nome da Companhia até a presente data que, direta ou indiretamente, estejam relacionados à CCB e a garantia fidejussória ora aprovada. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata na forma sumária que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Mesa:** Ismar Machado Assaly - Presidente; Milton Pilão Júnior - Secretário. **Acionista:** Orizon Valorização de Resíduos S.A. (representada pelos seus diretores, o Leonardo Roberto Pereira dos Santos e o Dalton Assumção Canelhas Filho). ***Confere com a original lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral.*** São Paulo/SP, 18 de abril de 2024. **Mesa:** Milton Pilão Júnior - **Secretário**. Registro na JUCESP sob o nº 192.195/24-4 em 29/04/2024 - Maria Cristina Frei - Secretária Geral.





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

AVISO DE ALTERAÇÃO

Chamamento Público nº CP000001/2022 - SE/SPM

Com a finalidade de ampliar as regiões de interesse para instalação do Canal Ponto de Coleta, comunicamos a alteração do Anexo 3 (Localidades) do Edital. O inteiro teor dos documentos poderá ser consultado através do site: www.correios.com.br. Informações pelo e-mail: pontodecoleta.spm@correios.com.br

GILSOM MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Coordenador da Comissão de Credenciamento SE/SPM

BANCO RENDIMENTO S.A. - CNPJ nº 68.900.810/0001-38 - NIRE 35300134788

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 22.04.2024

Data, Hora, Local: 22.04.2024, às 09h, na Sede social, Avenida Rebouças, nº 3.970 - 10º andar - Condomínio Edifício Eldorado Business Tower, São Paulo/SP. **Presença**: Única acionista, representada pelos Srs. Cesar Ades e Abramo Douek. **Mesa**: Presidente: Cesar Ades. Secretário: Abramo Douek. **Deliberações Aprovadas**: **1.** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2023, publicado no jornal "Valor Econômico", em 22.02.2024, devidamente registrado na JUCESP sob o nº 151.111/24-8 em 11.04.2023; **2.** A destinação do lucro líquido do exercício em 31.12.2023 no montante de R$ 95.188.384,46 a saber: Reserva Legal, R$ 4.759.419,22; Reserva Especiais de Lucros - Outras, R$ 58.017.662,96; Juros sobre o capital próprio, R$ 27.292.832,26; Dividendos, R$ 5.118.470,02; Total, R$ 95.188.384,46. **2.1.** Referendar a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 27.292.832,26, juros estes que foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme deliberações da Diretoria aprovadas em Reunião de Diretoria de 01.06.2023 - R$ 17.200.000,00, arquivada na JUCESP em 28.06.2023 sob o nº 259.171/23-2; Reunião de Diretoria de 09.11.2023 arquivada na JUCESP em 30.11.2023 sob o nº 457.830/23-2, rerratificada pela Reunião de Diretoria de 31.01.2024 arquivada na JUCESP em 04.03.2024 sob o nº 88.667/24-8, perfazendo o valor final de R$ 10.092.832,26. **2.2.** Ratificar a decisão da Diretoria de pagar os dividendos de exercícios anteriores no valor de R$ 20.000.000,00, conforme Reunião realizada em 28.11.2023, devidamente arquivada na JUCESP em 26.12.2023 sob o nº 485.789/23-1. **3.** Retificar os valores pagos a título de remuneração global dos diretores referente ao exercício findo em 31.12.2023 no montante de R$ 21.000.000,00, ratificando-se os pagamentos ocorridos. **4.** Eleger os membros da Diretoria, com a remuneração anual global de até R$ 25.000.000,00, a saber: **Diretor Presidente: Cesar Ades**, brasileiro, casado, empresário, residente em São Paulo-SP, RG 2.576.478-0-SSP-SP e CPF 044.593.268-68; **Diretor Superintendente: Abramo Douek**, italiano, casado, administrador de empresas, RNE nº W695606-V e CPF 527.168.728-72; **Diretores Executivos: Alexandre Gomes Fialho**, brasileiro, casado, empresário, RG 7.298.118-6-IFP-RJ e CPF 871.257.497-04; **André Luiz Alves,** brasileiro, casado, bancário, RG 17.511.603-9-SSP-SP e CPF 070.112.268-42; **Aretuza Aparecida Sena**, brasileira, solteira, bacharel em direito, RG 28557918 SSP/SP e CPF 288.702.298-90. **Eduardo Goñi de Oliveira**, brasileiro, casado, publicitário, RG 68.890.899-8 SSP/SP e CPF 072.117.487-61. **Edwin Douek**, brasileiro, casado, empresário, RG 6.430.062-6-SSP-SP e CPF 769.071.718-72; **Fabio Zicari**, brasileiro, casado, bancário, RG 18.600.332-8-SSP-SP e CPF 165.751.838-83; **Flaminio Oliveira Ferreira,** brasileiro, casado, bancário, RG 90.362.529-72-SSP-SP e CPF 476.717.260-87; **Marcelo Maktas Melsohn,** brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 13.436.108-8-SSP-SP e CPF 134.497.678-60; e **Roger Ades**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 23.391.413-4-SSP-SP e CPF 250.084.648-25. Todos residentes em São Paulo/SP. **4.1.** O mandato dos diretores ora eleitos se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2026.. **4.2.** Os diretores eleitos apresentaram as declarações de que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 22.04.2024. Acionista: **Rendimento Holding S.A.**, por seus diretores Cesar Ades e Abramo Douek. JUCESP nº 252.225/24-7 em 24.06.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Promon S.A.

CNPJ/MF nº 05.315.149/0001-83 - NIRE 35.300.192.184

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas da **Promon S.A.** que os documentos obrigatórios previstos no artigo 133 da Lei das S/A encontram-se à disposição e serão disponibilizados em formato digital ou presencialmente na sede social, em ambos os casos mediante agendamento e solicitação junto a *Serviços a Acionistas* (servicos-acionistas@promon.com.br ou telefone (11) 5213-4350). São Paulo, 29/06/2024. Luiz Fernando Telles Rudge - Presidente do Conselho de Administração. (29/06, 02 e 03/07).

INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 11ª E 12ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF CRA017008SS / CRA017008SR) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 11ª e 12ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 11ª e 12ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 28 de novembro de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **02 de agosto de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA das 11ª e 12ª Séries da 1ª Emissão - IF CRA017008SS / CRA017008SR), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 6ª E 7ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF CRA017001P5 / CRA017001P6) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **02 de agosto de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de agosto de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA das 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão - IF CRA017001P5 / CRA017001P6), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 106ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12F0023442) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 15 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 106ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 106ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de junho de 2012, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **15 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 106ª Série da 1ª Emissão – (IF 12F0023442), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 463ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22C1235206) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 463ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 463ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de abril de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 463ª Série da 1ª Emissão – IF 22C1235206), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 14ª EMISSÃO (IF CRA021002YB) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 06 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 14ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 22 de setembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **25 de julho de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **06 de agosto de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 14ª Emissão – IF CRA021002YB), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 132ª E 543ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0648443 / 15L0790908) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 16 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de dezembro de 2015., ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de julho de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **16 de agosto de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 132ª e 543ª Séries da 1ª Emissão - IF 15L0648443 / 15L0790908), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores



CIDADE DE SÃO PAULO — **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna públicas as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

PROCESSO**: 6018.2024/0020943-1 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90492/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE SOFTWARE**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 18 de julho de 2024,** a cargo da **11ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6018.2024/0009185-6 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90494/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FIO CIRÚRGICO POLIPROPILENO COLORIDO 3-0, FIO CIRÚRGICO MINERAL PRATA 5-0, KIT OBSTETRÍCIA**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 23 de julho de 2024,** a cargo da **6ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6018.2024/0054667-5 -** DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90468/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA, CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO, TREINAMENTO OPERACIONAL E MANUTENÇÃO DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, POR EMENDA MUNICIPAL, PARA O HMWP E HMIPG.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 05 de JULHO de 2024,** a cargo da **1ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6110.2024/0006692-4 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90495/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE OPME TROCÁTER PERCUTÂNEO COLETOR DE OSSO COM ENTREGA EM CONSIGNAÇÃO, NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO DE CIRURGIAS NA ESPECIALIDADE DE NEUROCIRURGIA, A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES HOSPITALARES PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SP, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir **das 09h00min do dia 22 de julho de 2024**, a cargo da **9ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6018.2024/0048664-8 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90497/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto**: AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS PARA ADULTO E CADEIRA DE RODAS PARA OBESO, CONTEMPLANDO ENTREGA E INSTALAÇÃO DURANTE O PERÍODO DA GARANTIA, POR EMENDA MUNICIPAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL PROF. DR. FERNANDO MAURO PIRES DA ROCHA, VINCULADO A ESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 17 de julho de 2024**, a cargo da **7ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6018.2024/0032743-4 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90309/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE CATETER EMBOLECTOMIA ARTERIAL DE FOGARTY**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 17 de julho de 2024**, a cargo da **2ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6018.2024/0048696-6 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90496/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS UTILIZADOS NOS DIAGNÓSTICOS REALIZADOS ATRAVÉS DE TÉCNICAS DE BIOLOGIA MOLECULAR.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 17 de julho de 2024,** a cargo da **8ª CPL/SMS.**



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90073/2024,** referente ao processo nº **024.00086185/2024-30,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE CURATIVOS COM DETERMINAÇÃO DE MARCA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 18/07/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 03/07/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.



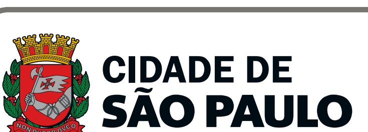
COMUNICADO DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico **nº 90007/SVMA/2024 -** Processo SEI **nº 6027.2023/0015800-1 - COMPRASGOV nº 90007/2024 UASG nº: 925020 -** Critério de julgamento**: MENOR PREÇO GLOBAL**
Objeto**: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para o funcionamento das fontes, com fornecimento de peças, materiais, equipamentos e mão de obra, do Parque Independência, sob responsabilidade da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA -**
"A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna público no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e divulgada no endereço eletrônico ***https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/****, a* ***SESSÃO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/SVMA/2024, marcada para o dia 17 de julho de 2024, às 10:00 horas, tornando SEM EFEITO a publicação em jornal de grande circulação "Gazeta SP" no dia 24/06/2024".***
DOCUMENTAÇÃO**: www.comprasnet.gov.br -** RETIRADA DO EDITAL**: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/** ou **www.comprasnet.gov.br,** ou por meio de agendamento via **svmalicitacao@prefeitura.sp.gov.br** na Divisão de Licitações e Contratos - DLC da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, na Rua do Paraíso, 387 - 9º andar - Paraíso - São Paulo/SP - CEP 04103-000, mediante a entrega de 01 (um) pen-drive.

CIDADE DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA CAPELA DO SOCORRO**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/SUB-CS/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **nº 04/SUB-CS/2024 -** Processo SEI 6057.2024/0002374-8
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO LOCALIZADO NA AV. ANTÔNIO CARLOS BENJAMIN DOS SANTOS, 3190 - JD. MYRNA - SÃO PAULO - SP -** Empreitada **por preço Global -** Data/hora da sessão pública: **17.07.2024 às 09h30 horas -** LOCAL: www.compras.gov.br - CÓDIGO UASG: **925068.**



COMUNICADO DE RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO,** sediada na Rua Líbero Badaró, 425 - 27º andar - Centro - São Paulo-SP - CEP: 01009-000, comunica aos interessados a retomada da sessão pública na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90021/SMIT/2024 -** Processo SEI: **6023.2024/0000225-7, tipo** MENOR PREÇO TOTAL, promovido para **Registro de Preços para contratação de empresa especializada em diagnóstico de soluções de TI, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software WEB e MOBILE, ferramentas, automações e inovação com utilização de metodologias ágeis, mediante alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sob demanda, pelo prazo de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período, conforme especificações discriminadas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e respectivos anexos**. Comunicamos a todos os interessados que a retomada da sessão pública, através da **UASG nº 926345, está prevista para o** dia **11/07/2024 às 10h00.** O Edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet através dos sites https://epubli.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar e Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1.

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8 | Código CVM n.º 02234-9

Versão resumida do EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("**Companhia**"), vem pela presente convocar a Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31 de julho de 2024, às 10h, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das condições suspensivas ("**Condições Suspensivas**") previstas no Protocolo e Justificação de Incorporação do Grupo de Moda SOMA S.A. ("**Grupo SOMA**") pela Companhia ("**Protocolo e Justificação**"), celebrado pelas administrações da Companhia e do Grupo SOMA, em 18 de maio de 2024, e aprovado em assembleia geral extraordinária da Companha realizada em 18 de junho de 2024; **(ii)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas; **(iii)** a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia é condicionada à verificação (ou renúncia, conforme o caso) das Condições Suspensivas; **(iv)** o novo valor da remuneração global anual dos administradores referente ao exercício social de 2024; e **(v)** a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores, incluindo a declaração da verificação das Condições Suspensivas e da eficácia das deliberações da Assembleia. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia até **29.07.2024** ("**Cadastro"**). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, descritos na versão da íntegra deste Edital e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará *link* contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia por sistema eletrônico, não se responsabilizando a Companhia por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Conforme o §1º do art. 141 da Lei das S.A. e na RCVM 81, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/editais e https://valor.globo.com/valor-ri/, respectivamente), da Companhia (https://ri.arezzoco.com.br/), da CVM (http://www.gov.br/cvm) e da B3 (http://www.b3.com.br). Belo Horizonte, 3 de julho de 2024. **José Ernesto Beni Bologna** - Presidente do Conselho de Administração.

